

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**SIGNIFICADOS DE FAMÍLIA PARA ADOLESCENTES EM
LIBERDADE ASSISTIDA**

Emília de Rodat Peixoto de Araújo

Natal
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Emília de Rodat Peixoto de Araújo

**SIGNIFICADOS DE FAMÍLIA PARA ADOLESCENTES EM
LIBERDADE ASSISTIDA**

Dissertação elaborada sob orientação da Prof^a Dr^a Rosângela Francischini e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Natal
2007

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Araújo, Emília de Rodat Peixoto de.

Significado de família para adolescentes em liberdade assistida / Emília de Rodat Peixoto de Araújo. - Natal, RN, 2007.
289 f.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Rosângela Francischini.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Psicologia.

1. Psicologia da Família – Dissertação. 2. Família – Significado – Adolescentes – Dissertação. 3. Adolescentes – Liberdade assistida – Dissertação.
I. Francischini, Rosângela. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 159.9:316.356.2

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A dissertação “SIGNIFICADOS DE FAMÍLIA PARA ADOLESCENTES EM LIBERDADE ASSISTIDA”, elaborada por Emília de Rodat Peixoto de Araújo, foi considerada aprovada por todos os membros da banca examinadora e aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM PSICOLOGIA.

Natal, RN, 10 de agosto de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Rosângela Francischini

Prof^ª Dr^ª Maria Inês Gandolfo Conceição

Prof^ª Dr^ª Izete Pereira

“Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a miséria da existência humana.”

(Bertolt Brecht)

“Quem receber em meu nome uma dessas crianças, estará recebendo a mim. E quem me receber, não estará recebendo a mim, mas aquele que me enviou.”

(Bíblia Sagrada Mc, 9,37)

AGRADECIMENTOS

A Deus-Pai, pelo imenso amor com que me olha e conduz a minha existência, sendo meu amparo e minha fortaleza.

À minha família, em especial, à minha mãe Mabel, fonte de inspiração, pela força e esperança com que enfrenta as adversidades, e ao meu irmão Ederaldo, por sua solicitude no campo da informática.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Rosângela Francischini, pelo privilégio de dispor de sua competência, firmeza e compreensão, enriquecendo-me.

Aos professores, Dr. Herculano Campos e Dr^a Izete Pereira, pelas importantes contribuições dadas nos seminários de dissertação.

Às professoras, Dr^a Maria Fátima Olivier Sudbrack e, novamente, Dr^a Izete Pereira, por aceitarem o convite para examinar este trabalho.

A Cilene, pelo apoio emocional e paciência demonstrados a cada encontro.

Às graduandas Dannielia e Ediana, integrantes do Núcleo de Estudos Sócio-culturais da Infância e da Adolescência, pela participação na organização inicial dos dados.

Ao meu amor Sérgio, que todo o tempo se fez presente com uma compreensão e um companheirismo sobrenaturais.

À minha amiga-irmã Josy, com a qual descubro e redescubro, com o passar dos anos, o valor de uma verdadeira amizade.

Às companheiras de mestrado, em especial, a Virgínia, Gina e Soraya, pelos momentos descontraídos e tensos que partilharmos.

Ao Prof^o Milton Dantas, que, achando brechas em sua vida, gentilmente se dispôs a revisar este texto.

À Pastoral do Menor, em especial, aos seus educadores, que foram como verdadeiras pontes no caminho trilhado.

À Sociedade São Vicente de Paulo, pela disponibilização do espaço físico para a realização dos encontros e entrevistas.

E, finalmente, aos adolescentes e seus familiares, sujeitos da pesquisa, que, partilhando um pouco de suas vidas, possibilitaram meus primeiros passos na compreensão da complexa teia que constitui o universo familiar.

SUMÁRIO

RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
INTRODUÇÃO	9
Capítulo I. O Adolescente Autor de Ato Infracional em Liberdade Assistida	17
<i>1.1. História do atendimento à criança e ao adolescente no Brasil: de menores a sujeitos de direitos</i>	17
<i>1.2. A Liberdade Assistida na Pastoral do Menor de Natal</i>	45
<i>1.2.1. A Liberdade Assistida à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente</i>	45
<i>1.2.2. A Pastoral do Menor no contexto das medidas sócio-educativas</i>	48
<i>1.3. O ECA: uma questão de utopia ou de fracasso?</i>	67
Capítulo II. A Instituição Família em Foco	77
<i>2.1. História da família no Brasil</i>	77
<i>2.2. Família com adolescentes: especificidades da dinâmica relacional</i>	96
Capítulo III. A Constituição do Corpus	113
<i>3.1. Sujeitos</i>	114
<i>3.2. Procedimentos e materiais</i>	117
<i>3.3. Análise do Corpus</i>	131
Capítulo IV. Análise e Discussão dos Dados	135
<i>4.1. Análise do corpus: singularidades e similitudes</i>	136
<i>4.1.1. Luciano</i>	136
<i>4.1.2. Joaquim</i>	168
<i>4.1.3. Pedro</i>	204
<i>4.1.4. Mateus</i>	224
Capítulo V. Considerações Finais	255
REFERÊNCIAS	259
APÊNDICES	276
<i>Apêndice 01 – Roteiro de entrevista com adolescente</i>	276
<i>Apêndice 02 – Roteiro de entrevista com familiar</i>	279
<i>Apêndice 03 – Termo de consentimento livre e esclarecido do responsável pelo adolescente</i>	281
<i>Apêndice 04 – Termo de consentimento livre e esclarecido do membro familiar – sujeito da pesquisa</i>	284
<i>Apêndice 05 – Termo de consentimento livre e esclarecido da Instituição</i>	287

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender, a partir de uma abordagem sócio-histórica, como os adolescentes que estão em cumprimento de Liberdade Assistida têm significado a instituição família. O espaço eleito para a realização de tal investigação foi a Pastoral do Menor da cidade de Natal, cujo programa sócio-educativo se constitui fonte de nossas inquietações em torno do atendimento ao adolescente em conflito com a lei. A constituição do *corpus* foi viabilizada pelo emprego, principalmente, da entrevista individual semi-estruturada, junto a quatro adolescentes e aos sete familiares que também se fizeram sujeitos. Como fontes e instrumentos complementares de dados, procedemos, ainda, a uma pesquisa documental junto aos relatos técnicos existentes nas pastas-arquivo dos sócios-educandos, assim como recorreremos às notas registradas em diário de campo. Para tratamento dos dados obtidos, empregamos a análise de conteúdo temática. A discussão, ao final, ocorreu em torno de três unidades temáticas: Família, Medida Sócio-educativa, Família e Medida Sócio-educativa. Na perspectiva dos adolescentes, a família se configura como um grupo fundamentado na existência de laços afetivos que, a despeito das vulnerabilidades de sua realidade familiar concreta e do seu anseio por maior liberdade junto aos seus, revelam-se importantes em suas vidas. Com este estudo, vislumbramos possibilidades de contribuir para a construção de políticas públicas e programas de atendimento mais próximos da realidade sócio-familiar dos adolescentes que estão em conflito com a lei e, dessa forma, favorecer o seu acesso ao estatuto de sujeitos de direitos.

Palavras-chave: família; adolescente; Liberdade Assistida.

ABSTRACT

Guided by the social-historical perspective, this research aimed to understand how the adolescents in Assisted Freedom measure have meaning the family institution. The Pastoral Minor, located in the city of Natal, was chosen as space of investigation, whose social-educative program is the source of our concerns about the attendance of adolescents in conflict with law. The *corpus* was accomplished, mainly, through the individual semi-structured interview with four adolescents and seven of their relatives that participated of the research. We use another instruments to constitute the *corpus*, like the documental research of the technical reports on the participants of program files, and the registered notes in the field diary. As resource to data treatment, we use the Thematic Content Analysis. The data discussion was focused on the three thematic units that emerged: Family, Social-Educational Measure, Family and Social-Educational Measure. On the adolescents' perspective, the family configures as a group based on the existence of affective bonds. Despite of the vulnerability of their familiar reality and their wish for freedom with their peers, the affective bonds revealed it as being important in their lives. This study, glimpse possibilities to contribute for the construction of public politics and attendance programs, that can be closer of the social-familiar reality of the adolescents who are in conflict with the law and, in this case, to promote their access to the statute of subjects of rights.

Key-Words: family, adolescent, Assisted Freedom.

Introdução

Tem sido comum a percepção de que entre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a realidade de sua população-alvo há um grande fosso, principalmente entre aqueles que se propõem a avaliar a sua implantação desde a sua promulgação (Bazílio, 2003a; Costa, 1999). Essa dissonância tem fomentado críticas generalizadas por parte da sociedade em geral em relação ao Estatuto, principalmente no que tange à situação do adolescente em conflito com a lei, embora seja uma legislação brasileira reconhecida internacionalmente como tecnicamente perfeita e avançada em Direitos Humanos. Propostas como rebaixamento da maioridade penal, baseada no mito da responsabilidade do adolescente, tem sido foco de discussão, colocando em risco os seus direitos outorgados (Volpi, 2001).

No atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, o ECA vem superar práticas arbitrárias, repressivas e discriminatórias, ao considerá-los como uma categoria jurídica, e não mais como uma categoria sociológica vaga, assegurando-lhes todas as garantias processuais e penais, além de todos os direitos estabelecidos pela Doutrina da Proteção Integral, com vistas ao seu pleno desenvolvimento, uma vez que também são considerados, sem distinção alguma, sujeitos de direitos e em condição peculiar de desenvolvimento (Volpi, 2002). Nesse sentido, as medidas¹ a serem aplicadas ao adolescente a quem é imputada a autoria de infração às normas penais são definidas por seus fins educativos e socializadores, sendo vistas como sanção e não como pena, tendo que considerar a história e a capacidade de cada adolescente, não só a natureza da infração cometida, a fim de propiciar pedagogicamente a formação de sujeitos

¹ As medidas socio-educativas previstas no ECA são: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção de regime em semi-liberdade, internação em estabelecimento educacional, entre outras (ver art.101, I a VI)

responsáveis pela sua conduta, condição para uma boa convivência social (Campos & Francischini, 2005).

A convivência social e não mais o controle passa a ser a perspectiva das políticas de atendimento regidas pelo Estatuto, tendo em vista a importância dos vínculos para o desenvolvimento humano, sendo, no caso, a proteção da sociedade um efeito acessório (Veronese, Quandt & Oliveira, 2001). Nesse sentido, a internação, antes massificada, deve ceder, sempre que possível, lugar à preferência por medidas de meio aberto, ao possibilitar a convivência familiar e comunitária, todas elas devendo obedecer ainda ao princípio da incompletude institucional, de brevidade e excepcionalidade, principalmente em se tratando da privação de liberdade (Brasil/Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004). A família é vista como um *locus* privilegiado de desenvolvimento, mas também como um lugar a ser cuidado pelo Estado, pela sociedade e pela comunidade, sendo previstas, nesse sentido, políticas públicas e uma rede de apoio social que lhe confirmem condições concretas de garantir os direitos de suas crianças e adolescentes, independente, como rege o 4º do artigo 226 da Constituição Federal, de ter ou não uma configuração tradicional de família.

Por conseguinte, aos programas de execução de medidas, cabe a função de apoiá-las numa perspectiva emancipatória, através de ações de efeito sinérgico, em que o atendimento das necessidades fomente o aprendizado político e pedagógico com maior autoestima e noção de cidadania. Os programas relativos à medida Liberdade Assistida se destacam, especificamente, nesse sentido, uma vez que sua execução, ao mesmo tempo, depende e deve favorecer uma participação mais ativa e contínua da família, além de uma maior responsabilidade do adolescente, na medida em que se dá em meio aberto e tem como objetivo geral o fortalecimento dos próprios vínculos familiares e sociais dos adolescentes.

Com base nas avaliações de implementação do ECA, entretanto, podemos perceber que a realidade de atendimento ao adolescente autor de ato infracional é permeada por uma série de entraves institucionais, burocráticos, administrativos, orçamentários relacionados aos próprios programas de execução das medidas, além da precariedade da rede de atendimento e das políticas públicas que comprometem o direito à proteção integral. Um quadro que demonstra a complexidade que envolve a implantação do Estatuto, constituindo-se, segundo Oliveira (2000), uma luta contra-hegemônica diante de uma realidade regida por um projeto neoliberal periférico que aprofunda o nosso quadro de desigualdade social e de exclusão social, em que os direitos humanos básicos e garantidos em lei também são violados.

Ao mesmo tempo, as próprias medidas, enquanto práticas educativas, têm corroborado, através da violência simbólica, para a legitimação e manutenção desse quadro de exclusão a que muitos adolescentes atendidos se encontram (Guareschi, 1999; Pinheiro & Yépez, 2002). Volpi (2001) tem encontrado vestígios de caráter funcionalista nas medidas aplicadas tanto às crianças quanto aos adolescentes, no momento em que têm se constituído alternativas de socialização tradicional, para as quais ocorre a integração social enquanto adaptação do indivíduo às expectativas e aos padrões desejados pela ordem social vigente a partir de seu comportamento, de sua personalidade. Paradigma esse em que se supõe a sociedade como uma realidade harmoniosa e o ato infracional como um simples desvio de conduta, fruto de falhas no processo de socialização, sendo necessário ressocializá-los, denotando, dessa forma, a dimensão política das medidas ao se inscreverem entre as práticas educativas.

Por sua vez, as produções científicas existentes relacionadas ao comportamento infracional e à delinquência² têm, em sua maior parte, conferido um arcabouço teórico legitimador de práticas funcionalistas e, ao mesmo tempo, excludentes, junto aos adolescentes e suas famílias. A maioria dos estudos que partem, por exemplo, da perspectiva da Psicologia do Desenvolvimento, segundo revisão bibliográfica feita por Rosseti-Ferreira e Silva (2002) em torno da década de 1990, manifestam uma compreensão determinista e individualizante do envolvimento com o crime, e com uma atenção voltada para explicar a persistência do comportamento infracional ao longo do ciclo vital. A partir da crença na consistência do desenvolvimento, determinada principalmente pela experiência dos primeiros anos de vida, e da idéia de traço como uma característica duradoura da personalidade, a família aparece como fator decisivo na origem e na continuidade do envolvimento com práticas infracionais, ou seja, na constituição da personalidade anti-social. Concepções essas que, segundo as autoras citadas acima, justificam o pouco interesse pelo estudo das mudanças/descontinuidades no curso das ações infracionais.

No modelo conceitual de Shoemaker, descrito por Feijó (2001), considerado por essa autora como sendo atual e o mais sucedido sobre a origem da delinquência, ao agrupar diversas teorias, além de considerar a idéia de fatores causais como fatores de risco, percebe-se que a delinquência está mais associada a uma questão de controle social, ou melhor, de sua ausência ou fragilidade, ocasionada pela quebra dos vínculos sociais dos jovens com as instituições sociais, dentre as quais a família também se destaca por ser, nesse caso, aquela capaz de exercer maior controle, enquanto agente de socialização primária. No caso, então, a falta de controle seria, em grande parte, fruto das falhas de desempenho de seu papel, sendo ainda desencadeado por fatores internos a

² Esse termo, que aqui apenas mencionamos, é encontrado em algumas produções teóricas (Feijó, 2001; Rosseti-Ferreira & Silva, 2002) acerca de infrações cometidas por adolescentes e jovens.

ela mesma, como a desagregação estrutural, tendo como base a visão tradicional de família nuclear como modelo-padrão de organização familiar, ignorando a realidade concreta em que se encontram inseridas, a especificidade de seus padrões de funcionamento e, inclusive, a existência de recursos próprios (Minuchin, Colapinto & Minuchin, 1999; Souza & Peres, 2002).

Concepções como essas embasaram intervenções estigmatizantes de outrora, mas ainda se fazem presentes nos programas de atendimento através de posturas profissionais moralizantes e normatizadoras, de ações voltadas ao atendimento individual, centrada em aspectos disfuncionais ou patológicos, de cunho assistencial, de maneira desarticulada e dependente, sendo as famílias e os adolescentes tratados como beneficiários e não como sujeitos de direitos, alimentando nelas o sentimento de incompetência e o quadro de exclusão social ao qual se encontram submetidos (Mioto, 2001; Takashima, 1998). Esse quadro vem nos mostrar quão necessário ainda se faz o reordenamento das instituições responsáveis pelo atendimento aos adolescentes em conflito com a lei dentro dos novos parâmetros legais, embora já tenham se passado 15 anos da promulgação do ECA, como afirmam Campos e Francischini (2005).

Nota-se, ainda, que sob as instituições que coordenam os programas de execução de medida de internação, historicamente foco de atenção da sociedade e estudiosos, tem comumente recaído essa demanda da reordenação. Entretanto, a despeito do ECA preconizar a preferência pelas medidas de meio aberto, os programas de Liberdade Assistida não vêm se mostrando como alternativas eficazes, segundo Bazílio (2003b), sendo necessário dispensar também uma devida atenção a esses programas de atendimento.

Considerando, além desses fatores acima arrolados, o pressuposto de que a família pode comportar para os indivíduos diferentes percepções em função do contexto

sócio-histórico em que estão inseridos, assim como de suas experiências particulares vivenciadas, especialmente, no grupo familiar, esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo geral de *compreender como os adolescentes que estão em cumprimento de Liberdade Assistida têm significado a instituição família*, vislumbrando a possibilidade de, assim, contribuir para a construção de políticas públicas e programas de atendimento mais próximos da realidade sócio-familiar dos adolescentes que estão em conflito com a lei e, dessa forma, favorecer o seu acesso ao estatuto de sujeitos de direitos.

A definição desse objetivo resultou da busca por uma pesquisa relevante e, ao mesmo tempo, exequível, que teve início com as minhas inquietações enquanto profissional e se prolongou no primeiro ano do curso de mestrado, enquanto pesquisadora. Consciente da dimensão política que envolve o exercício profissional, o que é tributário de minha formação acadêmica e religiosa, compreendia que não só a competência técnica, que envolve o domínio teórico e metodológico, mas a preocupação de refletir criticamente sobre os seus desdobramentos para a pessoa e/ou grupo social com que diretamente trabalhamos, tomando-os como objeto de análise, era condição para uma atuação mais coerente e eficaz.

Nesse sentido, uma pesquisa de cunho científico e alicerçada na perspectiva sócio-histórica de se conceber os fenômenos humanos, como pressupõem os estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos ao qual este trabalho está vinculado, seria um instrumento valioso, na medida em que são disponibilizados, mediante a produção teórica/empírica sobre determinada realidade, subsídios consistentes, fundamentados e sistematizados, dados os cuidados metodológicos adotados.

Por outro lado, mediante as orientações dadas nos seminários de dissertação, nos encontros com a orientadora, nas conversas com as companheiras de mestrado, assim como as próprias disciplinas cursadas relativas à metodologia de pesquisa em ciências

humanas, foi possível reconhecer, efetivamente, que, devido à complexidade da realidade humana, em nossas investigações, devemos submetê-la a recortes, salvaguardando, no estudo da parte, o todo de relações nela presente, bem como a sua relação com o contexto maior em que está inserida.

Desse modo, a proposta inicial de discutir, com base na visão do próprio adolescente, o tipo de inserção para o qual se estava contribuindo a medida LA, considerando os contínuos desafios com que nós, que compúnhamos o programa da Pastoral do Menor, enfrentávamos, embora fosse pertinente, parecia não ser viável enquanto projeto de pesquisa. Ora, a inserção social pretendida pela referente medida, como poderemos ver adiante, envolve intervenções em diferentes esferas (família, escola, trabalho, comunidade) da vida do adolescente, de modo que a Medida, em termos de pesquisa, comporta vários eixos temáticos.

No caso, elegemos a instituição família, considerando a importância que a sociedade atualmente lhe confere dentre os outros contextos de desenvolvimento, como mencionamos antes. Todavia, não mais com a preocupação de avaliar a eficácia da Medida, ao atentarmos que este propósito estaria comprometido se não problematizássemos primeiro, junto aos sujeitos do processo sócio-educativo, a concepção de família, se não conhecêssemos o lugar que conferem à família em suas vidas, relativizando, assim, a própria premissa de que os vínculos familiares são fundamentais ao seu desenvolvimento.

Uma vez descrito, de forma pontual, o modo como se delineou o objetivo da pesquisa desenvolvida, apresentemos, então, a estrutura deste texto, um dos seus frutos mais palpáveis. A dissertação em questão se configurou em cinco capítulos ao todo. No primeiro deles, inicialmente, reconstruímos a história da assistência à infância no Brasil, conferindo uma atenção especial às práticas de atendimento dirigidas aos menores

abandonados e/ou delinqüentes para, em seguida, caracterizarmos a medida sócio-educativa Liberdade Assistida, assim como a própria instituição em que realizamos a pesquisa. Ao final, tecemos, ainda, alguns considerações acerca do processo de implantação do ECA.

No capítulo seguinte, fazemos um estudo da família no Brasil numa perspectiva histórica, após uma breve introdução sobre a constituição da família burguesa, observando os tipos de arranjos existentes, bem como as práticas e políticas públicas de atendimento a ela dirigida, nas quais encontramos determinadas concepções sobre a referida instituição. Num segundo momento, abordamos tal instituição como unidade de interação, a partir da perspectiva do ciclo de vida, atentando para a especificidade da dinâmica relacional em famílias com adolescentes.

O terceiro capítulo versa sobre o caminho percorrido no trabalho de campo, apresentando os procedimentos metodológicos empregados para construção e análise do *corpus* da pesquisa. Enquanto que, no penúltimo capítulo, realizamos a discussão dos dados, em estreita relação com o quadro teórico adotado, e em torno dos discursos dos adolescentes, procurando observar as particularidades e as semelhanças existentes. Encerramos nosso texto com alguns apontamentos sobre o processo de pesquisa engendrado, salientando os desafios que enfrentamos e apontando algumas contribuições de nosso estudo.

Capítulo I

O Adolescente Autor de Ato Infracional em Liberdade Assistida

1.1. História do atendimento à criança e ao adolescente no Brasil: de menores a sujeitos de direitos.

Em 1990, as crianças e adolescentes de nosso país passaram a dispor da lei nº 8.069, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que versa sobre a proteção integral dessa parcela da população. A referida lei é reconhecida internacionalmente por sua perfeição técnica e seu avanço em termos de Direitos Humanos, principalmente no que tange à situação do adolescente ao qual é atribuída autoria de ato infracional. Entretanto, segundo avaliações relativas ao seu processo de implantação desde de sua promulgação, percebemos que ainda existem lacunas entre o que é preconizado e a realidade concreta. (Bazilio, 2003a; Costa, 1999).

De acordo com Volpi (2001), nossa população infanto-juvenil constitui a parcela de cidadãos mais exposta às violações dos direitos humanos, provocando sentimentos e atitudes ambivalentes na sociedade. Junto àquelas crianças e adolescentes vítimas da violência de outros, a sociedade, mobilizada pelo sentimento de compaixão, põe-se a defendê-las de seus possíveis agressores. Mas em relação àquelas que se voltam contra as pessoas e/ou seu patrimônio, esta mesma sociedade tende a se defender ao se sentir ameaçada pelas mesmas. Nesse último caso, encontramos os adolescentes envolvidos com a prática de ato infracional, aos quais a sociedade, ainda, tem reservado um tratamento estigmatizante, sendo desconsiderados como adolescentes, cidadãos, uma vez rotulados pela mídia como delinquentes, predadores, perigosos; o que tem dado

margem a várias propostas de emendas constitucionais emergentes de movimentos radicais de política criminal que defendem o rebaixamento da idade penal, sinalizando-nos a permanência da lógica prisional.

Partindo do pressuposto de que somos seres sócio-históricos (Wertsch & Stone, 1985), para melhor compreendermos essa situação atual do adolescente autor de ato infracional, é mister visitar o passado, refazer e analisar o caminho construído pelas práticas de atendimento à infância em nosso país. Importa registrar, logo de início, que estaremos tomando como referência a classificação por faixa etária adotada pelo ECA, no qual se considera criança a pessoa até aos 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos incompletos (Brasil, 1990). Além de considerarmos a infância, e não a criança, enquanto categoria de análise, por considerar, conforme Pilotti (1995), que a primeira, enquanto construção social, é capaz de remontar aos condicionantes históricos, sociais e culturais que influem sobre as condições de vida das crianças, bem como as mudanças que essas podem provocar na sociedade, dentro de uma perspectiva que transcende, assim, o estudo da dinâmica do desenvolvimento da criança individual em uma análise a-histórica.

Na literatura, então, concernente ao atendimento à infância, podemos perceber diferentes abordagens históricas, a partir da eleição de um determinado aspecto como o político, legislativo, público, modelos de atendimento ou doutrinas jurídicas, variando também em função do período adotado (Campos, Souza & Souza, 2004; Marcílio, 1998, 2003; Pilotti & Rizzini, 1995; Rizzini, 1993; Santos, 2001). Neste estudo, adotaremos como referência a abordagem de Marcílio (1998, 2003), dado que nos oferece a possibilidade de conhecer as primeiras preocupações relativas à infância e de, ao mesmo tempo, estabelecer, no texto, relações com os aspectos descritos acima, na tentativa de

nos aproximarmos da complexidade que envolve o sistema de atendimento dirigido à mesma.

Segundo esse autor, a história da assistência à infância é dividida em três fases: a primeira, denominada de *caritativa*, compreendendo o período do regime colonial até meados do século XIX; a segunda, definida como *filantrópica-caritativa*, que tem início no final do império e segue até os anos 60 do século XX, em que emerge a última fase chamada de *estado do bem-estar*, marcada pela criação da FUNABEM e pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, referido anteriormente.

Fase Caritativa

A assistência à infância no Brasil até meados do século XIX estava restrita a intervenções de natureza caritativa, principalmente religiosa, caracterizada basicamente pelo asilamento de crianças órfãs e expostas. Em Rizzini (1997), podemos ver que esse tipo de ação tem suas origens na Europa medieval, estando relacionada à noção de caridade cristã, considerada como a maior das virtudes cristãs. Aliviar o pobre do sofrimento a que suas condições materiais lhe submetiam era pré-requisito essencial para se alcançar a salvação da alma, uma vez que, dessa forma, demonstrava-se o amor a Deus e ao próximo. Mas, na prática, essa atitude também permitia aos abastados generosos a manutenção da ordem social com base na subordinação consentida do pobre como forma de gratidão.

Em termos de instituição voltada à infância em nosso país, nessa época, tínhamos a Roda de Expostos, administradas pelas Santas Casas de Misericórdia. Como no seu contexto de origem, a Roda funcionava como meio de acolher os bebês rejeitados por sua família, evitando o infanticídio e o aborto e favorecendo-lhes

formação moral; além de garantir, com o anonimato do expositor, a preservação da honra das famílias cujas filhas teriam engravidado fora do casamento (Marcílio, 2005).

Ainda segundo esse autor, antes da roda, as crianças abandonadas deveriam ser assistidas por imposição do Rei pelas câmaras municipais que, entretanto, alegando falta de recursos, ignorava-as geralmente, sendo acolhidas, em sua maioria, por famílias substitutas, movidas por compaixão ou pela possibilidade de dispor de sua força de trabalho de forma a complementar a renda familiar quando se tornassem adultos, o que raramente acontecia, haja vista a elevada taxa de mortalidade que as acometia na época. Mediante preocupação das autoridades em relação ao crescente abandono de crianças na cidade de Salvador, o Rei ordenou a instalação da primeira Roda em 1726, sob a administração da Santa Casa de Misericórdia, tendo sido, a segunda, na cidade do Rio de Janeiro e a terceira, em Recife, todas no período colonial.

A partir do Império, as câmaras foram isentadas dessa responsabilidade através da chamada Lei dos Municípios (1828) desde que na cidade existisse uma Santa Casa que aceitasse prover o amparo às crianças abandonadas, estando o subsídio agora sob a incumbência do Estado, representado pela Assembléia Legislativa provincial, de forma que a Roda foi oficializada e colocada a serviço do Estado, dando início, assim, a sua fase filantrópica em que se passou a contar com recursos públicos e privados. Dada, entretanto, a insuficiência desses subsídios, repercutindo na qualidade do atendimento, em que pese as Casas também recebessem doações, e do pequeno número de rodas no país, comparando com a demanda existente de crianças abandonadas, os índices de mortalidade ou a situação de abandono perduravam. Sem condições de prover o asilo às crianças, as Casas delegavam às amas de leite, em sua maioria mulheres de extrema pobreza, a criação dos abandonados pelos seus três primeiros anos inicialmente, podendo chegar aos 12 anos de idade, mediante o pagamento de um pequeno estipêndio.

Os poucos sobreviventes desse período eram encaminhados pela Roda a casas de famílias que pudessem receber os meninos como aprendizes de algum ofício ou ocupação e as meninas, como empregadas domésticas, em troca do amparo e sustento que lhes eram concedidos. Essas também dispunham de um Recolhimento de meninas órfãs e desvalidas construídas pela Casa, tendo em vista a sua preocupação com a honra e a castidade.

Mas, já nos finais do século XVIII, com a criação da Casa Pia do Seminário de São Joaquim em Salvador (1799), começaram a surgir instituições de proteção à infância desamparada de caráter público e privado voltadas para o abrigo e educação. A partir de então, podemos notar a coexistência ou a substituição gradual do modelo de assistência caritativa, movido pela moral cristã, para o filantrópico que se encontrava sustentado na ciência e voltado para fins utilitaristas.

Decerto que a situação da infância órfã e desvalida nesse período começara a mobilizar a sociedade, mas a atenção àquela que cometeu ou cometia crimes³ já se desenhava, ao menos, em termos de legislação, a partir do governo imperial. Segundo Rizzini (1995), a primeira lei penal do Império, o Código Criminal de 1830, merece ser apontada por possuir um valor histórico, uma vez que já sinalizava a necessidade de dispor às crianças e jovens que tivessem cometido um crime um tratamento diferenciado dos adultos, quando a prevalência da educação sobre a punição nem era ainda objeto de discussão, o que se daria na fase filantrópica da assistência à infância. Antes disso, eles eram severamente punidos como os adultos, apesar do fato da sua menor idade constituir um atenuante à pena, conforme a tradição do direito romano que, com

³ Como poderemos ver no corpo deste texto, mais adiante, a partir do ECA, a conduta descrita em lei como crime ou contravenção penal, quando praticada por uma criança ou um adolescente, passa a ser denominada de ato infracional, sendo reservadas essas expressões anteriores apenas às transgressões cometidas por adultos. No caso, compreendemos que o uso do termo crime, nessa parte do texto, constitui algo possível, porque estamos nos reportando, nesse momento, a uma fase da assistência em que não havia essa distinção (Brasil, 1990).

exceção dos menores de 7 anos, vistos como incapazes, concedia a aqueles situados entre 7 e 18 anos uma redução de pena equivalente a um terço em relação à dos adultos.

No caso do Código, os menores de 14 anos que tivessem cometido o crime com discernimento deveriam ser recolhidos em estabelecimentos especiais com fins correcionais por até, no máximo, 17 anos. Entretanto, apenas 20 anos após veríamos as primeiras iniciativas nesse sentido, tendo sido reservado durante todo esse tempo aos que eram condenados, o sistema carcerário dos adultos, sofrendo as conseqüências oriundas do contexto de promiscuidade, mesmo que agora se tratasse de um número menor de crianças e jovens a ele submetidos, haja vista o aumento da idade da responsabilidade penal.

É interessante ainda tomar nota sobre o aspecto do discernimento, considerado como critério de distinção entre adulto e infância quanto à questão penal. Entendido como sendo a capacidade do indivíduo de ter consciência de seus atos, quando verificada a sua existência, eram aplicadas penas a indivíduos menores de idade, de acordo com o crime de que eram acusados, da mesma forma que o adulto, mesmo que fosse por menos tempo, como já nos referimos acima. Este critério parece resistir em nosso meio sob nova roupagem, embora tenha sido abolido desde a promulgação do Código de Menores, segundo Rizzini (1997), depois de ter atravessado a prática jurídica como um todo por séculos, determinando diferentes faixas etárias como limites. No conceito de discernimento, podemos encontrar os resquícios de alguns argumentos que hoje alimentam a discussão sobre a responsabilidade penal, como aquele que advoga a redução da idade-limite sob a justificativa de que, em função do volume de informações às quais as crianças e adolescentes têm acesso atualmente, essas teriam uma maior consciência e, por conseguinte, maiores condições de se responsabilizarem pelo que fazem, sendo necessário, portanto, “modernizar” a lei em vigor (Silva, 2001).

Fase Filantrópico-Caritativa

Essa fase surge para atender as demandas impostas pela instituição de uma nova ordem política, econômica e social que o modelo de caridade não estava mais atendendo. Diante da abolição dos escravos, da proclamação da República, do processo de industrialização e urbanização, acompanhada pela ascensão da burguesia e sob influência da filosofia positivista com o desenvolvimento da ciência no início do século XX, uma assistência mais enviesada pela razão, capaz de disciplinar a sociedade tornava-se uma exigência já no final do século XIX. Constante era o apelo pelo estabelecimento da ordem social ameaçada com o aumento do número de pobres na cidade, decorrentes do processo de urbanização e industrialização, dada a possibilidade de perda de controle e domínio da massa, como já acontecera em diferentes países sob a forma de revoltas populares. É nesse contexto que a criança pobre, não só a desvalida, mas também a viciada e a delinqüente, tornaram-se, ao mesmo tempo, problema e solução para um governo mobilizado por um projeto de construção nacional. E, nesse ínterim, podemos observar, na política de assistência à infância, um deslocamento cada vez maior da liderança da Igreja para o Estado, o qual passa a estabelecer, por sua vez, várias alianças com o setor privado (Rizzini, 1997).

De certo modo, com base nessa mesma autora, podemos encontrar, nesse novo tipo de assistência, uma certa continuidade da fase anterior, quando também se encontrava voltada à salvação individual e servia de instrumento à manutenção da ordem social. Entretanto, não mais imperava a ótica da religiosidade, e sim, da racionalidade, estando fundamentada em princípios, teorias de ordem científica e uma nova moralidade correspondente, vindo a se constituir em uma caridade própria das

sociedades modernas, em que a desigualdade social despertaria o sentimento de compaixão, denominado de filantropia – amor à humanidade.

Mas, se nos países europeus ditos civilizados, modelo desde então para os intelectuais de nosso país, a tentativa de manutenção do controle social junto às classes empobrecidas, tomadas como inferiores por serem fontes de desordem, perpassou por políticas de alívio da pobreza como um gesto de compaixão e responsabilidade social, em nosso país, o controle se daria com a moralização do pobre através de suas crianças, principalmente as abandonadas e delinqüentes, denominadas de menores. Com base na idéia de que a infância exerce um papel determinante em relação à fase adulta do indivíduo, conforme teorias biológicas em voga, na idéia de pobreza como degradação moral, bem como na crença de que a herança é meio deletérios, em consonância com a teoria da degenerescência de Morel, poderiam tornar as crianças reprodutoras dessa degradação, a salvação do país da viciosidade em que se encontrava dependia essencialmente da salvação dessa criança, fosse prevenindo-a, fosse recuperando-a do vício.

Dentre os vários vícios, a delinqüência era considerada como o mais degradante à sociedade, devendo ser evitado a qualquer custo, o que seria mediante o combate a sua principal causa, a ociosidade, vista como recusa de servir a nação através do trabalho. De forma que, como o trabalho se constituía em uma das maiores virtudes humanas, de acordo com a nova moral que se desejava implantar para atender as necessidades do sistema capitalista que se iniciava no país, o projeto de salvação da criança pobre perpassava necessariamente pela educação para o trabalho, em seu aspecto profissional e moral.

Segundo ainda a autora supracitada, o cerne dessa educação, denominada de saneadora, que se estendia aos pobres, consistia em promover uma mudança de

mentalidade acerca do trabalho, devendo ser considerado como dignificante e enobrecedor e não mais como algo degradante e associado à escravidão e à pobreza, pois, com a abolição da escravatura, era necessário fazer o homem livre, no caso, o pobre, trabalhar em nome da proteção à propriedade e à segurança individual das elites, sob pena de ver a sociedade acometida por desordens. Preparar as suas crianças desde cedo para se adaptar ao trabalho não só conferia retorno a longo prazo, quando se tornassem adultos, enquanto força de trabalho. A sua inserção precoce de pronto oferecia tanto vantagens econômicas, desde aquela época, pelo baixo valor de sua mão-de-obra quando comparada a do adulto, como do ponto de vista da ordem social, na medida em que se mantinham afastadas da criminalidade, uma vez ocupadas na luta pela sobrevivência.

Embora se observasse a atuação de uma mesma lógica sobre as crianças pobres, a saber, a da repressão, haja vista a associação feita entre pobreza e criminalidade, aquelas ainda eram alvos de atenções diferenciadas em função de critérios referentes a sua origem familiar e ao seu caráter moral. As que fossem provenientes de pobres dignos, ou seja, daqueles que *“trabalhavam e, mesmo com poucos recursos, mantinham família unida, os filhos na escola e/ou no trabalho e observavam os costumes religiosos”* (Rizzini, 1997, p. 90), eram reservadas medidas profiláticas de regulação social através da oferta de ensino primário às crianças e educação higiênica aos pais por meio de conselhos e campanhas, por parte, principalmente, da medicina social. De forma que, assim, as crianças fossem protegidas de possíveis maus tratos, abandono, de uma educação inadequada e, conseqüentemente, da delinqüência, dentro de uma assistência extra-asilar, como classifica Irmã Rizzini (1993). O Patronato de Menores, criado em 1908, de iniciativa dos juizes de órfãos, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, idealizado por Moncorvo Filho em 1899 e inaugurado em 1901, e o

Departamento da Criança no Brasil, criado em 1919, tendo essa sido a primeira iniciativa de alcance nacional, são instituições representativas dessa tendência de atendimento.

Entretanto, quando se tratava de crianças cujas famílias se enquadravam na categoria viciosa, que envolvia os avessos ao trabalho, os que abandonavam os filhos e ignoravam os preceitos religiosos, as mesmas eram retiradas do seu meio para serem protegidas dos efeitos maléficos decorrentes dessa condição familiar ou do convívio da rua, e reeducadas com vistas, como as crianças dignas, a se tornarem futuros homens dóceis e produtivos, sendo-lhes reservado, nesse caso, o espaço dos asilos. Embora já pudéssemos encontrar o atendimento do tipo asilar na fase anterior de assistência, a filantropia científica propunha-lhe mudanças, não só em termos de finalidades como também e, sobretudo, de métodos e fundamentos (Rizzini, 1997).

Esse novo modelo de assistência, no caso, estava caracterizado por certas proposições, como: a ruptura com a perspectiva repreensiva de atendimento que vinha norteando, até então, o sistema de internato e as prisões junto às crianças de origem viciosa; a adoção de uma ótica educativa, voltada para a sua validação econômica e política, como nos referimos acima; e, a restrição do atendimento asilar apenas às crianças perigosas, isto é, os menores abandonados e delinqüentes, de acordo com a orientação do movimento internacional que contestava o modelo asilar diante dos seus efeitos negativos sobre a vida da criança. Contudo, a filantropia científica, sobretudo, defendia a necessidade de instituições apropriadas ao controle social, estando sua organização calcada na lógica do esquadramento, muito usada pela medicina social para evitar o surgimento e propagação de doenças. Tal lógica tinha sua expressão na distribuição metódica da clientela por vários aspectos, além de sua categorização inicial em grupo específico (abandonado e/ou delinqüente), para posterior investigação e

aplicação de tratamento correspondente dentro de uma ocupação criteriosa do espaço e do tempo, revelando em um método convergente aos anseios de disciplinarização social do novo regime de governo que começava no final daquele século.

Ao mesmo tempo em que se idealizava um tratamento fundamentado na razão científica, nessa fase da assistência emergiam também propostas para a organização da assistência pública à infância a partir de uma maior intervenção do Estado, com a intenção de se garantir o controle centralizado dos serviços e verbas provenientes tanto da instância pública como privada, promovendo uma aliança orientada entre os esforços desses setores na execução do atendimento; e, sobretudo, através da justiça, viabilizando a proteção e a assistência das crianças pobres, principalmente, daquelas consideradas pervertidas, para as quais se defendia uma legislação especial.

Na realidade, como aponta Irma Rizzini (1993) em sua avaliação do atendimento nesse período, esse modelo que surge no final do século XIX não foi logo incorporado pelo Estado enquanto política social e não surtiu mudanças na prática institucional dos asilos existentes, tendo sido comum a prisão dos menores na Casa de Detenção, quando não em institutos que funcionavam sob regime repressivo e promíscuo, e o enclausuramento das meninas em instituições regidas por religiosas que as visavam como futuras esposas, domésticas ou mesmo religiosas. Decerto que os temores com o aumento da criminalidade entre crianças e jovens passou a gerar preocupação para o Estado, o qual se mobilizava a criar colônias correcionais, institutos, reformatórios, mas seu funcionamento não correspondia à nova compreensão que se engendrava a respeito dessa problemática. O que pudemos observar, ao contrário, com a emergência do Código Penal Brasileiro de 1890, foi um certo endurecimento da lei em relação ao Código de 1830, com o rebaixamento da idade penal de 14 para 9 anos, desconsiderando o debate em voga sobre a importância da educação em detrimento da

punição. E com a assistência extra-asilar, o Estado também se mostrou ausente nesse período, embora as instituições existentes nesse setor o tivessem pressionado com vistas à organização da assistência pública e à criação e aplicação das leis protetoras da infância.

Do início da República até a segunda década do século XX, a assistência oficial não obedeceu a um plano nacional, sendo caracterizada por iniciativas isoladas e de natureza caritativa, diferenciando da privada apenas por origem das verbas, tendo sido, portanto, também alvo de críticas da filantropia científica, dada a sua dispersão, desorganização, duração efêmera, gerando efeitos negativos como a degenerescência da raça, o estímulo à preguiça, ao parasitismo, à vadiagem, como descrevem Rizzini e Vogel (1995).

A aliança entre a assistência privada e a pública, proposta por médicos higienistas, como Morcovo Filho, e juristas, como Ataulpho de Paiva, só seria operacionalizada com a criação do Ofício Geral de Assistência em 1903, que atendia todos os princípios da assistência defendidos pela filantropia e que, embora nunca tivesse se efetivado, contribuiu em termos de suas idéias para a aprovação do regulamento da assistência e proteção aos menores delinqüentes e abandonados em 1923, a partir do qual esses passariam a ser objetos de tutela do Estado, antes exercida de forma predominante pela assistência privada. Com tal regulamento, foi determinada, então, a criação do Juízo Privativo, um Abrigo e um Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, constituindo, dessa forma, um aparato para a futura execução do controle sobre o menor, agora em caráter oficial pelo Estado.

Podemos notar que, até então, o conceito de menor já vinha sendo forjado desde o advento da República, mediante a ameaça que a infância pobre trazia aos projetos de nação civilizada, na medida em que passou a estar associado ao conceito de

marginalidade em situações de abandono ou de delito, antes vinculado apenas a correlações etárias. Entretanto, foi a partir da promulgação do Código de Menores em 1927, quando se consagrou a segregação e diferenciação da infância pobre, que a parcela de crianças que não possuía uma família com condições de educá-las conforme os padrões de moralidade vigente, com destaque àquelas moralmente abandonadas e/ou delinqüentes, seria designada com respaldo legal como *menor*, e em torno do qual se justificaria a intervenção do Estado mediante a criação de um complexo aparato jurídico-assistencial, contribuindo, por sua vez, segundo Nunes (2005), para reafirmar esse lugar social que lhe era reservado. Rosa (2001) nos lembra que os direitos daquelas crianças inseridas em famílias consideradas padrão continuou merecendo a proteção do Código Civil Brasileiro em vigor desde 1916, não sofrendo nenhuma alteração, o que nos evidencia melhor o sistema dual no atendimento à criança, instituído com o Código de Menores.

Com esse novo dispositivo legal, podemos perceber que o Estado pode exercer maior controle sobre os menores, quando, em nome da proteção desses, detinha, através da figura do juiz, o poder de ordenar as medidas relativas ao tratamento, colocação, guarda, vigilância e educação; fiscalizar qualquer local onde estivessem, assim que considerasse necessário; bem como apreender qualquer um que julgasse estar sob suspeita, no momento em que estavam inclusos na categoria de *menor*. Sob a ótica do controle, todos os integrantes dessa categoria deveriam ainda ser submetidos ao processo de investigação e classificação para receber o destino de acordo com seu nível de periculosidade. Essa vigilância se consolidou também em relação ao espaço familiar, sendo possível a suspensão do pátrio poder do pai ou da mãe quando, por abuso de autoridade, negligência, incapacidade, impossibilidade de exercer o seu poder, faltassem habitualmente ao cumprimento dos deveres paternos.

Ainda sobre o Código, Rizzini e Vogel (1995) vem ressaltar uma importante contribuição no tocante à questão do trabalho infantil e juvenil, quando dispõe sobre a sua regulamentação, reservado em um capítulo específico, apesar dessa questão já ter sido objeto de lei desde 1891 e jamais cumprida. Segundo o Código, ficava proibido o emprego de menores com idade inferior a 12 anos em todo o país, havendo restrições rigorosas quanto aos locais, horários e pessoas que os empregassem e prevendo punições para os infratores, visando combater as condições insalubres, a rígida disciplina do trabalho às quais as crianças eram submetidas. Entretanto, podemos observar que o uso indiscriminado da mão-de-obra infantil continuou ao lado da omissão e da complacência do Estado no dever de fiscalizar o cumprimento da lei, em uma demonstração de adesão à idéia generalizada, na época, de que o trabalho é importante na prevenção dos desvios e no fortalecimento da economia, atendendo, dessa forma, a interesses do empresariado industrial e do próprio Estado em relação à manutenção da ordem social, como já vimos anteriormente. Fato esse que, segundo Faleiros (1995), não encontrava resistência nas famílias operárias, uma vez que lhes representava a possibilidade de complementar os seus baixos rendimentos, embora os salários de seus filhos menores fossem mais baixos do que os adultos.

No que concerne, especificamente, ao menor considerado delinqüente, o Código de Menores, em seu artigo 68, incluiu a determinação da imputabilidade para os 14 anos em consonância com a proposta da época de maior afastamento da área penal; sendo os maiores de 14 e menores de 18 anos submetidos a processo especial, com a possibilidade de favorecer aos maiores de 16 a liberdade vigiada; e, aos jovens de 18 a 21, atenuantes frente ao código penal. Quanto ao tipo de tratamento que lhes era reservado, o Código veio legitimar a prática de institucionalização já proposta anteriormente como solução para a recuperação, estendendo-se, agora, também ao

menor abandonado. Porém, ao menor delinqüente era indicada uma reclusão mais afastada do centro das cidades devido ao seu maior nível de periculosidade, sendo encaminhado, no caso, para escolas de reforma na zona suburbana nas quais deveriam se submeter a um regime mais rígido de disciplina.

Nos anos de 1930, com a instauração, com Vargas, de um governo autoritário e corporativista, para os quais as políticas sociais constituíam, como descreve Rosa (2001, p. 191), em “*instrumento de incorporação das populações trabalhadoras urbanas*”, podemos perceber uma maior intervenção do Estado na área da criança e do adolescente, simbolizada pela criação de órgãos de alcance nacional como o DNCr – Departamento Nacional da Criança, LBA – Legião Brasileira de Assistência, além do SAM - Serviço de Assistência ao Menor, embora contasse com uma maior articulação com o sistema privado. Ao mesmo tempo, a separação dicotômica entre menor e criança presente desde o início da assistência pública à infância, não só é mantida, mas, sobretudo, solidificada, uma vez que passa a existir um atendimento especializado a essas duas categorias. Nesse sentido, o DNCr se referia à política de proteção à infância, maternidade e à adolescência, sendo reforçada pela LBA e coordenada pelo Ministério da Educação e da Saúde; enquanto o SAM representava a atenção do Estado em relação ao menor que permanecia subordinado ao âmbito policial-jurídico, sendo alçada do Ministério da Justiça, que ainda contava com o Juizado e com as Delegacias de Menores para compor o aparato necessário à defesa nacional (Rizzini & Vogel, 1995).

E, embora o SAM estivesse assentado idealmente sob o modelo científico de assistência, na década de 1950, ele passa a ser alvo generalizado de denúncias de natureza diversa e por diferentes atores sociais, inclusive, por parte daqueles que faziam parte diretamente do seu sistema, como pelos menores com as freqüentes fugas e rebeliões internas, sendo comum entre esses a indignação com a indefinição do tempo

de sua internação, em uma clara associação com a pena. A variedade de maus tratos a que eram sujeitos, como a superlotação, a falta de higiene, a precariedade dos estabelecimentos, a ociosidade, a má qualidade da alimentação, somada a violência sexual praticada por funcionários e meninos contra as meninas internas, havendo, inclusive, a prática de lenocídio com a comercialização dessas por funcionários da instituição a prostíbulos, e a venda dos meninos, no caso, para organizações criminosas, além dos castigos corporais usados como estratégia disciplinar, compunham a realidade do atendimento oferecido aos chamados menores, em grande contraste com os propósitos de recuperação tão defendidos no início do século, de forma que passou a ser reconhecido como “fábricas de delinqüentes”, “sucursal do inferno”, “Sem Amor ao Menor”, dentre outras designações. Um contraste que, em consonância com Irmã Rizzini (1993), parece expressar, em parte, as contradições do próprio projeto inicial de civilização do país através de uma assistência à infância baseada na “*ortopedia dos desviantes*” (p.98), partindo do pressuposto de que a sociedade é um todo harmônico, mas que, na verdade, findou produzindo a inadaptação daqueles que julgaram estar inaptos à vida social.

Somada a essa sorte de atentados elencados acima contra os direitos humanos, existiam ainda instituições oficiais e particulares em melhores condições que ofereciam vagas apenas para os filhos de empregadas domésticas de pessoas importantes ou filhos de famílias ricas, demonstrando um pouco a malha de corrupção na qual o SAM estava envolvido. Uma corrupção da qual fazia parte, não só funcionários, mas os seus dirigentes efetivos pertencentes ao departamento administrativo do Ministério da Justiça ao qual o SAM estava vinculado, tornando-o uma fonte de recursos para fins particulares. Diante desse quadro, a extinção do SAM tornou-se uma exigência da qual o governo não pode se esquivar. Após a tentativa de reformá-lo em 1955 com o INAM -

Instituto Nacional de Assistência a Menores, foi elaborado o anteprojeto de criação da FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, aprovado em 1964, que o extinguiu, marcando o início de uma nova fase na história da assistência à infância no país.

Fase do Estado do Bem-Estar Social

A FUNABEM, segundo Rizzini e Vogel (1995), pretendia ser a antítese do modelo anterior. Em termos institucionais, dispunha de autonomia administrativa e financeira e não estava mais sob o controle do Ministério da Justiça, mas subordinado diretamente à Presidência da República; além de legitimidade local e nacional, ao ser responsável pela formulação e implantação da Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNEBEM), com uma amplitude em termos de funções, correspondendo aos anseios manifestos outrora de uma política centralizada de atendimento em relação ao menor, que seria executada pelas Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor – FEBEMs, com o devido respeito, no entanto, às especificidades da realidade de cada local.

Quanto ao teor dessa política, desejava-se romper com as práticas repressivas até então em voga e, com ela, rever a questão do internamento. Considerando que o “problema do menor” era a carência, sob inspiração da Declaração dos Direitos das Crianças aprovada em 1959, importava naquele momento, garantir o bem-estar do menor com o atendimento de suas necessidades básicas como saúde, educação, amor, compreensão, recreação e segurança social, dentro de um enfoque assistencialista e em consonância com o modelo do *Welfare State*. Para tanto, propunham como estratégia a

manutenção ou reintegração na família, tentando fortalecer essa instituição em sua base econômica e social.

É válido notar que a essa estratégia subjazia, entretanto, a idéia de que o problema do menor era um problema da família, mais especificamente de sua desagregação, da mesma forma que na preocupação com o menor poderia se perceber a atualização da preocupação com o futuro da sociedade diante dos custos sócio-econômicos e políticos que a problemática poderia gerar, o que não interessava a um Estado regido sob a doutrina da segurança nacional. Naquela época, o aumento crescente de crianças e adolescentes marginalizados constituía-lhe um grave risco, pois não só o futuro “capital humano” estaria dilapidado, significando uma baixa na produção de riqueza do país, como a riqueza atual estaria sendo reduzida pela necessidade de investimentos frente aos problemas sociais já decorrentes do processo de marginalização. Além disso, acreditava-se na possibilidade dos menores serem cooptados por forças opositoras ao regime em voga. Nesse sentido, a internação não era indicada, pois não só desfavorecia a estruturação familiar quanto representava ônus para o Estado, sendo ainda considerada uma solução inadequada uma vez que se tratava de um problema generalizado ao envolver grande parte da população infanto-juvenil.

Operacionalmente, o que se podia perceber era uma realidade que não convergia com as propostas acima arroladas. O aspecto centralizador da PNEBEM custou a incapacidade das FEBEMs para conduzirem com autonomia sua atuação, junto com a desarticulação, não só entre as suas unidades, como dessas com outros organismos atuantes nessa temática do menor. Política, na verdade, não chegou a existir, segundo os autores supracitados, havendo, no caso, programas com dispersão de recursos e ações paliativas, fragmentadas e descontínuas ao longo das mudanças de governo, sendo comum práticas de clientelismo. Assim sendo, a proposta de prevenção à

marginalização não se efetivou, tendo contribuindo, antes, com o aumento dos prejuízos desse processo que se intensificava com o modelo imposto de desenvolvimento econômico, visando à modernização do país. Alta taxa de mortalidade e de evasão escolar, redução significativa da expectativa de vida, ingresso precoce no mercado de trabalho, presença crescente de meninos vivendo e trabalhando nas ruas, aumento do envolvimento com drogas e na prática de delitos faziam parte do cenário familiar de crianças e adolescentes pobres de nosso país.

Em contraposição à intenção inicial de favorecer a integração desses em suas comunidades, foram acrescentadas medidas repressivas, com intensificação da ação policial junto aos mesmos e a massificação da internação, na tentativa de ocupá-los ou ocultá-los. A FUNABEM parecia ainda não contar com o legado físico-estrutural do SAM voltado para a internação, nem tampouco com o jogo político que a internação favorecia em nome da confiança generalizada a esse recurso junto às famílias de baixa renda e do sentimento de gratidão das mesmas em relação àqueles que lhes concediam a internação de seus filhos menores, havendo um futuro retorno em termos de votos.

Essas práticas foram consagradas com a reformulação do Código de Menores em 1979, na medida em que se compreendia que todas as crianças, antes consideradas como exposta, abandonada, delinqüente, transviada, infratora, libertina, dentre outros termos, eram frutos de carências individuais e de suas famílias, encontrando-se, portanto, em situação irregular, justificando a necessidade de medidas de proteção para supri-las. No caso, a internação, na maioria das vezes, era a única via adotada, diante da pressuposta incapacidade de suas famílias, tornando, por conseguinte, a questão mais jurídica e assistencial do que de uma ordem macro-estrutural, o que, conforme Faleiros (1995), traduz uma percepção invertida do processo de marginalização, quando a realidade em que estão inseridos é que estava em situação irregular.

Nesse sentido, é possível compreender a ampliação que se seguiu dos poderes da autoridade judiciária, referida por Rizzini, Irene (1995), quando agora poderia determinar medidas de ordem geral à sociedade, dentre outras funções que extrapolariam responsabilidades às quais lhes seriam específicas, sem mencionar o controle sobre a perda ou suspensão do pátrio poder que permanecia em vigor desde a primeira versão do Código de Menores em 1927. Acrescente-se, ainda, a arbitrariedade do atendimento direto sobre crianças e adolescentes que possivelmente tivessem cometido alguma infração, quando foi instituída a prisão cautelar, de forma que poderiam ser apreendidos, mesmo em casos apenas de suspeita, além da possibilidade de lhes serem aplicadas medidas, sem provas, sendo o processo contraditório apenas instaurado na presença de um advogado solicitado pela família, o que significava a impossibilidade de sua defesa, dada a situação de pobreza em que a maioria se encontrava. Segundo Rosa (2001), o Código veio regulamentar a criminalização da pobreza, apesar da manutenção da responsabilização penal estabelecida a partir de 18 anos, por razão do Código Penal de 1940, e da revogação de alguns dispositivos de leis anteriores, que permitiam a punição dessa parcela da população infanto-juvenil.

Esse novo Código de Menores, entretanto, conforme afirma Maria Silva (2005, p.32), *“já surgiu defasada para sua época”*, quando, no mesmo ano de sua promulgação, era comemorado o Ano Internacional da Criança, que já resultava de um movimento mundial em torno dos direitos das crianças e dos adolescentes. Nesse mesmo sentido, Roberto Silva (1998), aponta a insensibilidade dessa legislação para uma série de princípios consagrados em documentos internacionais que o antecederam, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, de 1948 e o Pacto de San José da Costa Rica, de 1969, que obrigou os países signatários a adotarem em seu direito interno os princípios

da Convenção, figurando, ali, a proteção à família e os direitos da criança, além da Declaração sobre os Direitos da Criança, adotada pela ONU em 20 de novembro de 1959, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos de 1966. Segundo esse mesmo autor, as razões dessa insensibilidade pareciam estar associadas à influência que o Instituto Interamericano Del Niño da OEA (Organização dos Estados Americanos), da qual o Brasil era integrante, exercia sobre a escola menorista de nosso poder judiciário.

Embora o Código de 1979 tivesse ignorado o contexto internacional que demonstrava ser mais favorável ao respeito à vida das crianças e dos adolescentes, por pouco tempo, todavia, permaneceria em vigor, mediante a conjuntura interna do país a qual estava prestes a surgir nos anos 80, considerados como decisivos à gestação de uma nova perspectiva de enfrentamento político e de intervenção na área da infância e da adolescência a ser norteadas por uma nova legislação, o Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado em 1990. Na década que o antecede, sobre o país pairava um clima de efervescência em torno de seu processo de redemocratização acompanhada por uma forte atuação dos movimentos sociais voltada, principalmente, segundo Doimo (1995, citada por Pinheiro, 2001), para a conquista de uma maior participação política e pela melhoria da qualidade de vida da população. Como reflexo desse contexto e, em resposta à realidade social da infância penalizada pela miséria, que se intensificou com a política econômica adotada, e sua criminalização pelo sistema oficial de assistência até então a ela dirigido, amplamente denunciada na época, houve uma ampla mobilização nacional com vistas à defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

De acordo com Santos (2001), ainda sob a égide da ditadura, na década de 1970, já poderíamos encontrar uma série de grupos e entidades no campo não-governamental como Centro Salesiano do Menor, em Belo Horizonte e a Pastoral do Menor, na cidade

de São Paulo (1978), desenvolvendo práticas junto aos chamados meninos de rua e aos menores infratores, com base na “*concepção criança-sujeito-de-sua-história e do processo pedagógico*” (p.77), constituindo-se, portanto, em experiências alternativas ao modelo oficial de atendimento, pautado na criança-objeto. No entanto, conforme Costa (1994), seria em meados da década de 1980, a partir dos encontros promovidos entre essas entidades pelo grupo de técnicos do UNICEF, da FUNABEM e da SAS (Secretaria da Ação Social - vinculada ao Ministério da Previdência Social e Assistência Social), envolto com o Projeto de Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua (1982), quando os programas alternativos se reproduziriam e constituiriam em uma nova identidade política, consubstanciada na Coordenação do Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua (MNMNR).

Em seguida, mediante o trabalho de articulação e mobilização promovido especialmente pela Comissão Nacional Criança e Constituinte, Frente Nacional de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes, Pastoral do Menor, além do próprio movimento, somariam forças diversas em torno da luta pelo reconhecimento legal dos direitos das crianças e dos adolescentes. Inicialmente, junto ao processo de formulação da nova Carta Magna (1988) pela Assembléia Nacional Constituinte e, logo após, ao de elaboração e aprovação do ECA, no qual se destacou a atuação do movimento social cuja força e legitimidade foram ampliadas com o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum DCA.

No primeiro momento, tivemos como resultado a inclusão na Constituição de um artigo cujo teor já contemplava os princípios fundamentais da Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças, antes mesmo de sua aprovação pela ONU, e representavam a base da Doutrina de Proteção Integral: o princípio da prioridade

absoluta, quando os interesses dessas passam a ser considerados acima de qualquer outro interesse da sociedade; o da indivisibilidade dos direitos, ao deverem ser assegurados todos os direitos e não alguns somente; e, a concepção de criança enquanto sujeito de direito, inclusive, o de participar das decisões que lhe dizem respeito (Volpi, 2001). No segundo momento, com o ECA, as conquistas constitucionais sintetizadas no artigo 227 puderam ser regulamentadas e o Código de Menores e a Política Nacional de Bem-Estar do Menor, então, revogados, implicando mudanças tanto no enfoque sobre a infância quanto nas políticas de atendimento.

Ainda segundo esse autor, o ECA se constituiu um divisor de águas na história da assistência à infância no Brasil ao promover uma verdadeira mudança de paradigma, superando a antiga Doutrina da Situação Irregular, extensiva à Doutrina do Direito do Menor, em favor da Doutrina da Proteção Integral. Nessa perspectiva, de uma legislação que trata dos direitos de tutela do Estado sobre os que estivessem em situação irregular, com fins de controle social da criança pobre, passamos a dispor de um instrumento legal de garantia de direitos pessoais e sociais dos adultos junto a todos os menores de 18 anos, sem discriminação de qualquer tipo, considerando todos como sujeitos de direitos, além de tantos outros direitos em função de sua condição peculiar de desenvolvimento, com a intenção de assegurar as condições necessárias ao mesmo, garantindo ainda proteção especial àqueles que se encontrarem em situações de risco pessoal e social, rompendo, dessa forma, com a dicotomia anterior entre infância e menoridade.

O próprio termo menor, cunhado desde do início do século XX, principalmente, a partir do primeiro Código de Menores, enquanto categoria classificatória da infância pobre, é banido da legislação. Para se referir aos menores de 18 anos, o Estatuto, em seu art. 2º, utiliza duas denominações: criança, para designar a pessoa com até 12 anos completos, e adolescente para aquela que se encontra entre 12 e 18 anos incompletos,

como apontamos no início desse capítulo (Brasil, 1990). Mas, para além de uma mudança de nomenclatura, a consagração da Doutrina de Proteção Integral introduz diferenças quanto à gestão e ao método do tratamento dispensado a esse público, principalmente em relação aos que transgridem o Código Penal.

Uma vez reconhecidos em sua condição de sujeitos de direitos, de cidadãos e não mais como portadores de necessidades, as políticas de caráter centralizador, assistencialista e/ou repressor, características do modelo anterior, são chamadas, por conseguinte, a ceder o lugar à política de promoção e defesa de direitos com base em uma relação de parceria entre Estado e sociedade civil que se operacionaliza com a participação paritária e deliberativa na formulação e controle das políticas em Conselhos de Direitos nos três níveis de organização política e administrativa do país: federal, estadual e municipal. A essa descentralização acrescenta-se o fato de que também recai aos municípios a responsabilidade pela execução das ações diretas, em parceria com as entidades não governamentais que nele atuam, favorecendo, dessa forma, além da otimização dos recursos e o controle social das mesmas, às crianças e aos adolescentes a convivência familiar e comunitária.

Ainda em consonância com o princípio de democratização da coisa pública contemplado no artigo 204 da Constituição e a política de atendimento apontada pelo ECA, a arbitrariedade e a concentração de poder dos juízes ainda sofre limitações com a criação dos Conselhos Tutelares. Esses são definidos como órgãos autônomos, não jurisdicionais, de atuação exclusiva no âmbito municipal, constituídos por pessoas da comunidade, voltados para a garantia dos direitos através de medidas protetivas, em casos de violação ou de ameaça por ação ou omissão do Estado, da sociedade, ou da família, inclusive, em razão da conduta da criança ou do adolescente, sendo reservado à

competência jurídica apenas as situações referentes à infração à lei por adolescentes, respeitando, ainda, certas condições, como veremos logo em seguida.

No caso, com a atuação dos Conselhos Tutelares, ocorre a chamada desjudicialização das questões sociais, pois a vulnerabilidade socioeconômica não constitui mais motivo de perda ou suspensão do pátrio poder pelos juízes, cabendo ao Estado e à sociedade civil a responsabilidade de assistir a família, para que a mesma possa oferecer as condições materiais necessárias ao desenvolvimento dos seus filhos menores. Por conseguinte, nesse sentido, a internação não se constitui mais como solução para problemas sociais como a pobreza. Contrapondo-se ainda mais à política criminalizadora da pobreza de outrora, a apreensão fica restrita à condição de flagrante ou a apresentação de uma ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente além de ser vetada a possibilidade de algum adolescente ou criança ser privado de sua liberdade sem que haja o respeito aos seus direitos processuais que envolvem, dentre outros, o direito à defesa técnica por advogado, equiparando-se, nesse sentido, aos adultos, uma vez que a esses tais direitos já tinham sido garantidos em lei.

Todavia, em virtude de sua condição peculiar de desenvolvimento, caracterizada pelas diferentes, substanciais e rápidas mudanças em termos quantitativos e qualitativos que as crianças e os adolescentes vivenciam nessas fases de vida, o Estatuto, enquanto instrumento de garantia de seus direitos a favor de seu pleno desenvolvimento, em condições de liberdade e dignidade, estabelece um tratamento diferenciado aos mesmos quando cometem um ato infracional (Costa, 1994).

Em consonância com essa compreensão, as condutas que infringem a lei penal, denominadas por essa de crime ou contravenção penal, quando cometida por uma criança ou um adolescente em questão, são chamadas de *ato infracional*, não se caracterizando como delito, conforme o Estatuto (Brasil, 1990, art. 103) e, seguindo a

decisão adotada na Constituição de 1988, são considerados penalmente inimputáveis (Brasil, *ibid.* art.104), estando sujeitos, entretanto, às medidas previstas no mesmo. Dito de outra forma, concebe-se e se estabelece em lei que crianças e adolescentes não podem responder da mesma forma que os adultos, cujas sanções são determinadas pelo Código Penal.

Em respeito ainda às diferenças de desenvolvimento que existem entre as fases infância e adolescência, como nos lembra Solari (2002), são aplicadas às crianças apenas medidas de proteção (Brasil, 1990, art.101), visando mais uma responsabilização do Estado, da sociedade e da família na promoção de seus direitos, sendo a criança tratada exclusivamente como vítima; aos adolescentes, depois do devido processo legal, cabem medidas sócio-educativas que, de acordo com o artigo 112 do Estatuto, podem ser a advertência, a obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, a liberdade assistida, a internação em regime de semiliberdade e a internação em estabelecimento educacional (Brasil, 1990).

Entretanto, a responsabilização do adolescente através dessas medidas ocorre numa perspectiva conceitual oposta à pena, que tradicionalmente está associada à noção de castigo, como podemos ver em Foucault (1979/1995), e à qual são submetidos os infratores adultos. Segundo esse mesmo autor, a privação da liberdade, com duração determinada é a forma específica pela qual o Direito Penal concretiza o princípio da reparação equivalente, em consonância com a compreensão da pena enquanto castigo. Ou seja, os adultos, quando transgridem o Código Penal, devem reparar o mal causado à sociedade, “pagando-lhe” com a sua própria liberdade, considerada um bem e um direito de todos, de uma forma proporcional à gravidade do delito através de uma determinada quantidade de tempo em que ficarão reclusos.

Com o ECA, não só a política menorista de atendimento que o antecedia perde suporte legal, como também esse paradigma jurídico é desafiado, pondo em dúvida todo o sistema penal e a política criminal vigente, quando se busca maior individualização na aplicação da medida sócio-educativa, tendo que considerar a história e a capacidade de cada adolescente, não só a natureza da infração cometida; bem como, em respeito ao princípio de brevidade e os fins educativos e socializantes, estabelece-se o limite máximo de três anos para a internação e não se define o tempo exato de reclusão, devendo ser avaliada a situação a cada seis meses, podendo a sentença ser modificada, inclusive, suspensa, de acordo com andamento do processo educativo (Bazílio, 2003b; Terra, 1999). Além disso, a medida de internação está sujeita ao princípio de excepcionalidade, segundo o qual deve ser estabelecida apenas em última instância em relação às outras modalidades de medidas sócio-educativas, ou seja, quando se constituir único recurso para que tal processo ocorra e em situações em que os atos infracionais se configurem grave violência contra a pessoa.

Mesmo assim, a internação, como as demais medidas, não deve ignorar o princípio da incompletude institucional, que advoga a utilização máxima dos serviços na comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento aos adolescentes, diferenciando mais uma vez da lógica que preside as prisões, dado que essa está calcada no modelo de *instituição total*. Segundo Goffman (1961/1987), esse tipo de instituição se caracteriza por ser um estabelecimento fechado que funciona em regime de internação, capaz de moldar de maneira uniforme todos os indivíduos que nela vivem em função de determinados interesses, uma vez que estão sob o controle em tempo integral, na medida em que esse tipo de instituição agrega em um mesmo espaço diferentes funções como moradia, educação, lazer, trabalho, que geralmente estão associadas a outras instituições sociais. No caso das prisões para os adultos infratores ou

dos internatos que outrora eram reservados às crianças e aos adolescentes considerados perigosos, é oportuno lembrar o estigma e a exclusão social que lhes são reservados por terem sido um dia seus internos.

Nesse sentido, a partir do ECA, devem ser privilegiadas as medidas em meio aberto, tendo em vista as maiores possibilidades de inserção social do adolescente e, quando adotada a privação de liberdade, deve ser garantida uma série de condições específicas ao atendimento, uma vez que, de acordo com Campos e Francischini (2005), as medidas não objetivam punir, causando sofrimento aos que infringem a lei, através da privação de direitos, mas interferir no processo de desenvolvimento do adolescente a fim de lhe favorecer condições de se tornar uma pessoa crítica e responsável frente não só aos seus atos, mas também à realidade a sua volta, na qualidade de protagonista social. Ao mesmo tempo, através da co-responsabilidade do Estado, sociedade e família, como afirma Volpi (2002), as medidas se constituem uma via especial de acesso a todos os seus direitos de forma que sejam superadas as situações-limite em que vive, dentro da perspectiva da convivência social, à qual o Estatuto está vinculado (Campos et al., 2004).

Assim sendo, podemos dizer que respeitar a condição peculiar de desenvolvimento do adolescente, garantindo-lhe o direito de ser inimputável penalmente, não implica supressão de sua sujeição ao ordenamento jurídico. Tampouco a sua responsabilização exime o Estado do dever de promover as condições necessárias para que as medidas sócio-educativas sejam realmente implementadas. Desse modo, a partir do Estatuto, puderam ser superadas, ao menos legalmente, a etapa penal indiferenciada e a etapa tutelar do tratamento da responsabilidade penal dos menores de idade, marcadas pelo caráter retribucionista e paternalista, respectivamente, inaugurando uma fase que tenta conciliar a idéia de segurança pública com cidadania.

Considerando que o objeto específico deste trabalho é a medida sócio-educativa Liberdade Assistida – LA, em execução pela Pastoral do Menor (PAMEN) da Arquidiocese de Natal/RN, nesse momento propomo-nos a fazer um recorte do universo das medidas, enfocando nossa discussão em torno da LA, tomando não só como referência o que é preconizado pelo ECA, mas também o programa de execução da referida instituição. No sentido de melhor contextualizarmos o nosso campo de pesquisa, julgamos também necessário caracterizar a própria PAMEN, enquanto instituição social, antes de recompormos o programa em si. Em seguida, finalizamos este capítulo com um breve panorama do processo de implantação do ECA, pontuando alguns de seus avanços e limites, principalmente no que tange à realidade do atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

1.2. A Liberdade Assistida na Pastoral do Menor de Natal

1.2.1. A Liberdade Assistida à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente

Como outrora citamos neste texto, a Liberdade Assistida- LA, segundo o artigo 12 do Estatuto (Brasil, 1990), constitui-se uma das medidas sócio-educativas possíveis de serem aplicadas ao adolescente a quem é imputada a autoria de ato infracional, em consonância com a regra 18 de Beijing (ONU, 1985, citado por Volpi, 1997) na qual se expressa o interesse de se coibir a prática massificada da institucionalização.

À respeito dessa medida, Carranza (2005) nos lembra que a expressão *liberdade assistida* não é nova, podendo ser encontrada no Código de Menores de 1979. Entretanto, com o ECA, essa autora afirma que a mesma não é mais sinônimo de liberdade vigiada, uma vez que os adolescentes não são mais vistos como objeto de

controle e vigilância, mas como “*sujeitos livres e em desenvolvimento que requerem apoio ou assistência no exercício de sua liberdade, para seu desenvolvimento à plenitude*” (p.403).

Partilhando dessa compreensão e com base nas considerações do 1º Seminário Latino-Americano de Capacitação e Investigação sobre os direitos do Menor e da Criança frente ao Sistema de Administração da Justiça Juvenil (San José, Costa Rica, 1987), em que a liberdade assistida é vista como um meio para o fortalecimento dos vínculos entre o adolescente, seu grupo de convivência e sua comunidade, Freitas (2005) adverte que as atividades definidoras da medida, “*acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente*” (Brasil, 1990, art.118), devam ser compreendidas dentro dessa nova concepção.

No caso, o rol das atividades enumeradas nos incisos de I a III do artigo 119 do Estatuto, descritas abaixo, denotam a dimensão protetiva da LA, como afirmam Veronese, Quandt e Oliveira (2001):

Art. 119. Incumbe ao **orientador**, com o **apoio e a supervisão da autoridade competente**, a realização dos seguintes encargos, **entre outros**:

“I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;

II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho; apresentar relatório do caso. (Brasil, *ibid*, art. 119). (grifos meus)

De acordo com Freitas (2005), a expressão destacada acima *entre outros* sugere que esse quadro de atribuições constitui o mínimo a ser seguido pelo orientador, dado que as situações de cada adolescente são tão diversas quanto os mesmos. Desse modo, esse acompanhamento personalizado, no qual se configura a medida LA, além de viabilizar o acesso do adolescente ao estatuto de sujeito de direito, deve envolver, como princípio, o respeito à singularidade de cada um (Napoli, 2003). Ademais, devemos acrescentar que, mediante a participação ativa que a medida LA requer do adolescente no seu processo educativo, que se dá em meio aberto e as ações devem ser discutidas e acordadas, sendo respeitado no seu direito de escolha, a liberdade finda se constituindo um principal elemento socializante (Carranza, 2005).

Ao mesmo tempo, observando, também, o primeiro parágrafo do artigo 118, que diz “*A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento*” (Brasil, 1990), podemos perceber, de acordo com Mônaco (1994, citado por Veronese et al., 2001), que a medida LA, além de um meio de proteção, também trata de uma concessão condicionada de liberdade ao adolescente, de tal forma que só pode ser imposta nas situações previstas em lei. No caso, o adolescente, enquanto perdurar a medida, é obrigado a prestar contas de suas atitudes ao Juízo da Vara da Infância e da Juventude através de uma pessoa capacitada e de confiança chamada de orientador, como vimos acima no art. 119, além de se comprometer com o processo de escolha e de execução das atividades acordadas com o seu orientador.

Acerca dos programas de execução de LA, especificamente, Volpi (1997) descreve que os mesmos devem ser de responsabilidade direta dos municípios e, preferencialmente, localizados nas comunidades de origem do adolescente, obedecendo, dessa forma, ao princípio da descentralização e favorecendo, por conseguinte, a

integração social do adolescente, seja por facilitar o seu acesso à rede de atendimento, seja por envolver a participação direta da comunidade, a exemplo dos orientadores voluntários que fazem parte do próprio contexto local dos adolescentes.

Nesse contexto, tanto o orientador como o programa tendem a se constituir em uma referência mais permanente para o adolescente e sua família. Para o orientador dispor de suporte e de supervisão, como prescreve o artigo 119 acima mencionado, o programa deve contar com uma equipe técnica, enquanto que esse último, por sua vez, deve ser desenvolvido em parceria com o Judiciário, que tem o dever de oferecer apoio e acompanhar as ações.

Para tanto, o programa, dentre outras formas de articulação, através da pessoa do orientador, deve enviar à Vara competente relatórios dos acompanhamentos, como previsto no inciso IV do art. 119, de forma a balizar a avaliação do cumprimento da medida a qual, a qualquer tempo, pode ser alterada: prorrogada, substituída ou revogada, mediante a escuta do orientador, Ministério Público e o defensor, independente do prazo mínimo de 06 meses, estabelecido inicialmente, de acordo com o princípio de brevidade que norteia a execução de todas as medidas sócio-educativas.

1.2.2. A Pastoral do Menor de Natal no contexto das medidas sócio-educativas

Segundo o levantamento estatístico realizado em 2004, sobre o Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo⁴ (SINASE) pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos da

⁴ O Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (SINASE) é um dos vários subsistemas do sistema de garantia de direitos, isto é, (...) um conjunto ordenado de princípios, de regras e ações, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolvem o processo de apuração de ato infracional e de execução de medida sócio-educativa, incluindo (...) os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atenção a esse público. (Brasil/Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004, p.13)

Presidência da República (SPDCA/SEDH-PR), dos 26.089 adolescentes/jovens que cumpriam medida em meio aberto, Prestação de Serviços à Comunidade ou Liberdade Assistida, frente ao total de 39.578 que faziam parte desse referido sistema, a LA se destaca, sendo aplicada junto a 47% desse total. Embora, a internação ocupe o 2º lugar dentre as medidas mais aplicadas, contando com 24% de todos os jovens do SINASE, podemos atestar que a orientação das Regras de Beijing de se evitar a institucionalização, como citada acima, tem sido, portanto, obedecida.

Em relação ao Estado do Rio Grande do Norte (RN), em específico, os dados também têm indicado essa direção, quando observamos que a maioria dos adolescentes está em meio aberto (65%) e a LA aparece como a medida mais adotada (30,33%), seguida, no caso, da Prestação de Serviço à Comunidade, configurando-se, assim, uma melhor situação em relação ao panorama nacional, de acordo com os dados do Sistema de Controle Informacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (2004). Nessa unidade federativa, a LA vem sendo executada atualmente por três entidades de atendimento, a saber, a Fundação Estadual da Criança e do Adolescente (FUNDAC), o Centro Educacional Dom Bosco e a Pastoral do Menor de Natal. A primeira instituição, que atua junto ao adolescente autor de ato infracional desde de 1994, dispõe de 14 núcleos de atendimento em alguns municípios do RN, incluindo Natal, enquanto que as duas últimas entidades, embora já contemplem o princípio da municipalização recomendado pelo ECA, só recentemente têm executado programas sócio-educativos, contando cada qual com uma unidade apenas. Dado que a Pastoral do Menor constitui nosso campo de pesquisa, como declaramos antes, pretendemos, a partir desse momento, dirigir nossa atenção à mesma.

A Pastoral do Menor (PAMEN) é um serviço da Igreja Católica do Brasil, integrante do quadro das Pastorais Sociais da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos

do Brasil), que surge em 1977, em São Paulo, como “*força que busca a organização das respostas às necessidades das crianças e adolescentes empobrecidos de forma efetiva*”, segundo o art. 6º do documento Princípios, diretrizes e organização (CNBB/PAMEM, 1999), em meio ao agravante quadro de marginalização que assolava o país na época. Como podemos ver ainda nesse documento e confirmar na história do atendimento à infância reconstruída neste trabalho, antes da fundação de uma Pastoral específica para o *menor*, já existia uma preocupação da Igreja junto às crianças e adolescentes que se encontravam em situação de risco pessoal e social.

Entretanto, a sua atuação se dava de uma forma assistencialista como os organismos da sociedade civil e o Estado, com o pressuposto de que a ordem estabelecida estava em seu estado ideal, sendo a pobreza considerada expressão da degradação moral em que as mesmas se encontravam. Decerto também que, por algum tempo antes de sua fundação, já poderíamos encontrar, em diversas atividades de atendimento espalhadas no país, embriões de seu compromisso com a questão político-social que envolvia o “problema do menor”, mas seria, na arquidiocese de São Paulo, que a Pastoral do Menor daria início, de forma mais sistematizada, ao seu processo de organização como tal, fazendo-a assumir um lugar de vanguarda na defesa dos direitos de cidadania da criança e do adolescente.

Conforme vimos em Santos (2001), sua atuação já se contrapunha ao que era ditado pela política menorista, quando ainda o país vivia sob a ditadura, tendo feito parte da série de programas alternativos desenvolvidos, no final da década de 1970 e início dos anos 80, junto aos *meninos de rua* e aos chamados *menores infratores*. Em tais programas, esses passavam a ser reconhecidos como sujeitos da história e o processo pedagógico, que se dava no próprio lugar onde estavam inseridos, voltava-se para a formação do pensamento crítico, para o seu *empoderamento*, a partir de uma

metodologia participativa, contribuindo, dessa forma, com a ruptura do paradigma, ainda vigente, da institucionalização.

No tocante aos *menores infratores*, especificamente, observamos que, nesse período, a Pastoral acompanhou em meio aberto, através de casais e outros agentes das comunidades em que tais menores tinham alguma referência familiar, “*os egressos de instituição que recebiam permissão para viver em Liberdade Condicional chamada pelo Código de Menores de ‘Liberdade Assistida’*” conforme descreve o texto base da Campanha da Fraternidade CF de 1987 (CNBB, 1987, p.94). Sobre essa atuação, registra-se ainda que, em contraste com a perspectiva estigmatizante do tratamento oferecido pelas instituições regidas pelo Código, os menores rotulados como infratores eram acolhidos como filhos dentro da proposta do programa, como se pode observar na expressão “*de infrator a filho*” usada para caracterizar a atuação da Pastoral junto aos mesmos. Na década de 1980, mobilizada agora pela concepção de que criança e adolescente são sujeitos de direitos, a Pastoral do Menor se destaca no trabalho de articulação e mobilização em torno da luta pelo reconhecimento legal dos direitos dos mesmos, tendo contribuído tanto com a elaboração do artigo 227 da Constituição Federal de 1988 como na elaboração, implantação e implementação do ECA, aprovado em 1990.

Na caminhada dessa Pastoral, devemos destacar a realização da Campanha da Fraternidade (CF) de 1987, citada acima, que tinha como tema *A fraternidade e o menor* e lema “*Quem acolhe o menor a mim acolhe*” (Mc 9,37) pelo novo impulso que conferiu à Igreja Católica como um todo na luta em prol dos direitos da criança e do adolescente, principalmente, os que estão em situação de risco, como pontua o 7º art. do documento Princípios, diretrizes e organização (CNBB/PAMEM, 1999). Tal importância se deve em parte ao próprio caráter das CFs que têm o poder e o objetivo de

sensibilizar, senão todos, grande parte dos cristãos quanto às questões sociais e envolvê-los em projetos de mudanças em termos pessoal e social, na busca por uma vida cristã autêntica, como podemos ver no texto base dessa Campanha (CNBB, 1987).

Segundo a primeira coordenadora da PAMEN de Natal, membro da Congregação Religiosa São Vicente de Paula, foi a partir da CF de 1987 que a Pastoral começou a se configurar como um todo organizado, oficializando as unidades locais, criando coordenações diocesanas, regionais, de região e no âmbito nacional, tentando uniformizar o atendimento às crianças e aos adolescentes empobrecidos em todos os seus núcleos de base existentes no país, através de encontros de formação, coordenados pelas instâncias superiores. No caso de Natal, onde até então constava apenas uma unidade da PAMEN, essa passou a assumir a coordenação diocesana que envolvia naquele momento, além do município em que se encontrava, a cidade de Mossoró e de Caicó, que também dispunham apenas de um núcleo.

Ademais, a partir do próprio texto-base da Campanha que representa a orientação oficial da Igreja quanto à visão sócio-teológica-pastoral do tema abordado, também podemos entender porque a Pastoral do Menor mantém inalterada a sua denominação, a despeito do ECA não fazer uso da expressão *menor* em seu texto, dada a forte referência que faz à condição de objeto a que eram reduzidos as crianças e os adolescentes pobres anteriormente, e das várias discussões que têm sido geradas, deste então, em suas assembléias internas em torno dessa questão, como aconteceu, pela última vez, em 2005, atentando para o fato que a história dessa pastoral sempre apontou para o compromisso com a luta a favor da cidadania da população infanto-juvenil, especialmente desse segmento. Embora essa Pastoral Social tenha surgido em um contexto no qual ainda vigorava o Código de Menores e dirigido sua atenção ao mesmo grupo de crianças e adolescentes visado pelo Código, notamos que, além de sua atuação

se diferenciar das práticas decorrentes dessa legislação, a expressão *menor*, presente em sua nomenclatura, desde quando foi fundada, não se encontra revestida do teor estigmatizante que o Código veio legitimar.

Segundo os fundamentos bíblico-teológicos que norteiam as percepções e as práticas da Pastoral do Menor até então, em parte representados na frase-lema da CF “Quem acolhe o menor a mim acolhe” (Mc, 9,37), a palavra *menor* vem denunciar a condição social de marginalização a que ainda está submetido o seu público-alvo e anunciar que no mesmo está a força desencadeadora de todo um processo de reorganização social. Nessa mesma condição se encontravam, na época de Cristo, não só as crianças, às quais Jesus se refere diretamente nessa passagem evangélica descrita acima, mas os pobres, as pessoas de conduta desprezíveis pela sociedade, como prostitutas, infratores, dentre tantos outros grupos sociais. E a exemplo do próprio Jesus, esses devem ser pelos cristãos “acolhidos”, ou seja, valorizados em sua dignidade enquanto pessoa humana, por serem filhos de Deus, de forma que passem a se reconhecer como sujeitos e se comprometam com o seu desenvolvimento pessoal e de seus iguais, a partir de ações que impliquem mudanças das estruturas sociais, em um processo, visando, não só a construção de uma sociedade justa e solidária, mas também espiritualizada, “aberta a Deus”, partindo do pressuposto de que as injustiças, engendradas pelas estruturas sociais e das quais são produzidos os excluídos, expressam a falta de sintonia dos homens com Ele.

Em sintonia, no caso, com a opção preferencial pelos marginalizados, pelos oprimidos, adotada especialmente por segmentos da Igreja Católica em nosso continente latino-americano⁵, sensibilizada com a situação específica das crianças e dos

⁵ Ver nos documentos produzidos pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (2004a, 2004b) por ocasião das II e III Conferencia Geral, realizadas, respectivamente, em Medellín (1968) e em Puebla (1979) e que constituem marcos na missão evangelizadora da Igreja nesse continente.

adolescentes que, em sua maioria, ainda são vítimas de toda sorte de violência, apesar da aprovação do ECA, a Pastoral mantém sua denominação. Assim, ao mesmo tempo em que confirma a sua mística, ou seja, a sua motivação cristã, mostra-se fiel ao Estatuto quando se propõe enquanto missão “*promover e defender a vida das crianças e adolescentes empobrecidos e em situação de risco, desrespeitados em seus direitos fundamentais*” (CNBB/PAMEN,1999, art.11), e adota, dentre os princípios norteadores de suas ações, o desenvolvimento integral da criança e do adolescente.

Para tanto, a Pastoral, segundo seu projeto político atual, busca desenvolver suas ações junto: a) às crianças e adolescentes empobrecidos e em situação de risco, através de programas pedagógicos, sociais, culturais e profissionalizantes, visando sua inclusão social e o seu desenvolvimento integral; b) ao adolescente autor de ato infracional, esperando contribuir para a qualidade do atendimento, através da implementação de medidas socioeducativas em meio aberto previstas no ECA; c) às famílias das crianças e adolescentes atendidos, desenvolvendo suas potencialidades, na perspectiva de fortalecer as suas relações internas e com a comunidade, de favorecer sua inserção no mercado de trabalho; d) às instituições da sociedade civil organizada, favorecendo a sua articulação e mobilização a fim de garantir a elaboração e efetivação das políticas públicas de acordo com o princípio de prioridade absoluta.

Considerando, particularmente, a história da PAMEN em Natal, podemos perceber que até 1999, quando a Pastoral sofre uma certa paralisação em virtude dos problemas de saúde de sua primeira coordenadora, as ações desenvolvidas gravitavam, principalmente, em torno do primeiro eixo de atuação, citado acima. Embora também seja digno de nota o seu envolvimento no processo de constituição do Conselho Nacional e Municipal de Assistência Social e sua articulação com instituições financiadoras como o UNICEF e a Cáritas, sendo representante dessas no Estado.

Através, então, do centro educacional comunitário Casa do Menor Trabalhador, fundado pela PAMEN de Natal, meninos e meninas empobrecidos, em situação de rua, violência, abuso e exploração, que viviam na cidade, com idade de 07 a 18 anos, participavam durante todo o dia de atividades esportivas, de reforço escolar, com direito à assistência alimentar, e, sobretudo, educação religiosa e profissionalizante, no sentido de engendrar melhores perspectivas de futuro junto aos mesmos, contribuindo com o desenvolvimento de habilidades e mediando, por conseguinte, o seu acesso ao mercado de trabalho, através das parcerias estabelecidas com empresas. Com as suas famílias, por outro lado, a Casa realizava encontros, visando orientação na educação com os filhos, destacando os cuidados com a formação religiosa, além de oferecer uma assistência alimentar para aquelas que mais necessitavam, com doações de cesta básica.

Ao mesmo tempo, a Pastoral de Natal dispunha da Casa da Criança, que atendia crianças menores de 6 anos, assemelhando-se à instituição-creche, através da qual também tentava dar retaguarda às suas famílias na luta pela sobrevivência. No entanto, hoje nenhuma dessas casas de atendimento faz mais parte da Pastoral estando, essa última, aos cuidados da Prefeitura de Natal e a Casa do Menor Trabalhador, que se tornou uma escola integral, constituiu-se em uma organização não-governamental, sem qualquer filiação à PAMEN Nacional, embora a Casa ainda tente manter a mística e a metodologia próprias da Pastoral, como declara uma das responsáveis por essa instituição, ex-coordenadora da PAMEN de Natal.

Na coordenação atual, entretanto, desde o início de sua gestão, datada de 2002, notamos que a preocupação tem se voltado mais para a realidade do adolescente autor de ato infracional, através do atendimento direto pelo programa de execução da medida sócio-educativa LA, ao lado de uma intensa participação política em diversas iniciativas e instâncias como os Conselhos Estadual e Municipal de Direito da Criança e do

Adolescente, o Fórum DCA/RN, o Conselho Municipal de Assistência Social, a recente Rede de Apoio às Crianças e Adolescentes em Situação de Risco (PIPA), constituída por diversas entidades não-governamentais e em parceria com o município, o Selo UNICEF-Município Aprovado, a Ong Resposta, entidade voltada para a proteção à exploração sexual infanto-juvenil, conjugando, dessa forma, esforços na luta pela defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente, além de assumir também sua co-responsabilidade no processo de integração interna das Pastorais Sociais da Igreja, com vistas a otimizar as ações desenvolvidas pelas mesmas, em consonância com as diretrizes nacionais da PAMEN, exercendo, atualmente, a coordenação desse processo.

Em relação ao atendimento oferecido ao adolescente autor de ato infracional, especificamente, sabemos que, mediante convênio firmado com o Ministério da Justiça em 2002, a PAMEN passou, inicialmente, a executar o programa da medida sócio-educativa Liberdade Assistida em 12 de seus núcleos espalhados no país. No ano seguinte, após avaliação dos resultados que, conforme o segundo projeto apresentado ao Ministério, foi positiva, tal programa foi aprovado para ser implantado em mais 13 unidades, inclusive na Pastoral de Natal, na qual teve início em 2004, encontrando-se, atualmente, em seu terceiro ano de funcionamento. Na verdade, informalmente, o programa está em seu quarto ano, considerando que, antes de confirmar a sua renovação, a PAMEN de Natal o manteve funcionando por mais de 06 meses sem os recursos do convênio, dispondo apenas do trabalho voluntário da equipe que o constituía, da solidariedade das outras pastorais sociais para garantir o mínimo das ações necessárias ao acompanhamento dos adolescentes previsto no projeto, além do apoio das Varas da Infância e da Juventude da Comarca de Natal que, por sinal, atendendo solicitação da Pastoral, resolveram suspender o encaminhamento de novos adolescentes a ela, a partir do final de setembro de 2005.

Segundo o projeto nacional, cada unidade tem a capacidade de acompanhar 100 adolescentes e, no caso da Pastoral de Natal, deveria abranger apenas a cidade em que ela se encontra. No entanto, em nenhum de seus anos de funcionamento foi atingida essa meta, tendo hoje 50 adolescentes⁶, dos quais alguns têm referência residencial em municípios circunvizinhos a nossa capital, como Parnamirim e Macaíba. O programa vem trabalhando nesses anos com uma equipe multidisciplinar, estando hoje composta por uma assistente social e uma estagiária nessa área, uma psicopedagoga e três educadores contratados e dois voluntários, sendo, no caso, uma psicóloga e uma educadora, sob a responsabilidade da coordenadora da Pastoral local, que conta ainda com uma assessora na parte administrativo-financeira e uma secretária. Entre os educadores, temos um filósofo e músico, ex-voluntário da própria Pastoral, um contador, agente pastoral de sua paróquia, uma concluinte do curso de pedagogia e um secundarista, ex-conselheiro tutelar.

Em consonância com a mística e a missão da Pastoral, a qual comunga, como vimos acima, com os princípios que norteiam o Estatuto, segundo a coordenadora do programa, a nova equipe, como a anterior, foi constituída, observando alguns critérios gerais como a habilitação devida para atuar, no caso específico dos técnicos, experiências anteriores de trabalho com crianças e adolescentes, ao menos, quando não em relação à especificidade do trabalho a ser desenvolvido. Mas, sobretudo, buscou-se apreender o desejo de se comprometer com a causa da criança e do adolescente empobrecidos, no caso, do adolescente autor de ato infracional, alimentado pela esperança que tem no ser humano, pelo respeito aos direitos, as suas potencialidades e

⁶ Nesse total de adolescentes, estão também inclusos aqueles cuja manutenção no programa está por se definir em audiência de avaliação do cumprimento da medida, como também os que até o momento da pesquisa junto às 1ª e 3ª Varas da Infância e da Juventude da Comarca de Natal (11 a 18/04/06) possivelmente já estivessem sob outra medida, mas que não constavam formalmente em seus processos, compreendendo, no caso, 06 sócio-educandos.

limitações, bem como a condição peculiar de desenvolvimento em que se encontra, além da abertura em aprender com todos os que fazem o programa, principalmente com os adolescentes e suas famílias. Sem esses últimos pré-requisitos, o processo educativo a ser desenvolvido junto aos mesmos, como afirma a coordenadora, tende a não se sustentar, pois não dispõe de sua mola propulsora.

No programa de execução de LA, os educadores assumem o papel do orientador social como prevê o Estatuto, visando a viabilização do cumprimento dessa medida. No caso, para cada 10 adolescentes, em média, um orientador é escolhido para acompanhá-los, no sentido de garantir a individualização do atendimento que a medida pressupõe, passando a ser a pessoa de referência para cada um dos seus. Isso ocorre na medida em que o orientador atua como o mediador mais próximo e constante nos vários espaços da cidade, sejam eles desconhecidos ou não pelos adolescentes, como escola, família, igreja, centros de saúde, instituições profissionalizantes, empresas, teatros, bosques, ouvidorias, delegacias, conselhos tutelares quando seus direitos são violados, dentre tantos outros lugares e serviços, a depender da realidade de cada adolescente, no sentido de propiciar condições favoráveis ao seu desenvolvimento integral com o acesso à rede social de atendimento e com a construção de vínculos positivos.

Por outro lado, os orientadores são acompanhados pelos técnicos, conferindo-lhes suporte especializado durante esse processo, através de estudos de casos, seja numa supervisão individual, seja em reuniões com toda a equipe, diante de situações mais complexas, na tentativa de encontrar as melhores soluções dentro das possibilidades e limites existentes tanto no âmbito pessoal dos adolescentes e de suas famílias, quanto da rede de atendimento, considerando os fins educativos e socializantes da medida. Ainda a respeito dos técnicos, acrescenta-se que o acompanhamento por esses também se dá de forma direta nos atendimentos individuais e grupais, com a família ou os outros

adolescentes do programa, muitas vezes em conjunto com os orientadores, buscando proporcionar os vínculos familiares, implicando-os na solução conjunta dos problemas do dia-a-dia; comprometê-los com a medida como um todo a partir de suas expectativas e potencialidades; bem como desenvolver certas habilidades importantes ao convívio saudável e ao exercício da cidadania, como a de saber se comunicar, através dos grupos de discussão em torno de temas afins à adolescência que ainda propiciam, dentre outros aspectos, uma maior compreensão sobre si mesmos e a realidade a sua volta, capaz de fomentar o desejo de mudanças pessoais e em suas relações sociais, nos vários contextos em que transitam.

Visando ainda oferecer um atendimento de qualidade aos adolescentes e às suas famílias, além de reuniões semanais para resolução de questões diversas a respeito do programa, a própria equipe, como orienta a PAMEN nacional, pode promover, anualmente, dois cursos de capacitação, buscando abordar aspectos legais, histórico-culturais, psicossociais, políticos, dentre outros, que envolvem as práticas de atendimento. Aproveita-se, ainda, esse encontro, tanto para favorecer a articulação com as outras entidades que, na cidade, também possuem programas sócio-educativos, na medida que essas são chamadas a fazer parte, ora como ouvintes, ora como palestrantes, como também para propiciar, à equipe, particularmente, um momento para o aprofundamento da mística da Pastoral do Menor.

De acordo com o projeto nacional de Liberdade Assistida da PAMEN (2002), que, por sua vez, está em consonância com o ECA, toda essa dinâmica deve concorrer para:

1. a recuperação da auto-estima e o desenvolvimento das aptidões dos adolescentes;

2. o desenvolvimento psicossocial das famílias, gerando condições para se constituírem referenciais positivos na vida dos adolescentes;
3. sensibilização e mobilização da comunidade e da instituição escolar, contribuindo para a construção de laços de solidariedade a favor da promoção do adolescente;
4. o reingresso, a permanência e o aprendizado dos adolescentes na escola;
5. a capacitação e iniciação profissional de acordo com os interesses e aptidões dos adolescentes;
6. o combate ao trabalho prematuro, abusivo ou de exploração, bem como de qualquer situação de risco pessoal e social.

Nesse sentido, podemos observar que o programa, além de dispensar uma atenção direta aos adolescentes, desenvolvendo atividades educativas junto aos mesmos, também se propõe a intervir junto a algumas de suas importantes redes de relações sociais, como a família, escola, comunidade e trabalho, no sentido de favorecer, com o fortalecimento de vínculos já existentes e o estabelecimento de outros, condições concretas para a construção de uma identidade positiva e de um projeto de vida, com base no pressuposto que tais redes incidem de forma significativa sobre o desenvolvimento e bem-estar humano (Koller & Brito, 1999; Sluski, 1997), principalmente, daqueles que vivenciam uma fase peculiar do ciclo vital, como os adolescentes, marcado pelo processo de individuação, segundo Sudbrack e Pereira (2003).

Na medida, então, que nos aproximamos da realidade sócio-econômica dos adolescentes atendidos pelo programa, podemos reconhecer a importância desse caráter protetivo que se reveste, particularmente, a medida LA, uma vez que nos deparamos com várias situações de vulnerabilidade que põem em risco o desenvolvimento pleno

dos mesmos, e que, por sinal, parece refletir as condições de vida de grande parte do universo de adolescentes em cumprimento de medida, seja LA ou outras, como semi-liberdade ou internação, conforme outras pesquisas realizadas junto aos mesmos (Feijó & Assis, 2004; Penso & Sudbrack, 2004; Pinheiro, Luz, Lima & Mota, 2004; Rodrigues & Bosco, 2005; Volpi, 2001).

No caso, a partir das consultas feitas ao material arquivado na PAMEN de todos os 61 adolescentes que passaram ou ainda estão com sua medida em curso até a segunda semana de abril/2006, quando ocorreu essa pesquisa inicial, podemos perceber que grande parte dos adolescentes são provenientes de famílias pobres, a julgar pela ausência de renda fixa ou baixa renda mensal que afirmaram possuir, sendo expressão, por sua vez, das condições precárias de trabalho a que as suas famílias, como tantas outras atualmente, segundo Alencar (2004), estão sujeitas, como podemos constatar no índice significativo de ocupações de pouca qualificação, de baixa remuneração, exercidas por seus pais ou responsáveis, em decorrência da crescente onda do desemprego e da precariedade das relações de trabalho. Diante do empobrecimento de suas famílias, tem sido comum crianças e adolescentes serem submetidos precocemente ao trabalho produtivo, a exemplo de boa parte dos adolescentes atendidos pela Pastoral, em detrimento das determinações do ECA, tendo em vista os impactos potencialmente danosos ao seu desenvolvimento (Campos & Francischini, 2003).

Ao mesmo tempo, em relação ao contexto escolar, notamos que a maioria desses adolescentes faz parte do grande segmento da população infanto-juvenil, como aponta o relatório do UNICEF de 2002, que possui baixa escolaridade com alto índice de defasagem e que estão sem frequentar a escola, ampliando, por um lado, as dificuldades de uma futura inserção no mercado de trabalho formal e, por outro, as possibilidades de seu envolvimento em atos infracionais e com drogas, seja enquanto mão-de-obra do

grande comércio que ela movimenta, seja fazendo dela mesma um objeto de consumo, constituindo-se em uma forma de alívio direto em relação às diversas violências que vivenciam, produzindo dessa forma uma inclusão de tipo marginal, como se refere Marques (2003), da qual o elevado número de adolescentes que já experimentaram drogas e os índices de posse e tráfico de drogas dentre os atos infracionais cometidos são alguns dos seus sinais que podemos ver à primeira vista.

Portanto, em uma direção contrária a esse contexto de pobreza e de inclusão precária, a Pastoral, através do programa de execução da medida LA, pretende favorecer aos seus adolescentes os suportes sociais necessários ao seu desenvolvimento, constituindo-se, nesse sentido, em um deles. Operacionalmente, esse suporte envolve uma série de práticas, algumas delas já referidas neste texto, as quais, por sua vez, tendem a ter como referência ao longo do acompanhamento de cada sócio-educando, algumas fases específicas, que são:

- a) Audiência e encaminhamento
- b) Interpretação da medida
- c) Conhecimento da realidade sócio-familiar do adolescente
- d) Elaboração do plano individual de atendimento
- e) Acompanhamento e avaliação
- f) Desligamento

No primeiro momento, mesmo antes de saber qual medida vai ser adotada e para qual entidade vai ser encaminhado o adolescente, algum orientador ou técnico do programa, assim como toda entidade licenciada para tal atendimento, deve estar presente nas audiências realizadas pela 3ª Vara da Infância e da Juventude de Natal, no sentido de favorecer, desde então, a criação de um vínculo com o adolescente, visto como importante ao seu engajamento no processo educativo. Nesse encontro, já se

busca agendar sua apresentação ao núcleo de atendimento, o que geralmente se dá dentro de uma semana, a fim de conferir ao acompanhamento uma certa dinamicidade.

A título de ilustração do desempenho da Pastoral nesse sentido, podemos registrar que, às vezes, quando o adolescente não estava acompanhado de um familiar adulto e não sabia ensinar onde morava, assim como a própria instância do judiciário não dispunha das informações necessárias, o representante da Pastoral na audiência, com o seu transporte particular, deixava o adolescente em sua casa. A respeito desse primeiro momento, é interessante ainda frisar que, antes mesmo da participação na audiência ter se tornado uma exigência, a Pastoral já a adotava como parte de seus procedimentos, acreditando nas implicações positivas ao acompanhamento.

Passado esse momento inicial, na sede da Pastoral, onde funciona o núcleo do programa LA, a mesma pessoa do encontro anterior ou o seu próprio orientador faz a acolhida do adolescente, dispondo-se a ouvir as possíveis explicações para o ato cometido, as suas expectativas, seus medos e a explicitar a medida em seus objetivos, bem como a apresentar o programa, as pessoas que dele fazem parte, esclarecendo as condições e as implicações de sua participação. Quando o adolescente não se apresenta ao núcleo, o que pouco tem acontecido, comumente o seu orientador se põe a procurá-lo, fazendo-lhe uma visita à residência dada como referência nos autos advindos da audiência, começando, assim, a se aproximar de sua realidade sócio-familiar, antes de considerar abandono da medida e comunicar essa situação ao Juízo da Vara responsável, demonstrando, com essa prática, a responsabilidade que o orientador tem pelo estabelecimento do processo educativo.

Durante esse primeiro atendimento, no caso, a despeito do desconforto que a medida representa para alguns pelo caráter obrigatório e contingente a sua infração, chama-nos a atenção o fato de que os adolescentes, comumente, têm afirmado que

esperam “coisas boas” da Pastoral, como a de que os ajude a mudá-los enquanto pessoa, a sua vida como um todo, o que está atrelado, por sua vez, à realização dos seus sonhos. Dentre esses, o desejo de dispor de um bom trabalho, por alguns caracterizado como fixo e bem remunerado, ganha relevo, mostrando-se como o meio que viabilizaria a satisfação de outros anseios, como comprar uma casa e assim constituir família ou ajudar financeiramente a de origem, expressando, de certa forma, não só a sua condição sócio-econômica, mas também a idéia historicamente construída junto às famílias pobres de que o trabalho é algo que dignifica o homem, tendo sido valorizado, portanto, até hoje, como um meio de regeneração (Campos & Alverga, 2001). Ao mesmo tempo, observamos, entretanto, dentre as expectativas em relação ao futuro e à Pastoral, que a maioria dos adolescentes não faz menção à escola em razão, ao menos, dos predicados que favorece a inserção no mercado de trabalho formal, embora boa parte tenha aspirado profissões que exigem nível superior quanto à formação escolar.

Com vistas, então, a subsidiar o processo educativo e a inserção social pretendida pela medida, o que envolve também, como vimos, o investimento na formação escolar, os técnicos e os orientadores buscam conhecer melhor o adolescente bem como a realidade em que vive, adentrando em seu contexto escolar, familiar, comunitário, de trabalho, através de visitas *in loco* ou encontros individuais na sede da Pastoral, entrevistando, além do adolescente, as pessoas com quem ele convive, tentando visualizar as potencialidades, as necessidades, os limites, as percepções e aspirações do próprio adolescente, suas aptidões, bem como os recursos e limites dos vários contextos que o cercam. Desse modo, espera-se que a singularidade de cada adolescente configurada, de acordo com Rocha (2002), a partir das diferentes redes de relações sociais em que está inserido, possa ser reconhecida e, por conseguinte, um atendimento personalizado seja proposto e acordado com o adolescente e sua família.

A partir desse momento, podemos perceber a dinamicidade com que se desenvolve o processo educativo, uma vez que durante as diferentes atividades realizadas junto aos adolescentes e suas famílias, além das visitas nos diferentes contextos em que os mesmos se encontram, os técnicos juntos com cada orientador também seguem aprofundando o conhecimento acerca de cada adolescente, discutindo e acordando, a partir disso, metas com o próprio em relação a sua vida, dividindo responsabilidades, oferecendo o apoio necessário ao cumprimento das mesmas, mediando, por exemplo, o acesso aos serviços governamentais e não-governamentais da cidade, e buscando envolver a participação da família. Nesse percurso, o acompanhamento envolve também momentos de avaliação, seja internamente na equipe, seja junto ao sócio-educando, o que gera, por vezes, a necessidade de reorientar a metodologia, adequar as metas, visando maior eficácia da medida.

Nesses momentos, observamos que além das dificuldades vivenciadas principalmente junto à rede de atendimento que não contemplam a realidade dos adolescentes e suas famílias, em consonância com outras experiências de execução de LA (Rodrigues & Bosco, 2005), o processo de inserção, já em decorrência desse descompasso, tende a sofrer, muitas vezes, com o próprio desestímulo do sócio-educando, cuja participação ativa se faz fundamental, como vimos anteriormente, apesar da medida ser obrigatória. Acrescenta-se ainda que o cumprimento da medida LA de todo adolescente é também objeto de análise por parte do Juízo da 1ª Vara da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Natal, responsável pela execução das medidas sócio-educativas, mediante os relatórios do acompanhamento que lhes devem ser enviados trimestralmente pela Pastoral, em conformidade com as prescrições do ECA, citado anteriormente. Tais relatórios geralmente contêm dados sobre o sócio-educando e sua realidade, bem como sobre as ações realizadas, destacando as metas conquistadas,

os desafios encontrados na relação com o adolescente, no processo de inserção social junto à rede de atendimento, além de solicitações de providências e sugestões.

Dependendo da avaliação desse Juízo a respeito dessas informações, outras adequações são feitas pelo programa da Pastoral, quando não implicar mudança de medida ou transferência de programa de execução da LA. Nos casos em que o processo de execução é encerrado por cumprimento da medida em questão, o adolescente, então, é desligado do programa. Desde a implantação do programa até o início do mês de abril de 2006, quando da pesquisa documental dos processos, podemos afirmar que, na Pastoral, apenas um adolescente teve sua medida encerrada por cumprimento, ao passo que para a maioria foi determinada a prorrogação da LA, em grande parte por mais de uma vez, de modo que a medida vem se estendendo para os que estão no programa, no mínimo, por um ano, quando não lhes são adotadas outras medidas, devido à reincidência na prática infracional ou ao descumprimento da LA, como aconteceu com 05 adolescentes. Quando comparamos esse quadro com os dados da Comarca de Natal referentes à execução de todas as medidas sócio-educativas no ano de 2004, no qual do universo de 402 adolescentes atendidos, 310 tiveram seus processos encerrados, tendo sido em 53,9% dos casos por razão do cumprimento das medidas, percebemos, nesse grande descompasso com a realidade do programa, um importante indicativo de suas dificuldades quanto à promoção da inserção social, como fizemos alusão acima.

Dentre os que saíram da Pastoral, notamos ainda que 03 adolescentes o fizeram por transferência de programa, dada a maior proximidade em relação a sua residência atual de referência, visando, dessa forma, favorecer o vínculo desses com os seus respectivos núcleos de atendimento. Acrescenta-se, com destaque, que, do total de atendidos, um sócio-educando que estava em LA por progressão teve sua medida encerrada por ter sido assassinado, demonstrando-nos, de acordo com Marques (2003),

a situação extrema à qual estão sujeitos os adolescentes em situação de risco pessoal e social, principalmente, os que se envolvem em práticas infracionais, dentre elas, o tráfico de drogas.

Diante desses fatos, a inexistência de um programa pela Pastoral para os seus adolescentes egressos, em concordância com o projeto nacional que não prevê essa fase posterior, não se constitui ainda um problema real, embora já se tenha percebido, principalmente, por parte de alguns familiares dos adolescentes, o receio de não poder mais contar com o apoio da Pastoral, depois que a medida for encerrada, o que, à primeira vista, parece-nos paradoxal, considerando a realidade exposta acima. Quanto a essa lacuna, acrescenta-se que, dentre outros motivos, a inexistência de outras fontes de financiamento e de núcleos paroquianos da Pastoral ou organizações não-governamentais a ela filiadas, que lhe pudessem conferir um suporte material e humano, parecem corroborar para tal situação. Nesse sentido, é possível compreender porque a Pastoral vem mantendo sua atenção voltada apenas para o atendimento dos que estão em cumprimento da medida LA.

1.3. O ECA: uma questão de utopia ou de fracasso?

A despeito das conquistas legais acima mencionadas, lamentavelmente, percebemos que a realidade concreta das crianças e adolescentes de nosso país, ainda de forma considerável, diverge do que foi preconizado pelo Estatuto da Criança e Adolescente, conforme afirmamos no início deste capítulo. Em relação a esse contexto de divergências, duas palavras, no mínimo, têm sido associadas ao ECA: enquanto para alguns atores sociais, o Estatuto é sinônimo de fracasso, como podemos ver em Bastos (2002), para outros, representa uma utopia (Melo, 1999; Oliveira, 2000). Sabendo que

as palavras refletem e refratam a realidade, assim como validam e norteiam nossas práticas sociais (Bakhtin, 2004/1929), consideramos necessário dedicarmos um espaço neste trabalho para pontuarmos, mesmo que brevemente, alguns avanços e dificuldades da implantação do Estatuto de uma forma contextualizada, numa tentativa de problematizar as críticas dirigidas ao mesmo.

Decerto que é possível reconhecer alguns avanços nas intervenções junto à população infanto-juvenil com base nas avaliações que Costa (1999) e Bazílio (2003a) tecem em relação ao processo de implementação do referido Estatuto em seus primeiros dez anos de vigência como, por exemplo, o bom funcionamento de alguns conselhos; a liberdade de imprensa que a sociedade dispõe para denúncias de violações; as iniciativas exitosas, mesmo que isoladas, de desinstitucionalização, sem mencionar o fato do Estatuto ter influenciado e inspirado legislação semelhante em diversos outros países latino-americanos, constituindo-se um importante elo do Brasil com os mesmos. E, nesse sentido, podemos, ainda, acrescentar a atuação das promotorias especializadas da infância e da juventude em alguns Estados, uma vez que essas têm buscado realmente apurar as irregularidades nas unidades educacionais de atendimento, chegando a agilizar as devidas correções ao adotarem geralmente uma forma consensual de resolução, conforme registram Queiroz e Falqueto (2003).

Entretanto, os problemas parecem ser muitos e os obstáculos, de difícil superação, o que nos faz compreender Bazílio (2003b) quando afirma que o Estatuto está em risco. Segundo esse mesmo autor, ao lado de Conselhos Tutelares, em sua maioria, fragilizados pela falta diversificada de recursos, sejam eles físicos, materiais, de apoio, humanos qualificados, bem como pela existência de práticas clientelistas, comprometendo o seu dever de zelar pelos direitos da população infanto-juvenil, temos as medidas sócio-educativas sendo implantadas às avessas do que foi idealizado. Isto

porque as práticas adotadas denotam a persistência de um modelo repressor e excludente de atendimento, cujas raízes encontramos no Código de Menores. Tomando como referência a realidade das unidades federadas mais populosas, Bazílio (2003b), em relação à prática existente dessas medidas, afirma, dentre outros aspectos e de uma forma pontual, que o quadro de violência institucional ainda se mantém nos moldes da FEBEM. Nessa mesma direção, nota-se que grande parte dos juízes, dentre outros integrantes do sistema de aplicação das medidas, encontra-se fiel à vertente positivista da criminologia em que se fundamenta o sistema prisional; e que, semelhante à realidade dos conselhos, como vimos acima, parte considerável das unidades de internação dispõe de um quadro funcional insuficiente e mal qualificado, não só tecnicamente, como também em termos políticos.

Com Volpi (1999), que também se propõe a analisar as práticas de atendimento sócio-educativas, construídas ao longo desse período de implementação do ECA, podemos confirmar esse descompasso entre o real e o ideal, como também acrescentar outros dados nesse sentido. Segundo esse autor, superlotação, inexistência de uma proposta educativa, subordinação da medida de privação de liberdade à área da justiça, manutenção da estrutura física dentro dos padrões penitenciários, dispondo ainda de celas, mantidas fora de qualquer exigência mínima de salubridade e dignidade, excessivo rigor da justiça na imputação da medida, inexistência de uma política descentralizada de execução e articulada com outras políticas sociais, falta de recursos humanos adequados, dentre outros aspectos, têm configurado a realidade efetiva do atendimento dispensado, nesse caso, aos adolescentes que estão em privação de liberdade.

Quanto aos programas de execução da medida liberdade assistida - LA, de interesse mais específico deste trabalho, conforme aponta Basílio (2003a, 2003b), a

insuficiência de recursos não tem conferido a estes um bom desempenho, nem, por conseguinte, a credibilidade enquanto alternativas eficazes, de forma a reduzirem o tempo de internação em caso da medida de privação de liberdade. Esse mesmo autor ainda chama a nossa atenção para o fato de que a qualidade do atendimento nesses programas, como ocorre com as outras medidas sócio-educativas, encontra-se também comprometida pela falta de clareza por parte de muitos operadores do próprio sistema sócio-educativo sobre o que venha a ser a própria LA. Além disso, observamos que o princípio da intersetorialidade do atendimento em que as ações sócio-educativas devem se integrar a toda rede de atendimento, não se restringindo apenas a um órgão específico, também não vindo sendo cumprido (Fucks, 1999), minorando, dessa forma, as possibilidades de inserção social dos adolescentes, mesmo quando o seu processo educativo se dá em meio aberto.

A esse quadro de contradições, que por si já atualiza a necessidade do reordenamento institucional (Campos & Francischini, 2005) para a implantação efetiva do ECA, ao demonstrar que velhas práticas de atendimento resistem e chegam a se sobrepor ao novo olhar representado pelo mesmo, devemos somar o fato de que tais práticas contam a seu favor com o ideário neoliberal que passa a nortear nosso país a partir dos anos de 1990 à revelia da Constituição que há pouco tempo havia sido promulgada (Bazílio, 2003b; Oliveira, 2000). Como nos lembram Sartor, Martins e Silva (2002), a partir da Carta Magna, símbolo de nosso processo de redemocratização, tornou-se possível a alocação descentralizada das ações e dos recursos públicos com a criação de canais institucionais de participação da sociedade civil e o estabelecimento do pacto federativo, que prevê a ampliação relativa da carga tributária e responsabilidade social dos Estados e Municípios, com vistas a garantir, através de políticas públicas universais, a concretização dos direitos sociais conquistados.

Entretanto, sob o jugo da ótica neoliberal para a qual o livre jogo dos interesses de mercado é a forma mais racional e mais justa de alocar recursos econômicos, o estado é visto como improdutivo, ineficiente, a privatização, a solução mais prudente, e os problemas sociais, uma questão secundária a ser resolvida pela solidariedade social, segundo descreve Rocha (2001), o que podemos observar, de acordo com Bazílio (2003b), é o desmonte da ação social do estado brasileiro, com a subsequente redução dos gastos nessa área e a postura não-intervencionista na economia, resultando na oferta de serviços públicos cada vez mais precários para a maioria da população e na adoção de políticas sociais focalizadas nos setores mais pauperizados. Políticas essas que, como bem apontam Pereira e Stein (2003), não são veículos de inclusão social, na medida em que excluem e, assim, mantêm o máximo possível de pessoas para aliviar as despesas do governo, reservando, ainda, aos contemplados um tratamento estigmatizante e um *status* de cidadania inferior, uma vez que suas necessidades, vistas como expressão de faltas morais e não direitos sociais, são reduzidas ao nível da sobrevivência e atendidas mediante o cumprimento de certas contrapartidas em relação ao Estado. Assim, além de não liberarem os pobres de sua situação de privação, funcionando como “*cadeias de dependência*” (p. 88), as políticas focalizadas contribuem para o aumento da pobreza, ao deixarem no desamparo os grupos sociais não focalizados, mas suscetíveis ao empobrecimento.

Na área da infância e adolescência, temos, como exemplos dessa tendência de focalização das políticas sociais, uma série de programas sociais do governo federal, a saber, o Bolsa-Escola do Ministério da Educação, o Bolsa-Renda (para a população situada nas regiões da seca) do Ministério da Integração Nacional, o Bolsa-Alimentação do Ministério da Saúde, o Bolsa Criança Cidadã do PETI para vítimas - 7 a 14 anos de idade - de exploração sexual ou envolvidos em trabalho precoce e afastados da escola, o

Agente Jovem da Secretaria de Assistência Social, o Sentinela para vítimas de exploração sexual, nos quais a distribuição de recursos limitados entre a parcela mais pobre da população infanto-juvenil lhes constitui uma característica comum. Porém, devemos sinalizar que, atualmente, além de não produzir os efeitos compensatórios desejados, esses programas sequer atingem todas as famílias pobres, ao se restringirem aos municípios que têm condições de arcar com os 50% dos custos do programa, exigidos pelo governo federal, excluindo, dessa forma, os municípios mais pobres (Sartor et al., 2002).

Diante do último Censo Demográfico realizado em nosso país, podemos constatar a profunda desigualdade social com que essa tendência neoliberal corrobora (Rocha, 2001): enquanto 1% da população rica detém 13,5% da renda nacional, os 50% mais pobres, apenas 14,4% da mesma. E se considerarmos, ao mesmo tempo, o fato de que a maioria dos adolescentes em conflito com a lei possui baixa escolaridade, pertencem a famílias de baixa renda e que a maioria dos atos infracionais cometidos são contra o patrimônio, com base em algumas pesquisas realizadas de âmbito nacional (Rocha, 2002, citado por Brasil/SEDH, 2004; Volpi, 2001), poderemos entender melhor porque os defensores do Estatuto o qualificam como uma utopia e não como um fracasso. Percebemos, então, que a divergência entre o Estatuto e a realidade de atendimento dispensado aos adolescentes em conflito com a lei não decorre de falhas de seu próprio texto, seja em suas proposições ou em sua lógica, como as forças conservadoras sugerem (Bazílio, 2003b), mas expressa a distância ainda a ser percorrida pelos movimentos sociais para tornar as práticas de atendimento à altura da utopia que subjaz o ECA, isto é, do que foi e é ainda desejado, enquanto ideal: *“a democratização da sociedade, uma melhor distribuição de renda, a ampliação dos horizontes da*

cidadania e a ênfase nas políticas sociais básicas”, como nos lembra Arantes (1995, p.218).

Desse modo, o ECA se constitui um projeto de sociedade democrática, participativa, inclusiva, sendo a sua implantação uma luta contra-hegemônica em uma realidade regida por um projeto neoliberal periférico que aprofunda o nosso quadro de desigualdade e de exclusão social, em que os direitos humanos básicos e garantidos em lei também são violados (Oliveira, 2000), dando continuidade e firmeza a práticas excludentes historicamente arraigadas em relação às crianças e aos adolescentes de nosso país, como vimos anteriormente neste trabalho, ao reconstruirmos o caminho percorrido pela assistência à infância. Um projeto que, em consonância com nossa condição de seres históricos, portanto, inacabados, e a percepção da história como um tempo de possibilidades, implica necessariamente nossa inserção responsável em um processo permanente de busca a fim de não só sustentá-lo ideologicamente, mas principalmente de engendrar para e com as nossas crianças e adolescentes condições objetivas a sua efetivação (Freire, 1996; Sarmiento, 2002).

Ignorando, portanto, que as condições de implementação efetiva do ECA, principalmente no tocante às medidas sócio-educativas, não foram asseguradas, bem como a complexidade que envolve a sua concretização, Projetos de Emendas Constitucionais a favor da redução da maioria penal de 18 para 16 anos têm circulado no Congresso Nacional, com o propósito de ver solucionado o aumento da violência social. Dentre a série de argumentos que têm servido de apoio aos defensores dessa proposta, merece destaque o chamado mito da irresponsabilidade do adolescente ou da impunidade, apontado por Volpi (2001), pela relação estreita e, ao mesmo tempo, distorcida que o mesmo estabelece com o Estatuto em torno da questão da inimputabilidade penal. De acordo com esse mito, os adolescentes estariam mais

propensos à prática de atos infracionais porque a legislação, no caso, o ECA, se mostra branda na sua punição, diferentemente do Código Penal, fomentando, assim, um clima de impunidade. Nesse sentido, podemos compreender porque o Estatuto é identificado como sendo a lei que “protege” os adolescentes, como um fracasso no controle da prática infracional junto aos mesmos, sendo, assim, responsabilizado por sua própria não-implementação, enquanto a lógica que preside o referido Código parece ser vista como a que, na verdade, tem eficácia.

Entretanto, como outrora esclarecemos neste trabalho, o direito à inimputabilidade penal não quer dizer que os adolescentes são desresponsabilizados pelos atos infracionais que cometem, sendo os mesmos submetidos ao cumprimento obrigatório das medidas sócio-educativas, cuja eficácia está condicionada, em grande parte, às reais condições em que as mesmas ocorrem e que se constituem a contrapartida do Estado e da sociedade civil, em função de sua condição de destinatários de proteção integral. Ademais, como afirma Volpi (2001), o agravamento das sanções não tem reduzido a prática infracional, de forma que o sistema prisional, fundamentado nessa lógica, não se constitui em referência positiva dentre as políticas de controle dos delitos, não se justificando, por conseguinte, a proposta de estender aos adolescentes o mesmo tratamento dispensado aos adultos. Em Foucault (1987), podemos ver que, desde 1820, esse sistema é denunciado como “*grande fracasso da justiça penal*” (p. 221), seja em sua finalidade repressiva ou corretiva, e reiterado, inclusive, mediante as várias reformas de que fora objeto, nas quais a prisão, paradoxalmente, tem sido o seu próprio remédio. Das denúncias descritas por esse autor e que ainda hoje se fazem atuais, temos que:

- As prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las; ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou ainda, aumenta...;
- A detenção provoca a reincidência, depois de sair da prisão se tem mais chance que antes de voltar para ela...;
- A prisão não pode deixar de fabricar delinquentes. Fabrica-os pelo tipo de existência que faz os detentos levarem (...) isolados nas celas, (...) imposto um trabalho inútil (...), impondo aos detentos limitações violentas...;
- A prisão favorece a organização de um meio de delinquentes, solidários entre si, hierarquizados, prontos para todas as cumplicidades futuras (...). E nesses clubes é feita a educação do jovem delinvente que está em sua primeira condenação. (p. 221-222)

E, na medida em que esse mesmo autor reflete sobre o fracasso da prisão, podemos ainda compreender que a delinqüência produzida pela mesma, a chamada delinqüência institucionalizada, constitui produto e instrumento de dominação política em nossa sociedade quando, através dela, pode-se exercer o controle das ilegalidades produzidas pela população pobre e ofuscar a criminalidade de “cima” que gera e sempre amplia aquelas ocasionadas pela necessidade, ao produzir miséria e revolta nos pobres. Um tipo de criminalidade que opera sob a permissão das leis, chegando a dispor, inclusive, do direito de ser tratada com indulgências e indiscrição quando, por acaso, cai nas malhas do sistema jurídico. Para o autor, *“Não há natureza criminosa, mas jogo de forças que, segundo a classe a que pertence os indivíduos, os conduzirão ao poder ou à prisão...”* (p.240).

Assim sendo, podemos notar que as propostas de redução da idade penal como forma de solucionar a violência subjaz e, ao mesmo tempo, alimenta a compreensão de que a violência social é um problema de ordem individual, cuja solução não envolve intervenções na matriz da produção da pobreza, a partir de políticas públicas, mas somente no indivíduo e de forma segregadora, afastando-o do convívio social, como se fosse a própria fonte de desordens. Por outro lado, o próprio sistema prisional se mantém intocável, inquestionável entre aqueles que desconhecem suas engrenagens,

contribuindo, por conseguinte, com a manutenção do controle sobre a população pobre, dado que grande parte dos que habitam as prisões pertencem a esse segmento populacional.

Diante do exposto, a idéia de fracasso associada ao ECA, que apontamos no início desta discussão e na qual a redução da maioria penal se apóia, constitui-se um dos impasses a ser superado na luta pela implementação efetiva do ECA, ao lado do projeto neoliberal de sociedade. Considerando que nossa sociedade não reconhece, ainda, nos adolescentes em conflito com a lei, a sua condição de sujeitos de direitos, a desmistificação dessa visão negativa em relação ao ECA se faz necessária, dado o poder que ela tem de cooptar adeptos a favor da reformulação do Estatuto. Ao contrário, provavelmente veremos os adolescentes serem responsabilizados pelas “situações irregulares” em que vivem, como outrora, quando eram considerados *menores*, ou como os adultos, caso sejam inseridos no sistema prisional, sendo subtraídos do seu direito à proteção integral em função de sua condição peculiar de desenvolvimento.

Capítulo II

A Instituição Familiar em Foco

2.1. História da família no Brasil

Conforme afirma Becken (1998), a família tem sido considerada pela sociedade em geral como *locus* privilegiado para o adequado desenvolvimento humano. Em consonância com essa importância, em vários momentos, o ECA, em seus artigos, reafirma a família como instituição central no processo de garantia de direitos da população infanto-juvenil, assim como postula o dever do Estado e da sociedade de lhe garantir condições para que assumam, de fato, esse lugar que lhe tem sido reservado, sendo previstas, para tanto, políticas públicas e uma rede de apoio social adequadas, independente, como rege o artigo 226 da Constituição Federal, de ter ou não uma configuração tradicional de família. No capítulo anterior, pudemos perceber que a perspectiva de convivência social se consagra legalmente em detrimento da política de controle de outrora junto aos que é imputada autoria de ato infracional, devendo ser dada preferência a medidas que propiciem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Ao mesmo tempo, segundo Miotto (2004), notamos que na realidade vem ocorrendo uma negação sistemática e prática desse reconhecimento social conferido à família como demonstra a pauperização e a queda crescente da qualidade de vida das famílias brasileiras⁷. Ademais, as instituições sociais que deveriam promover as famílias acabam penalizando-as. Apesar de haver um consenso acerca da diversidade de arranjos

⁷ A autora em questão não faz referência em seu próprio texto ao tempo a partir do qual esse processo de empobrecimento das famílias se tornou evidente.

e dinâmicas relacionais nas famílias contemporâneas, as políticas e práticas de atendimento a elas dirigidas estão atravessadas por concepções estereotipadas de família, reafirmando o sentimento de inadequação naquelas que não correspondem ao modelo socialmente valorizado de família, a saber, o nuclear burguês (Szymanski, 2000). A respeito das famílias de adolescentes que cometeram ato infracional, especificamente, assim como ocorre com as pertencentes às classes populares, conforme aponta Neder (1998), tem sido comum responsabilizá-las pelos comportamentos desviantes de seus membros (Mito, 2001), sendo esses comportamentos vistos como resultados de falhas de suas funções institucionais.

Como se explica esse paradoxo? Por que o modelo nuclear de família é tomado como parâmetro nas políticas de atendimento em nosso país, se a realidade atual demonstra a multiplicidade de configurações familiares? Aliás, como estas surgiram? O que as caracteriza? Em que divergem do modelo valorizado? Eis aqui algumas das questões que, neste momento, passam a nortear nossa discussão, com o desejo de nos aproximarmos da realidade familiar dos sujeitos desta pesquisa e, assim, compreendermos melhor como os próprios sujeitos a têm significado, isto é, conhecer o lugar que os mesmos conferem à família em suas vidas. Nesse sentido, consideramos necessário rever a história da família no Brasil desde o período colonial, atentando para as mudanças e continuidades ao longo do tempo quanto aos seus arranjos, e às políticas e práticas de atendimento adotadas pelo Estado junto à mesma, com base no pressuposto de que a família é uma instituição social e historicamente construída (Neder, 1998; Reis, 1994). Entretanto, inicialmente, voltaremos nossa atenção ao processo de constituição da família burguesa, para melhor contextualizarmos o estudo da família brasileira⁸.

⁸ Neste caso, é válido registrar que as considerações feitas neste texto a respeito da família burguesa são de natureza pontual, além de constituir um recorte da longa história da família européia ocidental, tendo em vista que o foco do capítulo é a família brasileira.

Reconstituindo retrospectivamente a história da família no ocidente, podemos perceber que o modelo nuclear, que se tornou padrão de organização familiar na grande maioria das sociedades industrializadas, começou a se delinear no início do século XVIII na Europa no seio da burguesia, contrapondo-se a costumes e modos de épocas anteriores (Szymanski, 1997; Szymanski & Martins, 2004). Em relação à sociedade medieval, temos que, segundo Áries (1978), assim como não havia o reconhecimento da particularidade infantil que distingue a criança do adulto ou do jovem, a família também não existia como valor ou sentimento. A criança, vista como adulto em miniatura, assim que sobrevivia aos seus primeiros anos de vida, logo passava a conviver com adultos em outra casa que não a de sua família, sem passar pelas etapas da juventude nem tampouco da escolarização, tendo sua educação garantida pela aprendizagem mediada pela participação em jogos e trabalhos do dia-a-dia. A família não tinha função afetiva, haja vista que o sentimento entre pais e filhos, assim como entre os cônjuges, não era considerado necessário à existência nem ao equilíbrio da família, como hoje é valorizado. Diante da morte de uma de suas crianças, por exemplo, tendia-se, no geral, a fazer pouco caso, pois outro logo a substituiria, de acordo com a alta taxa de natalidade e mortalidade que vigorava na época, em parte resultado da ausência de cuidados com hábitos higiênicos, diante dos baixos padrões sanitários existentes. As trocas afetivas, assim como os aprendizados, eram promovidos nas interações com várias pessoas do castelo, no caso da família aristocrática, em que se abrigava, além da família conjugal, parentes, dependentes, criados e clientes, ou da aldeia que constituía a unidade básica da vida familiar camponesa, de modo que as crianças não eram consideradas o centro da vida conjugal, nem tampouco os pais eram as suas únicas fontes de identificação (Poster, 1979; Reis, 1994).

À família medieval cabia, então, apenas a missão de assegurar a transmissão da vida, dos bens e dos nomes. Nesse sentido, de acordo com Poster (1979), referindo-se à família aristocrática, o casamento se constituía em um ato político, dependendo dele o destino da linhagem através da manutenção das propriedades da família, cuja riqueza baseava-se no controle da terra, visto como um patrimônio e não um capital a ser investido, devendo, por conseguinte, ser preservado, uma vez herdada ou transmitida. A escolha do parceiro, segundo Engels (1884/1995), em decorrência desse propósito, era determinada pela conveniência da família e não por inclinações individuais, razão pela qual define esse tipo de casamento como “*um contrato não firmado pelas partes interessadas*” (p. 85).

O sentimento moderno de família, de acordo com o qual a família passa a se organizar em função dos filhos, conforme Áries (1978), tem sua origem e desenvolvimento atrelados ao surgimento da escola no século XVII e aos progressos da vida privada. Com a escola, as crianças, antes educadas a partir do convívio com os adultos, como nos referimos acima, passam a ser mantidas a sua distância em uma espécie de quarentena, o que veio favorecer, entretanto, uma maior aproximação física com os pais, comparando com o tempo que permaneciam enquanto aprendizes nas casas de outras famílias. Por sua vez, essa separação do mundo dos adultos correspondeu, em parte, ao grande movimento de moralização dos homens impulsionado por reformadores católicos ou protestantes ligados à igreja, às leis ou ao Estado, estando relacionado, por sua vez, ao novo sentimento de infância, oriundo desse grupo, para o qual as crianças eram consideradas como criaturas frágeis de Deus, fazendo-se necessário, ao mesmo tempo, preservá-las e discipliná-las. Por outro lado, isso não teria sido viável sem a cumplicidade sentimental das famílias, uma vez que essas assumiram uma função moral e espiritual, a responsabilidade pela formação dos corpos e das almas de seus filhos, de

acordo com as orientações dos moralistas. Nesse contexto, os pais não mais se satisfaziam apenas em pôr filhos no mundo, uma vez que passaram a se interessar por seus estudos, a acompanhá-los de uma forma solícita a fim de lhes proporcionar uma preparação para a vida, enviando-os à escola, lugar, desde então, convencionado para essa função. A importância da criança aos olhos dos pais fez com que a sua perda fosse considerada irreparável, levando o casal a limitar, por conseguinte, o número de filhos gerados como forma de lhes garantir os melhores cuidados. Razão pela qual se justificam, em parte, as preocupações dos pais também com a saúde física e a higiene dos mesmos.

Os progressos do sentimento de família também estão relacionados ao processo de privatização, ocorrido entre os séculos XVI e XVIII, que envolveu a dissolução da antiga sociabilidade na qual o público e o privado se confundiam de tal modo que a comunidade constituía um meio familiar, ninguém tinha vida privada e não havia distinção entre lazer, trabalho e convívio familiar. Para tanto, segundo Áries (1991), concorreram, por sua vez, três acontecimentos importantes relacionados à história político-cultural: o novo papel do Estado, a emergência das formas novas de religião nos séculos XVI e XVII, além do desenvolvimento da alfabetização e a difusão da leitura. Quanto ao Estado, afirma-se que, a partir do século XV e, principalmente, ao longo do século XVIII, este passa a interferir cada vez mais no espaço social antes pertencente às comunidades, no próprio âmago do privado, ao mesmo tempo em que a coisa pública deixa de ser gerida como um bem familiar. Nesse processo, o exercício de determinadas funções como a de exército, justiça, paz e ordem foram por ele reivindicadas desde o início, disponibilizando um espaço-tempo para existência de atividades particulares; assim como, através da legislação, principalmente, durante a Revolução Francesa, em que privado significava faccioso, de acordo com Hunt (1991),

o Estado procurou regulamentar a vida familiar, limitando, assim, o controle da família sobre os indivíduos e ampliando, em contrapartida, o seu próprio poder. A secularização do casamento, a instituição do divórcio, a criação de tribunais de família, a normatização do processo de adoção foram algumas das mudanças oriundas das intervenções da autoridade pública junto à família.

Ao lado do fortalecimento do Estado, as reformas religiosas também contribuíram para a emergência da vida privada na medida em que, mesmo sem excluïrem as práticas coletivas de devoção, puderam fomentar uma religião mais individual, o exercício da devoção interior através, por exemplo, do exame da consciência, fosse sob a forma católica, de confissão ou puritana, do diário íntimo. Nesse contexto, a oração entre os leigos assumiu gradativamente a forma da meditação solitária em determinados espaços da própria casa reservados para esse fim.

Acrescenta-se, ainda, a esses dois fatores, os progressos da capacidade de ler cuja importância, segundo Chartier (1991), deve-se não só ao fato de terem favorecido o surgimento de novas práticas familiares, solitárias ou sociáveis entre um maior número de pessoas como a da leitura na intimidade individual que permite a reflexão solitária mediante a habilidade de ler sem implicar oralização do texto, mas, sobretudo, por terem viabilizado o acesso e, por conseguinte, reforçado as mudanças políticas e religiosas, sucintamente citadas acima, que marcaram o mundo ocidental na era moderna. Isto porque, nesse período, o escrito, em detrimento da palavra oral, passou a transmitir as vontades da autoridade pública e a alimentar a devoção privada fundamentada, muitas vezes, na leitura dos livros de espiritualidade ou da Bíblia.

Conforme Áries (1991), nesse processo no qual se organizou uma nova forma de conceber e viver a esfera da existência privada na idade moderna, a família, a partir do século XVIII, passou a concentrar todas as manifestações da vida privada, tornando-se

lugar de refúgio em relação aos estranhos, de afetividade, estabelecendo relações de sentimento entre casal e filhos, além de se constituir espaço de atenção à infância, chegando, dessa forma, a absorver os indivíduos que acolhe e a se separar com mais nitidez do espaço público com o qual se comunicava.

De acordo com Lasch (1991), a idéia da família como refúgio, característico do modelo moderno de família, reflete não só a glorificação da vida privada, em detrimento das tradições, das relações de vizinhança e de amizade que permeavam a vida cotidiana dos indivíduos anteriormente, mas também a desvalorização do trabalho. Além da supressão do controle técnico do processo de trabalho e da produtividade ditado pelos trabalhadores com o advento da industrialização - que os reduziu a mercadorias, na medida em que a produção se complexificou e ganhou eficiência - o trabalho, que se encontrava desde então cindido do capital, tornou-se cada vez mais rotineiro, fragmentado e especializado. Dessa forma, o trabalho não constituía em si mesmo uma fonte de satisfação e realização pessoal, mas um meio para tanto, significando ainda, para muitos, simplesmente a sobrevivência física. Diante disso e, em consonância com a percepção burguesa da sociedade como algo alheio e abstrato, as frustrações sofridas na vida pública, especificamente, no mundo do trabalho, poderiam e deveriam ser compensadas no âmbito do privado. Ou seja, as relações frias regidas pelas leis do mercado e circunscritas apenas à vida pública encontrariam um anteparo no reduto da família, espaço onde o afeto estaria preservado, como se esta fosse imune às influências exteriores.

Em concordância, então, com essa oposição entre trabalho e família, ainda segundo a autora supracitada, no lugar da prática do casamento arranjado pelos mais velhos ou pelos pais e mobilizado pelo interesse na perpetuação patrimonial, emerge o casamento de companheirismo, assentado sob a livre escolha do cônjuge e no ideal do

amor romântico, no qual o homem e a mulher seriam renovados espiritualmente pela companhia um do outro, gerando, segundo Fonseca (1995), a dicotomia casamento por interesse *versus* amor. Embora o universo público estivesse permeado pela representação do indivíduo livre e igual, na qual se apoiou a institucionalização do casamento enquanto um contrato livre, como aponta Engels (1884/1995), essa nova família fundamentou-se em relações hierárquicas com base em uma rígida divisão de papéis sexuais: à mulher, foi atribuída a responsabilidade pelo equilíbrio emocional da família, devendo oferecer continência às frustrações do homem, absorvido pelo mundo do trabalho em seu papel de provedor material (Poster, 1979; Prado, 1989; Reis, 1994). Como o lar deixou de ser centro de produção a partir da Revolução Industrial e os filhos foram vistos como “*reservas para o futuro*” (Lasch, 1991, p. 26), a benevolência da mulher também se estendeu aos mesmos, devotando-se a sua criação e educação.

Inicialmente, restrito à classe burguesa, esse modelo moderno de família, com o tempo, estendeu-se a todas as camadas sociais, tendo atingido seu pleno florescimento no século XIX, graças, sobretudo, à ação dos médicos sob a retaguarda do Estado (Duarte, 1995; Lasch, 1991; Perrot, 1991). Em Perrot (1991), podemos ver, a título de exemplo, que o casamento foi sacralizado pelos médicos em razão de o conceberem como regulador das energias e como forma de evitar a degenerescência das raças, de modo que a família, calcada no laço conjugal, passa a ser vista como “*garantia do bom sangue*” (p. 116). Entretanto, segundo Donzelot (1986), a promoção e consolidação desse modelo ocorreram de forma diferente segundo a classe social dos indivíduos. Embora o Estado objetivasse, ao final, a proliferação e a liberação de uma mão de obra dócil e útil para o livre jogo do mercado de trabalho, buscando reorganizar as famílias burguesas e as populares em nome do interesse da criança, nas primeiras famílias, as intervenções procuraram garantir proteções discretas, tendo como eixo a difusão da

medicina doméstica através de livros didáticos sobre a doutrina médica e da aliança entre o médico e a mulher, com o pretexto de afastar as crianças da influência considerada nefasta dos serviçais. Enquanto que, nas famílias populares, a partir de campanhas de moralização e higiene da coletividade, as ações estabeleceram vigilâncias mais diretas, visando diminuir a prática de abandono de crianças, do concubinato e da vagabundagem dos indivíduos, particularmente das crianças, corroborando, assim, de acordo com Fonseca (1995), com a manutenção da ordem pública. Desse modo, como afirma Foucault (1995/1979), a família, através dessa política médica que se delineou no século XVIII em todos os países da Europa, emerge como “*instância primeira e imediata da medicalização dos indivíduos*” (p. 200), estando nesse processo, articulados os objetivos relativos à “saúde” do corpo social com a necessidade de cuidados das crianças.

No Brasil, como bem aponta Costa (2004), a higienização da família e, por conseguinte, a valorização do padrão nuclear burguês como ideal, estava diretamente relacionada ao desenvolvimento urbano e à criação do Estado nacional. Até os fins do período colonial, a administração portuguesa não havia encontrado meios de dominar a interferência da família dos senhores rurais sobre os indivíduos, sobre a cidade, com a qual tinha uma relação de dependência em oposição aos interesses do Estado. Além dos mecanismos formais e legais de controle político, a família senhorial criou instrumentos informais de reforço, manutenção e dilatação do seu poder, como certos dispositivos apoiados no parentesco, como o da solidariedade familiar da qual decorreu, mais tarde, a prática do nepotismo. Segundo esse mecanismo, os indivíduos atrelados à rede familiar pelo parentesco moral e espiritual passam a ser submissos afetivamente aos senhores, a ponto de defenderem os interesses desses, acreditando estar defendendo a

própria família. Ou seja, passam a agir segundo os padrões emocionais e personalistas das relações de parentesco.

Ao mesmo tempo, o poderio dessas famílias estava assentado em sua coesão interna mantida mediante determinados mecanismos de vinculação interna entre os seus membros, que definiam a sua organização emocional. Um deles foi a auto-referência, diante do fato de que as condutas e desejos de todos giravam em torno da autopreservação da família, de modo que não cabia a defesa de interesses nacionais, sentimento de patriotismo. “*A família não formava cidadãos e sim, parentes*” (Costa, 2004, p. 47). Outro mecanismo era a dependência em relação ao pai que concentrava as funções militares, empresarias e afetivas. Em torno de seu nome e do seu interesse – defesa do patrimônio - as aspirações dos membros tinham unidade, de modo que não havia espaço para interesses próprios. A família latifundiária, do ponto de vista do autor supracitado, é considerada como protótipo da família colonial por ter sido a primeira a fixar as regras desse tipo de ordem interna, esse modo de organização familiar patriarcal que se estendeu, em seguida, às outras camadas sociais, particularmente os setores médios da população, e para o qual se voltou à ordem médica a fim de produzir uma “*norma familiar capaz de formar cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade, do estado, da pátria*” (p. 48). Não se objetivava modificar o padrão familiar dos escravos que deveriam continuar sobre a égide da punição. Os escravos, assim como todos os outros desclassificados socialmente, seriam usados como aliados da medicina em seus planos de evitação da rebeldia familiar, como anti-norma, sendo a eles dedicadas outras políticas médicas. Polícia, recrutamento militar, segregação em espaços higienizados como asilos e prisões continuaram a ser reservados aos considerados “sem família”. No segundo império, o alvo da ação médica seria,

sobretudo, as famílias elitistas da cidade, no sentido de prover sua adequação ao novo sistema econômico e político.

Decerto que estudos históricos mais recentes sobre a família brasileira têm tornado evidente que as famílias extensas do tipo patriarcal não foram as predominantes, sendo mais comuns aquelas com estruturas mais simples e menor número de integrantes, em contraposição à família do senhor do engenho descrita por Freire (1987) a qual foi impropriamente adotada como modelo genérico de estrutura familiar (Almeida, 1987; Neder, 1998; Sâmara, 1987; Souza & Botelho, 2001). Algranti (1997), por exemplo, aponta que várias foram as formas que a família colonial assumiu em função das características regionais da colonização, da estratificação social dos indivíduos, da diversidade étnica da população, podendo-se encontrar casos em que os domicílios reuniam apenas pessoas de uma mesma família nuclear e um ou dois escravos quando não, além desse grupo, tinha também agregados e parentes próximos. Às vezes, envolviam apenas mulheres com seus filhos, sem marido, ou o casal de cônjuges com a concubina do marido ao mesmo tempo, acompanhada ou não dos filhos ilegítimos. Considerando, em específico, o papel reservado à mulher em determinados contextos econômicos, percebe-se ainda que no nordeste açucareiro, cujo povoamento tendeu para a permanência, resultando em formas de convívio mais sedimentadas sob a égide do patriarcalismo, as mulheres eram vistas como ociosas e recatadas, tendo sua vida restrita ao lar; entretanto, na região sul, periferia do sistema colonial, caracterizada por um povoamento rarefeito, em permanente mobilidade em função do fenômeno das bandeiras, era possível encontrar mulheres com participação ativa, gerindo negócios, assumindo a chefia da família, mesmo havendo um aparato legal à dominação masculina (Neder, 1998; Novais, 1997).

Todavia, na perspectiva de Almeida (1987), com a qual Costa (2004) parece estar em consonância, o modelo de família patriarcal é considerado como “*matriz de uma ética que permeia todas as esferas do social*” (p. 56), expressando-se sob a forma do clientelismo e do populismo no campo da política; da preponderância do favor e da alternativa da violência nas relações de trabalho e de poder; estando presente ainda nas relações interpessoais, nas quais os indivíduos se impõem através da cordialidade, sendo a história da família compreendida, aqui, enquanto história de valores éticos, dos padrões morais dominantes e de suas formas desviantes. Com base, então, nessa abordagem histórica, a autora afirma que a ética implícita desse modelo em questão se estendeu por todas as outras formas concretas de organização familiar tanto do passado quanto da realidade atual. Nesse sentido, o aburguesamento das famílias elitistas, explicitado por Costa (2004), teria sido reapropriado e adaptado pela mentalidade da família patriarcal, refletindo o processo característico da modernização brasileira no qual o novo, o moderno, que chega através da importação de idéias, convive com o velho, com a essência de nossa formação forjada anteriormente, razão pela qual a denominam de “modernização conservadora”.

De fato, em 1808, quando a corte portuguesa chega ao Brasil, buscando integrar Portugal e nosso país ao liberalismo econômico, trazendo consigo os padrões burgueses de família, não havia uma urbanização densa nem tampouco uma classe burguesa vigorosa, mas uma sociedade fundada no latifúndio exportador e no trabalho escravo (Almeida, 1987). Costa (1985, citado por Dantas, 1989) nos esclarece melhor essa contradição e as implicações disso, quando afirma que, se na Europa as idéias liberalistas e nacionalistas expressavam as aspirações de uma burguesia vigorosa, ligada ao desenvolvimento das manufaturas e das indústrias, em luta contra uma aristocracia em crise, em nosso país, elas seriam defendidas pelas classes proprietárias coloniais e

por uma débil burguesia que dependia, em grande parte, do Estado ou das categorias rurais, de uma forma tal que a emancipação política do país não ameaçasse a concentração da riqueza além de todos os seus privilégios. De acordo com Alencastro (1997), o Brasil foi o único país independente a praticar o tráfico negreiro até 1850 a despeito das leis internacionais e nacionais, demonstrando-nos o caráter conservador desse processo.

Para tanto, segundo Costa (2004), a adoção da assistência médica no império como política de Estado foi de fundamental importância, uma vez que, além de favorecer a corporação médica em detrimento da assistência caritativo-assistencial predominante na colônia, também atendia os interesses da elite agrária representados pelo Estado nacional que se constituía e se consolidava. Com o pretexto de salvar os indivíduos do caos sanitário devido ao surto urbano impulsionado pela vinda da corte portuguesa e, posteriormente, pela expansão da lavoura cafeeira, o Estado, através da medicina higiênica, invade as residências, critica os crimes nelas cometidos contra a saúde, principalmente da mulher e da criança, e imprime a adoção de novos padrões de comportamento pelos membros da família de elite, com base na noção de que os hábitos e condutas que atualizavam as tradições coloniais eram anti-higiênicos, como a prática do aleitamento dos filhos por escravas, considerada responsável pelo aumento da mortalidade infantil, e que a saúde e a prosperidade da família dependiam de sua sujeição ao Estado.

Segundo Alencastro (1997), à medida que o médico afirmava seu prestígio diante da família dentre outras figuras de homem, como a do juiz, que emergiam na sociedade, o poder absoluto do pai se dissolvia. Todavia, assim como em Costa (2004), embora percebamos que o escravo tenha sido considerado como fonte de doenças e de imoralidade, a medicina não alterou a base escravista da sociedade; antes a atualizou,

seja indiretamente, manipulando-o com o objetivo de aproximar física e afetivamente os membros do grupo de parentesco restrito, preocupados com a higiene da casa em detrimento do íntimo convívio que tinham com os escravos, ou de um modo direto, quando recomenda, nos manuais dirigidos aos fazendeiros, a proteção da saúde das escravas grávidas a fim de que fosse assegurada a reprodução de seu investimento, denotando o viés mercantil dos preceitos médicos.

A partir da proclamação da República, foram as famílias populares o mais novo alvo do Estado, adotando a medicina como estratégia bio-política, assim denominada por Foucault (1995), tendo em vista, agora, a “*industrialização imediata e modernização do país a todo custo*”, como aponta Sevcenko (1998, p.15). Uma vez consideradas como núcleos de desordem, insalubres e promíscuas, enfim, centros irradiadores de epidemias, sobre as formas coletivas de moradia recaíram os códigos sanitários formulados no início da República, conferindo ao poder público o direito de intervir no cotidiano de seus moradores e nos padrões de sua sobrevivência. A pretexto, por exemplo, de vistoria e da vacinação contra determinadas doenças, contando ainda com a força policial, agentes sanitários invadiam as habitações e, quando detectados sinais de risco sanitário, condenavam-nas à demolição, tendo isso gerado, de modo espontâneo, a revolta da população pobre contra o governo, conhecida como a Revolta da Vacina, ocorrida em 1904. Tal protesto, mesmo depois de contido, suscitou no governo, por sua vez, reações violentas contra todo aquele que fosse abordado na rua que não comprovasse emprego e residência fixos. Essa prática comprometia, no caso, praticamente todo o segmento pobre, haja vista que a maioria da população vivia de expedientes temporários em virtude da industrialização incipiente, incapaz de absorver o número crescente de trabalhadores que chegavam às cidades e, com a reforma sanitária do governo, havia sido criado um grande *déficit* habitacional.

Entretanto, apesar dos esforços autoritários e repressivos de homogeneizar a realidade urbana, esta se mostrava multifacetada, segundo Wissenbach (1998), com a existência de outras estratégias de sobrevivência e formas de sociabilidade que não as das classes dominantes da época. As chamadas formas coletivas de moradia, como descreve essa autora, que incluíam os cortiços, as pensões, os casarões antigos, os barracões levantados nos encostos dos morros, em consequência de despejos anteriores, eram todas marcadas pela alta densidade, pela mistura de tipos sociais e de nacionalidades diferentes, abrigando os diversos segmentos que passaram a compor a classe pobre a partir da abolição e da política de apoio à imigração. Nesse contexto, emergiam padrões de sociabilidade calcados em relações de solidariedade, de trocas sociais, apresentando-se enquanto mecanismos essenciais para a sobrevivência dos grupos populares, de maneira que o lar, tal como era concebido e vinculado pelo discurso urbanístico, naquele período, não constituía para estes grupos núcleo organizador de suas vidas, assim como a rua não era tão somente espaço de circulação.

Em habitações onde apenas se comia e dormia, o privado se redimensionava em direção aos quintais envolvendo as atividades diárias, como a lavagem de roupas pelas mulheres, em meio às quais se dava o convívio social cheio de conversas e trocas sobre as aflições vividas, os cuidados com as crianças e os ensinamentos transmitidos de geração a geração, estando, ao mesmo tempo, marcado por conflitos dada a grande proximidade dos vizinhos e as duras condições de sobrevivência. Assim como faziam uso dos quintais coletivos, os moradores tomavam conta das calçadas diante das casas, das ruas com seus pontos de encontro e dos mercados, de modo que a privacidade se orientava em direção ao mundo das ruas. Além de dividir bairros, coabitando moradias

coletivas⁹, os diversos segmentos sociais e étnicos das classes populares ainda compartilhavam as oportunidades intermitentes de trabalho nos vários setores da economia informal que se expandia, na qual poderia se ver mulheres trabalhando como vendedoras de comidas, fosse em vendas ou de forma ambulante, homens, em setores de carregamentos e transportes como funileiros, marceneiros dentre outros ofícios e, inclusive, crianças, encarregando-se de parte da sobrevivência com a venda nas ruas ou entrega de casa em casa de gêneros alimentícios, por exemplo.

De acordo com Neder (1998), no período do Estado Novo, as ações do governo, na área de família passam a ter como referência o autoritarismo nazi-facista. A partir da eugenia, a idéia de família saudável, regular, passou a ser enfatizada, justificando a relação de tutela, como vimos no primeiro capítulo, do Estado perante as crianças e os adolescentes de famílias pobres consideradas viciosas, através da institucionalização. Junto, porém, às famílias de trabalhadores, conforme Souza (1995), observa-se a adoção de políticas pró-natalistas até o final dos anos 50 do século XX, com ações diretas de proteção, como a fixação do salário-mínimo e estabelecimento dos sistemas de previdência social e de benefícios como salário-família, auxílio-natalidade e licença-gestante, além da ampliação das oportunidades de escolarização, com a expansão das redes de escolas públicas, a fim de garantir uma reserva cativa de mão-de-obra, desenvolver o comércio interno e a atividade industrial com a melhoria do poder aquisitivo dos assalariados e, assim, manter sob controle a ordem social. Se nesse período tais políticas significaram um aumento real das facilidades para a criação e educação de filhos da família do trabalhador, a partir da década de 1960, as elites tornaram-se aos poucos antinatalistas em relação às mesmas, passando a considerar os

⁹ A coabitação em moradias coletivas nos leva a inferir que se tratava de diferentes famílias partilhando espaços comuns, entretanto, não sabemos dizer os critérios que as faziam distintas entre si, dado que a autora não faz referência a isso.

seus padrões de procriação como paternidade irresponsável, como algo anti-natural, prejudicial à saúde e fator de manutenção da pobreza em que viviam, estando as prescrições médicas orientadas para uma crescente desnaturalização dos elos entre sexualidade, procriação e o exercício da maternidade, devendo as condutas relativas a essas instâncias ser racionalizadas e cientificamente planejadas com a ajuda do médico, o que fez proliferar, nesse contexto, os serviços de planejamento familiar e as práticas de esterilização em mulheres sadias.

Na década de 1990, porém, como aponta Faria (2001), as diretrizes e programas de intervenção social do Estado passam a priorizar a família, isto é, a valorizar as suas potencialidades enquanto provedora de bem-estar material, afetivo e emocional de seus membros¹⁰. Nesse caso, o objetivo de disciplinar e controlar as famílias daria lugar ao interesse de protegê-las, apoiá-las e fortalecê-las, respeitando suas características intrínsecas, a fim de que possa cumprir com sua co-responsabilidade na proteção dos seus, com base nos princípios de universalização de direitos e da descentralização que, entre outros, passam a nortear a constituição no Brasil de um Estado de Direito. Para tanto, importa salientar que foi decisiva a mobilização social em torno dos direitos da mulher, das crianças e dos adolescentes, denotando, como afirma Costa (1998), por outro lado, o lugar periférico que a família ocupava no movimento social em nosso país por ocasião da luta em torno da implantação de um Estado de Direito. Às lutas feministas se atribuem, então, a incorporação, na Constituição de 1988, de uma nova definição de família que a tornou mais inclusiva e sem preconceitos, quando reconhece como entidade familiar a união estável entre homem e mulher, assim como a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes e não absolutiza a família natural como único modo de assegurar às crianças e aos adolescentes o direito à

¹⁰ Essa percepção sobre a família será retomada na seqüência deste texto, tendo em vista sua importância para a compreensão de nosso objeto de investigação.

convivência familiar, prevendo, no caso, a família substituta, mesmo que em situações excepcionais. Essa nova Constituição afirmou, ainda, a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres na sociedade conjugal, a consagração do divórcio, a declaração do planejamento familiar como livre decisão do casal, além da previsão de mecanismos para coibir a prática de violência doméstica. Já decorrente do processo de afirmação dos direitos da criança e do adolescente, temos o direito à convivência familiar e comunitária, o reconhecimento da igualdade de direitos entre os filhos adotivos e aqueles oriundos ou não da relação do casamento, sendo a família ainda valorizada em seu papel, a partir da aprovação do ECA, com a desinstitucionalização do atendimento de crianças e adolescentes em situação de abandono ou de transgressão do Código Penal¹¹, conforme apontamos no capítulo anterior.

No entanto, com a crise do Estado de Bem-Estar, que se faz presente nos países desenvolvidos desde os anos de 1970, concretamente, o que se pode observar é um certo enaltecimento dos laços de solidariedade informais como os familiares em detrimento das funções que seriam de responsabilidade do setor público, ou seja, do Estado, de forma tal que à família é requisitado o exercício de um papel substituto em relação ao sistema de direitos sociais. Acrescenta-se ainda que o acesso aos programas de apoio sociofamiliar, mantidos pelo Estado dentro do modelo residual de políticas públicas, em detrimento do princípio da universalização, significa a comprovação de seu fracasso, de sua incapacidade em cuidar e proteger os seus (Miotto, 2004). Em outras palavras, como as ações do governo estão voltadas para as situações-limite das famílias, com base na ideologia que, independente de suas condições objetivas e subjetivas de vida, as próprias devem ser capazes de proteger os seus, ser contemplada pela ajuda pública é

¹¹ É importante lembrar que, embora não seja aplicada aos adolescentes que infringem o Código Penal as mesmas sanções dos adultos, como também a conduta dos primeiros não seja considerada crime e sim ato infracional, tal Código é referência comum nos dois casos para efeitos de definir se houve e discriminar o tipo de infração cometida em relação ao Sistema Penal.

fazer parte do grupo daquelas consideradas incapazes, doentes, anormais, desestruturadas dentre outras qualificações que, além de justificar e alimentar esse processo de assistência, contribuem com sua estigmatização social. Na concepção de Pereira-Pereira (2004), com a qual concorda Alencar (2004), a absorção desse ideário neoliberal só veio legitimar e revestir de um caráter de modernidade a tendência histórica de resolver, na esfera privada, questões de ordem pública, ou seja, a família sempre funcionou como anteparo social na ausência de políticas públicas que assegurassem a reprodução social dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, entretanto, os esses dois autores mostram que a relevância atual da família como fonte privilegiada de proteção social ignora as alterações recentes na organização e dinâmica familiar, bem como a crise econômica do país, pondo em xeque, assim, as condições efetivas para continuar a funcionar como tal.

Diante das mudanças que têm ocorrido nas famílias brasileiras, nas últimas décadas, como a sua diminuição em termos do número de pessoas que as compõem, a inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho, a ampliação de arranjos como o de caráter monoparental (formada por um dos pais - geralmente a mãe, com filhos, coabitando ou não com outros parentes) e do número de uniões conjugais sem vínculos legais, os mecanismos de solidariedade familiar, considerados de fundamental importância à proteção e à socialização dos indivíduos no âmbito primário, teriam sofrido alterações em sua capacidade e funcionamento, provocando uma interação limitada e precária entre os poucos membros da família. Ao mesmo tempo, em consequência da crise econômica que assume formas no desemprego crescente, no rebaixamento dos salários, na precarização das condições e relações de trabalho, no desregulamento de direitos sociais já conquistados, as famílias estariam fragilizadas para cumprir seu papel quanto à reprodução social. De modo que, segundo esses autores,

reconhecendo o direito das famílias de serem assistidas em sua condição de sujeito social e político, as políticas sociais a elas dirigidas devem considerar as suas novas configurações, assim como as novas determinações das desigualdades sociais que nesse país marcam as condições objetivas de vida e de trabalho dos seus.

2.2. Família com adolescentes: especificidades da dinâmica relacional

Em nossa discussão inicial sobre família, reconhecendo a dificuldade de romper com o modelo idealizado e naturalizado acerca dessa instituição, como aponta Sarti (2005), sob uma perspectiva histórica, podemos atestar, dentre outros aspectos, seu caráter mutante diante da diversidade de configurações que assumiu ao longo ou até mesmo em uma determinada época e lugar, conforme o grupo social observado. Mas, sobretudo, compreendemos o processo através do qual a família, independentemente da forma como esteja estruturada, passou a ser concebida e requisitada socialmente como instância fundamental do desenvolvimento humano e social¹², sendo a ela atribuído, para além da sobrevivência básica, o papel de propiciar a matriz para o desenvolvimento psíquico dos indivíduos e a aprendizagem da interação social através do processo de socialização (Ferrari & Kaloustian, 1998; Osório, 2002; Petrini, 2003). Desse modo, então, podemos não somente relativizar as nossas referências, mas também contextualizar os discursos dos sujeitos desta pesquisa, tendo em vista que os

¹² Como vimos na rápida retrospectiva feita em torno do processo de constituição da família burguesa, mediante a confluência de diversos fatores como os progressos da vida privada, o reconhecimento da particularidade infantil, o surgimento da instituição escola e a socialização da produção com a Revolução Industrial, a família emerge na Idade Moderna enquanto uma instituição circunscrita ao âmbito do privado e à ordem da afetividade, correspondendo à demanda social por trabalhadores úteis produtivamente e politicamente dóceis à medida em que se volta para a proteção e promoção dos seus membros.

significados que atribuímos à realidade trazem a marca da conjuntura sócio-histórica em que nos encontramos (Faraco, 2003).

Entretanto, sabemos que os significados que permeiam a noção de família, de acordo com Sarti (2005) e em consonância com a teoria de Backtin sobre refração, descrita por Faraco (2003), também são traduções individuais e singulares com base em experiências particulares dos sujeitos nos mais diferentes grupos sociais, especialmente aquelas vivenciadas junto ao grupo familiar ao se constituírem “*alicerce de identidade*” (Sarti, 1999, p. 100). Segundo essa mesma autora, a família pode ser concebida de maneiras diferentes por cada um dos seus membros, dependendo do lugar e do momento em que se encontram na família. Nesse sentido, consideramos relevante, neste texto, abordar essa instituição, a partir desse momento, enquanto unidade de interação, sem ignorar as variáveis externas a ela, adotando como referência a perspectiva do ciclo de vida, na tentativa de melhor elucidar a dinâmica das relações entre os adolescentes e suas famílias.

Conforme Peres (2001), o complexo contexto familiar, para ser compreendido em sua singularidade, precisa ser estudado não só em termos de sua estrutura composicional, mas também quanto aos seus padrões ou estilos específicos de relacionamento entre seus membros, atentando para a atmosfera emocional na qual as relações se desenvolvem. Considerando que tais padrões refletem a maneira como a família está organizada e de como lida com as mudanças realizadas durante sua vida, a autora afirma que não se pode prescindir da visão que o ciclo de vida oferece de cada família em seu movimento no tempo, em seu processo de desenvolvimento, sendo apreendida, nesse caso, com base em suas transições, suas crises previsíveis e imprevisíveis e nos efeitos que essas podem produzir sobre suas relações internas. Faria (2001) também ressalta a necessidade de se considerar a etapa do ciclo da vida da

família além de sua forma específica de organização com vistas a uma formulação e implementação adequada das políticas voltadas à família, uma vez que, desse maneira, se pode ter uma visão mais acurada de suas vulnerabilidades. Dependendo da interseção entre essas variáveis, diferentes estratégias podem ser adotadas pela família para obtenção e uso dos recursos necessários a sua sobrevivência e ao seu bem-estar, tendo repercussões, por sua vez, nos relacionamentos e na vida dos seus membros.

Ao mesmo tempo, reconhecemos as ressalvas expressas por Carter e McGoldrick (2001), em relação ao ciclo de vida, quando afirmam que se trata de um fenômeno complexo, difícil de ser normatizado, tendo em vista o caráter mutável dos seus padrões em função do contexto sócio-histórico e cultural em que se encontram as famílias. “*As famílias não estão passando através das fases ‘normais’ nos momentos ‘normais’*” (p. 15), dizem as autoras, diante das mudanças que ocorreram na geração passada devido, principalmente, à redução do índice de natalidade, do aumento da expectativa de vida, da mudança do papel feminino, do crescente índice de divórcio e recasamento.

O ciclo de vida familiar, segundo tais autoras, para efeitos de sua descrição e análise, tem sido dividido em vários estágios, estando associados aos movimentos de entrada e saída, bem como ao desenvolvimento dos seus membros que demandam a necessidade de expansão, contração ou realinhamento do sistema de relacionamento na família, envolvendo pelo menos três diferentes gerações. Isto significa dizer que, em cada período de transição dos estágios, a família precisa operar uma mudança mediante a negociação entre seus membros. Assim sendo, essa instituição social é compreendida como um sistema, portanto, mais do que a soma de suas partes, dado que seus membros estão conectados entre si, influenciando uns aos outros a partir de determinados padrões de interação, cujas mudanças, por sua vez, são requisitadas em direção a uma nova e

mais complexa integração, na medida em que a pessoa se move ao longo do ciclo vital (Minuchin et al., 1999).

Mas, independentemente do número de estágios, nessa abordagem, a atenção se volta, segundo Peres (2001), para os eventos significativos vividos por ela em cada fase e as emoções a ela associadas, tendo em vista que, em muitas vezes, são capazes de promover ou não o seu desenvolvimento, e seus efeitos podem perdurar por um longo período de tempo, dependendo do sentido dado a eles, principalmente, quando são imprevisíveis, como o nascimento de uma criança deficiente, o encarceramento ou a morte inesperada de um dos seus membros. Sejam coincidentes ou não com os pontos de transição do ciclo de vida, os eventos podem gerar estresse, conflitos e disfunções. Nesse sentido, Black (2001) aponta que, dependendo das normas da família, do seu grupo de referência e da resposta da comunidade, as famílias podem, em função desses eventos, ter suas possibilidades de relacionamento internos limitadas, em função do estigma, dos segredos e conspirações de silêncio que nela podem emergir, além da falta de apoio social.

Carter e McGoldrink (2001), particularmente, dividiram em seis estágios o ciclo, descrevendo para cada um deles os princípios-chave do processo emocional de transição e as sugestões de mudanças vistas como necessárias à continuidade do processo de desenvolvimento. São eles: o estágio do jovem adulto, do novo casal, das famílias com filhos pequenos, adolescentes, da família no meio e no estágio tardio da vida. Descrevendo-os, então, de uma forma sucinta, temos que o primeiro deles, o do jovem adulto, é visto como o momento de se estabelecer objetivos de vida pessoais e de se tornar um eu, diferenciando-se da família de origem antes de formar uma nova família, sem romper as relações estabelecidas. Espera-se, no caso, que seja capaz de desenvolver relacionamentos íntimos com outros adultos, trabalhar e se manter financeiramente.

O próximo estágio é o do novo casal, formado pela união de duas famílias através do casamento e cuja atenção se volta para a tarefa de se comprometer com a formação e o desenvolvimento de um novo sistema, requerendo ao mesmo tempo um realinhamento dos relacionamentos com a família de origem e com os amigos do casal para acolher o cônjuge. Com o nascimento dos filhos, o sistema conjugal deve sofrer reajustes para compartilhar as tarefas de cuidados e educação necessários e, ao mesmo tempo, realinhar as relações com a família ampliada para incluir os papéis de pais e avós. Esses últimos, no caso, devem passar para uma posição secundária, permitindo que os filhos sejam as autoridades paternas principais. Em seguida, temos o da família com adolescentes, cujas demandas relativas ao processo de construção de sua identidade exigem mudanças substanciais nos papéis parentais e nas relações entre os membros, como veremos adiante.

Já no quinto estágio, em que os filhos adultos estão deixando a família de origem para assumir sua independência e autonomia, a família passa pelo desafio de aceitar esse movimento de separação, com base em uma negociação das relações com os filhos em um nível adulto, além de nova estruturação do relacionamento conjugal, agora que não são mais necessárias as responsabilidades paternas. Na fase tardia do ciclo de vida, para favorecer o desenvolvimento familiar continuado, cada geração deve ser capaz de modificar e reconhecer seu novo *status*, de forma que a geração do meio ocupe um papel mais central e os idosos sejam valorizados por sua sabedoria e experiência, e a família como um todo se prepare para as perdas.

Sabendo que os sujeitos desta pesquisa se encontram na faixa etária que corresponde à fase da adolescência, segundo o ECA (Brasil, 1990), voltaremos nossa atenção ao estágio familiar respectivo, embora suas famílias possam estar convivendo com diferentes momentos desenvolvimentais dos filhos, dependendo de sua composição

atual, como demonstra a pesquisa *Desenhos de família. Criando os filhos: a família goianense e os elos parentais* (Souza & Rizzini, 2001).

Como mencionamos antes, a fase da adolescência dos filhos implica reorganização nos padrões de relacionamento familiar, razão pela qual, de acordo com a perspectiva dessas autoras supracitadas, é considerada etapa do ciclo vital do próprio sistema familiar. De fato, segundo Eiguer (1985, citado por Wagner, 2001), ocorre uma mudança na identidade familiar durante esse período, uma vez que a percepção que cada membro da família tem do outro, da relação de uns para com os outros e do conjunto do grupo sofre modificações pelos comportamentos, sentimentos e pensamentos do adolescente. Nesse sentido, Preto (2001) afirma que, para manejar as tarefas da adolescência, a saber, a busca por uma identidade própria e uma maior autonomia em relação à família, essa se transforma de uma unidade que protege e nutre os filhos pequenos em um centro de preparação para a entrada do adolescente no mundo das responsabilidades e dos compromissos adultos, correspondendo, por sua vez, à demanda histórica de funcionar como sistema de apoio emocional diante da socialização do sistema produtivo, como vimos no início deste capítulo.

Nesse período, a comunicação em família se caracteriza por um acréscimo nos confrontos entre pais e filhos (Wagner, Falcke, Silveira & Mosmann, 2002). Na perspectiva desses autores, esse fenômeno ocorre em função de um maior questionamento que passa a haver por parte do adolescente com relação às crenças, valores e regras familiares. Losacco (2005), por sua vez, esclarece-nos melhor esse fato, quando afirma que, ao contrário das crianças que incorporam os valores sociais através da imitação, o adolescente, por sua capacidade de abstração, possui uma propensão a questionar e desafiar normas e padrões, o que, na tentativa de estabelecer a autoidentidade, muitas vezes, fá-lo discordar dos pais, gerando conflitos até então

desconhecidos na família. Ademais, Preto (2001) nos lembra que as famílias, possivelmente, também estão respondendo e ajustando-se às novas demandas de outros membros que estão entrando em novos estágios do ciclo de vida, de modo que se cria um campo de demandas conflitantes em que o estresse gerado parece ser transmitido para cima e para baixo entre as gerações, potencializando, assim, a emergência de confrontos na família. Os pais, se estiverem na meia-idade, passam a reavaliar o casamento e as carreiras, podendo findar em separação conjugal ou os avós, se velhos, podem estar enfrentando certos eventos como a doença, fazendo com que os pais possivelmente se transformem em seus cuidadores.

Assim como nos relacionamentos entre pais e filhos, a qualidade das relações fraternas também tende a sofrer significativas transformações nessa fase do desenvolvimento humano (Oliveira, 2006; Silveira, 2002). Além de ocorrer um declínio na intensidade e no envolvimento fraterno à medida que o adolescente passa mais tempo com seu grupo de pares, os momentos de convivência com os irmãos passam a estar permeados, com maior frequência e intensidade, por conflitos e rivalidades. Como forma, muitas vezes, de marcar as diferenças individuais que tendem a emergir nessa fase, comumente são exibidos comportamentos rebeldes e oposicionistas em relação aos irmãos mais novos, o que parece se acentuar, por sua vez, e a tornar a relação mais conflituada na percepção dos adolescentes, com a intervenção dos pais a favor dos menores, para os quais tendem a dirigir mais atenção. Entretanto, segundo Oliveira (2006), também podem ocorrer mudanças que favorecem a aproximação afetiva entre os irmãos, quando, por exemplo, o mais novo também, com pouco tempo depois, entra na adolescência, passando a compartilhar interesses comuns e a experimentarem, em função disso, maior diálogo, amizade e cumplicidade.

A flexibilidade é considerada a chave do sucesso para as famílias nesse estágio. As fronteiras que, segundo Minuchin et al. (1999), demarcam nas relações familiares os limites que não devem ser ultrapassados e as condições sob as quais elas são mais permeáveis, devem ser mais flexíveis de forma a possibilitar que o adolescente transite livremente em diferentes territórios, aproximando-se quando se sentir inseguro e se afastando para vivenciar sua independência em graus crescentes quando está pronto (Carter & McGoldrick, 2001). Em consonância com essa perspectiva, Sarti (1999), acrescenta que, para a família se manter como eixo de referência estruturante para o adolescente, como lugar de apego, de segurança, especialmente, nesse momento do ciclo de vida, a mesma precisa ser espaço de crescimento, acolhendo os seus amigos, os “estranhos ao meio familiar”, porque neles seu filho se reconhece, sendo parte essencial de seu processo de singularização. Ainda nesse sentido, especialmente nessa fase, em que há uma demanda maior por autonomia, as fronteiras estabelecidas entre os pais e o seu filho adolescente devem também permitir que o mesmo resolva com os irmãos os conflitos que emergem entre si, fornecendo, assim, a oportunidade de aprenderem importantes habilidades de resolução, como saber ouvir e expressar sentimentos e idéias (Silveira, 2002).

Mas, como Preto (2001) aponta, muitas vezes a família responde a essas demandas tentando manter o mesmo padrão de autoridade ou ampliando seu poder sobre os adolescentes, quando não se retrai emocionalmente para evitar os conflitos, desistindo completamente do controle. Sentindo-se impotentes e frustrados, porque não conseguem mudar o comportamento dos filhos, os pais chegam a solicitar que instituições públicas, como hospitais e tribunais, levem-nos de casa e assumam o controle, considerando ser a única solução que lhes resta. Segundo a mesma autora, essas reações familiares refletem a dificuldade de aceitar a perda do filho dependente,

chegando a sentirem um vazio, pois sentem que não são mais necessários da mesma maneira.

Os adolescentes, comumente, recorrem a ataques de raiva, retraem-se emocionalmente, buscam apoio nos avós ou amigos, quando não passam a viver com amigos ou namorados ou fogem numa tentativa de escapar dos conflitos do lar. Num extremo, são expulsos diretamente, explicitamente de suas famílias, sendo forçados a uma autonomia prematura. Nessa situação, pode haver um rompimento familiar permanente que, por sua vez, aumenta a vulnerabilidade dos adolescentes à exploração sexual, a vivências precárias e precoces de trabalho, ao envolvimento com drogas e atos infracionais, ao passo que os membros que os expulsou ou os abandonou, possivelmente, enfrentarão uma culpa aumentada, acusações mútuas, auto-recriminação, amargura, sentimentos de perda não resolvidos, depressão. Ademais, os próprios pais e os filhos que já vivem ou ainda vão passar pela fase da adolescência também tendem a ser afetados por essa situação ocorrida ao tentarem negociar suas próprias transições no ciclo vital.

Todavia, sendo a família um sistema aberto, de acordo com Vasconcelos (2002), dado que interage continuamente com sistemas maiores ao qual pertence, como em toda fase do ciclo, a qualidade de suas novas inter-relações está relacionada ao contexto sócio-cultural no qual está inserida. No tocante à classe social, a experiência das famílias pobres com adolescentes é significativamente diferente daquela das famílias de classe média e alta (Fulmer, 2001; Hines, 2001; Losacco, 2005; Preto, 2001; Rocha, 2002; Sarti, 1999). Enquanto, nesse último contexto, aos adolescentes é favorecida e incentivada a sua permanência “*quase ad eternum nos bancos escolares*”, usando as expressões de Losacco (2005, p. 72), aqueles pertencentes a famílias pobres, geralmente os do sexo masculino, tendem a deixar cedo as escolas para procurar emprego, numa

tentativa de se tornarem financeiramente independentes e/ou, muitas vezes, para contribuir com o sustento da família, assumindo prematuramente responsabilidades adultas, diante da instabilidade das uniões e estrutural do mercado de trabalho que absorve as famílias pobres.

Quanto à questão da escola, Fulmer (2001), nos lembra que, a despeito das precárias condições em que se encontram as unidades educacionais freqüentadas por esses adolescentes, a atividade escolar também é considerada como importante por sua família, mas de forma diferente, quando se compara com as famílias profissionais, ou seja, aqueles grupos caracterizados por uma escolaridade contínua e prolongada. Nessas últimas, os pais esperam que os filhos freqüentem a escola, objetivando o exercício de uma profissão, uma atividade específica de trabalho, sendo essa valorizada como maneira de praticar o significado da vida, fonte de felicidade e de autoestima, além de uma maneira de se sustentar economicamente. Enquanto nas famílias pobres, para as quais a criação dos filhos é uma das maiores fontes de significado, a escola é vista como oportunidade de conseguir um diploma de segundo grau e, assim, obter melhores chances de trabalho. Sarti (1995) afirma que essa atividade ganha sentido, isto é, valor para os trabalhadores pobres enquanto instrumento que viabiliza a vida familiar: “*O bom trabalhador não é o bom profissional, mas o bom provedor*” (p. 143).

Mas, ao contrário das expectativas familiares em relação à educação formal, a falta de experiência e baixa escolaridade, diante de sua desvinculação precoce da escola, ampliam a exploração da mão-de-obra desses adolescentes, na medida em que as possibilidades de obter um emprego nessas condições ficam bastante reduzidas. A frustração resultante somada à pressão de viver numa casa com recursos limitados pode fazer com que sejam expulsos ou saíam “espontaneamente” desse espaço (Preto, 2001). Sabendo que a organização doméstica nas famílias pobres, geralmente, está baseada na

divisão tradicional de papéis e a pertinência ao grupo é definida pela disposição de cada um às obrigações morais recíprocas, como aponta Sarti (2005), parece-nos, portanto, que os seus adolescentes, aos quais são atribuídas responsabilidades de adulto, estão sujeitos também a situações semelhantes às que o homem, enquanto chefe de família ou jovem solteiro, vivencia, quando não corresponde satisfatoriamente à necessidade de provisão material da família, como a sensação de fracasso e a conseqüente deserção da unidade familiar (Escorel, 1999).

Nesse sentido, podemos considerar, como exemplo, uma pesquisa feita junto a meninos e meninas de rua, sobre a qual Koller (1994, citado em Silveira, 2002) descreve que, dos adolescentes que foram embora de casa, 1/3 assim o fez, porque não se sentiam capazes de atender, no lugar do pai ausente, as exigências da mãe quanto ao sustento da família. Por outro lado, contrariando a tendência, ainda há pouco predominante, de conceber a ruptura dos laços familiares como maior ou a única causa do seu ingresso à rua, os estudos apontam que grande parte das crianças e adolescentes em situação de rua¹³ mantêm seus vínculos familiares, estando na rua a trabalho, dentre outros motivos (Alves, 1991; Neiva-Silva & Koller, 2002; Rizzini, 2001). A título de ilustração, de acordo com o levantamento realizado pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas em 27 capitais brasileiras, em 2003, no qual se destaca o percentual de adolescentes, 84,9%, em sua grande maioria do sexo masculino, podemos observar que dos 68,8% que moravam com a família, muitos relataram trabalhar nas ruas para complementar a renda familiar. Nessa pesquisa foi possível também observar, em relação à composição da família de origem dos entrevistados, por

¹³ A expressão “em situação de rua” se refere no caso aos dois perfis comumente citados na literatura, a saber os *de rua* e *na rua*, considerando, principalmente, como aspecto diferenciador, a relação com a família. O grupo *na rua*, nesse caso, diz respeito às crianças e adolescentes que vinham para as ruas, mas mantinham laços familiares, ao contrário daqueles que se encontravam desvinculados da família, mesmo não sendo órfãos.

unidade domiciliar, que, na maior parte dos casos, estavam presentes somente a mãe e os irmãos, acompanhando o número crescente, no país, de famílias monoparentais, chefiadas por mulheres, que tendem a sofrer com a sobrecarga de funções, favorecendo, por conseguinte, o envolvimento dos filhos na luta pela sobrevivência.

A admissão de responsabilidades como essa por parte do adolescente junto à família, no entanto, parece gerar também importantes repercussões na dinâmica de suas relações com outros membros familiares e, por conseguinte, no seu processo identitário. Bilac (1995) nos lembra que a relação mãe-filho tende a assumir maior centralidade, tendo em vista que, nas famílias populares marcadas pela instabilidade conjugal, o “fluxo de riquezas”, ao menos em termos materiais, não é no sentido pais → filhos, como no modelo tradicional, mas circular, isto é, pais → filhos → pais. Todavia, se a impossibilidade da existência de um provedor estável não inviabiliza o grupo familiar, dado que este encontra apoio na relação mãe-filho, essa interdependência necessária não significa ausência de conflitos na família, como essa mesma autora sinaliza. No que diz respeito ao subsistema fraterno, por exemplo, Hines (2001), assim como Perez (2002), salientam que a posição do filho no papel paterno pode propiciar disputas, distanciamento e indiferença entre o grupo de irmãos, com os quais passa a ter uma hierarquia diferenciada.

Como contrapartida ainda da lógica que ordena as relações familiares entre os pobres, na qual a família tem precedência sobre os indivíduos (Bilac, 1995; Sarti, 2005), o processo de individuação do adolescente que nela permanece enredado, desempenhando papéis parentais, também é dificultado. Se com a saída do adolescente de casa, mediante a ruptura dos laços familiares, o processo de separação da família, constitutivo da construção identitária, não ocorre de forma gradual, a despeito de suas necessidades de pertencimento (Hines, 2001), nesse último caso, pode haver uma

pseudo-indivíduo, como apontam Penso e Sudbrack (2004). Em uma pesquisa realizada com um grupo de adolescentes do sexo masculino que estavam sob medida sócio-educativa de semiliberdade, essas autoras puderam atestar que o filho preso à posição de filho parental encontra no envolvimento com as drogas e, por conseguinte, em atos infracionais, uma maneira paradoxal de negociar sua emancipação junto à família que se vê ameaçada com a possibilidade de crescimento e independência do mesmo. É considerada uma estratégia paradoxal por essas autoras, porque, ao mesmo tempo em que o uso da droga, por exemplo, confere-lhe a possibilidade de vivenciar outros papéis, de se relacionar com outras pessoas, importante na sua tarefa de se diferenciar da família, com essa, entretanto, são reforçadas as dependências relacionais existentes, como demonstram os ciclos repetitivos de partidas e retornos do filho em relação a sua casa.

Analisando a dinâmica do sistema familiar desses adolescentes, as autoras, baseadas no pressuposto da interdependência dos papéis familiares, puderam perceber, ainda, que a autoridade dos pais se encontrava debilitada e que a esses, em suas famílias de origem, por sua vez, não havia sido assegurados papéis filiais adequados, sendo-lhes difícil o exercício das funções parentais. Conforme Hines (2001), esse padrão relacional, em que os filhos desempenham papéis não assumidos por seus pais, parece se repetir nas famílias pobres, cujo ciclo de vida parece mais curto, se comparado ao da classe média, uma vez que os seus membros precisam assumir novas responsabilidades antes de serem capazes em termos desenvolvimentais de fazê-lo, em função das condições sociais em que se encontram. De fato, Fulmer (2001) descreve que as mães, nessas famílias, geralmente se mostram descrentes em sua capacidade de influenciar os seus filhos de sexo masculino quando esses se tornam adolescentes, o que, para tanto, pode ter corroborado a própria autoconfiança em que neles tende a ser fomentada

prematuramente, mediante as responsabilidades que assumem, ainda quando crianças, em relação a si mesmas e a sua família.

Ao mesmo tempo, entretanto, esse mesmo autor aponta que o controle sobre os filhos pode ser mantido com o apoio da família ampliada. Desse modo, a sensação de haver perdido o controle poderia estar associada também a algum conflito ou rompimento existente entre a mãe e outros membros familiares, uma vez que, comumente, nas famílias pobres, para a criação e o cuidado dos filhos se conta com a rede familiar mais ampla, especialmente, a família consangüínea da mulher, segundo Sarti (2005), da qual se sobressaem as avós. De acordo com Vitale (2005), especialmente nos grupos populares, mediante a precarização crescente das condições de vida e de trabalho ao lado da insuficiência das políticas públicas, os avós têm integrado cada vez mais o sistema de apoio mútuo da família, contribuindo financeiramente, constituindo-se, muitas vezes, na fonte principal no sustento dos filhos e netos, e/ou em parceiros na educação e cuidados desses últimos, podendo-se encontrar, com maior freqüência, em uma mesma unidade doméstica, um sistema familiar de três a quatro gerações. Cupolillo, Costa e Paula (2001), por sua vez, observaram, na pesquisa relativa à família goianiense, que a maioria da população de avós cuidadores dos netos eram do sexo feminino, em consonância com as atribuições reservadas às mulheres na organização familiar das camadas populares.

Ademais, a relação estabelecida com as instituições sociais, das quais geralmente são objetos de intervenção, em função de sua condição social, também incide sobre a maneira como essas famílias manejam as tarefas da adolescência. A esse respeito, Minuchin et al (1999) afirmam que, embora estejam assentadas na retórica de proteção do fraco, no geral, as intervenções têm se dado de forma desrespeitosa, prejudicando os vínculos e fragmentando as estruturas estabelecidas, ignorando a

especificidade de seus padrões de funcionamento e, inclusive, a existência de laços emocionais positivos entre os membros, bem como de recursos próprios, apesar do seu acentuado potencial de conflitos inter-relacionais face à realidade em que vivem, conforme destaca Hines (2001). Pois, como bem Souza e Peres (2002) puderam atestar empiricamente, a despeito das várias crises imprevisíveis vividas, pais e filhos pertencentes às classes pobres conseguiam constituir relações afetivas duradouras e permanecer juntos na busca da realização das necessidades sociais, quando determinadas estratégias, como a realização de atividades em grupo, eram desenvolvidas na família.

Em consonância com a perspectiva desses autores, Sarti (1999) comenta, no caso, que o não reconhecimento da ambivalência intrínseca às relações afetivas pelas instituições que cercam as famílias pobres, pela referência a um modelo idealizado de relações familiares, tende a alimentar, nas famílias com adolescentes, a dificuldade de se incorporar e oferecer alguma forma de continência aos conflitos que emergem especialmente nessa fase do ciclo vital, favorecendo, dessa forma, a eclosão da violência intrafamiliar diante justamente da falta de canais adequados de expressão. A auto-imagem de família incapaz ou de risco e não de uma família que sofre, como se refere Sawaia (2005), que geralmente se constrói é, então, reafirmada, inibindo, por sua vez, as possibilidades de, a partir de seus próprios recursos, melhorar suas relações internas, responder positivamente às demandas dos seus, mesmo que dentro das condições objetivas de existência.

Em famílias com adolescentes em contexto de medida sócio-educativa, especificamente, essa auto-desqualificação parece que se faz presente de forma significativa, comprometendo ainda mais o potencial das famílias de enfrentar as situações com que se deparam e que afetam sua dinâmica interna. Sudbrack e Pova

(2003), mediante intervenções psicossociais junto a famílias, cujos filhos estavam em regime de internação ou em semiliberdade, puderam perceber o grande sofrimento que vivenciam os pais diante do envolvimento dos mesmos com drogas e ato infracional, na medida em que expressavam desespero, impotência, mágoa, além do sentimento de vergonha, considerando-se culpados e incompetentes pela conduta dos adolescentes.

Assim como foi possível observar, ainda quanto aos pais, que esses estavam agindo de forma violenta em relação ao cumprimento da medida pelos filhos, fazendo uso da repressão e do castigo. Recursos que, na perspectiva de Szymanski (2000), entre as famílias populares, correspondem ao medo de que os seus filhos se marginalizem, estando esse sentimento ancorado, por sua vez, nos estereótipos que geralmente são atribuídos a esses pela sociedade, revelando, nesse caso, através de suas práticas autoritárias, a sua adesão ao imaginário social existente. Desse modo, o adolescente tende a sofrer o efeito da dupla exclusão, como se referem Sudbrack e Pova (2003), na medida em que são discriminados pela condição de infrator e enquanto usuário de drogas, como também pela exclusão social e condição de pobreza, às quais a maioria dos adolescentes que estão em conflito com a lei está submetida, como vimos no primeiro capítulo. Sentimentos de revolta e de vergonha emergem diante da percepção de que não correspondem às expectativas da família e da sociedade, corroborando para uma auto-imagem individual também negativa.

Nesse sentido, podemos compreender e reafirmar, ao lado de autores como Sarti, (2003), Sawaia (2005), Sudbrack e Pova (2003), a necessidade de que as ações sociais com as famílias, principalmente junto àquelas que tem filhos em conflito com a lei, considerem, de forma articulada, as condições materiais/objetivas e afetivas/subjetivas de sua realidade, agindo também sobre a desqualificação de si e de seus familiares, sendo imprescindível, para tanto, garantir-lhes espaços devidos de escuta,

reconhecendo-os, desde o princípio, enquanto sujeitos detentores de um saber sobre sua própria família.

Capítulo III

A Constituição do *Corpus*

Para compreendermos como os adolescentes, em cumprimento da medida Liberdade Assistida, têm significado a família, adotamos a abordagem qualitativa com enfoque sócio-histórico, segundo o qual o homem é concebido como um sujeito histórico, produto e produtor de sua realidade social (Freitas, 2002). Ainda segundo essa autora, a pesquisa, desenvolvida com base nessa orientação, encontra-se voltada para a compreensão dos fenômenos em seu acontecer histórico, a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação, correlacionada ao contexto do qual fazem parte.

Reconhecendo, então, a dinamicidade e natureza social dos eventos humanos, nos primeiros capítulos, procuramos reconstruir a história da assistência à infância e da instituição família em nosso país. Assim como caracterizamos a Pastoral do Menor, espaço eleito para realização da pesquisa, contribuindo para a devida contextualização dos sujeitos, inclusive da pesquisadora responsável que já fez parte dessa organização, na medida em que o conhecimento produzido em parceria com estes também reflete as experiências que a constituíram, além da perspectiva teórica com a qual conduz a investigação.

A partir deste momento, ensejamos descrever o caminho percorrido no trabalho de campo junto aos sujeitos, apresentando os procedimentos metodológicos empregados para construção e análise do *corpus* da pesquisa em consonância com a perspectiva qualitativa adotada.

3.1. Sujeitos

A pesquisa em questão contou com a participação de adolescentes e familiares vinculados ao Programa Liberdade Assistida da Pastoral do Menor da cidade de Natal, como já tínhamos apontado neste texto. A escolha por essa referida entidade dentre as três entidades que, na época, coordenavam programas de execução de medidas sócio-educativas, deveu-se à identificação que a pesquisadora responsável tem com a missão e os princípios norteadores da Pastoral, propiciada por sua inserção, no período de março de 2004 a março de 2005, enquanto profissional, na primeira equipe do programa. Tal inserção lhe conferiu, desde o começo do mestrado, o consentimento da coordenadora, mesmo que de modo informal.

Tendo em vista que esta pesquisa objetiva compreender o lugar que os adolescentes sob liberdade assistida conferem à família em suas vidas, os adolescentes que participaram da pesquisa possuíam um vínculo mínimo com o Programa Liberdade Assistida da Pastoral. Nesse sentido, adotamos como indicador desse vínculo a sua assiduidade nas atividades desenvolvidas pela Pastoral durante o tempo mínimo de dois meses, desde sua apresentação à sede dessa instituição. Em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil,1990), segundo o qual a adolescência é uma fase peculiar de desenvolvimento e, em termos etários, compreende pessoas entre 12 e 18 anos incompletos, os sujeitos selecionados também necessariamente estavam dentro desses limites de idade. Além da idade, o sexo também foi um critério de seleção. Desse modo, contamos com a participação de adolescentes do sexo masculino, ao observarmos e considerarmos relevante o fato de que é esse o sexo da maioria dos adolescentes que está sob medidas sócio-educativas no âmbito tanto de nosso Estado quanto no plano nacional, como apontam os levantamentos estatísticos nessa área.

Quanto aos familiares dos adolescentes participantes do estudo, foram selecionados mediante indicação por cada um dos próprios adolescentes, sendo os critérios de suas escolhas um importante dado de pesquisa para compreendermos a sua percepção de família. O tipo de vínculo com o adolescente, assim como a idade e o sexo dos familiares, nesse contexto, não poderiam ser definidas *a priori*, dado que a indicação se daria com a fase empírica da pesquisa em andamento.

Somados a esses critérios, em nome dos princípios éticos, a participação dos sujeitos, fossem adolescentes ou familiares, ainda ocorreu mediante a adesão voluntária e autorizada dos mesmos à pesquisa. No caso dos adolescentes e dos familiares menores de 18 anos, fazia-se necessário também à anuência e o consentimento por parte de um dos seus responsáveis legais.

Pretendíamos, inicialmente, contar com a participação de seis adolescentes e seis familiares, no caso, um por adolescente, perfazendo um total de 12 pessoas, considerando a natureza qualitativa da pesquisa, cujo critério de amostragem não é numérico, segundo Minayo (1998), uma vez que a preocupação maior é com o aprofundamento e abrangência da compreensão do fenômeno em estudo. No caso dos adolescentes, especialmente, como ensejávamos, dentre os procedimentos metodológicos utilizados, também trabalhar com um grupo focal, consideramos a quantidade referida acima, adequada a uma abordagem mais aprofundada das questões referentes à pesquisa, estando, dessa forma, de acordo com as recomendações de Gatti (2005) a respeito.

Entre os adolescentes que estavam no momento no Programa, justamente, 06 (seis) atendiam aos critérios estabelecidos na pesquisa. Grande parte do total de 35 adolescentes, embora fossem do sexo masculino, já tinham atingido a maioridade. Outros, quando correspondiam ao critério da idade, apresentavam uma baixa

assiduidade nas atividades do Programa, inviabilizando a sua participação na pesquisa. No entanto, no decorrer do trabalho de campo, quatro se fizeram sujeitos da pesquisa efetivamente.

Quando do período em que foram selecionados para participar da pesquisa, o que aconteceu no próprio mês do início das entrevistas, dois desses adolescentes que participaram de todo o trabalho, eram acompanhados pela Pastoral há quase dois anos, enquanto outro já tinha ultrapassado esse tempo, estando há dois anos e um mês e apenas um fazia cinco meses. Os três primeiros, que são Joaquim¹⁴, de 17 anos, Mateus e Luciano, de 14 anos, respectivamente, haviam ingressado no programa por cometerem atos infracionais considerados leves, no caso, furto ou roubo. A medida LA que estão cumprindo é a primeira medida sócio-educativa para esses adolescentes. Todavia, Pedro, de 16 anos de idade, já havia participado do programa de semiliberdade coordenado por outra instituição, por ter reincidido na prática infracional, cometendo, no caso, roubo qualificado, e, assim, ter descumprido a medida LA ao qual tinha sido aplicada antes e cuja assistência coube à Pastoral. Dessa forma, a sua atual medida LA se configura como uma medida de progressão.

Dos dois adolescentes que poderiam ter participado, tão logo iniciamos os contatos para explicitação da pesquisa, um deles, mediante audiência com o Juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude, deveria ser encaminhado ao CEDUC e lá permanecer pelo período de três meses, segundo informação dada pela assistente social da Pastoral, motivo esse que nos fez desistir de tentar contactá-lo pela segunda vez. A mãe desse adolescente, quando da reunião para explicitação da pesquisa, já havia mencionado que haveria essa audiência, na qual ela iria solicitar a internação dele diante do desgaste que vem sofrendo com o seu envolvimento com drogas. O outro, embora tenha aceitado

¹⁴ Os nomes atribuídos aos adolescentes que se fizeram sujeitos da pesquisa são fictícios em nome do sigilo das identidades.

participar, não chegou a comparecer a nenhum dos três encontros marcados. Sobre a primeira falta, não declarou nada, enquanto que, em relação à segunda, alegou que estava doente e na terceira tentativa de encontro, afirmou que chegou a ir, mas com duas horas de atraso. Pouco tempo depois, recebemos do orientador que o acompanhava pela Pastoral, no período da pesquisa, a triste notícia de que as ameaças de morte que ele vinha sofrendo se concretizaram. Ele havia sido assassinado a tiros em frente a sua casa.

Quanto aos familiares, nas primeiras orientações com o trabalho de campo iniciado, acordamos que deveríamos incluir um familiar a mais por adolescente, com vistas a uma melhor apreensão do seu contexto familiar. No total, participaram sete familiares, haja vista a desistência de uma pessoa, irmã de um dos adolescentes, após ter sido desautorizada pelo marido, para o qual, segundo ela, a pesquisa poderia trazer problemas futuros para quem dela participasse, além de alegar que a mesma não tinha muito com que contribuir pelo pouco contato que teve e tem com o adolescente em questão. Entre os familiares, sujeitos da pesquisa, em termos de grau de parentesco e sexo, tivemos uma tia, quatro irmãos, sendo três do sexo feminino e duas avós, tendo apenas um com idade inferior a 18 anos. Registremos, desde já, que não foram indicados mães e/ou pais por nenhum dos adolescentes.

3.2. Procedimentos e materiais

Sabendo que através da fala as pessoas refletem não só as condições estruturais, o sistema de valores, normas e símbolos da sociedade e dos grupos dos quais fazem parte, como também refratam essa realidade, ao experimentá-la e conhecê-la de forma particular (Minayo, 1998), pretendíamos adotar, no trabalho de campo junto aos adolescentes, principais sujeitos de nossa pesquisa, instrumentos metodológicos que

privilegiassem o discurso como a entrevista individual semi-estruturada e o grupo focal, com a intenção de ampliar a apreensão qualitativa de sua realidade familiar, especialmente no que concerne à dinâmica de suas inter-relações, e assim apreender a percepção, sentimentos, expectativas existentes em relação às suas famílias.

Entretanto, já no início das entrevistas individuais com os sujeitos, percebemos a necessidade de incluirmos como recurso metodológico a história de vida, através da qual passamos a focar as suas experiências familiares desde a infância e a explorar, inclusive, sua percepção sobre fatos anteriores ao seu nascimento, como a sua gestação, com base no que sabiam a respeito, visando, dessa forma, uma melhor compreensão dos significados que atualmente atribuem e permeiam as suas relações nesse setor de sua vida pessoal. Quando começamos a abordar o ato infracional praticado e a medida LA ou ainda levantávamos os seus dados sócio-demográficos, os adolescentes faziam geralmente referências a pessoas e a situações de sua vida familiar de outras épocas, que demandavam uma maior contextualização. Assim sendo, optamos pela história de vida à qual, segundo Minayo (1998), subjaz os mesmos pressupostos teóricos norteadores da técnica da entrevista, constituindo-se desta uma modalidade que *“...pode ser o melhor método para se estudar processos de socialização (...) nascimento e declínio de uma relação social e respostas situacionais a contingências cotidianas.”* (p. 127)

Neste caso, a inclusão desse novo procedimento implicou um encontro individual a mais com cada adolescente além dos dois previstos. Considerando, além disso, a dificuldade de operacionalizar essa fase empírica, tendo sido comuns os atrasos e as faltas, como veremos, logo em seguida, neste texto, avaliamos que o grupo focal, cuja função seria complementar às entrevistas individuais, não era mais viável, dado que sua realização pressupõe a reunião de todos os sujeitos, durante um mesmo intervalo de

tempo, por mais de uma sessão para assegurar bons resultados (Gatti, 2005; Rizzini, Castro & Sartor, 1999).

Entretanto, de acordo com Esteban (2003) e Alves Mazzotti e Gewandesznajder (1998), segundo os quais a triangulação é um procedimento recomendado às pesquisas de abordagem qualitativa, como já tínhamos previsto, recorreremos a outras fontes de dados e instrumentos para ampliar as possibilidades de confronto e de tradução dos dados. Uma das estratégias usadas foi o diário de campo, cujas anotações registradas durante todo o trabalho empírico, de teor descritivo e reflexivo sobre as atitudes, expressões verbais ou faciais dos adolescentes, familiares, educadores e técnicos da Pastoral com os quais interagimos, inclusive, sobre as atitudes do próprio pesquisador, como também acerca das atividades desenvolvidas, possibilitar-nos-ia apreender melhor o contexto e o significado de nossas interações com os sujeitos da pesquisa (Rizzini et al, 1999). Ainda na tentativa, sobretudo, de recompor a trajetória dos adolescentes no programa, também procedemos a uma pesquisa documental com a leitura e o registro dos relatos técnicos existentes na pasta-arquivo de cada adolescente.

Conforme ainda a orientação de Minayo (1998), segundo a qual “...as situações recolhidas através da história de vida devem ser complementadas pela perspectiva de outros atores sociais que se relacionam com os fatos focalizados” (p. 128) que, por sua vez, encontra-se em consonância com o procedimento da triangulação, mediante o uso de entrevista semi-estruturada junto aos familiares que se fizeram sujeitos da pesquisa, buscamos conhecer a sua participação em particular e a da família como um todo na vida do adolescente, procurando apreender e compreender as expectativas, sentimentos e percepções que nutrem em relação ao mesmo, considerando, em especial, o seu envolvimento com a prática infracional e sua subsequente inserção no Programa LA.

Entre os sujeitos da pesquisa, os adolescentes foram os primeiros a serem contactados, o que ocorreu com o trabalho de mediação da Pastoral, logo após a autorização formal de sua atual coordenadora para a realização da pesquisa e a seleção dos próprios. Como entre a data prevista para a reunião seguinte do Programa junto a todos os sócio-educandos e o período no qual precisávamos iniciar as atividades com os sujeitos havia uma distância significativa, optamos por antecipar nosso contato inicial, convocando para uma reunião, apenas os adolescentes selecionados e seus responsáveis, com vistas a explicitar a pesquisa, na sede da Sociedade São Vicente de Paulo, onde eram realizadas as reuniões da Pastoral.

Como esta procede normalmente, foram elaborados convites contendo data, local e horário e dirigidos nominalmente aos interessados, sendo entregue, em seguida, a estes pelos educadores, em suas residências, junto com os vales-transporte de vinda, com alguns dias de antecedência. Em tal convite, entretanto, não se fazia referência alguma ao assunto da reunião, a fim de se evitar maiores riscos de direcionamento por parte dos educadores, caso fossem questionados diante das possíveis dúvidas que o convite viesse a suscitar, embora estes soubessem do que tratava a reunião.

No encontro inicial, explicitamos o estudo que estávamos desenvolvendo, após uma breve introdução feita por um dos educadores na qual, em nome da Pastoral, saudava a todos e nos apresentava, dizendo o nosso nome e de onde nós vínhamos. No caso, além da pesquisadora responsável, havia duas alunas do Curso de Psicologia, integrantes do mesmo Núcleo de Estudos ao qual a pesquisa está vinculada¹⁵, que iriam participar das sessões do grupo focal a ser constituído. A respeito do trabalho de campo que desejávamos realizar, tivemos a preocupação em deixar claro aos adolescentes e aos seus responsáveis, antes e depois de explicar os procedimentos a serem adotados, que a

¹⁵ Referimo-nos aqui ao Núcleo de Estudos Sócio-culturais da Infância e Adolescência, do departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

pesquisa, embora tivesse como sujeitos adolescentes ainda com a medida em andamento e a intenção fosse contribuir ao final com os programas de atendimento nessa área, inclusive o da Pastoral, a sua participação ou não, assim como a sua desistência ao longo do trabalho, não implicaria benefícios ou prejuízos à sua condição atual frente à medida LA.

Nossa intenção com esses cuidados era evitar que viessem a fazer parte da pesquisa como forma de barganha ou deixassem de se voluntariar com receio de se prejudicarem. Diante desse contexto e da necessidade do uso do gravador, destacamos o compromisso com o sigilo das informações e a preservação de sua identidade. Além disso, considerando o caráter obrigatório das medidas sócio-educativas, ressaltamos também o direito de não só se recusarem a iniciar como desistir a qualquer momento da pesquisa, mesmo que os seus responsáveis autorizassem sua inclusão como sujeitos.

Um outro cuidado que tentamos ter estava relacionado ao fato de que os adolescentes selecionados, com exceção de dois apenas, já conheciam a pesquisadora responsável do tempo em que esta fazia parte do Programa, o que poderia ampliar as dúvidas sobre o sigilo das informações. Nesse sentido, tentamos descrever a trajetória desta pesquisadora, situando os adolescentes e os responsáveis no tempo quanto ao seu desligamento da Pastoral, enquanto profissional, e sua nova condição como pesquisadora. Acerca ainda da proposta da pesquisa, elucidamos os critérios de seleção dos sujeitos, justificando, dessa forma, a sua presença, bem como a falta do restante dos adolescentes do programa na reunião, além de esclarecer que aqueles que aceitassem participar teriam os seus deslocamentos necessários às atividades da pesquisa custeados pela pesquisadora responsável.

Neste primeiro momento compareceram apenas três adolescentes dos seis selecionados, dos quais apenas um veio acompanhado pelo responsável, e dois

responsáveis sem a presença dos seus adolescentes. A proposta foi aceita por todos os presentes, mesmo que de forma insegura por parte de dois adolescentes, como se pairassem dúvidas sobre a pesquisa, a julgar pela hesitação que demonstraram em responder ao convite. Entre os responsáveis, apenas um questionou a real contribuição social que a pesquisa poderia oferecer. Ao final, após o lanche, que comumente tem nas reuniões do Programa, adolescentes e responsáveis presentes assinaram o termo de consentimento, formalizando a participação voluntária daqueles e a autorização destes últimos e, em seguida, agendamos com cada um o encontro seguinte, no qual iniciáramos as atividades, entregando-lhes dois vales-transporte, um da volta para casa e outro do retorno ao local das entrevistas, conforme agendamento. Aos adolescentes que vieram sem o responsável, pedimos que o convidassem para vir ao mesmo encontro com eles para a devida autorização. Com um dos sujeitos, cujo responsável não podia comparecer por problemas de saúde a nenhum dos encontros, fomos a sua casa em busca do seu consentimento. Em relação aos adolescentes selecionados que faltaram, recorreremos novamente aos educadores da Pastoral para mediar o primeiro encontro.

Aliás, devemos registrar que, em todo o processo, a Pastoral, através dos seus educadores, principalmente, constituiu-se ponte de grande importância entre nós e os sujeitos, permitindo-nos não apenas o acesso às informações relativas aos mesmos, registradas em planilhas ou nas pastas-arquivo dos sócios-educandos, mas possibilitando também o nosso contato direto durante a realização da pesquisa, para além do encontro inicial que pretendia reunir todos os adolescentes selecionados juntamente com seus responsáveis. Isso porque tivemos a dificuldade, comumente vivida pela Pastoral, de nos comunicar com os adolescentes, quando algum deles faltava a algum dos encontros relativos às atividades da pesquisa.

Como não entravam em contato, fosse antes ou posteriormente ao encontro, para se justificarem, os meios de comunicação que eles dispunham, através dos quais tentávamos contactá-los, mostravam-se na maior parte das vezes insatisfatórios e, além disso, os adolescentes davam geralmente outro destino ao vale transporte dado no encontro anterior para o seu próximo retorno ao local das atividades, foi necessário, algumas vezes, recorrer à prática comum na Pastoral de ir à procura do adolescente para compreender o que havia acontecido, saber se ainda ia participar e, em caso positivo, deixar o vale para o próximo encontro, cujos dias e horários eram combinados com ele. Nesse caso, a pesquisadora responsável sempre ia acompanhada por um ou dois educadores da Pastoral que sabiam os possíveis lugares onde poderiam estar e os riscos que estes ofereciam. Quando conseguíamos falar com algum adolescente por telefone e ele reiterava o desejo de participar, o educador comumente ia sozinho ao seu encontro para lhe entregar o vale de sua vinda.

Se com os adolescentes tentamos explicitar a pesquisa a todos ao mesmo tempo, com os familiares indicados por estes, o primeiro contato da pesquisadora para esse fim foi feito individualmente, na medida em que iam sendo encontrados na busca empreendida com a Pastoral. Assim ocorreu porque alguns deles não moravam juntos ou próximos ao adolescente, ao menos no tempo em que estes estavam envolvidos com a pesquisa. Além disso, a Pastoral não dispunha de seus endereços ou telefones, pois não eram esses os familiares com os quais a mesma interagira comumente em função do adolescente. Devemos mencionar ainda que alguns tinham problemas de saúde que dificultavam a saída de suas residências, quando não trabalhavam fora, segundo informaram os adolescentes e a própria Pastoral.

Diante desses fatores, para estes familiares tal contato se deu em suas casas ou no trabalho, com exceção apenas de três pessoas, tendo o encontro ocorrido no mesmo

local da reunião dos adolescentes, após contato preliminar feito por telefone. Nesse primeiro contato, além de explicitarmos as questões pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa, de maneira similar como se procedeu com os adolescentes, reforçamos o direito de não participar, apesar da indicação do adolescente, tendo, a maior parte dos familiares, demonstrado disposição em fazer parte da mesma.

Ao todo, tivemos três encontros individuais com os adolescentes e dois com cada familiar que aceitou fazer parte da pesquisa, com duração média de 90 minutos cada um, tentando observar e respeitar o tempo de tolerância de cada um em relação às atividades desenvolvidas, em dias e horários combinados com antecedência, em sua maioria no mesmo lugar em que houve a reunião inicial do trabalho de campo. Optamos pelo espaço físico da Sociedade São Vicente de Paulo pelo fato de que este já era familiar, especialmente para todos os adolescentes, que poderiam ter maiores dificuldades de encontrá-lo, e sua localização no centro da cidade facilitava o acesso dos sujeitos. Além disso, a sala de reuniões que utilizamos dessa Sociedade oferecia condições às atividades propostas, como a privacidade e o silêncio.

Todavia, com um dos adolescentes, consideramos necessário realizar dois encontros a mais para tentarmos abordar as questões pertinentes à pesquisa, uma vez que o mesmo se revelou bastante espontâneo, colocando-se comumente de modo mais extensivo nas entrevistas, quando comparado aos outros, o que demandou um maior tempo de nossa parte. Esse mesmo adolescente ainda se constituiu exceção pelo fato de que um dos encontros, no caso, o último, não ocorreu no lugar previsto pela pesquisa, mas no quintal da casa de uma de suas tias, debaixo das bananeiras, à vista de alguns familiares, mas a uma distância suficiente para não sermos ouvidos por ninguém. Este lugar era o único possível no momento. Tal encontro aconteceu ao final da visita da pesquisadora com um educador da Pastoral a sua casa a fim de tentar tranquilizá-lo,

reafirmando-lhe o sigilo das informações que até então tinha nos disponibilizado ou que poderia vir ainda a conceder com sua participação na pesquisa. Segundo a sua avó materna, incertezas a qual ele vinha expressando, recentemente, nesse sentido, justificariam o seu não comparecimento aos últimos encontros que com ele eram agendados para finalizar as entrevistas.

Entre os familiares, adaptações também tiveram que ser feitas quanto ao local e ao processo da entrevista junto a três deles em função do estado de saúde em que os sujeitos se encontravam no momento da pesquisa ou de outras circunstâncias. Um deles havia sofrido um acidente antes do segundo encontro e outro estava com seus problemas de saúde pré-existentes agravados com a própria idade que avançava e os esforços despendidos no trabalho doméstico, de forma que não podiam ir ao último ou aos dois encontros previstos. Enquanto que para um terceiro entrevistado, a razão foi a conveniência do sujeito e do próprio pesquisador diante da proximidade geográfica que este tinha com o outro familiar, também sujeito da pesquisa, tendo ocorrido os encontros no mesmo dia e em horários seguidos com esses dois participantes. No caso, estas pessoas foram entrevistadas dentro de sua própria casa ou em área externa à casa de outro familiar do qual morava próximo.

Mesmo com algumas dificuldades, tentamos salvaguardar, no mínimo, dentre as condições para a realização das entrevistas, o sigilo das informações, especialmente as que ocorreram na cozinha de uma das casas, em que comumente transitavam outros moradores ou familiares que residiam próximos, embora dois entrevistados tivessem declarado que não se importavam com isso. Nesse sentido, por várias vezes interrompemos a gravação por alguns instantes, retomando logo em seguida, chegando a perder, contudo, algum trecho da fala do entrevistado, uma vez que a sintonia entre o pesquisador e o sujeito quanto ao uso do gravador, nesses momentos, não era perfeita.

Já em algumas situações não procedemos desse modo, como quando a própria entrevistada solicitava uma informação de uma outra pessoa a respeito do que estava se falando ou alguém se dirigia espontaneamente ao entrevistado, estando este em pleno curso de sua fala a qual não interrompia para responder ao outro.

Em termos gerais, os sujeitos, familiares e adolescentes, mostraram-se abertos durante as entrevistas, embora alguns tenham declarado, no início, ou mesmo ao final da pesquisa, que tinham vivenciado uma certa tensão diante do uso do gravador ou das possíveis questões a serem feitas. Na intenção de deixá-los à vontade, iniciávamos, geralmente, os primeiros encontros individuais com conversas informais, depois apresentávamos algumas questões que seriam feitas no decorrer da entrevista, relembrando, em seguida, as condições da mesma e as garantias de sigilo. Com os adolescentes, em particular, ainda nesse sentido, fazíamos algumas gravações informais de sua voz que ouviam logo após. Nos seguintes, a conversa comumente era introduzida com o que havíamos abordado no encontro anterior, de modo sintético; explorávamos outros aspectos que nos pareciam pertinentes ou procurávamos esclarecer alguma situação já abordada anteriormente a partir de alguns trechos da própria fala do sujeito e/ou, no caso dos adolescentes, propondo uma nova atividade, como veremos logo abaixo, neste texto. Ao final de cada encontro, era combinado com o participante o dia e horário do próximo, de acordo com sua conveniência, sendo-lhe entregue os vales e, no caso específico dos adolescentes, era lhes oferecido um lanche.

Quanto ao lanche, devemos esclarecer que sua inclusão nos encontros foi uma resposta à demanda de um adolescente expressa a um educador da Pastoral, após ter participado do seu primeiro encontro individual, no qual não houve lanche. Embora a demanda tenha partido apenas de um deles, passamos a disponibilizar a todos os outros como um direito que lhes assistiam, reconhecendo o tempo gasto com os

deslocamentos, mediante as distâncias de suas residências e o local dos encontros, e com as próprias atividades, bem como a realidade socioeconômica que a maioria dos adolescentes que está em conflito com a lei se encontra. Ainda sobre a oferta do lanche, acrescentamos que se trata de uma prática comum nas atividades realizadas pelo Programa da Pastoral, o que possivelmente influenciou sobre a surpresa que o adolescente de nossa pesquisa demonstrou ao indagar o educador sobre a ausência do lanche durante a pesquisa.

Em relação às atividades desenvolvidas junto aos adolescentes, no primeiro encontro, procuramos proceder, mediante o uso de um roteiro, a uma caracterização geral dos adolescentes quanto a aspectos socioeconômicos e demográficos, o que incluía, por exemplo, sua idade, naturalidade, a estrutura e renda do grupo com o qual morava. Inicialmente, ensejavamos dispor desses dados nas pastas-arquivo dos adolescentes, uma vez que informações dessa natureza são obtidas, comumente, por ocasião do estudo que se faz necessário à elaboração do plano individual de atendimento pelo Programa. Todavia, como os adolescentes selecionados já estavam, em média, há mais de ano na Pastoral e acreditávamos que introduzir a entrevista em torno desses aspectos também contribuiria com a descontração dos sujeitos, preferimos atualizá-los junto aos mesmos.

Além disso, abordamos, ainda, no primeiro encontro, questões relativas à medida Liberdade Assistida à qual estavam submetidos, explorando sua percepção sobre sua inserção e vinculação no programa de atendimento da Pastoral, bem como sobre a participação da família no seu processo sócio-educativo. Buscamos explorar junto a cada adolescente as atividades que tinham ou ainda vinham desenvolvendo nos últimos seis meses como forma de introduzir na entrevista o tema da medida LA e, ao mesmo tempo, de caracterizar a vida cotidiana dos sujeitos. Assim procedemos, porque

sabíamos que o cumprimento da medida pressupõe a inserção do adolescente em vários contextos, como escola e programas de prevenção ou tratamento quanto ao uso de drogas, em programas profissionalizantes dentre outros, bem como o envolvimento da família em parceria com a entidade responsável.

No segundo encontro, visando apreender melhor o universo familiar dos adolescentes no tocante, principalmente, à dinâmica atual das relações desse contexto, foi proposta inicialmente a cada um deles a produção de um desenho de sua família. Antes de propormos, perguntávamos se gostavam de desenhar e, quando não, se seria um incômodo fazê-lo mesmo assim. Se assim o fosse, como ocorreu para um dos sujeitos, iniciariamos a entrevista tendo uma pergunta geral enquanto ponto de partida, como por exemplo: Como é a sua família?. O desenho, desse modo, em nossa pesquisa, tinha apenas a função de desencadear o discurso do adolescente em torno do tema desejado, tendo sido selecionado dentre outros recursos aos quais poderíamos recorrer nesse sentido, como a produção de pinturas, ao considerarmos a experiência geralmente positiva do uso do desenho nas atividades do Programa da Pastoral junto aos adolescentes, segundo a pesquisadora responsável.

No contexto da pesquisa não foi muito diferente. Apesar de, no início, demonstrarem uma certa preocupação por acharem que não sabiam desenhar, diante do qual esclarecíamos que não estávamos interessados na beleza ou na perfeição do desenho, eles aceitaram a atividade como um desafio prazeroso. A partir da descrição do desenho, que se tornava nossa referência durante toda a entrevista, tentamos explorar aspectos relativos ao tema família, como composição, papéis e inter-relações. Abordar tais aspectos, entretanto, não foi tarefa fácil, na medida em que nos sujeitos emergiam sentimentos que, às vezes, os impelia ao silêncio. Acessar o seu universo familiar implicava, nesse sentido, oferecer continência tanto ao que nos era dito, bem como

aceitar e respeitar a sua atitude de silenciar diante de aspectos que lhes traziam algum mal-estar.

No último encontro individual com os adolescentes, nossa intenção, em um primeiro momento, era reconstituir junto aos mesmos, em ordem cronológica, as informações que até então tinham disponibilizado ao longo das entrevistas anteriores acerca de sua vida pessoal e familiar, conferindo-nos a oportunidade de clarificar a nossa apreensão enquanto lhes dávamos uma devolução sistematizada. Em seguida ou, às vezes, concomitante a essa tarefa, tentamos adentrar em determinadas épocas de sua vida como a infância, com vistas a complementar sua história de vida, que foi representada graficamente em papel sob a forma de uma linha, a qual denominamos linha de vida. Nela foram registrados, de modo pontual, os fatos, lugares, pessoas aos quais fizeram referência em seu discurso¹⁶. Para elucidar e motivá-los quanto a essa atividade, fazíamos geralmente analogias a produções escritas ou cinematográficas de natureza autobiográficas, perguntando-lhes, em seguida, sobre os momentos mais marcantes de sua vida em termos gerais, como ponto de partida. Ao longo da atividade, todavia, tentamos explorar com maior ênfase as relações e experiências familiares em toda sua trajetória de vida.

Ao final dessa atividade, lembrando-lhes sobre a participação dos familiares na pesquisa e as condições sob as quais ocorreria, solicitamos, então, que indicassem as pessoas e justificassem a escolha. Em seguida, como forma de simbolizar o encerramento das entrevistas, além do interesse em ter um *feedback* dos próprios sujeitos acerca dos instrumentos e procedimentos adotados, antes de agradecermos a sua participação, reservamos um espaço para uma avaliação, perguntando sua opinião sobre os encontros realizados. No geral, os adolescentes teceram pequenos comentários nesse

¹⁶ Tal atividade foi extraída do manual de temas, jogos e exercícios de Maria Liebmann (1994) *Exercícios de arte para grupos*.

sentido. Caracterizaram os encontros como uma conversa, tendo sido para alguns uma conversa boa ou normal, simples, fazendo referência à duração adequada dos encontros e ao uso do gravador, que não intimidou, ao contrário de um adolescente para o qual a finalização das entrevistas foi um alívio pela tensão que sentia enquanto falava sobre si mesmo, especialmente no que dizia respeito ao uso de drogas e à sua vida doméstica. Para este último, entretanto, foi bom poder relembrar a infância, da qual gostaria de ter mais lembranças.

Em relação aos familiares, sujeitos da pesquisa, nos dois encontros, as entrevistas estiveram pautadas em torno da história de vida do adolescente, tentando reconstituí-la com enfoque nas relações familiares desde a gestação até os dias atuais em que o adolescente se encontra em cumprimento de medida LA. Além da infância, da qual os adolescentes em geral tinham poucas lembranças, a narrativa do familiar também foi salutar com relação à história dos pais, à gestação e ao nascimento, sobre os quais quase nada souberam dizer. A título de uma breve caracterização dos sujeitos, o primeiro encontro geralmente também iniciava com algumas questões de natureza sócio-demográfica. Em seguida, tentávamos conhecer a sua percepção sobre as indicações do adolescente, isto é, como o familiar justificava a sua indicação e a de outro membro pelo adolescente, o que comumente já nos introduzia de modo espontâneo na rede de relações que foram engendradas ao longo do tempo no contexto de sua família. Por último, ao final das entrevistas, como fizemos com os adolescentes, sugeríamos uma breve avaliação dos encontros. Semelhante aos adolescentes, os familiares, em geral, qualificaram as entrevistas como uma boa conversa que, para alguns, há tempos não tinham em sua vida cotidiana, razão pela qual expressaram o desejo de que ocorressem outros encontros. Entre os que manifestaram maior disponibilidade em participar de outros momentos, caso fosse necessário, merece

registrar também um familiar, cuja participação lhe constituiu uma oportunidade de se apropriar melhor de sua relação com o adolescente ao longo do tempo e de perceber as mudanças positivas que nesta ocorreram.

3.3. Análise do *Corpus*

Em consonância com a perspectiva qualitativa desta pesquisa, recorreremos à análise de conteúdo temática para tratamento dos dados obtidos no trabalho de campo, haja vista que, de acordo com Minayo (1998), essa abordagem permite a ultrapassagem do nível espontâneo das mensagens, proporcionando uma interpretação mais profunda do material. Com esta finalidade, ocorre a articulação do texto descrito e analisado com o contexto e o processo de produção da mensagem, além do contexto cultural e psicossocial, com base no pressuposto que tais aspectos determinam suas características.

Dentre as várias possibilidades de se proceder à análise de conteúdo, conforme essa referida autora nos aponta, a análise temática se mostra adequada ao nosso objeto de estudo. Nesta modalidade, a atenção se volta para os temas ou as unidades de significação que se fazem presentes no texto analisado. Em nosso material, encontramos quatro grandes unidades: família, medida, família-medida e experiência de rua. Todavia, mantivemos o foco nas três primeiras apenas, dada a maior pertinência em relação ao objetivo analítico visado. Cada uma dessas unidades comporta, por sua vez, uma série de categorias temáticas. Assim, em *Família*, temos, então:

- ✓ **Grupo doméstico:** quem são as pessoas com quem o adolescente atualmente partilha o espaço de moradia, sendo caracterizadas quanto ao grau de

parentesco em relação ao adolescente e quais são as condições socioeconômicas do grupo

- ✓ **Composição familiar:** quem são as pessoas consideradas, pelo adolescente, como membros de sua família e quais são os critérios dessa escolha.
- ✓ **Papéis familiares:** diz respeito tanto à percepção do adolescente em relação ao desempenho passado quanto às expectativas atuais expressas relativos aos papéis sociais exercidos pelos membros familiares ou com as pessoas com as quais ele coabita.
- ✓ **Avaliação de sua família:** refere-se à percepção atual do adolescente em relação à sua família.
- ✓ **Perspectivas futuras:** relacionadas à constituição de uma nova família ou à família de origem.

Na unidade *Medida*, as subcategorias que a ela se referem são as seguintes:

- **Motivo de ingresso:** o que desencadeou a sua inserção no programa da Pastoral.
- **Expectativas iniciais:** como concebia a LA no início do seu cumprimento.
- **Esferas de atuação da medida:** engloba dados sobre a situação do adolescente quanto à escola, ao trabalho e ao uso de drogas nos últimos seis meses de LA.
- **Participação em outros programas:** corresponde às medidas às quais o adolescente também já foi submetido, sejam elas protetivas ou sócio-educativas.

- **Percepções gerais:** diz respeito à sua leitura atual acerca do ato infracional praticado, de sua condição na medida e do programa LA.
- **Perspectiva de futuro:** refere-se às projeções gerais que faz de sua vida.

Por último, a unidade temática denominada *Família e Medida* foi analisada segundo a categoria **Participação da família na medida**, que por sua vez, compreende a:

- Reação da família frente ao ato/medida: que diz respeito ao modo como a família respondeu inicialmente ao envolvimento do adolescente com a prática infracional e sua conseqüente submissão à medida.
- Família e as demandas da justiça: se e como a família compareceu às demandas da justiça inerentes ao processo sócio-educativo do adolescente.
- Família e demandas do programa sócio-educativo: que se refere à maneira como a família tem participado do processo de inserção e promoção do adolescente nos contextos escolar e de trabalho, considerando ainda sua postura frente ao possível envolvimento do adolescente com drogas.

Toda essa classificação em categorias temáticas foi construída, no caso, a partir do conteúdo verbal expresso pelos adolescentes, nossos principais sujeitos, em suas entrevistas individuais. Para tanto, inicialmente, procedemos a uma leitura superficial das entrevistas transcritas, visando obter uma apreensão geral do discurso de cada adolescente, enquanto no segundo momento, ou seja, na leitura seguinte, já procuramos assinalar, previamente, nos textos, toda e qualquer referência existente às unidades Família e Medida, considerando o próprio tema de nossa pesquisa. Nesse percurso,

todavia, destas unidades de significação definidas previamente emergiram as duas outras categorias temáticas.

Ao final dessa fase, o corpo de cada entrevista assumiu uma nova configuração mediante os primeiros recortes com base nas grandes unidades, cujo conteúdo foi analisado e agrupado, por conseguinte, em categorias que guardam relações singulares com o eixo ao qual fazem referência, como podemos ver acima. Nesse processo, contamos também com a participação das duas alunas do curso de psicologia, que havíamos mencionado anteriormente neste texto. Antes de prosseguirmos nessas diferentes fases de construção das categorias, havia, no caso, sempre o confronto em grupo das observações e atividades realizadas individualmente, enriquecendo, assim, o trabalho com diferentes possibilidades de leitura do material.

Quanto ao outro *corpus* de comunicação, constituído pelos relatos dos familiares obtidos também em entrevistas, as leituras e os conseqüentes recortes temáticos foram feitos logo em seqüência e em correspondência às classificações a que chegamos na análise inicial dos discursos dos adolescentes, especialmente aquelas referentes à unidade *Família e Medida*, possibilitando-nos, além da complementação de dados, apreendermos contradições, divergências e convergências nos discursos. De modo semelhante, procedemos com os registros de diário de campo e das pastas-arquivo que também nesta pesquisa assumiram a versão de fontes complementares de dados.

Por último, como poderemos atestar no capítulo a seguir, propusemo-nos à discussão dos dados, produzindo um novo texto, dentre tantos outros possíveis, numa relação constante com o quadro teórico que temos. No entanto, sem a participação das alunas, dadas as exigências de tempo que essa atividade requer.

Capítulo IV

Análise e Discussão dos Dados

Neste capítulo, procederemos ao estudo dos discursos dos sujeitos entrevistados em torno das três unidades de significação que se mostraram mais pertinentes ao objeto de nossa pesquisa, após a submissão de todo o material ao procedimento de análise de conteúdo temática, como mencionamos anteriormente. As unidades sobre as quais vamos discorrer em relação com os nossos apontamentos teóricos a respeito, descritos nos dois primeiros capítulos, são as seguintes: família, medida sócio-educativa, família e medida. Na tentativa de melhor apreender a complexidade da realidade estudada, resolvemos analisar e, assim, apresentar, em um primeiro momento, os dados de cada adolescente em conexão com seus respectivos familiares, para tecer, em seguida, uma discussão geral mediante a confluência dos dados entre os quatro adolescentes, nossos principais sujeitos, procurando atentar para as diferenças e semelhanças existentes. Ainda assim, queremos registrar a dificuldade que tivemos de selecionar dos discursos os segmentos a serem aqui expostos frente à teia de conexões que os amarram entre si, embora saibamos que a nossa leitura da realidade é sempre parcial, no sentido de que não conseguimos abarcá-la em seu todo, sendo necessário fazer recortes a todo tempo na tentativa de nos aproximarmos da mesma (Minayo, 1998).

Como pontuamos antes, os nomes usados para nos referirmos aos adolescentes neste texto são fictícios para que seja assegurado o sigilo das identidades. Nesse sentido, tivemos o cuidado de averiguar também os nomes de todos os adolescentes que já fizeram ou ainda fazem parte do programa até o final da fase empírica da pesquisa a fim de que não fosse adotado nome semelhante. Quando necessário, representaremos cada

adolescente pela abreviatura Adolescente - A, seguida de número ordinal específico. Nesse caso, teremos Mateus – A1; Pedro – A2; Joaquim – A3; e Luciano – A4. Quanto aos familiares que participaram, sempre que se fizer preciso, vamos identificá-lo pelo grau de parentesco que têm com o adolescente acompanhado ou não da abreviatura pela qual este é representado, como, por exemplo, irmão de A4, que é equivalente a IºA4. Assim, teremos: irmão de A4 – IºA4; Tia de A4 – TA4; avó e tia de A3 – AA3 e TA3; irmã de A2 – IA2; e avó e irmã de A1 – AA1 e IA1. Como forma ainda de preservar a identidade dos nossos principais sujeitos, também alteramos os nomes dos seus familiares e, inclusive, dos educadores da Pastoral.

4.1. Análise do *corpus*: singularidades e similitudes

4.1.1. Luciano

A) Família

Na perspectiva desse adolescente, podemos observar que a família se configura em rede e não em núcleo, na qual o vínculo de parentesco nem tampouco a coabitação são fatores determinantes para uma pessoa ser considerada como um membro de determinado grupo familiar, como se refere Sarti (2005), a respeito das famílias pobres, refletindo, no caso, as condições sócio-econômicas em que vive este adolescente, e contrastando com o modelo de família considerado padrão, segundo o qual esta é formada apenas pelos pais e filhos, conforme vimos outrora (Poster, 1979; Szymanski, 2000). Nos trechos logo abaixo descritos, por exemplo, Luciano cita como pertencentes a sua família, a tia, a avó, e o irmão mais velho, com quem não partilha o mesmo espaço

de moradia, dentre outros parentes consangüíneos, e desconsidera o padrasto com quem atualmente mora, além de sua mãe e seus irmãos, anunciando que a inclusão ao grupo está associado à disposição de cada um frente às obrigações mútuas dentro da rede de relações que a compõe e que a sustenta em termos materiais e afetivos. Nesse sentido, ser da família é ser alguém com que o adolescente ou o restante do grupo podem contar.

Ex. 01

(E) – Quem faz parte da sua família, Luciano? Quem você considera?

(A4) – Só minha avó e... Meus irmãos, só... E minha mãe. Só.

(E) – Sua avó, seus irmãos e sua mãe.

(A4) – E minha tia, que me ajuda muito, da família do meu pai... Agora o resto...

Ex. 02

(E) – E você disse que considerava sua tia como parte da família porque ela ajuda vocês, não é?

(A4) – Sim, ela me criou desde pequeno, também.

(E) – Ela criou você desde pequeno?

(A4) – Sim, aí como foi de... Quando eu tava com sete anos, aí meu pai levou eu pra casa.

Ex. 03

(E) – Você se dava bem como ele ((o irmão que tá preso))?

(A4) – Dava, muito. Muito mesmo... (...) ele chegava com dinheiro em casa ele... jogava em cima da mesa... Era bom que só, ele...

(E) – E o seu padrasto, você considera ele como família?

(A4) – Hum-hum. Não.

(E) – Por que você não considera ele como família?

(A4) – Porque ele é ruim dentro de casa. Um dia ele ia bater na minha mãe, também. Bateu que só - viu? – na minha mãe, ele.

Ex. 04

(E) – E você tava me dizendo que na rua tem uma parte ruim e outra parte boa, também. Em casa tem uma parte ruim... E tem alguma parte boa?

(A4) – (...) Toda minha família é boa, menos esse cara ((o padrasto)) que entrou na minha vida, entrou na vida da minha mãe, que não é bom pra nós...

E quando consideramos suas projeções futuras, atentamos que, embora se deseje ter uma casa e um filho, que constituem indicadores relacionados à constituição de uma família enquanto um núcleo independente, as condições de existência da família de origem parecem consistir em objeto de preocupação para o adolescente, sinalizando que as obrigações que estruturam as relações familiares para além do espaço de moradia ainda continuam existindo.

Ex. 05

(E) – Tem algum filho?

(A4) – Hum-hum ((*não*)). Ainda vou ter.

Ex. 06

(E) – Que futuro é esse que você acha...

(A4) – Trabalhar e ajudar toda a minha família... e ter uma casa.

Entretanto, em consonância com esse critério de inclusão familiar, ou seja, da obrigação mútua, podemos também atentar que o próprio adolescente, como ilustra os relatos seguintes, está sujeito, como membro da família, a ser afastado do convívio do grupo, mesmo que de parte dele e temporariamente. Esta possibilidade de afastamento, como vemos abaixo, pode se tornar realidade quando o adolescente não cumpre com a responsabilidade que lhe é atribuída precocemente junto à sobrevivência material na rede de obrigações, de acordo com uma organização doméstica, norteadas pela lógica patriarcal, e em resposta a um contexto de pobreza em virtude da precariedade do mercado de trabalho, confirmando-nos a peculiaridade da experiência da adolescência em famílias pobres (Hines, 2001; Losacco, 2005; Preto, 2001; Rocha, 2002). Isto é, ao contrário do que ocorre com os de classe média ou alta, o processo de autonomia de

adolescentes como Luciano, segundo tais autores, tende a ser dificultado, uma vez que a família se sobrepõe aos interesses dos indivíduos, sendo possível vivenciar, em função comumente da luta pela sobrevivência, situações de brusca separação da família, a exemplo da expulsão, ampliando, por conseguinte, a sua vulnerabilidade a contextos que oferecem riscos ao seu desenvolvimento, como sugere o segmento (9).

Ex. 07

(E) – E esse seu padrasto? O que ele faz?

(A4) – Trabalha. Eu acho que ele nem trabalha, homi! Trabalha não...

(E) – Por que você acha que ele não trabalha?

(A4) – Porque... Só quem arranja negócio dentro de casa é eu... Quando falta negócio dentro de casa é eu que vou pra rua... Se eu não arranjar dinheiro, eu roubo...

Ex. 08

(E) – Você o vê, tem visto ele, vai visitá-lo? ((referindo-se ao irmão preso de 18 anos))

(A4) – Vou, também ver... Mas só que os homem não deixa eu ver não, mas se disser que eu tenho dezesseis ano ele deixa, ou quinze... (...) ele diz “Cuidado, viu, arranje dinheiro pra mandar alguma coisa aqui pra mim”. Aí eu pego e arranjo dinheiro pra mandar. Porque se eu não arranjar ele morre de fome lá dentro.

Ex. 09

(E) – Como é que você gostaria que ela ((a mãe)) ligasse pra vocês?

(A4) – Cuidando de nós. Não deixar nós assim... Mas ela não liga... Quando nós tamo com dinheiro, ela é bem boazinha; quando nós não tamo é... dando em nós, é expulsando de casa...

(E) – Você já foi expulso de casa alguma vez?

(A4) – Já... Eu tava até na rua, passei três mês na rua... na Cidade... em todo canto...

Ex. 10

(E) – Aí nesse tempo na rua... você ficou três meses na rua... e como é que foi esses três meses?

(A4) – Foi ruim, não tinha nem onde dormir, ficava andando... pegando as coisa dos outros, correndo... andando na rua... todo mundo batendo em mim... me espancando... e... e assim ia... e assim eu juntava dinheiro pra sair de novo com os colega...

Todavia, por outro lado, de acordo com esse penúltimo relato de Luciano, assumir um dos papéis parentais, que o aproximam do *status* social de um adulto, parece não fazê-lo prescindir da necessidade de cuidados, de atenção, de segurança, do sentimento de pertença, considerado constitutivo do seu processo identitário (Carter & McGoldrick, 2001), como atestam também outras expectativas ou percepções presentes no seu discurso quanto aos papéis desempenhados pelos pais. Tais demandas, por sua vez, remetem-nos à importância que sócio-historicamente à família passou a ser atribuída enquanto lugar de proteção e promoção aos seus membros, especialmente aos mais novos, independente das configurações que ela apresente e, inclusive, de suas condições concretas de existência, o que, segundo Pereira-Pereira (2004) e Alencar (2004), em nosso país, particularmente, ganha ainda uma maior relevância diante da histórica ausência do Estado na garantia da proteção social aos seus cidadãos, tendo a esses a família se constituído, por conseqüência, em sua principal retaguarda.

Ex. 11

(A4) – É boa a minha família, mas só não é... só não é boa por causa de uma parte...

(E) – *Que parte?*

(A4) – Que... agora a minha mãe que tá vendendo droga...

(E) – *E isso não é bom por quê?*

(A4) – Porque prejudica a família, porque fica só... um bocado de traficante lá perto de casa...

Por isso que é ruim, também, se a polícia pegar, aí nós vai ficar sem mãe... Só com nossos tio, nossa avó... Por isso que é ruim... E o meu pai já morreu por causa disso...

Ex. 12

(E) – *Você disse assim: “é boa a minha família”, aí não falou o que era bom.*

(A4) – Hum... Lá em casa agora não tem mais nada de bom, não...

(E) – *Tem não?*

(A4) – Tem mais não, lá em casa tá ruim. Porque só o que tinha de bom em casa era só o meu pai... só o meu pai, só, que eu tinha de bom... que fazia tudo que eu queria. Mas agora... tem mais nada de bom mais não...

(E) – O que ele fazia? O que você queria?

(A4) – Levava nós pra praia, pro outro lado do rio, pra pescar... E agora – sabe? - que minha mãe ficou com outro homem, agora, o homem só quer mandar... Só quer comer... Só isso, só. (...)

(E) – Então ele não faz a mesma coisa que seu pai fazia com você, não. Não sai com você...

(A4) – Faz não. Só quer ficar só em casa, só. (**Hum-hum**) Só isso, por isso que eu não... fico muito... por isso que eu não gosto de ficar em casa não, fico mais na rua... Só chego de manhã na rua... Fico... de dia... de tarde e de noite, na rua, eu fico. E só chego em casa de manhã, porque é ruim.

Ex. 13

(E) – Por que você foi criado por sua tia?

(A4) – Porque o meu pai não me queria.

(E) – Hum-hum. Nessa época, até os sete anos, você vivia com quem?

(A4) – Minha tia, minha prima... todo mundo... meu primo, minha... meu avô... tudinho... (...) A minha mãe não queria nem me batizar... Não queria nem que eu fosse filho dela...

(E) – Hum-hum. Por que você acha?

(A4) – Porque ela diz.

Ainda em respeito a esse suposto lugar que a família ocupa na vida desse adolescente, é válido destacar que, a despeito de expressar uma certa avaliação negativa de sua família associada à recente perda do pai, Luciano reconhece como algo positivo os laços afetivos que o une a outros membros, contrapondo-se, assim, à tendência que persiste nas instituições sociais de desqualificar as famílias por não disporem da estrutura considerada padrão, condição de uma família saudável, como apontam Minuchin et al. (1999) e Mioto (2004).

Ex. 14

(E) – E você tava me dizendo que na rua tem uma parte ruim e outra parte boa, também. Em casa tem uma parte ruim... E tem alguma parte boa?

(A4) – Tem – né? – que eu brinco muito com m... Eu gosto muito dos meus irmão. Gosto muito mesmo, de coração, de coração mesmo. Da minha mãe também, de coração. Do meu irmão que tá preso também. De coração, mesmo, eles tão tudo bom pra mim. Toda minha família é boa, menos esse cara que entrou na minha vida, entrou na vida da minha mãe, que não é bom pra nós...

Além de se contrapor a essa tendência quanto à estrutura, podemos notar que a visão idealizada da família, em que os conflitos, os sentimentos negativos não fazem parte das relações afetivas (Sarti,1999; Souza & Peres, 2002), não norteia a apreciação positiva que o adolescente tece logo acima sobre sua família, na qual declara sentir afeto pela mãe, por exemplo. Uma vez que, se considerarmos, além do seu discurso, o dos familiares que participaram da pesquisa, no tocante, especialmente, a esse vínculo, poderemos confirmar a existência de atrito e de sentimentos de raiva, de mágoa que também nutre em relação à mãe, remetendo-nos a sua não aceitação do padrasto enquanto membro da família e à sua experiência de rejeição enquanto filho.

Ex. 15

(E) – A senhora acha que Luciano ficou revoltado por causa disso?

(TA4) – Ele já vinha - né? - por que teve o quê? - a revolta dele, assim... porque eu acho assim... que é três coisa: que ela deu ele, não ficou com ele – né? – **(Hum-hum...)** Aí pronto! Aí criou os outros... ficou com os outros e não ligava pra ele. Aí veio esse outro... veio esse problema aí do pai que chegou a falecer, aí botou outro dentro de casa, porque se pelo menos... se ela tivesse a consciência - sabe de quê? – a consciência de que pelo menos passasse assim uns seis meses (...)

Ex. 16

(E) – Por que vocês acham que seus pais quiseram internar ele ((o irmão Luciano))?¹⁷

(I^oA4) – Porque ele disse... a pai que ia infernizar a vida da minha mãe direto.

¹⁷ Importa aqui dizer que para tal segmento de discurso voltaremos nossa atenção posteriormente neste texto quando estivermos discutindo a participação da família na medida, sendo no momento considerado importante para ilustrar a existência de conflitos entre a mãe e o adolescente Luciano.

Ex. 17

(E) – (...) O que é que ele tinha contra a tua mãe?

(I^oA4) – Ele não gostava não, porque mainha... mainha gostava do meu outro irmão, o de maior... tem 18 anos, o que tá preso... mainha gosta dele, aí mainha disse que ia levar as coisas para ele, aí mainha não tinha dinheiro... aí eu fui e ajudava mãe... conseguir o dinheiro... aí Luciano tinha vez que roubava aí não tinha como deixar as coisas com meu irmão.

Considerando essa situação de ambivalência com a mãe, podemos compreender também porque, apesar de reconhecer sua mãe como membro de sua família, conforme declarou no início desta discussão, a mesma não foi indicada pelo filho para participar da pesquisa. De acordo com as justificativas dadas pelo adolescente para a escolha do irmão e da tia, parece-nos que essas pessoas estão comprometidas corajosamente com a verdade, sendo capazes de confirmar o sofrimento que vivencia na relação com sua mãe, mesmo sabendo que isso signifique depor contra ela, demonstrando-nos a necessidade de que o seu sofrimento também por nós seja reconhecido.

Ex. 18

(E) – Por que você escolheu seu irmão?

(A4) – Porque ele sabe de tudo, mesmo. Ele diz mesmo, a verdade, ele tem medo não, viu?

Ex. 19

(E) – (...) E a sua tia, por que você escolheu ela?

(A4) – Porque ela disse que também ia dizer porque minha mãe deixou eu na rua... E também a pensão do meu pai, que ela recebe, é só pra droga... pra ela comprar droga...

B) Medida sócio-educativa

Em que pese o fato de já fazer parte do programa da Pastoral há mais de dois anos, podemos notar que Luciano parece não reconhecer com segurança o que vem a ser

a medida Liberdade Assistida à qual foi submetido, especialmente caracterizada por sua dimensão protetiva, como demonstram as suas atividades, algumas delas descritas no artigo 119 do ECA (Brasil, 1990), embora sua aplicação também seja contingente à prática infracional e seu cumprimento de caráter obrigatório, como as demais medidas sócio-educativas que buscam responsabilizá-lo pela transgressão à legislação penal (Campos & Francischini, 2005; Veronese et al., 2001).

Decerto que comparando com suas expectativas iniciais em relação ao programa, a leitura que faz de sua condição atual na Medida, além de superar o equívoco de associar a LA a um contexto prisional, sugere-nos também uma certa aproximação com o que a Medida consiste em sua especificidade, ao associá-la a, ao menos duas de suas prerrogativas, a saber, a participação nas atividades educativas do programa e a inclusão escolar. Mas chama a nossa atenção, nesse primeiro momento, a dúvida com que aponta os motivos pelos quais o juiz não decretou a extinção de sua medida, ao responder sob a forma de pergunta, parecendo desejar confirmação por parte da entrevistadora.

Ex. 20

(E) – (...) Luciano, quando você entrou na Pastoral, que idéia você tinha do que ia acontecer?

(A4) – Tinha medo de ser preso <risos> pensava que o juiz... quando eu vim pra cá, pra Pastoral do Menor, eu pensava que quando eu ia entrar... o juiz ia pegar eu bem na sorte, descuidado! E vinha já com as algema pra me algemar e levar. Pensava isso. Eu tinha medo de vir eu.

Ex. 21

(E) – Ali fora você tava falando que já terminou a medida dele, e você não. E você tava perguntando por que não tinha terminado a sua. Por que você acha que não terminou a sua medida?

(A4) – Porque eu não vim, não foi, mais pra ali?

(E) – Porque não veio mais pra Pastoral? ((Afirmou com a cabeça.)) Uhum. O que faz um juiz pensar que a medida de um adolescente acabou? O que você acha que passa na

cabeça do juiz, que motivo ele tem pra que ele termine, acabe extinguindo a medida de um adolescente?

<pausa>

(E) – O que é preciso para que uma medida acabe?

(A4) – De estudo – né?-, estudo.

(E) – Que o adolescente estude. Então, como você tava dizendo ali fora, você acha que não acabou porque você não tá estudando.

(A4) – É. Só isso.

(E) – E você pretende estudar?

(A4) – Hum-rum. Pretendo - né?

Por outro lado, o trecho seguinte, em que o adolescente se reporta ao futuro, tomando como base o seu compromisso com os estudos, faz-nos refletir a respeito da relevância acentuada que é atribuída à família no cumprimento, pelo adolescente, da medida LA, especialmente, sendo sua participação efetiva requerida como condição, tendo em vista que esta se dá em meio aberto, visando o próprio fortalecimento dos laços familiares e comunitários, segundo as diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (Brasil/SEDH, 2004) às quais a proposta do programa da Pastoral se mostra em consonância. Nesse caso concreto, todavia, observamos que diante do que ele considera prerrogativa da medida e do que é necessário para cumpri-la, o mesmo não delega à família responsabilidade alguma, no sentido de ajudá-lo, expressando antes expectativa em querer ajudá-la.

Ex. 22

(E) – Porque que o juiz gostaria que você estudasse?

(A4) – Pra mim aprender as coisas, né? - pra mim arranjar algum trabalho... pra eu ter um futuro melhor.

(E) – Que futuro é esse que você acha...

(A4) – Trabalhar e ajudar toda a minha família... e ter uma casa.

(E) – E o que precisa acontecer ou fazer pra que você volte a estudar?

(A4) – Só, só material mermo.

(E) – Material escolar?

(A4) – É.

(E) – E como é que você conseguiria esse material escolar?

(A4) – No meio da rua, ajuntando dinheiro pra mim comprar.

Ao mesmo tempo, se atentarmos ainda para a própria estratégia a que ele se refere para garantir sua reinserção escolar, fazendo-nos lembrar da realidade socioeconômica do grupo familiar com o qual o adolescente partilha o mesmo espaço de moradia e de seu papel atual junto à sobrevivência do mesmo, somos levados também a questionar sobre a devida proteção da família, resguardada em lei pelo princípio da corresponsabilidade entre Estado, família e sociedade na promoção e defesa dos direitos da população infanto-juvenil em resposta à Doutrina da Proteção Integral (Volpi, 2001) para que a mesma possa, ao menos, conferir as condições básicas de sobrevivência para o adolescente, sendo possível a esse, por conseguinte, atribuir à família tal função e, em virtude disso, demandar dela o apoio financeiro que envolve a sua inclusão social, a exemplo do material escolar.

Ao contrário do que o adolescente aponta, reconhecemos que o material escolar em si não se constitui fator suficiente para que o seu direito à educação seja garantido. O próprio Luciano nos sugere que existem outras variáveis em jogo, em outros momentos da entrevista, como o exemplo abaixo, quando lhe perguntamos diretamente sobre a participação da família na medida, no qual ele afirma que os tios podem ajudá-lo na aquisição do material necessário, como já fizeram antes.

Ex. 23

(E) – Aí você me falou também... acho que foi no encontro passado, você disse que sua família, sua mãe, no caso, podia fazer matrícula na escola pra você, né? (É). Alguém mais da tua família pode fazer alguma coisa por você (Minha tia) em relação a sua escola?

(A4) – Minha tia, meu tio.

(E) – Como é que eles podem ajudar você a voltar estudar?

(A4) – Comprando roupa pra mim, roupa... e tênis. Eles dão.

(E) – Eles já deram pra você?

(A4) – Já deram, já deram. Lápis e tudo.

De fato, quando consideramos, além de sua atual condição escolar, o seu envolvimento com drogas, por exemplo, podemos atestar a complexidade que envolve o cumprimento da medida e, assim sendo, compreender um pouco melhor a maneira como o adolescente concebe a LA e, por conseguinte, a participação de sua família no seu processo sócio-educativo, objeto de nosso estudo.

Em consonância, então, com o perfil descrito dos adolescentes, até o momento, atendidos pela Pastoral, por ocasião da caracterização do campo de nossa pesquisa, e por sua vez, com a realidade da maioria dos adolescentes em conflito com a lei (Feijó & Assis, 2004; Rodrigues & Bosco, 2005; Volpi, 2001) o sócio-educando em questão também faz parte do grupo que se encontra fora do contexto escolar, apresentando baixa escolaridade, além de ser oriundo de família pobre, refletindo o descompasso existente entre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a realidade vivida. Observando, por exemplo, a trajetória escolar de Luciano, no transcorrer da medida, podemos ver como as condições de permanência e até mesmo de reinscrição no contexto escolar se vêem prejudicadas também pelo despreparo das próprias instituições educativas, refletindo, por sua vez, toda uma sorte de precariedades que confluem geralmente sobre as unidades públicas, cuja maioria do alunado é de classe pobre, como apontam Fulmer (2001) e Sudbrack e Pereira (2003).

Ex. 24

(E) – Você parou em que ano? Desde quando você tá sem estudar?

(A4) – Desde... agosto.

(E) – Desse ano, de 2006?

(A4) - Sim, sim, sim...

(E) – E o que aconteceu pra você parar de estudar?

(A4) – Dei na professora...

(E) – Sim, aquilo que você tava falando lá fora. E depois disso aconteceu o quê?

(A4) – Fui expulso... Quando ela me expulsou, eu saí quebrando tudo dentro do colégio. Eu soltei logo uma bomba bujão lá com meus amigos.

(E) – Aí, depois, não procurou outra escola, nem...

(A4) – Procurei não... Depois eu fiquei perdido, fazendo o que não deve... Cheirando cola, fumando maconha... menos pedra. Cheirando pó, até uns negócio aí...

Ex. 25

(E) - ...Aí na escola, desde esse tempo ((da expulsão da última escola)), você não foi mais.

(A4) - Fui mais não, nessa puteira, fui mais não.

(E) – E você acha que foi por causa de quê? Primeiro você saiu da escola porque você deu na professora. Aí você não entrou em outra escola por quê?

(A4) – Porque eu já tinha sido expulso da outra escola, e se eu voltasse eu tinha que ir pro Conselho. Ninguém me aceitava mais lá.

Ex. 26

(E) - E você me disse que é... em relação à escola ainda... que você tinha sido expulso no ano passado, por causa de uma briga lá com a professora. (Foi). Aí você também me disse que tinha sido já expulso de outra escola.

(A4) – Do Grêmio lá dos X ((um bairro da Cidade)).

(E) – Foi uma escola anterior a essa que você... deu um murro na professora? (Uhrum.) Aí o que aconteceu lá pra ser expulso?

(A4) – Porque o menino buliu comigo. Aí eu tava sentado aí o menino só bulindo comigo. Aí quando foi arrasar meu... caderno, eu peguei a cadeira e joguei. Di nele. Aí fui inventar de jogar outra, eu joguei nele, aí a professora veio se entrometer.. aí eu dei nela.

(E)- Essa daí foi a expulsão... foi a razão da expulsão desse colégio de agora - né? – de agosto de dois mil e seis. E a anterior que você disse que tinha sido expulso? Foi o quê?

(A4) – Porque eu brigava muito com os menino no colégio.

(E) – E você fazia que série quanto dava nessa outra escola?

(A4) – Quinta série. Todas duas eu fazia a quinta série.

De acordo com o tratamento dispensado ao adolescente pelas duas escolas, em que a sua expulsão foi adotada como solução, como se o problema estivesse com ele ou

fosse o próprio problema, notamos, então, que Luciano é violado em seu direito à educação, sendo-lhe vedado o acesso à escola pública e gratuita próxima a sua residência e, em relação ao próprio direito ao respeito, tendo sido alvo de discriminação, considerando as disposições do ECA (Brasil, 1990, arts. 53 e 17). Ademais, devemos mencionar também que Luciano, de acordo com Volpi (2001), não foi contemplado em seu direito de participar como sujeito da discussão e decisão sobre um fato que o envolvia diretamente. Mas, aliado a esse quadro, temos também o envolvimento com drogas enquanto usuário e mão-de-obra do mercado que elas movimentam, como atestam os trechos abaixo, agravando sua situação de vulnerabilidade pessoal e social, como adverte Marques (2003).

Ex. 27

(E) – Aí depois não procurou outra escola, nem...

(A4) – Procurei não... Depois eu fiquei perdido, fazendo o que não deve... Cheirando cola, fumando maconha... menos pedra. Cheirando pó, até uns negócio aí...

(E) – Aí isso...

(A4) – Chegando em casa só de manhã, homi. Eu não durmo em casa, não, chego só de manhã...

Ex. 28

(E) – (...) Aí nesse dia você passou a morar com seu pai. E você se lembra, quando você chegou lá, na casa do seu pai?

(A4) – Se lembro. (...) Aí o meu irmão começou a... brincar comigo... brincar comigo e tudo... Ia pra praia, pro morro, todo canto nós ia... Aí quando der fé, se perdemo nesse morro... no mundo do tráfico... Só veve vendendo o negócio, aí os outro vende... Os outro dá pra gente vender... Aí nós ganha... trinta reais, quarenta... reais... Eu já ajudo em casa, já dou a minha mãe. Tem vezes que os menino compra cola e tudo pra nós vender... Aí nós já pega e vende...

Diante desse contexto, configurado pela interação de várias forças, chegamos a suscitar até que ponto a insegurança com que afirma sobre a inserção escolar como parte

inerente à medida não refletiria a sua própria situação que insiste em mantê-lo distante do que é preconizado pela medida. Assim como, recorrendo ao mesmo pressuposto que a nossa visão de mundo é atravessada por nossas experiências, podemos entender porque a família não é cogitada pelo adolescente, de modo espontâneo, como fonte de apoio em relação à medida, ao darmos conta de que, além da prática do roubo, à qual o adolescente já fez referência, o comércio de drogas, que também mobiliza a sua vida cotidiana, contribui para a manutenção do grupo familiar doméstico.

Certamente, conforme vimos no primeiro capítulo, ao abordamos o processo de implantação do Estatuto, a ótica neoliberal, que passa a nortear a ação social do Estado brasileiro a partir dos anos de 1990 em contraposição aos princípios da Constituição Federal, concorre significativamente para a existência e manutenção desse fosso entre o ECA e a realidade social dos adolescentes em conflito com a lei, ao contribuir para a precarização dos serviços públicos e para a emergência de políticas sociais focalizadas, de acordo com Bazílio (2003b) e Sartor, Martins & Silva (2002). Assim sendo, o êxito da Pastoral em favorecer a vinculação de Luciano à escola e a promoção social de sua família, mediante articulação com a rede de atendimento, seria dificultada, em grande parte, pela fragilização que esta vem sofrendo em resposta a um embate que ocorre em um nível mais macro-estrutural.

Todavia, como alertam outros autores (Bastos, 2002; Melo, 1999; Volpi, 1999) além do próprio Basílio (2003b), a implementação efetiva das medidas sócio-educativas também é comprometida pelas práticas dos que fazem parte do próprio sistema sócio-educativo, como podemos conferir no segmento de discurso seguinte, quando essas se encontram ainda enviesadas pela lógica anterior à Doutrina da Proteção Integral, fazendo com que percepções imprecisas ou distorcidas acerca das próprias medidas sejam produzidas e reproduzidas no imaginário social que também tende a absorver os

próprios adolescentes, cuja participação consciente e ativa também se faz fundamental no processo sócio-educativo.

Ex. 29

(E) – *Aí de lá da polícia você foi pra onde?*

(A4) – Fui lá pra DEA... Onde fica preso só os de menor. Aí fui pra DEA, aí quando demorou dois dia, aí minha mãe foi lá ver. Aí tava eu, Carlos¹⁸ e outro menino. Aí minha mãe disse “*Por que você fez isso?*” Aí o cara disse assim: “*Olha, se você não viesse há muito tempo, se você demorasse muito tempo em casa, se você não viesse agora, ele ia pro CEDUC*”. Aí minha mãe falou com a mulher lá, e a mulher disse assim “*Olhe, vou dizer isso pra vocês: Se você vir pra cá outra vez, agora vai ser direto pro CEDUC quando você entrar aqui!*” Aí eu disse: ‘Tá certo, eu não vou fazer mais isso, não.’ Só isso.

(E) – *Aí você teve audiência com o juiz?*

(A4) – Teve... e... só tá vindo... negócio pra mim ir pro juiz, num sei pra onde eu... não vou não.

(E) – *Sim, agora, não é?*

(A4) – Sim... Vou nada... Já falei uma vez... Pra ir de novo, falar com o mesmo juiz... Pra ir de novo falar pro mesmo juiz... Não... Já falei uma vez, já tá falado.

(E) – *E o que foi que você falou?*

(A4) – Ele que disse assim: “*Ó, eu vou mandar você pra casa, agora se você fizer mais alguma coisa eu lhe chamo aqui*”... Eu não fiz nada... Por isso que ele tá me chamando.

(E) – *E por que você acha que ele tá te chamando?*

(A4) – É porque eu arrombei uma casa, lá...

Nesse sentido, importa notarmos nessa descrição que o adolescente faz do seu percurso após sua apreensão, especificamente, no discurso do juiz que lhe aplicou a medida LA, em audiência, que a advertência dirigida ao mesmo é feita com ênfase na sua possível reincidência, como sugere a oração “*...se você fizer mais alguma coisa...*”. Ora, embora a sua submissão à medida LA seja uma concessão condicionada de liberdade, conseqüente ao ato infracional cometido, como dissemos há pouco, e o seu cumprimento efetivo concorra para a inibição de novos atos, a reincidência não deve constituir no único, nem tampouco, no mais importante fator a ser considerado na

¹⁸ O nome do adolescente citado é fictício em respeito à preservação de sua identidade e a de Luciano.

avaliação da medida, assim como a infração em si não define a medida a ser aplicada, de acordo com vários autores, como Campos e Francischini (2005), Bazílio (2003b) e Costa (2006).

Em reconhecimento à sua condição de destinatário da proteção integral, enquanto sujeitos de direitos e não mais como objetos de controle e vigilância, entendemos, como Carranza (1995), que é especialmente para o desenvolvimento pleno do adolescente que deve se voltar a preocupação dos que se encontram envolvidos com o sistema de atendimento sócio-educativo, estando o cumprimento da LA intrinsecamente vinculado à efetivação dos direitos fundamentais consagrados legalmente, como o direito à educação, à convivência familiar e comunitária e à profissionalização. Por conseguinte, o exercício desses direitos, dentre outros, pelo adolescente, deveria ser ressaltado junto aos mesmos como parâmetro de avaliação da medida, devendo ser motivo de “chamadas” pelo juiz situações em que os direitos dos sócio-educandos estejam sendo violados.

Outra questão que nos impele à discussão, ainda quanto ao segmento supracitado, diz respeito ao poder que ao adolescente o juiz demonstra ter, qual seja, o de decidir não só a primeira medida a ser aplicada, mas também as alterações a qualquer tempo, no decorrer da execução da LA. Neste trecho, o juiz nos sugere que pode privá-lo de sua liberdade, dado que condiciona a manutenção desta a sua não reincidência, como já apontamos, e, aparentemente, dá-nos a entender também que o faria sem considerar todo o processo legal que pressupõe também as alterações possíveis.

Para compreendermos essas questões, é necessário lembrarmos de que uma das mudanças ocorridas com a promulgação do Estatuto, como aponta Volpi (2001) foi a desjudicialização das questões sociais, havendo conseqüentemente redução dos poderes que os juizes detinham durante a longa vigência do Código de Menores. Tal mudança,

dentre outras implicações decorrentes, configurou-se na restrição de sua competência a situações referentes à infração à lei por adolescentes. Acrescentemos, ainda, a redução da arbitrariedade das ações judiciais com o fim, por exemplo, da prisão cautelar, e com a consagração da convivência social e comunitária como um dos direitos fundamentais da população infanto-juvenil (Brasil, 1990), de forma que a internação só deve ser adotada em última instância em função do próprio processo educativo e nunca como forma de punição (Bazilio, 2003b).

Frente a essas considerações, já não nos parece tão estranho a desconfiança que o adolescente demonstra ter em relação à figura do juiz e ao próprio programa sócio-educativo, prejudicando o seu ingresso na Pastoral, como vemos no segmento 28, embora, segundo o seu próprio discurso, logo acima exposto, tenha vivenciado formalmente o devido processo legal a que tem direito, de acordo com os art. 110 e 111 do Estatuto (Brasil, 1990). Processo esse no qual, dentre outros procedimentos a serem obedecidos no momento da audiência de aplicação da medida, particularmente, é prevista desde já a informação do adolescente e do seu responsável acerca do conteúdo da medida a ser cumprida, dos critérios de avaliação a serem utilizados e das implicações do descumprimento injustificado. Ademais, ao final, é requisitada a sua assinatura, além da assinatura de todos os presentes, em sinal de acordo e compromisso com a medida, como descrevem Liberati e Ferreira (2006).

Ex.30

(E) – (...) Luciano, quando você entrou na Pastoral, que idéia você tinha do que ia acontecer?

(A4) – Tinha medo de ser preso <risos> pensava que o juiz... quando eu vim pra cá, pra Pastoral do Menor, eu pensava que quando eu ia entrar... o juiz ia pegar eu bem na sorte, descuidado! E vinha já com as algema pra me algemar e levar. Pensava isso. Eu tinha medo de vir eu.

Além desses fatores acima arrolados, parece-nos que a própria posição da família frente à medida, presente nos relatos do adolescente e dos próprios familiares que participaram da pesquisa, influi de modo também importante para a forma como o adolescente percebe a participação da mesma, como veremos a seguir, na discussão em torno de nossa última categoria.

C) Família e medida

Considerando a posição da família no curso do cumprimento da medida LA aplicada ao adolescente e, em relação, inclusive, ao ato infracional por este praticado, podemos observar a persistência de concepções que são tributárias do Código de Menor e que guardam semelhança com a lógica que recai sobre os infratores adultos. Em vários trechos, deparamo-nos com percepções e práticas que refletem e reproduzem o tratamento estigmatizante que a sociedade ainda reserva ao adolescente em conflito com a lei, em que este não é reconhecido como adolescente, como um cidadão credor de direitos especiais, por sua condição peculiar de desenvolvimento, baseado na idéia de que segurança da sociedade é incompatível com a cidadania dos que infringem a lei, como afirma Volpi (2001), fazendo-nos, por sua vez, reportar à visão naturalizada e individualizante da prática infracional que a fundamenta, de acordo com Foucault (1995/1979).

Nessa direção, de início, parece-nos bastante pertinente a forma como a família de Luciano, especialmente, o seu pai, reagiu imediatamente à infração praticada. No caso, percebemos que esta é objeto de reprovação pelos familiares, apesar de, no tempo em que isso ocorreu, o envolvimento de familiares, como o pai, com o comércio de drogas e o motivo do ato praticado que levou o adolescente à medida LA reiterarem a

função que a prática infracional tem para o grupo familiar doméstico, como nos mostram os trechos seguintes. Desde já, essa contradição nos anuncia quão complexa é a tarefa das famílias, segundo descreve Miotto (2001), de preparar os filhos para o convívio social, atendendo as expectativas sociais em meio à ausência de condições favoráveis, gerando nelas sentimento de impotência, como logo veremos, além de atestar a compreensão descontextualizada do envolvimento com a prática infracional.

Ex. 31

(E) – E como é que foi na sua família, quando isso aconteceu?

(A4) – Quando meu pai morreu?

(E) – Não, quando...

(A4) – Ixe, todo mundo ficou dizendo: “*Luciano, por que você fez isso, rapaz...?*”, “*Não era pra você ter faz... isso não*”... Aí minha mãe fez assim “*É, pode levar ele, pode levar...*”, e a mulher “*Não, não, me dê minha corrente que fica tudo... tá tudo bom, não quero que ninguém leve você não, pra lhe bater*”. Aí o policial “*Anda, moleque, cadê a corrente da mulher?*” Aí eu peguei e dei... A corrente da mulher. Eu só engoli o pingente de ouro.

Ex. 32

(E) – E teu pai, como é que reagiu, naquele tempo?

(A4) – Não disse nada. Só mando os homi levar eu. “*Pode dar nesse caba safado!*” Aí os policial <ininteligível>

Ex. 33

(E) – O que fez com que, que motivo você acha que fez com que você tivesse roubado?

(A4) – Porque tava faltando alimentação dentro de casa... Comida... Um bocado de negócio.

(E) – E com o roubo você iria...

(A4) – Comprar... Comer pra dentro de casa.

Ex. 34

(E) – (...) E em casa, Luciano, como eram as coisas?

(A4) – Eram boa, quando meu pai tava ainda... Era bom. Era lazer que só...

(E) – Era o quê?

(A4) – Lazer. Era. Diversão. Me divertia todo domingo. Ele era pescador, meu pai.

(E) – Ele trabalhava, aí no final de semana vocês se divertiam juntos?

(A4) – Era... Ele trabalhava, mas só que o dinheiro não dava muito, não, por isso que ele começou a vender... droga... como diz, pedra. Começou a vender...

Essa visão descontextualizada da prática infracional pode ser confirmada em outros segmentos, inclusive, pelos próprios familiares que participaram da pesquisa, sendo atribuído o seu envolvimento com a prática infracional a questões de ordem individual, como a vontade pessoal, a exemplo da tia, ou problemas de fundo moral, como sugere o irmão, embora este chegue a fazer alusão às condições vulneráveis que Luciano se encontrava quando da prática infracional, em virtude do uso e comércio de drogas.

Ex. 35

(E) – E as pessoas da sua casa, como é que viram... é... essa atitude de Luciano ter tirado, ou não tirou, mas tava envolvido?

(TA4) – Foi tudo junto, tudo junto... (*Hum-hum...*)... Foi tudo combinado... (*Hum-hum...*)...

Porque do jeito que um pegou, se ele tinha... tinha dito: “Vamo roubar?” “Não, num vou, não!”... (*Hum-hum...*)... Ele num ia... (*Hum-hum...*)... Num ia, não! Você só faz a coisa quando a pessoa quer... (*Hum-hum...*)... Pronto. Então foi tudo junto. (...)

Ex. 36

(E) – Ele e Carlos que participou?... Humrum. E... você sabe por que é que ele fez isso?

(I^oA4) – Sei. Porque ele tava muito doidão de cola, e foi roubar a mulher para ficar com o dinheiro.

(E) – Humrum. E... é... esse dinheiro era para quê?

(I^oA4) – Ele disse que queria comprar um oitão para matar os menino.

(E) – Os meninos de onde? Lá do bairro?

(I^oA4) – Da caixa d’água. Lá de cima... nem eu posso botar o pé ali, que eles tira onda com a pessoa. (*Hum. Aí ele tem, ele tem...*) Richa.

(...)

(E) – Humrum. E ele tem, briga, richa por quê, você sabe?

(I^oA4) – Porque teve um dia que ele foi com dinheiro para pegar cola e os meninos foi e cabuetaram ele... (*hum*)... ele disse que ia meter bala de um em um.

(E) – Cabuetou ele?

(I^oA4) – Ele tomou o dinheiro.

Ex. 37

(E) – E o que é que você achou ((do que o irmão fez))...?

(I°A4) – Não era para fazer isso não ele.

(E) – Humrum. Por quê?

(I°A4) – É uma coisa muito feia, a pessoa chegar tomar o que é dos outro.

Se voltarmos a nossa atenção à fala do pai, particularmente, podemos ir um pouco mais além, na medida em que o modo negativo como se refere ao filho nos demonstra a sua adesão aos estereótipos que ainda são atribuídos aos filhos de famílias pobres diante da histórica associação entre pobreza, vista como degradação moral, e criminalidade, um vício, como nos lembra Rizzini (1997), em razão da qual estes eram vistos como potencialmente marginais, cuja repressão e isolamento se justificavam sob o pretexto de protegê-los, tornando-se objeto de tutela do Estado, como faz o pai quando autoriza o uso da violência junto ao Luciano, além de sua apreensão pelo policial. Nesse sentido, também nos torna compreensível a recusa dos pais em comparecer à Delegacia de Polícia, conforme aponta os trechos abaixo, para liberação imediata do adolescente, assumindo a responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público, como descreve o artigo 174 do Estatuto (Brasil, 1990). A prática infracional, na perspectiva do pai, que parece contar com o apoio da mãe, justificaria, assim sendo, a punição do filho com sua destituição do direito em ter direitos, como os cidadãos adultos já tinham, mesmo quando se viola o direito de outros e, especialmente, em respeito a sua condição de adolescente.

Ex. 38

(E) – Quando a senhora veio perceber ou saber que ele usava ((droga))?

(TA4) – Não... saber mesmo, assim, há pouco tempo... *(Hum-hum...)*... foi quando ele... foi quando aconteceu esse negócio da Pastoral... *(Hum-hum...)*... entendeu? *(Hum-hum...)*...

que ele foi preso, que aí tinha mandado ele ir pegar o remédio de Chico, que aí ele foi preso... (*Hum-hum...*)... aí eu telefonei, foi quando ela foi e disse que tinha acontecido, que ele tinha sido preso, que tinha roubado um cordão... (*Hum-hum...*)... de uma mulher, aí ele disse que não tinha sido ele, mas foi preso. Aí o pai disse que não ia lá soltar, não, que ele era vagabundo, num ia soltar, não! (*Hum-hum...*) Aí eu peguei e fui, né? Porque ele tava na minha companhia, né? (*Hum-hum...*) Aí eu fui lá...

Ex. 39

(E) – (...) *Aí aconteceu dele roubar a corrente, que veio parar na Pastoral, né? Aí... é... foi a senhora que foi lá na... na...*

(TA4) – Da... da... da corrente eu senti a consciência de culpa... (*Hum-hum...*)...pelo seguinte: que ele chegou, aí eu fui e disse a ele que ele fosse, que ele ia para Mãe Luiza, então ele fosse pegar o remédio de Antônio... da... da... da mãe dele pra ir pegar, aí dei o dinheiro da passagem dele, então ele foi, né? (*Hum-hum...*)... Aí foi de manhã, era umas volta de umas nove e meia, não teve aula pra ele, ele foi. Aí deu doze e meia, uma hora, nada, aí foi, ligo pra ela, ela disse: “Ah, eu fui pegar o remédio quando cheguei aqui ele num tava, não, mas amanhã mando o remédio”... (*Hum-hum...*)... Eu disse: Tá certo! E ele? Ela disse mesmo assim: “Assim que ele chegar eu dou o recado.” Eu disse: Tá certo. Para ele ir pra casa, aí pronto. Deu de noite e nada, aí eu comecei a me aperrear, né? (*Hum-hum...*)... Aí quando foi de manhã ela ligou pra mim que ele tinha sido preso, que ele tava roubando. Tinha roubado um cordão e tava preso na de menor. Aí eu disse: E você vai... vai pegar ele? Aí ela disse: “Não, eu mermo num vou não, Cláudio mermo disse que eu num fosse e eu num vou pegar ele não!” Então eu sentia culpa, porque eu tinha mandado ele ir lá pegar o remédio... (*Hum-hum...*)... Aí eu fui, chamei a minha cunhada e disse: Vamo lá que eu não sei onde é? (...)

Quanto a essa questão, é interessante registrar que, segundo uma pesquisa desenvolvida pelo Instituto Latino-americano das Nações Unidas para prevenção do delito e tratamento do delinqüente (ILANUD) junto a 2001 jovens que passaram pela Unidade de Atendimento Inicial da Febem de São Paulo ou pelo Fórum da Infância e Juventude da capital, a ausência da família junto ao adolescente na Delegacia de Polícia no momento de sua apreensão se constitui um fator determinante para sua detenção, evidenciando-nos a importância da participação da família desde o processo de apuração do ato infracional, para que se faça cessar a coação ao direito de liberdade do

adolescente. Acrescentemos também que essa participação ainda é substancial ao se presumir que sua presença venha responder à necessidade do adolescente por conforto moral e emocional que a situação de apreensão tende a gerar, considerando especialmente a sua condição peculiar de desenvolvimento, como afirma Carvalho (2005).

Analisando o primeiro segmento, logo abaixo, em que o adolescente expressa a sua insatisfação com a forma como o policial tratou a mãe, culpabilizando-a pelo que lhe ocorreu, chegamos a cogitar nesse momento se o fato do adolescente não conceber implicação da família como co-responsável, podendo esperar dela apoio na execução da medida, como vimos antes, não só corresponderia a essa leitura individualizante e naturalizada da prática infracional que sua família reproduz, bem como a uma tentativa do adolescente em protegê-la do tratamento estigmatizante, desrespeitoso que tende aos outros membros também se estender. Essa possibilidade alcança maior lucidez, se considerarmos a história do pai e do irmão mais velho com a polícia, cuja violência física resultou na morte do primeiro, pela qual até hoje ninguém foi punido e se configura ainda como motivo de depreciação da sua família por parte desses, como descreve o adolescente, imbuído do sentimento de revolta, nos trechos seguintes.

Ex. 40

(E) – E você entrou na Pastoral, mas antes disso, você tava dizendo que quando aconteceu isso seu pai tava vivo ainda e sua mãe reagiu, dizendo que podiam levar você. Como é que você ficou?

(A4) – Triste... Eu só não chorei, eu disse: ‘Tá certo, pode levar eu’. Só isso...

(E) – O que você queria que tivesse acontecido, quando os policiais chegaram lá na sua casa?

(A4) – Queria que só me levasse, num colocasse minha mãe no meio, não. Policial dizia mermo assim “Ah, você cobre seu filho, por isso que seu filho faz isso.” Depois que meu pai morreu eu fico revoltado, e por isso eu faço isso. Revoltado... Mas quando eu crescer eu vou fazer do mesmo jeito, com os cara que fez isso com meu pai.

Ex. 41

(E) – *Ele trabalhava, aí no final de semana vocês se divertiam juntos?*

(A4) – Era... Ele trabalhava, mas só que o dinheiro não dava muito, não, por isso que ele começou a vender... droga... como diz, pedra. Começou a vender... Começou a vender a uma mulher que meu irmão deu uns tiro nela, aí... cabuetou meu pai, aí.. os homens chegou lá aí (...)... Prendeu ele... Prendeu, aí... Deu um doze nele... Aí deu que só quando foi preso, aí depois levaram ele pra cadeia aí colocaram um saco preto como faz quando é pego por um doze. Um saco preto na cabeça,e ainda dão... Um saco de estopa. Aí dão na pessoa, até a pessoa desmaiar. (...) Aí ele adoeceu um pouquinho na 4ª DP, lá, em Mãe Luiza, lá na delegacia, aí teve que ficar internado. Aí quando ele morreu, aí... o exame acusou que foi a pancada dos policial... (...)

(...)

(E) – *E o que aconteceu com esses policiais, você sabe?*

(A4) – Aconteceu nada não... Quando eles passam por nós, ele começa a rir... Chega dá vontade da pessoa jogar uma pedra no carro dele...

Ex. 42

(E) – *Você era apegado ao seu pai, Luciano?*

(A4) – E muito. E muito mesmo.

(E) – *Você ainda fica triste com isso.*

(A4) – E os cara que mataram meu pai, (...) de lá das X (*referindo-se a um bairro da cidade*)... é tudo ruim. é tudo ruim. Quando ele... Quando... um dia desse, quando mainha foi lá pro outro lado da Redinha, aí... avistaram a minha mãe e começaram a rir... Um dia quando ele... quando meu irmão tava solto ele pegou meu irmão, deu que só... dentro de casa, ainda atirou no meio de nós...minha mãe disse “Não atire dentro de casa, não!” Ele pegou e atirou, chega as meninas começou a chorar...

Inclusive, se observarmos o discurso de sua tia, inicialmente, a exemplo do segmento 39 e do seguinte (43), podemos reconhecer que a culpa atribuída pela sociedade, representada aqui pelo policial, à família dos adolescentes em conflito com a lei, como aponta Mioto (2001), é um dos sentimentos que se faz presente em sua própria família, com repercussão sobre a sua participação no processo sócio-educativo do adolescente, como veremos adiante. Como podemos ver em Feijó (2001), este sentimento é respaldado na compreensão do comportamento infracional como uma

questão de controle social, isto é, como reflexo de sua ausência ou de sua fragilidade sobre os indivíduos, estando a instituição família implicada, principalmente, uma vez que se constitui agente de socialização primária. O envolvimento do adolescente com a prática infracional, nesse caso, funciona como um veredicto de sua incompetência em educar os filhos para a convivência social, reproduzindo a leitura descontextualizada da sociedade e, paradoxalmente, daquelas instituições que têm a função de promover as famílias, ao ignorar e não problematizar as suas condições concretas de existência, eximindo a sociedade da responsabilidade que lhe cabe quanto à proteção do adolescente e da família, como defendem vários autores (Ferrari & Kaloustian, 1998; Lima & Alves, 2005; Miotto, 2001; Vicente, 1998).

Ex. 43

(E) – *Então a senhora... assim... falou com ele e ele disse que não era ele...* (Disse que não tinha sido ele, não, que não tinha sido ele, não!)... *Hum-hum...*

(TA4) – *Aí eu disse: É, não foi você, mas você tava no meio, então roubou... (Hum-hum...)...*
 Pronto. Tá aí a arrumação sem futuro <Risos> *Aí a gente veio simhora... veio simhora... aí eu trouxe ele, cheguei em casa, mandei ele tomar um banho, ele tomou banho, aí chegou o pai e a mãe, que veio buscar ele. Sei que levaram ele pra lá... (Hum-hum...)...* No final foi isso... *(Hum-hum...)...* Porque se tivesse lá em casa ele teria... não tinha acontecido, aconteceu lá por que? Porque ela fez solta dele, porque ele é solto! *(Hum-hum...)...* Chegar ali em X (*referindo-se a um bairro da cidade*), a hora que você chegar em X e procurar ele, você não acha ele dentro de casa, só acha ele na rua. Agora, por quê? Ela impele ele pra rua!

Ao mesmo tempo, diante das estratégias adotadas pela família em relação ao adolescente no decorrer da medida, inquieta-nos a possibilidade de que a sua não referência à família como fonte de apoio no cumprimento da mesma também reflita a sua discordância com o tipo de assistência que a família pode oferecer. Refletindo o tempo do Código de Menor, em que a desqualificação pelo Estado das famílias pobres

em cuidar dos filhos menores justificava a suspensão do pátrio poder e o isolamento desses com a pretensão de prevenir ou recuperar do vício da delinquência (Rizzini, 1995), podemos perceber que familiares de Luciano, atravessados pelo sentimento de impotência, consideram a sua institucionalização como solução, alimentando a perspectiva individualizante que norteia essa antiga prática. Segundo mesmo afirma seu irmão, que apóia a posição dos seus pais quanto à internação, diante da recusa de Luciano, a família se vê sem saída alguma, sugerindo-nos que se encontram atualmente inertes em relação ao adolescente.

Ex 44

(E) – Hum... tua família... pode fazer alguma coisa para que Luciano não volte a fazer essas coisas que ele vem fazendo?

(I^oA4) – Tem como mais não. Mãe disse que ia internar ele... ele disse desse jeito: “*se eu for para o internamento eu fujo*”... (**humrum**)... uma vez meu pai também já queria internar ele porque ele cheira cola direto, ainda tá cheirando.

Ex 45

(E) – Por que vocês acham que seus pais quiseram internar o Luciano?

(I^oA4) – Porque Luciano disse... a pai que ia infernizar a vida da minha mãe direto.

(E) – E por que você acha que ele queria infernizar a vida da sua mãe?

(I^oA4) – Pra pai não ficar mais com mãe.

(E) – Hum, ele não queria que seu pai ficasse mais com a sua mãe? E... o que é que ele tinha contra a tua mãe?

(I^oA4) – Ele não gostava não, porque mainha... mainha gostava do meu outro irmão, o de maior... tem 18 anos, o que tá preso... mainha gosta dele, aí mainha disse que ia levar as coisas para ele, aí mainha não tinha dinheiro... aí eu fui e ajudava mãe... conseguir o dinheiro... aí Luciano tinha vez que roubava aí não tinha como deixar as coisas com meu irmão.

Ex 46

(E) – E como é que tu... isso foi há oito meses atrás? Foi logo no começo?

(I^oA4) – Logo no começo não, faz um bucado de tempo. Ainda tá começando... disse que ia botar mainha na cadeia, hoje... hoje ele disse lá em casa, que ia botar mainha na cadeia.

(E) – Como é que tu fica Frederico com isso?

(I^oA4) – Mal consolado.

(E) – Hum?

(I^oA4) – Mal consolado. (...) Porque tudo que a pessoa consegue pra levar pra o irmão da pessoa ele vai e rouba.

(E) – (...) E você, o que é que você acha que é preciso para que Luciano deixe de fazer essas coisas?

(I^oA4) – Internar ele.

(E) – (...) em que lugar?

(I^oA4) – Sei não.

(E) – Humrum. Essa... a internação, seria para que?

(I^oA4) – Tirar ele da cola... tirar o vício de roubar dentro de casa.

Assim como outros estudos junto a famílias com adolescentes em medida sócio-educativa apontaram (Lima & Alves, 2005; Sudbrack & Povia, 2003), deparamo-nos, então, com dificuldades entre os familiares em lidar com o adolescente envolvido com drogas e com a prática infracional que lhes afetam diretamente, sendo-lhes fonte de sofrimento, de modo que a sua reclusão se configura como alternativa de proteção para a família, em detrimento ao direito do adolescente à convivência familiar e comunitária, como preconiza o ECA, ao qual já nos referimos. Ao contrário dos familiares com quem ele coabita, conforme os trechos abaixo, a sua tia parece demonstrar um sentimento de esperança, ao afirmar que pode fazer algo em prol do adolescente, embora reconheça, ao mesmo tempo, a aversão de Luciano à idéia de internação ou mesmo de conviver na casa da tia, apesar dos cuidados que lhe são disponibilizados, tornando-a semelhante a uma “clínica de repouso”, conforme discurso da própria tia, no segmento a seguir. Se observarmos o seu discurso, parece-nos que a experiência de liberdade que o adolescente vivencia, morando com a mãe, estaria ameaçada com a autoridade que a tia pretende incidir sobre ele.

Ex. 47

(E) – (...) *é... a senhora acha que a família pode ajudar Luciano a não voltar a fazer, a não reincidir, a não roubar – né? – ou a deixar de usar cola, a cheirar cola... o que é que a senhora acha?*

(TA4) – Poder, pode... pode.

(E) – *De que forma a família do menino pode ajudar ele a... a... evitar isso? (...)*

(TA4) – A família dele, é... (*É, a família...*)... os irmãos, a mãe?

(E) – *É. Quem a senhora considera a família dele?*

(TA4) – Todos nós somos a família dele – né? – lá, né?

(E) – *Então todas essas pessoas podem fazer...*

(TA4) – Da minha... da minha parte, dos de lá... (*Hum-hum...*)... a gente tenta puxar por lá, mas ela tenta soltar ele pra rua... (*Hum-hum...*)... porque lá em casa se ele vim passar dois, três dias lá em casa, ele não tá solto na rua, é lá dentro de casa. É... vai tomar banho, vai pra cozinha, faz uns negócio... come, vai assistir televisão, aí demora um pouquinho, vai se deitar, pronto. É ali... (*Hum-hum...*)... não sai pra rua... (*Hum-hum...*). Se ele passar quatro, cinco dias lá em casa é assim, a vida dele é essa... (*Hum-hum...*)... ninguém vê ele na rua, é dentro de casa... (*Hum-hum... mas ele fica, ele fica...*)... ele mesmo, ele mesmo, ele mesmo fica... (*Hum-hum...*)... entendeu? Pronto. Já lá, ela faz solta deles... (*Hum-hum...*)... faz solta deles, porque a gente chega lá, eles não tão em casa... (*Hum-hum...*)... e se tão em casa, é como ele disse – né? – querem assistir um DVD, ela não deixa... não quer... não deixa... pronto. Aí, o que que ela tá fazendo com as crianças? (*Hum-hum...*) porque se tem, é pra se assistir, se não tá no período de aula, tem o direito de assistir... (*Hum-hum...*). Agora, quando começa as aulas, não, tem o direito de estudar, tem o direito de brincar e de assistir... o caso é esse. Lá em casa ninguém vê ele solto, pronto. É como eu disse, se eu possuísse mesmo... eu possuísse um jeito... se eu pudesse... um jeito... dele, porque ele não quer ficar lá em casa mais, ele não quer, é porque ele sabe que o regime de lá de casa é um... (*É diferente, né?*)... Exatamente. Ele lá, tem um show, um tal de um show, lá na praia... ele vai pra esse show na praia... (*Se fosse a senhora...?*)... Não ia! (*Não ia.*)... Porque eu não ia deixar um menino com quatorze anos sair prum show na praia sozinho... (*Hum-hum...*)... eu não ia deixar... (*Hum-hum...*)... Pro Carnatal... o Carnatal... ele foi pro Carnatal... ele e Frederico ((*seu irmão, sujeito da pesquisa*))... Carnatal é pra criança também? Também não é, porque ali é duas crianças. Acontecia qualquer coisa lá, ela não sabia... (*Hum-hum...*)... entendeu? (...) Aí eu digo mesmo assim: ‘Rapaz, é por isso que tu num quer voltar pra aqui, ficar aqui, porque eu já disse a você que você tava muito magrinho... você vinha pra aqui, pra passar pelo menos um mês, um mês na clínica de repouso, que era pra vê se ficava fortinho’ <Risos> (*Lá na sua casa?*)... Sim! A clínica de repouso! É que quando ele tá seco demais, se acabando, ele lá vai pra lá... (*Hum-hum...*)... clínica de repouso. <Risos>

Essa aparente recusa do adolescente em morar com a tia, segundo Preto (2001), poderia mesmo se constituir em uma resposta ao padrão de autoridade adotado pela família, diante das necessidades de pertencimento, de segurança, de um lado, e de separação, de independência, por outro, que tendem a emergir de modo significativo na fase de desenvolvimento em que Luciano se encontra, demandando mudanças adequadas por parte dos familiares, como afirmam Carter e McGoldrick (2001). No caso em questão, entretanto, a tia se mostra inflexível, tentando manter os mesmos limites de outrora junto ao adolescente, não reconhecendo a sua demanda por maior autonomia. Nesse sentido, se mostra bastante ilustrativo o modo como, por reiteradas vezes, a tia se refere a Luciano, a saber, como criança, e o tipo de comportamentos dele esperados, ou seja, estudar, brincar e assistir televisão.

Decerto que a tia, em outros momentos, como no segmento seguinte, faz menção ao trabalho, além de revelar interesse pela reinserção escolar, como forma de ajudar o sobrinho, ultrapassando, assim, a idéia de internação, como solução. Mas nos demonstra que o faz de uma forma equivocada em relação ao que a medida LA compreende. De acordo com os objetivos do programa da Pastoral, o cumprimento da medida envolve a efetivação, dentre outros direitos fundamentais, dos direitos à profissionalização e à proteção no trabalho, devendo ser respeitada a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, bem como observada a compatibilidade entre a formação profissional e o mercado de trabalho (Brasil, 1990, art. 69). Entretanto, divergindo desses preceitos, nas preocupações da tia quanto ao uso de drogas pelo adolescente, podemos observar uma certa subvalorização dos estudos, em função de uma inserção precária no mercado de trabalho, capaz de comprometer o seu desenvolvimento, além de corroborar para a reprodução do ciclo de pobreza (Campos & Francischini, 2003; Melo, 1999).

Ex. 48

(E) – *Ele hoje tá sem estudar, né? (É.) Desde quando ele tá sem estudar?*

(TA4) – O ano passado ele estudou até o mês de... .. quer ver... janeiro, fevereiro... estudou até março... (*Hum-hum...*)... e abril. Quando foi já no final de abril ele não veio mais. (*Hum-hum...*) Aí foi que a diretora mandou... eu fui lá, lá, aí ela disse a mim que tinha botado ele pro Conselho Tutelar, que ele tinha pegado o papel... tinha feito uma arma... tinha feito uma arma... quando acabar botou o nome da professora: “*Eu vou mandar matar você! Você se considere morta!*” (*Sim...*) (...) Mas só que no dia que... que foi... ela não foi. Se ele foi com a mãe, mas ela não foi, porque... (...) Aí Pronto. Aí ela foi e disse... eu disse: Não, por isso não! Eu boto ele em outro colégio, aí ele não foi mais. Aí ela fechou a matrícula dele... não foi mais. Aí quando foi ontem ele veio e disse que ia estudar esse ano... (*Hum-hum...*)... “*Mas eu não tenho caderno!*” Desde quando tua mãe comprou caderno pra tu? As coisas para tu? (*Hum-hum...*) Aí ele foi e disse que queria estudar de novo. Eu disse: Tá certo. Agora você venha amanhã... venha amanhã pra gente saber o horário que você vai.. Agora por mim ele botava ele de noite, né? (*Hum-hum...*) Botava ele de noite. Se tivesse um jeito de arrumar assim um negócio pra ele ficar de dia, de manhã e de tarde, e de noite no colégio... (*Hum-hum...*)... entendeu? Aí eu queria ver se ele... se ele... se ele não saía das drogas! Ele saía! (*Hum-hum...*) Porque se ele arrumasse um empregozinho ganhando pelo menos cem reais, de manhã e de tarde, de noite quando ele chegasse ia pro colégio, quando chegava em casa era enfadado, não tinha como cheirar cola, não!

Aliás, a atividade de trabalho, como aqui se configura, parece obedecer mais à lógica do controle social que se fez presente tanto no sistema prisional junto aos adultos no século XIX, segundo Foucault (1995/1979) quanto no modelo de assistência dirigido à infância em nosso país, em sua fase filantrópica-caritativa, como vimos em nosso primeiro capítulo. Em Rizzini (1997), por exemplo, vimos que a prevenção ou a recuperação dos chamados menores abandonados ou delinquentes passava pela educação para o trabalho, dado que a ociosidade constituía a principal causa da criminalidade, um dos vícios mais degradantes, na perspectiva da época. Nos trechos abaixo, o trabalho, inclusive, é destituído do seu lugar de direito e se reveste da noção de castigo junto com a medida LA, contrariando os preceitos constitucionais e

estatutários ao prever o trabalho forçado e a punição para adolescente pela infração cometida (Brasil, 1988, art. 5, XLVII; Brasil, 1990, art. 104). Se considerarmos, especificamente, o final do trecho 47, podemos atentar que a punição, em detrimento da medida, é ainda valorada como um recurso eficaz na política de controle do crime, assim como acredita parte da sociedade que defende a redução da maioria penal (Bastos, 2002; Volpi, 1999).

Ex. 49

(E) – E... é... ele hoje tá na Pastoral, né? (É.) É... por que que a senhora acha que ele tá na Pastoral?

(TA4) – Home, eu acho que foi a sentença que o juiz deu pra ele, né? Pra ele... tiver alguma coisa pra fazer, né? (Hum-hum...)... Pra... pra... sair um pouco, né? Porque... ele fez o que fez, roubou o cordão da mulé... (Hum-hum...)... Pronto. Então tinha que ter uma punição... (Hum-hum...)... mas só que ele não tá tendo essa punição, não! Porque ele não tá ligando.

Ex. 50

(E) – E... aí a senhora falou que era uma forma de punição, né? Ele fez... ele roubou o cordão, então era uma forma de punição...

(TA4) – Mas não é tanto assim... porque é como diz... ali vocês observando, né? E observar como ele era - né? - o comportamento dele, né? Eu acho que... porque a punição mesmo era botarem ele pra trabalhar, sabe? (**Hum-hum...**) A punição era essa. Porque vem só pra escrever, pra comer e pronto. Aí conversar e pronto. Aí não é punição! Punição é botar pra trabalhar... (**Hum...**)... é! (**Hum-hum...**) Diga agora. <risos>

(E) – Não, é a opinião mesmo da senhora. É... a senhora acha que ele trabalhando iria deixar de fazer o que fez? (...)

(TA4) – Eu acho que sim... (**Hum-hum...**)... eu acho que sim... porque ele ia se empregar naquilo ali, estava ocupado fazendo aquilo ali, entendeu? (**Hum-hum...**)... Então, ele não ia ter como... e quando ele chegasse já tava cansado já de tá trabalhando... era.

Por último, diante da persistência de idéias e práticas entre os familiares de Luciano, que nos reportam à antiga política menorista de atendimento, perguntamo-nos sobre as condições concretas de implantação do ECA, particularmente, sobre o trabalho da Pastoral junto às famílias com a qual é importante estabelecer contrato de ajuda

recíproca para o devido cumprimento da medida. Ou seja, a forma como a família se posiciona nos faz pensar, por sua vez, na forma como a mesma vem sendo vista e tratada pelo programa LA, sinalizando-nos que, possivelmente, ainda perdura um atendimento que não concebe a família como sujeito co-responsável junto ao adolescente no processo sócio-educativo ou que, mesmo reconhecendo, não houve condições de lhe favorecer o suporte psicossocial efetivo para que pudesse se sentir capaz de dar apoio ao mesmo, com base no pressuposto de que as práticas educativas são passíveis de questionamentos e reformulações, por serem práticas sociais (Szymanski, 2000) e no princípio constitucional que a família tem direito à proteção social (Miotto, 2004; Souza & Peres, 2002).

4.1.2. Joaquim

A) Família

Se considerarmos os primeiros trechos abaixo, podemos atestar que a coabitação assim como o vínculo de parentesco também não constituem critérios determinantes que delimitam os contornos do grupo familiar, na percepção deste adolescente, diferenciando-se, portanto, do modelo socialmente valorizado como ideal, ou seja, o da família nuclear, enquanto reitera a diversidade atual de configurações familiares (Miotto, 2004; Neder, 1998; Szymanski, 2000). Observemos, então, que, entre as pessoas consideradas por ele como membros (Ex. 1), encontramos parentes com quem o adolescente não partilha o mesmo espaço de moradia, enquanto o irmão, com quem atualmente mora junto com o pai (Ex. 2), não é mencionado.

Ex. 01

(E) – (...) então você desenhou a namorada do seu pai, seu pai, mas você considera como parte da sua família só o seu pai.

(A3) – É..

(E) – E...tem outras pessoas que você considera como família que não estão aqui?

(A3) – Que não estão aí?

(E) – É...que não estão no desenho?

(A3) – Não...é...minha família é – o quê? – meu pai, minha avó, minha tia, por aí...

(E) – É...mas aí você só desenhou seu pai? Por quê?

(A3) – Tá, porque eu gosto dele, por isso desenhei ele...

Ex. 02

(A3) - Aí hoje você mora com quem?

(A3) -Com meu pai.

(E) – (...)Tem mais alguém na tua casa ou não?

(A3) -Meu pai, a namorada do meu pai - né ? - que tá passando uns dias lá em casa e meu irmão.

Quando nos deparamos, no próximo segmento, com a inclusão da tia, com a qual ele não fala no momento, enquanto membro também de sua família, a distância entre a sua percepção acerca da configuração familiar e o modelo nuclear acima citado parece se ampliar, sugerindo-nos que reconhece a ambivalência própria das relações afetivas, como defende Sarti (1999), ao mostrar que as relações internas do seu grupo comportam também conflitos. Decerto que esse segmento em questão nos indica que sua inclusão é definida pelo grau de parentesco, mas quando contextualizamos essa relação, reportando-nos a outros segmentos do seu discurso, podemos perceber que o adolescente se sente vinculado afetivamente à tia, expressando saudades da convivência junto à mesma (Ex. 4), embora perceba que, devido às “brigas”, ela não está correspondendo ao seu afeto, preocupando-se com ele, como fazem outros adultos de sua família (Ex. 5), aos quais ele se reportou tão logo quando lhe perguntamos sobre quem considerava sua família, como vimos acima.

Ex. 03

(E) - (...) *E...você tem suas tias, todas as suas tias como parte da sua família? Quais são?*

(A3) – Não...é.. quer dizer, todas as minhas tia – né? – uma que eu não falo eu considero da minha família. E ela é da família mesmo. Não é minha tia?

(E) – Ahran, e...

(A3) – Ela tá assim porque quer...

Ex. 04

(E) - <risos>... Já que você falou... coisas boas ((da sua história de vida))... se lembra de alguma?

(A3) – Coisa boa... quando ficava na paz com Adriana...(..) Sem briga...

(E) – (...) *quantos anos mais ou menos que você está...?*

(A3) – Faz um... que eu estou brigado com ela... faz um...

(E) – E como é que era esse tempo que você vivia na paz com...?

(A3) – Ah era bom... é... no tempo que ela tinha...tinha...um carro quando ela saía ela me chamava para dar um role ia lá na casa das amigas dela... era bom.

Ex. 05

(E) – Aí você também falou...

(A3) – Sobre a minha tia, né?

(E) – Foi...

(A) – Que tava tendo uma festa lá em casa...aí tava minhas tias, os amigos das minhas tias, meu pai, minha avó, todo mundo lá em casa na festa...mas já que eu não falo com minha tia eu ficava dentro do quarto trancado. Aí passou um bom tempo... aí parece que pai sentiu falta de mim na festa...(hum rum)...aí foi lá no meu quarto aí falou para mim “*Por que você tá aí?*” e eu disse ‘Não é por causa que minha tia está aí. Se eu for... a briga vai ser na hora, na certa’...aí ele falou “*Homi, bora para ali. Tem nada não. Se você for ela não vai nem olhar. É só você não olhar para ela...*”...’Não, mas eu prefiro nem olhar porque do jeito que quando ela olha para mim já é com cara de raiva...cara de raiva danada...’ aí ele fez “*Não bora para ali. Se ela olhar para você e vier falar merda com você, você pode expulsar ela que essa casa aqui é sua*”...

(E) – Essa casa que ele tava se referindo...

(A3) – A casa que ele tava se referindo é a da frente...

(E) – A da frente, que é a casa onde você mora...

(A3) – Que a gente mora...aí ele falou “*Se ela olhar pra você e ela falar alguma coisa para você, você expulsa ela de dentro de casa, eu não vou...eu vou ficar só olhando, você pode*

expulsar ela de dentro de casa...por causa que essa casa aqui é sua, já que você tá na sua própria casa, não tá na casa dela, tem que respeitar...”

(E) – E o que que você achou disso? Do que ele disse para você, Joaquim?

(A3) – O que que eu achei?...*(hum rum)*... nada, estranhei...

<risos>

(E) – Estranhou? Você não esperava isso dele não?

(A3) – Eu não esperava isso dele...

(E) – O que você esperava dele?

(A) – Nada, eu esperava ficar dentro do quarto, trancado lá...deitado e ninguém ia sentir falta de mim foi... uma coisa inesperada que aconteceu...ele sentiu falta de mim...*(hum)*...aí já deu para ver a preocupação dele – né? Quer dizer...todo mundo tem, todo mundo não...entre aspas... minha avó e meu pai...e minha tia Carla, não Adriana, Carla que eu falo com ela – né? – ela comentou com os amigos dela, com meu pai e minha avó que o sobrinho que ela mais gosta é de mim. Pronto, só isso aí.

Conforme nos aponta o final desse último trecho, parece-nos que a família, na visão de Joaquim, configura-se antes como um grupo fundamentado na existência de laços afetivos, o que reitera a importância de se focar a família para além de sua estrutura, como afirma Peres (2001), devendo ser considerada também enquanto unidade de interação, como um conjunto de relações, além de refletir a tendência contemporânea, segundo Losacco (2005), ao concebê-la mais baseada no afeto do que nas relações de parentesco em si. Ou seja, as pessoas que ele considera como família são aquelas pelas quais ele tem sentimentos de afeto, tendo-se constituindo como significativas para o adolescente por terem participado, como a tia Adriana, ou por ainda se fazerem presentes em sua vida, a exemplo da avó, da tia Carla e do pai, conferindo-lhe o suporte material e emocional, como nos ilustram as justificativas dadas, quando da escolha dos familiares para participar da pesquisa.

Ex. 06

(A3) – Quem eu escolho da minha família para participar?

(E) – É, quem você indica?

(A3) – Minha avó.

(E) – Por que sua avó?

(A3) – Minha avó, porque...ela sempre tá perto de mim...os problemas que eu tenho é ela que vai...como na Pastoral, ela sempre freqüentou a Pastoral comigo, CAPS, Amor Exigente. Pronto é isso mesmo... <risos> ... Só a minha avó... e ela já teve aqui nessa reunião que teve para iniciar esse negócio...essa gravação aqui, tava aqui, escutou tudo, pronto...já sabe como é que é – né? – se for botar outra pessoa da família você ainda vai ter que explicar a mesma coisa a ele, aí minha avó já sabe do esquema. Pronto, é ela mesmo.

(E) – Se não fosse sua avó...quem seria a segunda pessoa que você indicaria?

(A3) – Se não fosse minha avó? (*É.*) Dona Carla da Silva!

(E) - <risos> É a tia que você... é a tia que você tá...

(A3) – Carla da Silva é a que eu falo muito com ela. (...) É...pai trabalha o dia todo, dona Olívia ((*outra tia*)) trabalha o dia todo...pronto...só tem pai mesmo...ou... Carla.

(...)

(E) – Não... eu queria saber assim... você escolheu Carla só porque os outros não podem? (...)

(A3) – Não, porque eu quero que ela...que ela...

(E) – Participe...

(A3) – Que ela vá, no caso que ela teve aqui, que ela teve aqui na Pastoral. (*Ahran...*) Ela ou meu pai. Um dos dois.

(E) – Ahan... mas aí em segundo lugar seria a sua tia, Carla?

(A3) – É...

Considerando como parâmetro essa percepção de família e a qualidade da relação fraterna ilustrada abaixo, torna-se plausível o fato do irmão com quem mora não ser citado entre os familiares, embora a expressão “por aí” acompanhado das reticências, como mostra o primeiro segmento de seu discurso, indique que seu grupo familiar envolve mais pessoas. Embora, segundo Oliveira (2006), a proximidade afetiva pudesse ser favorecida entre eles, dada a mesma fase de desenvolvimento em que se encontram, mediante a emergência de interesses comuns, percebemos que o contrário acontece a julgar pela natureza do grupo de pares a que pertencem, nos quais a convivência nesse período tende a ser maior em virtude do processo de individuação, como também nos lembra Silveira (2002), diminuindo as possibilidades de interação entre irmãos.

Ex. 07

(E) - E teu irmão?

(A3) -Meu irmão... nem converso muito com ele...

(E) - É...em relação aos colegas...como é que é? Antes da Pastoral do Menor?...(dos colegas)..

(A3) -Tinha...

(E) - E como é que era a sua relação com eles?

(A3) -É...como eu te falei antes...a minha galera sempre é da barra pesada e do meu irmão é tudo legalzinho...um toca em banda, o outro faz alguma coisa assim. Minha galera já é diferente...tem dia que quando a minha galera tava assim, na praça assim... eu fui com eles, mas nunca ninguém mexeu comigo, nunca me desconsiderou. Normal..

(E) - o que é barra pesada?

(A3) -Eu acho que barra pesada é...no caso assim, eu sempre tive amigo que sai para roubar os cantos assim...(humrum)...é isso aí...mas nunca roubei casa não...casa de ninguém nunca roubei não...nunca puxei celular de bolso, isso é o negócio deles, eu tô na minha...

Retomando às justificativas arroladas no segmento 6, por sua vez, observemos que estas nos reportam à função de proteção e promoção que a família se revestiu historicamente desde os tempos modernos junto aos seus membros, especialmente os mais novos, independente de sua configuração (Pereira-Pereira, 2004; Vicente, 1998). Como podemos ver, se adotarmos como referência o modelo nuclear, a despeito da ausência da mãe com a qual não mais interage desde a dissolução conjugal, quando ainda era criança, segundo afirma a avó, bem como da escassez de convivência com o pai em virtude do trabalho, sugerida no trecho acima, sua demanda por proteção e afeto parece que vem sendo suprida, haja vista que outras pessoas de sua rede de parentesco se co-responsabilizaram nesse sentido, especialmente a avó.

Quanto a essa questão, lembremos que, de acordo com Vitale (2005), os avós têm se constituído como figuras importantes na provisão dessas necessidades, seja em função da instabilidade conjugal que marca as famílias contemporâneas em geral e/ou como resposta à desproteção social à qual as mesmas estão sujeitas, contrariando o

modelo idealizado que está assentado em unidades familiares individualizadas, embora este, por outro lado, encontre reforços na medida em que o deslocamento dos papéis parentais não se faz em detrimento da rígida divisão de papéis, como atestam Rizzini (2001) e Cupolillo et al. (2001), quando notam que as avós tendem a assumir junto a prole as tarefas que seriam atribuídas à mulher. Notemos no segmento abaixo, que a própria avó de Joaquim se concebe nesse lugar reservado à mãe, constituindo esse o motivo de sua inclusão como sujeito desta pesquisa, ao seu modo de ver.

Ex. 08

(E) – (...) na sua opinião, por que ele escolheu a senhora pra participar dessa pesquisa?

(AA3) – Bom, como ele... eu acho que... seria assim, no caso, se ele tivesse mãe, ele teri... ele iria indicar a mãe – né? Então, como eu estou no lugar de mãe... ele me indicou... porque ele não teria outra pessoa pra ele indicar. Porque só, é que... assim, de... de convívio, de ele conversar, pedir alguma coisa, tudinho, essa pessoa sou eu. As outras menina ((*refere-se as suas filhas*)) ele tem muito pouco contato. (...)

Assim sendo, podemos compreender porque a sua mãe biológica não está entre as pessoas significativas que compõem sua família. Para tanto, parece corroborar ainda a imagem negativa que o tio constrói em torno dessa mãe, a julgar pelo sentimento de raiva e de vergonha que o adolescente expressa quando a ela se refere na entrevista, tendo sido esse, inclusive, o único momento em que a mãe é citada.

Ex. 09

**(E) – (...) Você sabe um pouco da historia da tua mãe com teu pai? ((negou com a cabeça))
*Ele nunca contou... nem tua avó...***

(A3) – Não... ninguém contou...falou nada da minha infância não... é só o meu tio mesmo que falou...

(E) – Ahran... e... você conhece sua mãe? (Não...) Nem... o pessoal fala...?

(A3) – É maconheira ela...usa droga...

(E) – Quem foi que falou isso para você?

(A3) – Meu tio...

(E) – Seu tio também?

(A3) – É... ela é ...ela é... usuária de drogas... eu acho que minha família veio pra cá por causa dela.

(E) – Sim, você acha?

(A3) – É eu estou falando uma coisa para você que não sei nem se tenho certeza.

No discurso do adolescente sobre a família também encontramos algumas idealizações que são dignas de nota. Uma das que nos chama atenção em primeiro lugar é a sacralização da família sugerida na afirmação “toda família quer o melhor...”, citada logo abaixo. Ora, como pudemos ver no segundo capítulo, segundo descreve Costa (1998), ao mesmo tempo em que o ECA reconhece a convivência familiar e comunitária como um dos direitos fundamentais da população infanto-juvenil, em consonância com a importância dos vínculos para o desenvolvimento humano (Vicente, 1998), também prevê mecanismos para coibir a prática da violência doméstica, demonstrando-nos com isso que a família não é considerada como “*uma ilha de virtudes*”, usando a expressão de Pereira-Pereira (2004). Enfim, que as crianças e adolescentes podem ter seus direitos violados por seus próprios familiares (De Antoni & Koller, 2000; Sarti, 2005; Vicente, 1998). A título de ilustração, temos o próprio Joaquim, ao verificarmos (Ex. 11 e 12) que este já foi alvo de insultos, de humilhações pela tia Carla, quando a ele se reportava com termos depreciativos ou não reconhecia, no início da LA, o seu direito ao apoio da família no cumprimento da Medida, refletindo o estigma social do adolescente envolvido com a prática infracional (Volpi, 2001).

Ex. 10

(E) - E o que sua família, pensa ou acha em relação a esses três anos que você, por exemplo, repetiu de ano, não conseguiu assistir as aulas? Dizem alguma coisa...

(A3) -Meu irmão... fica triste , né? Acho que toda família quer o melhor pros filhos...

(E) - E o que a tua família espera de você?

(A3) -Ter uma vida saudável, ter estudo, trabalhar...um dia ter a sua própria casa...ter uma mulher, que minha vó tá querendo que arrume uma mulher...

Ex. 11

(TA3) – Mas só que hoje eu entendo isso, só que antes eu pensava que era só por causa de Joaquim. Não era por causa de Joaquim.

(E) – Não era, como você tá dizendo não era uma coisa consciente?

(TA3) – É. (...) Eu não provocava porque eu queria, mas muitas das vezes ele passava assim, quando eu tava assistindo televisão, aí ele passava assim eu falava baixinho mas era jogando uma piada “ladrão, vá ladrão!”. Isso era provocar uma briga – tá entendendo? – eu não queria mais, a coisa ruim dentro de mim – sabe? – provocava uma briga. (...)

Ex. 12

(E) – Mas essa convivência pelo que você tá dizendo um pouco difícil com o Joaquim...

(TA3) – Não, não estava!

(E) – Antes, antes da medida.

(TA3) – É tanto que quando começou a vir para aí ((*referindo-se à Pastoral*)), quando começou... eu ficava jogando piadinha dizendo assim: ‘mãe, a senhora tá gastando dinheiro à toa, não sei o que...’(...)

A sacralização da instituição família, por sua vez, está apoiada no pressuposto de que a família é um espaço imune à influência da realidade exterior, sendo resguardada da hostilidade que nesta se faz presente, o que a faz depositária de confiança por seus membros, como o adolescente demonstra (Ex. 13), em uma alusão à oposição privado/público, família/trabalho sobre a qual emergiu na modernidade a idéia de família enquanto refúgio, como vimos em Áries (1991) e em Lasch (1991). Mas como já insinuava o trecho 6 e o seguinte parece confirmar, a convivência do adolescente com o pai vem contradizer essa imunidade, convergindo com o que observam Losacco (2005) e Rizzini (2001) nas famílias contemporâneas. Isto é, a tendência à maior escassez da convivência familiar, gerada muitas vezes em função maior da jornada de trabalho à qual os seus membros passam a se submeter, revelando-nos que, embora a família tenha uma dinâmica própria, ela é também afetada pelo sistema sócio-

econômico do qual ela mesma faz parte (Ferrari & Kaloustian, 1998). A esse respeito, Camargo e Valente (2005) afirmam que a casa tende a se constituir mais um espaço de recolhimento e de repouso individual frente à primazia do trabalho do que um espaço de troca afetiva, de convivência harmoniosa, como prescreve o sentimento moderno de família.

Ex. 13

(E) – E ... o que é família para você, Joaquim?

(A3) – O que é família para mim?

(E) – É...o que família representa para você?

(A3) – É tudo...referente a tudo... pode contar com eles...é amigo...pronto, é tudo...

(E) – Sem eles como é que ficaria tua vida?

(A3) – Tinha ninguém para confiar... porque nesse mundo o cara não pode confiar em ninguém.

Só na família mesmo. Pronto.

Ex. 14

(E) - É...e teu pai como é que era ((antes da medida))?

(A3) -é... até...até hoje eu num tenho... não sou muito chegado a conversar com ele não, sempre é a mesma coisa, ele fica calado no canto dele e eu na minha, mas tudo beleza. Quando, uma vez ou outra a gente se fala assim..., mas não se senta pra trocar idéia não.

(humrum...humrum...) Até hoje...

Voltando a nossa atenção ao trecho 10, podemos perceber também que o conjunto de expectativas que ele julga ter a família a seu respeito se encontra em estreita consonância com o que é requerido atualmente da instituição família junto aos seus membros adolescentes, segundo Preto (2001), a saber, a sua preparação do adolescente para a vida adulta, conferindo-lhe o suporte emocional para lidar com o seu processo de individuação. Mas, como também vimos, o processo de individuação que envolve esta preparação não se dá a despeito das condições sócio-econômicas da família, como afirmam vários autores, com base nas diferenças concretas desse processo entre

adolescentes de acordo com a classe social. De acordo com Fulmer (1991), por exemplo, nas famílias de baixa renda, os mesmos laços de obrigação mútua que lhes permitem sobreviver, pressionariam contra a diferenciação do adolescente exigida pela preparação para o mercado de trabalho, no qual tenderia a uma inserção precoce, concorrendo, desse modo, para uma autonomia prematura. A julgar por suas aspirações quanto ao futuro (Ex. 15/16), em que nos demonstra o desejo de experimentar maior liberdade em relação a sua família, e pela desobrigação atual quanto à sobrevivência material do grupo doméstico (Ex. 17), parece que nosso adolescente em pauta não se sente desde já tão enredado à sua família, apesar de sua defasagem escolar (Ex. 18) não favorecê-lo junto ao mercado, como nos exemplifica o trabalho precário ao qual ele deseja se vincular em um futuro próximo (Ex. 16).

Ex. 15

(E) – (...) Me descreve, quantos... como é dividida a tua casa? Tem banheiro, tem...

(A3) -É uma sala, um banheiro, dois quartos e uma cozinha...(...) Tem quintal, tem uma casa de reforma...

(E) - de reforma...atrás?

(A3) - Atrás...que no caso fica a minha casa, eu vou morar só.

Ex. 16

(E) – (...) Então aqui você trabalhou – né? – trabalhou no pet shop... ok

(A3) – Fora outros trabalhos... tem um trabalho aí para mim... de um amigo meu esse alto que montou uma caixa de som aqui para...

(E) – Para a Catedral, para a Pastoral?

(A3) – Aí ele conversou comigo, (...) aí ele falou para mim que um cara está precisando...está precisando... por causa que André, trabalha com esse cara com Peso Pesado, que Peso Pesado é forró...(hum)... um banda de forró. (...) Aí eu vou, trabalhar com esse forró, ir direto para os cantos, montar palco... (ahan)...

(E) – Aí você tem interesse de ir?

(A3) – Eu vou sim... viajar...

(E) – Isso é futuro – né? – que você já...

(A3) – É futuro... daqui a pouco é presente...

Ex. 17

(E) - E... você contribui com alguma coisa dentro de casa em termos de dinheiro?

(A3) -Contribuir? Não, não, tô comprando umas roupas pra mim, umas peças...é...

(E) - E você compra, investe no caso em roupa...

(A3) –Eu cheguei a comprar uns negócio pra dentro de casa.

(...)

(E) - Humrum... é mais pra você, mais sua...seu dia-a-dia, né?

(A3) -É...teve um tempo que eu até ofereci uma grana pro coroa ((o pai dele)), mas ele não quis.

Ele disse “Não fique para você” Pra mim tudo bem, tô achando ruim.

Ex. 18

(E) - E... e quem nessa casa estuda?

(A3) -Só eu e meu irmão.

(E) -Você e seu irmão, né?É...a série que vocês fazem?

(A3) -Quinta e sexta.

(E) - Quinta no caso quem é? ...eu)...sexta é seu irmão...

(A3) -Não, quinta e sexta supletivo eu e sétima e oitava meu irmão.

Por último, podemos constatar, ainda, a vivência do conflito apego/separação que perpassa esse processo de individuação e tende a nortear a percepção e a relação do adolescente com sua família. De acordo com Sarti (1999) e Carter e McGoldrink (2001), na fase da adolescência, o desejo de maior autonomia, o que suas expectativas em relação ao futuro nos sugere, concorre, por exemplo, para comportamentos de contestação, enquanto que, paradoxalmente, convive também com a necessidade de afeto, de proteção por parte da família, levando-o a manter a sua vinculação. No caso, podemos ver, no início, que Joaquim demanda sentir “preocupação” por parte dos familiares, sendo vista pelo jovem como indicador de sua importância junto aos mesmos, do afeto que têm para com ele, como nos sugeriu no segmento 5. Todavia, em outros momentos, ele manifesta aversão à postura de sua família, fazendo-nos entender que a preocupação é, por vezes, percebida como tentativa de exercer controle sobre ele,

fazendo-se sentir cerceado em sua liberdade, ao considerarmos suas percepções relativas aos papéis desempenhados pelos familiares, a exemplo do trecho seguinte.

Ex. 19

(E): (...) *então eu perguntei a você como é que, quem abria pra você, se você tinha a chave, aí você se lembra o que você disse? Quando era na casa do X ((refere-se a um bairro)) ...*

(A3) – Eu também tenho...é... quando eu morava lá no X ((*o mesmo bairro*)) quem abria era meu pai...quem abria era meu pai. Eu chegava – o quê? – duas horas. Só que ele abria não de uma forma da ignorância – sabe? Ele abria com uma cara de sono e perguntava onde é que eu tava, aí eu falava “Eu tava na praça”. Pronto. Porque ele também tem o trabalho dele – né? – de quatro horas da manhã. Ele tem que tá em casa.

(E) – *Você tá dizendo que era a hora que mais ou menos ele ia se levantar, então ele já ficava de pé?*

(A3) – Ele ia se levantar então já ficava de pé...(e...) e aí dava só uma coxilada mesmo.

(E) – *Então para você, chegar essa hora era problema para a tua família? No caso teu pai que...*

(A3) – é problema, chegar essa hora em casa acho que é...é... por causa da preocupação deles comigo aí vão querer saber o que é que eu tô fazendo, também tem isso também, por causa que eu não gosto de ficar falando onde é que eu tô onde é que eu vou...essas coisas não... (*Hum rum...*) Eu agüento calado, mas eu não gosto não... (*Sim, aí você*)... que é uma coisa que minha avó sempre falava “Onde é que você tava?” ...tal...

B) Medida

Ex. 20

(E) – (...) *Até um tempo “X” da sua vida você não conhecia a Pastoral. O que fez com que você fosse para a Pastoral...(pra Pastoral)...é...*

(A3) – É por causa da minha avó...

(E) – (...) *o que foi que ela fez?*

(A3) – Ficou pedindo informação...primeiro ao que...ao CAPS, entrei no CAPS, depois o Amor Exigente – né? Aí depois foi o CAPS. Aí parece que ou do Amor Exigente ou do CAPS que falaram com avó que tinha que ir lá pra Pastoral, Pastoral do Menor. Foi uma coisa assim não sei explicar direito não...

(E) – *Você não sabe porque que você foi...(Não)...e você tem idéia...*

(A3) – Lá eles informaram lá - sabe? - que tinha aqui a Pastoral do Menor...

(E) – Ahran...é...você se lembra que foi a alguma audiência, algum juiz... já teve contato com algum juiz da Vara da Infância?

(A3) – Não...

(E) – E por que você acha que alguns adolescentes vão parar na Pastoral?

(A3) – Alguns adolescentes?

(E) – É..(...) hoje tem uns 35 adolescentes ainda – né? O que é que tem em comum entre esses adolescentes que fazem com que vão para a Pastoral do Menor?.

(A3) – Por causa da preocupação das mães com o uso deles, com o uso...de drogas...tava saindo de casa...

De início, deparamo-nos com essa situação, à primeira vista, inusitada, que nos faz pensar desde já na compreensão que o adolescente tem da medida. Como podemos ver acima, quando perguntado sobre o motivo de ingresso, o adolescente não faz menção ao ato infracional praticado, embora o termo de audiência realizada junto ao adolescente e responsável, no qual consta a assinatura desses, acordando com a aplicação da medida mediante arrependimento da prática cometida, seja um indicativo de que o mesmo passou pelo devido processo legal, além de demonstrar a relação de contingência que há entre a medida e a infração. Aliás, durante todos os encontros da pesquisa, em que pese o fato do envolvimento com a prática infracional em si não constituir nosso objeto de estudo, o adolescente atribui à preocupação da avó em torno do uso que ele faz de drogas o seu vínculo com a Pastoral, a exemplo deste trecho em questão, apesar de delegar em um único momento, parecendo se contradizer, ao juiz à decisão da manutenção ou extinção da medida, como veremos adiante.

Em consonância com o motivo por ele declarado, encontramos as expectativas iniciais (Ex. 21) e a avaliação que faz de sua situação (Ex. 22), quando nos sugere que o objetivo de sua participação no programa é o tratamento para o uso de droga que fazia desde o início da medida. Sabemos que o cumprimento da medida LA, além de objetivar em si a inclusão do adolescente no contexto familiar-comunitário, escolar e no

mercado de trabalho, também prevê encaminhamentos para outros programas junto à rede de atendimento existente em torno do envolvimento com drogas, em específico, por considerá-lo como fator de risco pessoal e social, de acordo com Sudbrack e Pereira (2003) e Marques (2003).

Uma intervenção nessa direção se torna bastante plausível haja vista que, conforme a descrição exposta no primeiro capítulo, quando discorremos sobre o programa da Pastoral, as medidas sócio-educativas e, em especial, a LA, constituem para o adolescente um meio especial de acesso aos seus direitos, ou seja, um meio de proteção (Veronese et al., 2001; Volpi, 1999). Entretanto, como todas as outras medidas, em virtude de sua dimensão também coercitiva, presente no fato de ser uma imposição e, particularmente, constituir uma concessão condicionada de liberdade, embora ocorra em meio aberto, o adolescente só pode ser submetido à LA se, no mínimo, a este foi imputada autoria de ato infracional, de acordo com os autores citados logo acima.

Ex. 21

(E) – E...lá chegando na Pastoral...que idéia você fazia do que ia acontecer lá?

(A3) – Que idéia eu fazia? *(É)* Reunião, eu achava que ia ter reunião...

(E) – Reunião...reunião no caso com você...

(A3) – Reunião com os jovens...no caso eu também, né?

(E) – (...) e seria pra que essas reuniões?

(A3) – É o que eu acho é para ver como é que tá dentro de casa...quando tá o uso...se parou ou não...Só isso mesmo...

Ex. 22

(E) – (...) É...o que você acha que é preciso para que sua medida seja extinta? Para que você saia da Pastoral, termine o seu tempo na Pastoral?

(A3) – O que eu acho...? *(É)* É...eu achava que... já faz tempo que era pra eu ter terminado...

(E) – Você acha que já devia ter terminado...

(A3) – é...já devia ter terminado...agora não sei o por quê né...

(E) – Ahan...você não sabe por que não terminou?

(A3) – É não sei o por quê, né? É vocês - né? - quem sabe...

(E) – E por que você acha que não terminou? E por que você acha que deveria ter terminado?

(A3) – Ah, por que eu não tô mais brigando, não tô mais respondendo ninguém...tá tudo na paz, legal...Não tô fumando...a não ser que eu esteja continuando por causa do cigarro normal...

Quando consideramos o discurso de sua avó no segmento abaixo, essa percepção confusa se torna um pouco compreensível. Segundo a avó, Joaquim teria confessado com medo de ser torturado, refletindo o tratamento desrespeitoso da sociedade junto aos que infringem a lei (Volpi, 2001), como ocorreu consigo antes de se fazer presente à delegacia, segundo afirmação também da avó, tendo ele sofrido violência física e psicológica por parte da pessoa que o denunciou por ocasião do ato, como se a infração, inclusive, a simples suspeita, justificasse a redução da pessoa à condição de objeto, destituído do direito de ter direitos. Tal conduta nos faz lembrar do período em que isso era legalmente sustentado pelo Estado junto aos chamados menores abandonados e delinquentes, especialmente, através do Código de Menores de 1979 (Rizzini, 1995), em que se instituiu a prisão cautelar, ampliando a arbitrariedade do atendimento voltado à infância pobre, ignorando como pontua Silva (2005), o contexto internacional já mobilizado na época em torno dos direitos da população infanto-juvenil como um todo.

Ex. 23

(E) – Um pouco sobre a Pastoral nesse período... Na sua opinião, por que ele foi... passou a participar da Pastoral, o Joaquim?

(TA3) – Bom, ele foi indicado porque a Pastoral foi um, um, um, um... foi um... porque nessa época a Carla morava fora de casa – né? Morava lá... era perto, mas não era, era assim... eu numa rua e ela em outra um pouco longe, e... e nessa época ela tava de bem com o Joaquim. O Joaquim freqüentava lá essa casa, era um, um, um... um quarto, assim, numa avenidazinha que ela, morava ela mas dividia o aluguel com uma outra amiga (*Hum-hum*). E ele foi, como ia lá, então ele tinha acesso assim, ele entrava... ela deixava a porta aberta e o portão, tudinho, então ele entrava lá e do lado dessa casa dela tinha um, um... uns, como é que é... eu não sei se era uma oficina... era alguma coisa lá, um ponto comercial, que eu não

sei o que era. Então uma pessoa do ponto comercial garante que viu, nesse dia, que só ele entrou lá. E nesse dia desapareceu lá da casa da minha filha um... um... uma jóia, era um cordão de ouro, um não sei o quê lá, uma coisa assim... e.. acusaram ele. Além desse ouro, parece que também teve um dinheiro... Foi vinte e cinco reais, parece – né? (*Dessa mesma casa*) E, eu sei que era até dessa garota. Não era nem da Carla, era da garota. Aí, virou, mexeu, perguntaram, imprensaram ele tudinho. A menina – né? – tentou... é... parece que pegou ele na rua, bateu nele pra ele dizer. Ele disse que não foi ele – né? – naquela, até aquela hora que eles imprensou tudinho, aí ele dizendo que não era, que não tinha sido ele, mas o rapaz garante que viu ele entrar – né? -, que ele deu assim um jeito de... Se só ele tinha entrado. Então pronto, elas ficaram convencida – né? – que tinha sido ele. Mas aí a menina foi e deu parte – né? – à polícia. Aí vieram, levaram ele... quando chegou lá, disse que foram imprensar ele pra ele dizer... ele d... ele disse que confessou com medo de ser, como é... de ser torturado, porque ele sabe que as pessoas são torturada – né? – pra confessar as coisas. Ele já com medo dessas coisas, dizendo que confessou por isso. Mas ele jura até hoje que não pegou dinheiro, nem essas jóias, não sei. Mas levou essa culpa.

Ao mesmo tempo, o fato da medida de proteção ter sido também aplicada na mesma audiência, segundo o mesmo termo ao qual nos referimos acima, pode ter contribuído para gerar essa confusão, como o segmento 20 nos sugere, no qual é possível notar uma inversão cronológica dos fatos, dando-nos a entender que o seu ingresso na Pastoral foi resultado de um encaminhamento de uma entidade de tratamento a usuários de drogas. E nos faz questionar também sobre o lugar que este tem ocupado nesse processo, seja sócio-educativo, seja protetivo, quando nem a devida explicitação das razões e propósitos que justificaram a aplicação dessas medidas é respeitada, mesmo que essas concorram para o seu pleno desenvolvimento. Em relação a essa questão, é salutar uma das observações que Bazílio (2003a, 2003b) faz ao discutir o processo de implementação do ECA, advertindo-nos, em específico, da grande responsabilidade dos operadores do sistema sócio-educativo junto à efetivação concreta das medidas. O autor, no caso, denuncia a falta de clareza quanto à própria concepção das medidas entre os diretamente implicados com o adolescente em conflito com a lei.

É bem verdade que o adolescente chega a mencionar o desempenho escolar (Ex. 24) como fator a ser observado pelo juiz na avaliação de sua condição no programa da Pastoral, fazendo referência à experiência concreta do acompanhamento personalizado que deve constituir a medida LA, em respeito à singularidade do adolescente (Napoli, 2003). Todavia, ao contrário da ênfase dada ao uso de drogas, percebemos que o faz de uma forma insegura, embora demonstre saber a importância da educação na obtenção de boas oportunidades de trabalho (Ex. 25), sendo esta uma das razões que justifica a inclusão escolar dentre os objetivos da medida, em consonância com o que descreve o ECA (Brasil, 1990, art. 53). Ademais, considerando sua perspectiva, segundo a qual o tratamento do uso de drogas em si é a prerrogativa principal da Medida, percebemos que o apoio da família não é requerido pelo adolescente, ao contrário do que a LA pressupõe, visando o fortalecimento dos próprios vínculos familiares e comunitários, além do compromisso efetivo do próprio sócio-educando, em consonância com o reconhecimento social da família enquanto *locus* privilegiado para o desenvolvimento humano (Becken, 1998) e sujeito central na garantia dos direitos da população infanto-juvenil (Míoto, 2004).

Ex. 24

(E) – **É. Porque você disse assim** “talvez a medida ainda continue para mim porque eu tô usando cigarro”. **Então...**

(A3) – É o que eu acho é isso, por causa do cigarro, não sei se daqui vocês do jeito pelo que eu falo, que eu faço...vocês já visitaram minha casa, minha família em casa fala tudo que acontece comigo em questão de casa, para onde eu vou ...(humrum)...eu acho que daqui, vocês ficam sabendo disso...e daqui já faz uma ficha e já manda direto para ele, não é assim que vocês fazem?

(E) – **É...a Pastoral faz...**

(A3) – A Pastoral faz...eu só tenho umas baguncinhas dentro de casa, mas responder eu não tô respondendo mais...(humrum)...fumar eu não tô fumando mais, usando droga...é...ou é por causa da galera que eu tô andando, ou é por causa do cigarro. Uma dessas duas coisas.

(E) – E por que que essas duas coisas seriam necessárias que você parasse? Tanto de usar o cigarro...

(A3) – E tem o estudo também, né?

(E) – Sim, tem o estudo e por que seria importante que você tivesse estudo, por exemplo?

(A3) – Pra eles saberem que eu tô...para eles saberem que eu tô... tô bem...estou andando bem.

(E) – Então estando na escola, tá estudando é uma...(estando na escola, estando estudando é uma)...é um sinal bom para o juiz assim, para ver que você tá bem?

(A3) – Vocês não já visitaram lá o colégio, você não já visitou?...(*humrum*)...então...

Ex. 25

(E) – Ahran...em relação a sua sala de aula, de estudo...

(A3) – Ah, sala de aula...eu faço até uns negocinho, mas não consigo ficar dentro da sala de aula... ..é sempre nos corredores...nos cantos assim...mas na sala de aula, num...

(E) – É difícil assistir aula...?

(A3) – É...

(E) – E sabe por que é difícil ficar na sala de aula?

(A3) – Começa o aperreio... ..Eu sei que é bom o cara estudar, mas...para mim, sei lá, porque eu não consigo. Eu gosto de estudar...é que eu não consigo ficar dentro da sala de aula, acho que se eu ficasse na sala de aula dava assim.. eu até dava pra mim ser um bom aluno, dava para mim passar...(*Humrum*)... Agora é... se eu consigo ficar dentro da sala de aula...mas já que eu num consigo, eu fico aperriado...eu saio logo.

(E) – Joaquim e por que que é bom o cara estudar?

(A3) – Por que é bom...pro cara estudar?

(E) – Você disse que “eu sei que é bom pro cara, para pessoa estudar...”...

(A3) – É...é bom pra pessoa ter o primeiro...o segundo, o terceiro grau completo, arrumar um trabalho legal aí, entrar na faculdade...Pronto é isso. É bom... (*E...*) eu respondi certo?

(E) – <risos>... é o que você respondeu, não tem resposta certa ou errada, não...é a sua opinião...

Essa ausência de expectativas em relação à família como fonte de apoio parece encontrar fundamentos em uma compreensão individualizante que o jovem demonstra ter de sua condição em relação ao uso de droga, quando declara que a sua determinação é suficiente para fazê-lo deixar de usar, como podemos ver no próximo segmento, embora afirme, ao mesmo tempo, que não teve êxito em suas tentativas anteriores, contando apenas com seu esforço pessoal. Desse modo, compreendemos que o

adolescente ignora a complexidade desse fenômeno, como afirma Marques (2003), especialmente quando envolve crianças e adolescentes, por sua condição peculiar de desenvolvimento, devendo constar como preocupação no rol das responsabilidades da família, sociedade, Estado, frente ao processo de defesa dos seus direitos, como ilustra o Estatuto em seu art. 101, inciso VI (Brasil, 1990) em que o atendimento psicossocial no âmbito da drogadicção se situa como uma medida de proteção.

Por sua vez, tal compreensão parece ser sustentada pela experiência negativa que teve com alguns programas de atendimento especializados, no caso, o Grupo de Apoio Amor Exigente e o Centro de Atendimento Psicossocial, de acordo com sua avaliação sobre os mesmos (Ex. 27), cujo ingresso, inclusive, atribui à mobilização de sua avó, no sentido de ajudá-lo. Assim sendo, o seu esforço pessoal não seria uma opção, mas passou a se constituir o único recurso que lhe resta para superar a relação de aparente dependência com o cigarro, a julgar pela dificuldade característica de autocontrole sobre o uso, segundo Cruz e Landeira-Fernandez (2003), diante dos limites da rede de atendimento acessada, que, como vimos, no primeiro capítulo, é fator que tende a dificultar o cumprimento das medidas sócio-educativas, remontando-nos ao descompasso entre o ideal de sociedade em que o Estatuto se ampara e a realidade social com que seus princípios se defrontam (Arantes, 1995; Melo, 1999; Oliveira, 2000).

Ex. 26

(E) – (...) Se o motivo for de você está usando cigarro, o que você pretende fazer?

(A3) – Se eu acho que é por causa do cigarro que eu tô nesse negócio aí? Fazer uma força – né? – mas sabendo que eu não vou conseguir parar...porque eu acho que eu não tenho... quer dizer a pessoa não tem... para a pessoa parar uma coisa tem que ter força de vontade...mas já tentei de tudo...

(E) – Você já tentou de tudo? O que você já fez?

(A3) – Tá! Ai... olhe, já comprei o cigarro, na intenção de parar a partir de hoje, mas já comprei o cigarro...

(E) – ...no caso o que você vai fazer com esse cigarro que você comprou?

(A3) – Vou fumar ...

(E) – *Aí hoje acabaria...*

(A3) – Não, eu tava pensando já em acabar a partir de hoje... (*mas aí você já foi comprar...*)... já fui comprar...

(E) – *siim...tá difícil para você...*

(A3) – É... .. no caso, é só o cara ter força vontade, mas...

(E) – *No caso tá com força de vontade ou tá sem força de vontade?*

(A3) – Não, força de vontade eu tenho toda hora – sabe? – mas é que conseguir, não consigo mesmo...mas mesmo assim eu vou tentar...eu não vou desistir não...vou conseguir...tem um dia que eu vou conseguir.

(E) – *Além de força de vontade, Joaquim, teria outra coisa que pode ajudar alguém que tá querendo deixar de usar droga? O que pode ajudar um jovem a deixar de usar droga?*

(A3) – O que pode...? **(É)** Força de vontade, né?

Ex. 27

(E) – (...) *Nesse período da Pastoral, desde que você entrou, até hoje...você passou por algum outro programa, participou de alguma outra coisa?*

(A3) – Amor Exigente e CAPS...

(E) – *Hum rum.. (...) quanto tempo você passou lá em cada um?*

(A3) – Não, é... no Amor Exigente eu passei o que...passei... .. uma semana, uma semana e dois dias...aí foi eu saí...

(E) – *No CAPS...?*

(A3) – No CAPS...teve pouco tempo...pouquíssimo tempo...Aí eu saí. Porque lá é.. me deixe quieto! Minha avó bota eu num canto daquele! Só tem... doido!...(Ah é?) Ali é um negócio de doido, homi!...É o que eu acho...

(E) – *E o que é que tinha lá que você acha que é um negócio, um lugar para doido?*

(A3) – É um negócio de doido, dá remédio, não sei o que, pra ficar doido, num sei o que...aí não dá pra mim não...né para mim não. Dá remédio, minha avó não sabia desse negócio de ficar dando comprimido pros outros não... até minha avó achou ruim por causa desse negócio...(Siim...)... (...)

(E) – (...) *no Amor Exigente tinha medicação?*

(A3) – No Amor Exigente não tinha não, o Amor exigente eu tava até gostando...

(E) – *E por que você não ficou lá no Amor Exigente?*

(A3) – Sei lá... ..tava até gostando...mas...mas não quis ficar...

(E) – *E lá o que era diferente do CAPS?*

(A3) – Nada, é...o que era diferente do CAPS?

(E) – É...o que fez você gostar?

(A3) – Era tudo...era as amizades né? A amizade todo mundo faz lá. Porque era bom - né? - o pessoal era legal, o pessoal <ininteligível> ... não tem medicamento, remédio pro cara tomar...

(E) – Mas mesmo assim você saiu né? Não ficou...

(A3) – É...porque eu não quis ficar mesmo...*(Hum rum....)* Eu sou assim, quando eu vou pros cantos assim, eu não consigo nem ficar um tempo legal. Já saio logo...

(E) – E você tem idéia por que você sai logo desses cantos?

(A3) – Não, eu acho que é nem na sala de aula. Quando bate aquele aperreio, eu saio.

(...)

(A3) – (...) No caso do Amor Exigente...eu gosto de lá por causa que tinha esporte, né? - pra fazer.

(E) – Mas aí não deu para você ficar...

(A3) – Não, deu não. Eu num...não quis ficar...E também assim... eu não quis ficar lá por causa que...é bem por causa disso também...porque um dia que a galera saiu, para ir para a casa, aí a galera me chamou para ir...usar.. fumar...eu já tinha tocado de lado de fora a parada e o cara na hora da saída pegou e me chamou para...pra ir fumar...

Por outro lado, se observarmos o trecho abaixo, no qual o adolescente faz um contraponto com o passado, o fato de não implicar também sua família na mudança que deseja alcançar quanto ao uso de drogas, poderia corresponder, ao nosso ver, ao reconhecimento de que sua família já se mobilizou e contribuiu de alguma forma nesse sentido, mesmo que “pouco”, não havendo hoje mais o que se fazer, levando-nos, assim, a pensar nos recursos que a sua família dispôs, além dos seus prováveis limites com que se deparou no curso da medida e, por conseguinte, no apoio previsto pela Medida como um direito que lhe assiste diante de sua responsabilidade em participar do processo junto ao adolescente. Como podemos notar, à melhoria na convivência familiar, à qual é feita alusão, ele atribui a um esforço também dos seus, atestando a importância atribuída pela LA à família dentre as redes de relações sociais em que o adolescente está inserido quanto ao cumprimento da medida.

Ex. 28

(E) – E...como é que é a tua família hoje? Como é que é o dia-a-dia das pessoas da tua família hoje?

(A3) – Melhor do que era antes...

(E) – (...) Em que sentido melhorou, mudou hoje?

(A3) – Comigo né? Tá tudo mais calmo.

(E) – Por que você acha que as pessoas estão mais calmas com você?

(A3) – Por que eu acho?

(E) – Hum rum...o que faz com que elas estejam mais calmas com você?

(A3) – Parei as coisas que eu fazia antes... .. ela me ajudou...elas me ajudaram...a minha família me ajudou um pouco e eu me ajudei a mim mesmo...

C) Família e Medida

Quando voltamos a nossa atenção para o discurso dos familiares no tocante à posição da família ao longo da medida LA, é possível compreender melhor a perspectiva do adolescente abordada acima. De fato, como Joaquim nos sugeriu neste último trecho, a contribuição que a família podia lhe oferecer em relação ao uso de drogas e a prática infracional já foi dada, de acordo com o que sua avó expressa no segmento a seguir. Observemos que, embora considere pouco o que pode ser feito nesse sentido, especialmente quando não se tem o apoio de todos os membros, a exemplo do que ocorreu em sua família, na sua opinião, a situação foi contornada. A Joaquim, a despeito da reação aversiva de algumas tias e da inércia do pai, foi conferido certo apoio emocional, proteção à sua integridade física, orientação, vistos pela avó como importantes para sua mudança pessoal. Por outro lado, podemos perceber também que a própria sobrecarga que lhe foi gerada com os esforços dispensados até então para garantir esse suporte se constitui um dos motivos que a fez desejar a saída do seu filho e de seus netos de sua casa, anunciando-nos o estado de desgaste emocional em que a avó se encontra. Para além da distância espacial que pode incidir sobre a intensidade dos

vínculos, como aponta Sluski (1997), parece-nos, nesse caso, que é essa condição psicológica que repercute de forma significativa na atenção e cuidados dispensados ao neto atualmente, como veremos, em que pese o fato de reconhecer a si mesma ainda como pessoa de referência em sua vida (Ex. 8).

Ex. 29

(E) – E, na sua opinião, a família de adolescentes – né? -, que usam drogas... que fazem coisas erradas... pode ajudar o adolescente? Pode contribuir?

(AA3) – A família ajudar os adolescentes? *(Sim.)* Ah, pode! Pode não ajudar muito, mas, mas... mas daí vai s... Eu acho que assim, se tiver toda a família voltada pra aquele adolescente, ali... explicando, tendo, mesmo depois acontecendo as coisas, mas você tentando de uma forma ver o outro lado, dando conselho, não espancando, não jogando pra rua, não fazendo isso e aquilo outro, eu acho que você está ajudando – né? -, agora... o problema é que é muito difícil... É difícil, quem tá no meio daquilo convivendo... É difícil. Por isso que em todas as famílias que se tiver uma pessoa na família que envolve droga, bebida, seja lá o que for, eu sei que, por mais que um ou dois tenham uma compreensão, mas já tem o resto que só o negócio é só... meter o pau e – né? -, não quer saber, expulsa, a maioria logo despreza... Isso tá em qualquer família, independente de pobre ou rico, médio, sei lá, mas... acontece isso. (...) E lá em casa, depois desse problema que eu passei, eu sei que... com, fora a Cláudia – né? -, o pai não, não, não... era aquela coisa – né? -, não dava... nunca foi... nunca brigou nem nada, mas também não fez nada – né? - assim, ajudando.

(E) – A senhora disse que ele não chamava atenção...

(AA3) – É, não chamava atenção assim, de dar conselho, essas coisa. E... e o problema maior lá em casa mesmo foi as duas meninas – né? – que chegou a nos dar pontos – né? – de... como eu já disse, de briga, de, de... de briga, de queixa à polícia, de tudo – né? Na hora parece que elas não queriam saber de escândalo, até elas se transformavam – né? Aí mas... se fosse, dependesse só de mim nada disso teria acontecido não... Talvez eu tinha <ininteligível> as menina. Mas se ele tá até hoje lá em casa, se nós superamos tudo isso... mas ele dê graças a mim que... batalhei para que nada de pior tivesse acontecido. Porque poderia ter acontecido coisa muito pior. Porque na cabeça das meninas, eu tinha que ter jogado ele na rua. Eu não era pra ter ficado com ele dentro de casa não... E só mesmo com muita autoridade mesmo dentro de casa, e pra botar ordem, pra eu conseguir ter mantido ele dentro de casa. Quando eu fiz a questão de Frederico (*(pai de Joaquim)*) comprar uma casa pra morar com eles, não foi nem só por esse fato, não, é porque tava na hora mesmo de Frederico, porque como ele é muito acomodado, se eu não fizesse isso ele ia ficar caduco morando mais eu. E como ele mesmo disse que não quer casar, que não quer saber de mulher, de nada – ele disse que não ia ca, não ia nunca, não vai se casar nunca, né? Aí eu disse: ‘Mas você vai ter que ter a sua

casa... Você vai ter que comprar uma casa pra você, porque você não vai morar a vida inteira comigo e...'. Aí foi que eu praticamente eu obriguei, digo: 'Você vai comprar uma casa'. Aí ele fez. Mas se eu não tivesse falado nada, botado essa ordem pra ele fazer, ele... tava lá em casa. Aí assim, por isso que ele tá lá na casa dele com os meninos, mas foi porque... e o Joaquim também assim, se dependesse muito dele... também se ele ((*Joaquim*)) fosse pra rua ele não ia ((*dizer*)) 'Não, Joaquim venha pra cá.' Ele num fazia também essa questão.

Uma das situações que ilustram bem, nesse sentido, é o comportamento evitativo que a avó passa a adotar em relação a ele quando não faz “questão” de sua presença em situações freqüentes de convívio familiar em sua casa, a fim de não vivenciar episódios conflituosos que cobrem dela o mesmo papel de equilíbrio nas relações entre os outros familiares e o adolescente. Interessante notar também que ela justifica seu comportamento com a necessidade do adolescente de não ser controlado, ignorando, por outro lado, a sua necessidade também de atenção, de se sentir pertencente ao grupo familiar, como vimos ao discutirmos sobre a categoria família, demandando do grupo flexibilidade, segundo Carter e McGoldrick (2001), para que seja garantido o apoio adequado ao seu processo identitário.

Ex. 30

(E) – Hum-hum. E por isso, como separaram... Acha que, como se vêem pouco, então...

(AA3) – É, as brigas acabaram... Porque as brigas eram freqüentes porque tava todo mundo ali, acontecia as coisa e ele fazia – né? -, cometia aqueles erros dele, e daí vinha uma confusão – né? (*Hum-hum*). E hoje... Eu posso dizer que tá tudo tranqüilo porque num tem a razão pra que haja nenhuma briga mais – né? (...) ele já teve um dia que eu fiz uma reunião lá em casa... Aí ele veio, passou o dia, e tudo, só... só veio só essa vez, duas vezes, só, depois que eu tou lá. (*Hum-hum*). Até mesmo porque... eu procuro evitar, só se for assim o caso um dia de uma festa, alguma coisa que tiver uma brincadeira que eu queria reunir a família toda, aí eu... faço questão de ele vir. Mas, do contrário, eu procuro evitar... ele fica lá... (*Hum-hum. Evitar*) Às vezes o pai vem até passar o dia lá em casa nos domingos, tudo, e ele fica em casa... Porque ele gosta mesmo é de dormir sozinho, escutar as músicas dele –

né? – e fica tranqüilo, feliz, se sente o máximo lá, o dono da casa. <risos> Tem ninguém pra perturbar ele, não. <risos>.

No que toca à inclusão escolar, uma das prerrogativas da medida, por exemplo, a avó, envolvida por um desalento diante do “desinteresse” contínuo do adolescente em relação aos estudos, a despeito de seus esforços, demonstra-nos uma certa desmobilização nesse sentido, transferindo ao Joaquim toda a responsabilidade pela decisão em estudar ou não, com base no pressuposto de que a situação de defasagem idade/série em que ele se encontra é uma simples questão de escolha pessoal, cabendo-lhe apenas decidir. Dessa forma, parece que são ignoradas as dificuldades que o adolescente expressa ter (Ex. 25), assim como a própria tessitura das relações do contexto escolar que podem contribuir para a produção do fracasso e a exclusão educacional, como apontam Sudbrack e Pereira (2003). Ademais, podemos ver que ela delega a outrem a tarefa de matriculá-lo que até então era exercida por ela, em consonância com o ECA que prevê como dever de pais ou responsáveis essa atitude (Brasil, 1990, art. 55). Antes, além de garantir o acesso à escola, a avó junto com a tia procurava incentivá-lo também a estudar, visando o seu bom desempenho, como aponta o adolescente no segmento 32, reafirmando-nos que a sua vida escolar era uma preocupação presente em seu grupo familiar.

Ex. 31

(E) – Aí estudou, aí continuou estudando...

(AA3) – Continuou, daí ele não parou mais, nenhum ano eu deixei de botar ele na escola. Agora estudar mesmo, ele não estudava – né? <risos>... Eu só nunca deixei de ele, passar ele de um colégio pra outro, cada vez que eu me mudava, porque eu me mudei muito, enquanto eu pagava aluguel... eu perdi as contas de cada vez que eu me mudei aqui em Natal, mas cada vez que eu e mudava era uma transferência... Até hoje (...) *(Hum-hum)* E eu sei que foi essa confusão assim, até agora, nesse último que foi, que eu botei ele lá... e agora Marcos *((irmão de Joaquim))* já vai pegar pra matricular lá onde ele tá.... *(Ele já tá estudando lá*

em...) Agora o Joaquim já, como eu já disse, ele que ainda tem que decidir se quer... Ah, eu tava falando com João (*educador da Pastoral*)), porque eu, eu disse pra ele, perguntei ontem pra ele: ‘Você vai continuar a estudar, Joaquim?’. Ele não respondeu nada... Eu disse: ‘Ah, na hora que cê resolver, você chama Marcela, vai lá no colégio, e renove a sua matrícula, faça pra lá... Você mesmo diz o seu horário, que cê quer estudar, de dia, de noite, não sei... Vai ficar agora por sua conta...’ Porque ainda tem que assinar – né? – o responsável, tudinho. Eu disse: ‘Eu não estando aqui, nem o seu pai, mas a Marcela já pode resolver isso’.

(E) – Quem é a Marcela?

(AA3) – Marcela é essa menina que ta lá. Ele, eu já disse pra ele. Eu disse: ‘Olhe, vai ficar a seu critério, hein. Agora eu perder o meu dia, uma horinha, qualquer coisa, pra poder ir pro colégio fazer matrícula pra você e você não estudar, isso eu não vou fazer, não. Mas se você quiser, tiver interesse, chama a Marcela, que ela vai lá e assina pra você’. *Hum-hum*. Pra poder ele não dizer que não falei nada, eu disse isso – né? - <risos>

(E) – Aí nesse tempo, como é que era lá na escola? A senhora fala que “pra matricular, e você não estudar...”... Quer dizer, ele não estudava antes?

(AA3) – Onde?

(E) – A senhora matriculava ele e ele não estudava?

(AA3) – Não, ele ia pro colégio, mas toda vez que... você não vê, ele tá com dezessete anos na quarta série, a quinta-série...? (*hum-hum, hum-hum*) Ele fez a quinta-série a semana, o mês, o ano passado, e não passou... Né, quantos anos ele não passou estudando sem, sem, sem... Um ano que passava, passava daquele jeito – né? – mal, muito mal. No outro já, já não estudava e pronto: mais pior ficava. E nisso foi passando, assim... chegou à quarta série mas... não sabe de nada. Aí ele... ele vai, assim pro colégio, aí chega lá assim... bagunça ou então não vai, ... Esse ano todinho ele... pode perguntar ao João que ele acompanhou, foi lá várias vezes, no colégio, e a professora, a diretora lá deu toda a relação do que ele fazia lá, que ele... Lá, ele entrava no colégio... porque tinha aquela hora de entrar, e fechava o portão e não saía mais... ou ele ficava zanzando por dentro do colégio ou ele pulava o muro e ia pra rua. E antes da aula terminar ele entrava pra sair pela frente, entendeu? Pra todos os efeitos ele entrou e saiu do colégio... <risos>... O João um dia não pegou ele pulando o muro?! <risos> Ele entrou, aí ele tava chegando lá, tava fazendo a visita, foi lá, olhe, pegou no flagra ele pulando o muro com mais outro. <risos>

(E) - <risos> Foi um flagrante <risos>

(AA3) – É, um flagrante <risos>. Eu ri quando o João me disse, eu disse: ‘Mas não acredito que ele fazia isso não’, daí ele me contando: “*Isso é o que eu vi*”...

Ex. 32

(E) – Então a faculdade é no sentido de poder completar o estudo...e ficar assim um pouco como a tua tia trabalhando é...ela trabalha em quê?

(A3) – Ela trabalha... ela é professora... No tempo que eu estudava era ruim, ela tava dentro de casa. Por causa quando eu tava estudando ela ficava no meu pé direito..

(E) – *Era? <risos>..no tempo que vocês moravam juntos? E isso era bom ou era ruim para você?*

(A3) – Era ruim...

(E) – *Era ruim...e como é que ela ficava assim?*

(A3) – Não é...se eu não estava estudando em casa, com algum livro para ler...ela ficava falando “Vá pegar um livro para ler”...aí o jeito era pegar mesmo...

(E) – *O jeito era pegar? <risos>...então...tinha mais alguém Joaquim, além da sua tia Cláudia, que se interessava assim ou ficava no seu pé para você estudar?*

(A3) – Minha avó.

(E) – *Sua avó...e ela tinha o jeito assim “Ah, vá pegar o livro pra estudar”.*

(A3) – É porque eu não faço nada em casa, de vez em quando eu arrumo meu quarto. Aí fico assistindo televisão, aí lá vem ela, pega no meu pé direito. Quando ela fala uma vez é cem.

Ainda em relação a essa área de atuação da medida, percebemos que o desestímulo da avó em relação aos estudos parece encontrar reforços também na descrença do acompanhamento realizado pela Pastoral, se adotarmos como referência a lógica usada por ela mesma para justificar a possível aceitação das escolas em que ele foi aluno, apesar destas também se sentirem desmotivadas em relação a ele, retratando-nos, ao mesmo tempo, uma das dificuldades comumente encontradas nas escolas em garantir o direito à educação (Oliveira, 2003; Rodrigues & Bosco, 2005). Ou seja, na sua percepção, a “permissão” das escolas para que Joaquim fosse novamente matriculado só seria possível graças ao fato destas saberem que o adolescente está sendo acompanhado pela Pastoral. Assim sendo, o que faz ela desistir de apoiá-lo na sua inclusão escolar, se tem ciência desse acompanhamento, senão o fato de não sentir também que o mesmo não tem conferido realmente o apoio esperado, a julgar pela manutenção do “desinteresse” do adolescente enquanto aluno?

Ex. 33

(E) – (...) *O que faz a senhora pensar que... se ele não tivesse acompanhado pela Pastoral, através de João – né? – a escola hoje não aceitaria, caso ele resolva se matricular novamente. Se lembra que a senhora disse?*

(AA3) – Lembro, mas é porque... se ele não estivesse acompanhado, se a escola... ele não fosse... Se a escola não tivesse recebido a visita do João por três vezes – que ele falou que fez as três visitas, né? – você acha que essa escola ia se interessar... pra aceitar uma matrícula de um aluno que vai lá só pra dizer que vai? Eu acho que assim: como ela acha que ele tá sendo acompanhado, ainda pode ter um, um, um... um resultado ou... ou talvez assim, como quem diz assim: ‘Não, já que ele tem um acompanhamento, então... nós temos obrigação também de... ajudar’ – né? -, pelo menos tentar.’ E se ele não tivesse tido esse acompanhamento, sabendo tudinho, ele ia ver que ele não tinha interesse nenhum, ele pode não ter feito muita bagunça lá dentro do colégio, mas não estudava... E o contrário de outros colégios, lá no X ((*referência a um bairro da cidade*))... ele enfrentava a diretora lá... chamava até a diretora de, de, de... de “velha coroca”, sei lá, teve um dia que ele brigou lá com a diretora... e xingou a diretora lá, porque a diretora foi chamar ele a atenção. (*Hum-hum*). Aí chamou a diretora, eu até esqueci a frase que ele falou lá... quer dizer, que ele fazia essas coisas, mas entre outras professoras, até gostava dele – entendeu? (*Hum-hum*) Aí quer dizer que lá, lá no X ((*mesma localidade referida acima*)) já não aceitam. Se eu tiver lá, chegar lá pra matricular ele, lá não aceita ele...

Situação semelhante parece ocorrer, quando focalizamos a inclusão no mercado de trabalho que, de acordo com os objetivos do programa LA da Pastoral, descritos no primeiro capítulo, mobilizaria a família e a Pastoral em torno da capacitação e iniciação profissionais do adolescente, estando atentos ainda a situações de trabalho prematuro, abusivo ou de exploração em respeito a sua condição de pessoa em fase peculiar de desenvolvimento. No tempo em que Joaquim coabitava com a avó, também havia por parte desta uma certa preocupação com a qualidade do ambiente e com o tipo de trabalho com que ele estava envolvido, o que a levava a fazer visitas a alguns dos locais para verificar essas condições, ou com sua conduta nesses contextos, incentivando-o a cumprir com os horários, por exemplo, como nos ilustra o próximo segmento. Porém, atualmente, não a vemos confirmar essas atitudes junto ao adolescente, embora a

inserção responsável no mercado de trabalho pareça constar como sua única expectativa ou, no mínimo, a mais importante em relação ao neto, atualmente, acreditando que tal inserção se constitui um indicador de sua real mudança em relação a sua própria vida.

Ex. 34

(E) – *E a serigrafia, como é que ele conseguiu o emprego da serigrafia?*

(AA3) – Hum? Porque era perto de lá de onde eu morava, e... ele... esses amigos, o cara lá dessa serigrafia, disse que parece que fumava lá um cigarrinho – sabe? Aí através dessas amizade – ele tinha o jeito assim todo... muito suspeito, sabe? – o.. porque um dia eu fui lá, assim quando ele começou a trabalhar, dizendo que tava na serigrafia. Mas eu fui lá com a desculpa de que eu ia mandar fazer uma placazinha – sabe? – um placa de costura. E como de fato eu mandei fazer, mesmo – sabe? -, até mandei. Ainda tenho essa plaquinha até hoje. Aí com essa desculpa pra eu puder eu vê o ambiente, aí vi que era uma coisa assim meia sem-futuro (*Hum-hum*).

Ex. 35

(E) – *Aí a gente começou a falar um pouquinho da Pastoral – né? – (Hum-hum) o que a senhora achava... a sua expectativa inicial, e aí mesmo não tendo... ele não tendo sido internado – né? – mas a senhora vê alguns resultados, alguns comportamentos que mudou. Acredita hoje que ele não faz a mesma coisa, embora não esteja lá ((morando com ele)).*

(AA3) – É, eu só vou ter a certeza de que ele realmente está... (*Mudou*) curado, mudou, sabe, no dia que ele arrumar um emprego, pegar fixo nesse emprego, com responsabilidade, aí eu vou dizer: ele mudou mesmo. Mas enquanto eu ver ele dormindo o dia todinho eu não vou conseguir, não vou ficar satisfeita não...

Ex. 36

(E) – (...) *a senhora falou aqui agora que... gostaria de ver Joaquim... com um emprego.*

(AA3) – Trabalhando, com responsabilidade – sabe? – com um emprego com carteira assinada, coisa que ele nunca teve, é isso que eu tenho vontade. Meu desejo é ver ele trabalhando como um... ser humano normal, como um – né? – porque se ele nunca fez isso, pra mim até agora... ele ainda continua um moleque, ainda não é um homem – né? Então, é isso que eu quero ver, um homem.

(E) – *E aí o trabalho que vai dar esse...*

(AA3) – É... Pois é, porque até agora ele... sei não, eu quero ver ele como cidadão, assim, trabalhando – né? – porque ele... parece que esse ano ele vai se apresentar – né? – no exército, se alistar...

Neste último trecho, observemos que, na percepção da avó, o trabalho seria capaz de fazer de Joaquim um homem, um adulto, uma pessoa responsável. Quanto a este aspecto, é válido lembrar que, conforme Rizzini (1997), considerado como dignificante e enobrecedor, o trabalho era elemento intrínseco à assistência à infância pobre, em nosso país, objetivando validá-la política e economicamente. Acrescentemos, ainda, que tal valoração do trabalho parece que vem justificando, ainda hoje, somada a outros fatores, o trabalho precoce de crianças e de adolescentes, segundo Campos e Francischini (2003), a despeito das regulamentações do Estatuto. Quadro esse no qual uma considerável parcela dos adolescentes do programa da Pastoral ajuda a compor, como vimos no primeiro capítulo.

É interessante, ainda, notarmos uma certa ingenuidade na percepção da avó acerca da inserção no mercado de trabalho, quando deseja para o adolescente um trabalho com vínculo empregatício, sem atentar, no entanto, para a necessidade de qualificação profissional que tal condição pressupõe atualmente e, antes disso, de uma formação escolar adequada, diante de um mercado cada vez mais competitivo e precarizado (Alencar, 2004). Nesse sentido, a desistência de sua atenção quanto aos estudos seria incoerente, fazendo-nos indagar sobre o apoio do programa LA no sentido de problematizar com ela essas questões, quando da elaboração do plano individual de atendimento, que norteia o cumprimento da medida, dentro do trabalho integrado que deve ser estabelecido com a família como um todo, segundo aponta as fases do acompanhamento do sócio-educando, descritas no primeiro capítulo.

Além do desgaste da avó que, como vimos, influi sobre sua participação no cumprimento da medida junto ao adolescente, a posição da tia também se mostra pertinente para entendermos porque o apoio da família não é requisitado pelo mesmo

como condição importante ao seu processo sócio-educativo, cuja manutenção se deve ao uso de drogas, no caso, o do cigarro, segundo sua avaliação atual da medida. Quando consideramos, então, o discurso da tia Carla, nele logo encontramos eco da idéia de esforço pessoal que subjaz a percepção do adolescente acerca de sua condição quanto ao uso dessas substâncias. Após um longo período em que eram constantes os atritos com Joaquim em função disso (Ex. 37), a tia passa a conceber o uso como um direito que lhe assiste, desde que ele o faça com limites e mediante seus próprios recursos (Ex. 38), sem afetar a família ou a si mesmo, requerendo dele um comportamento de autocontrole com a droga e de assertividade em relação aos colegas que o influenciam, cabendo a ele a decisão. Ou seja, deixar ou manter o uso é uma questão de vontade pessoal, “é você querer” (Ex. 39), ignorando os limites que o jovem lhe confessa, parecendo vivenciar uma situação de dependência com os efeitos, em função do próprio uso, e com o grupo de pares, com que parece compartilhar a experiência e os efeitos, demonstrando-nos certo desconhecimento acerca da problemática da drogadição de modo geral e de adolescentes em específico, para os quais a convivência no grupo de iguais, importante no processo de diferenciação e autonomia nessa fase em que se encontram, pode se tornar um dilema (Sudbrack & Pereira, 2003) dependendo da natureza desse grupo, dos interesses, das atividades que o configuram como grupo.

Ex. 37

(E) – E como é que eram as coisas... você disse assim, que não aceitava e brigou muito em função disso a questão dele de usar...

(TA3) – É o que eu fazia demais, assim... não sabia mais o que fazer, era brigar com ele, discutir...*(hum)*...dizer um bocado de coisa, dizer que eu ia botar ele para fora de casa, que ele não entrava aqui, que eu trancava a porta, o portão se ele chegasse... era... em relação a isso...

Ex. 38

(E) – (...) ***você disse que*** “você pode usar e não é preciso de repente que você... se vicie ou roube”, ***né?***

(TA3) – Não porque assim, eu tenho várias amizades, de todos os tipos, de todos os cantos, e muitos usam, isso não quer dizer, pronto, eu tenho amizade – o que? – “oi, oi, tudo bem, tudo bem”, pronto, eu não tenho amizade de sair todo dia, nem toda hora com essas pessoas porque aquele velho ditado: diga com quem andas que eu direi quem tu és. Se eu ando com você e você usa vão dizer que eu tô usando, mas isso não quer dizer que eu não posso falar com você, mas isso também eles não roubam, eles não matam...(humrum)... e eles pegam... você vê os ricão mesmo usam... Eu, eu trabalhei num barzinho lá nas Rocas e nesse bar, antes, quando eu comecei a trabalhar eu não sabia que era ponto de droga e o dono do bar botou eu e uma garota só de fachada assim como num bar e eles sentavam na cadeira tomavam uma cervejinha, chegava um, chegava outro e só carrão, médico, ginecologista, veterinário, comprando pó. Eu fiquei besta quando eu vi aquilo...(humrum)... como é que pode! Aí comecei... ah, para usar droga não precisa ser pobre e nem ficar... todo mundo saber... tudo grã fino. Aí foi por isso que eu disse ‘quer usar, use, agora saiba usar, não roube, não mate, não precisa e nem precisa mostrar nada a ninguém’. Aí foi por isso que eu disse: ‘quer usar, fique na sua’, mas ele não, ele é agressivo, é não sei...(humrum)... Não que eu concorde que ele use, não, mas no momento que ele começa a trabalhar, o dinheiro é dele, aí ele faz o que ele quiser – entendeu? Com o meu dinheiro faço eu, com o dele faz ele, então ele não use o meu para fazer o que ele quer, é esse o meu ponto de vista que eu falei para ele...(humrum)...por isso que eu disse que se ele quisesse usar então ficasse na dele... “usa, vá curtir suas lombras” como diz eles: “*to curtindo minha lombra*” ...(humrum)... ‘senta vai olhar a lua e converse lá com a lua que é bom’..<risos>... Mas quieto, não precisa... e ele chega agressivo, todo brabo, mas eu acredito que é porque ele usa droga e bebe ao mesmo tempo então isso acho que mistura. (...)

Ex. 39

(E) – ***E... na tua opinião por que é que ele começou a usar drogas?***

(TA3) – Eu acho... curiosidade. Sem sabe... pronto, ele viveu a vida toda assim, quando ele começou a morar com a gente a minha mãe fumava, aí meu irmão chegou, meu irmão fuma. (...) Não eu não sei, eu não sei, é um negócio que passa na minha cabeça porque se eu quisesse também eu era para ser fumante, minhas irmãs. E era porque eu convivía com ela a mais tempo do que ele – né? - ...(humrum)... e a gente não somos... não vou dizer que eu nunca fumei, já já... quando a gente é adolescente a gente passa um bocado de fase boa e ruim pra aprender. E nem sou uma drogada, e nem nada disso...(humrum)... não quer dizer que eu não experimentei nem isso nem aquilo, já. Já, eu já experimentei maconha, já experimentei cocaína, mas não sou, é isso que eu caio em cima de Joaquim: ‘olhe, para você usar, você não precisa mostrar a todo mundo e nem roubar, e nem isso e nem aquilo e nem

ser um viciado, tem que aprender isso, assim, assim, assim’. “*Mas tia eu não consigo!*”. Eu disse: ‘não, eu experimentei e hoje eu não tenho, não tenho nada disso, eu não preciso, para mim ser feliz eu não preciso disso, não, para mim dançar, brincar com os meus amigos, eu não preciso de droga não’. “*Mas tia, aqueles meninos fuma e pede não sei o que*”. ‘Ah, então eu vou mandar eles botar a cabeça debaixo do trem, tu vai?’ Aí ele “*Não!*” ‘Então pronto!’.

(E) – (...) *quer dizer que a companhia dos meninos, dos colegas...*

(TA3) – Ele diz que tá junto com os meninos, não sei o que, aí eu digo: ‘Não, agora o negócio é você querer sair, não é eu querer não, é você querer, porque quem tá é você não sou eu.’ “*Não, eu vou tentar, vou conseguir*”. Mas, não sei como é que tá hoje. Ele dá as saídas dele – né? – ele... a única vez que eu vi, depois que ele tá lá, que eu fui para lá para a casa do Frederico ((*pai dele*)), que ele chegou muito doidão! (...)

Decerto que o apoio familiar, na percepção da tia, também se faz importante (Ex. 40), ganhando até mais ênfase do que no discurso da avó de Joaquim, mas a própria afirma que seu envolvimento é limitado, reconhecendo que a assistência concreta recai mesmo é sobre a avó, chegando, inclusive, a atribuir a ela, não só o ingresso (Ex. 41), como pensa o adolescente, mas também a sua continuidade no programa da Pastoral (Ex. 42), confirmando-nos, assim, o lugar de referência que esta ocupa na vida do adolescente. Ademais, notemos que, com base em um ideal de família, ou seja, uma família nuclear (Ex. 44), a qual Joaquim não dispõe, ela chega a preferir que a relação de confiança que chegou a estabelecer com o sobrinho fosse com o pai (Ex. 43), parecendo não reconhecer, dessa forma, o valor dos laços afetivos pré-existentes e, por conseguinte, a necessidade de conservá-los, independente do arranjo que a família assumiu, em nome do bem-estar do adolescente. Desse modo, a tia pode reproduzir a atuação incongruente das instituições que idealmente existem para conferir às famílias o apoio garantido em lei para a proteção dos seus, mas que, ao adotarem como valor a organização nuclear de família, acabam prejudicando os vínculos, quando suas intervenções deveriam fortalecê-los (Minuchin et al., 1999; Miotto, 2004).

Ex. 40

(E) – (...) você disse que a Pastoral pode ajudar a adolescentes como Joaquim a ver um mundo sem drogas – né? Você acha que a família pode ajudar o adolescente de alguma forma, nesse sentido?

(TA3) – Com certeza, junto com a Pastoral. Até porque... se torna uma família só, a Pastoral com a criança, porque vocês ajudam daqui e a gente conclui de lá. Por que do que adianta você dizer uma coisa aqui a ele, chega em casa ele não escuta nada? E a gente não perceber também, procurar olhar, se tá compensando, tendo alguma evolução aqui. Então acho que influi muito. (...) Quem mais acompanha e fala e conversa, é minha mãe.

Ex. 41

(E) – Aí, é... por que é que você acha que Joaquim entrou para a Pastoral?

(TA3) – A verdade não foi ele que entrou, foi a minha mãe que levou ele a entrar. Tudo isso é consequência da minha mãe que tá atrás. Porque acho que minha mãe procurou uma ajuda, porque a gente já não agüentava mais, ter que... o quarto da gente já era no cadeado, por causa dele.

Ex. 42

(E) – E por que você acha que ele não saiu ainda da Pastoral?

(TA3) – Sinceramente? ...*(humrum)*... Por causa da minha mãe. Porque a minha mãe que fica em cima.

Ex. 43

(E) – Você pode dizer, que atitude ((de respeito)) você toma hoje ((em relação a Joaquim))?

(TA3) – Olhe... porque eu passo, eu passo até meses sem ver nem Joaquim – tá entendendo? – aí quando eu chego ‘Diz aí Joaquim!’, aperto a mão dele e tal. Um respeito assim que ele chega, ele senta “ó tia”, vem me mostrar caderninho, cartinha de namorada... É um respeito que eu dou a ele e que ele me dá assim, a gente tá amigos, ele tá assim, confiando em mim, coisas que ele em vez dele conversar com o pai ele vem conversar comigo... isso não é, eu acredito que esse relacionamento que eu tô tendo com Joaquim hoje, eu não queria para mim, queria para o pai dele – tá entendendo? – porque o Frederico não conversa com o menino. Eu acho que o menino precisa de alguém para escutar como foi o dia dele...*(humrum)*... Frederico nunca pergunta assim: ‘como foi no colégio?’. Acho que a criança precisa disso – né?(...)

Ex. 44

(E) – (...) Você acha que ele é uma pessoa feliz?

(TA3) – Não. Ele não é feliz.

(E) – O que falta... para ele ser feliz? O que você acha que...

(TA3) – Eu acredito que foi uma consequência da criação dele, faltou a conversa do pai, uma mãe, então a criança ficou abandonada, foi criada por fulano, por beltrano, por cicrano que maltratou, então ver essa consequência... e hoje por ele ser assim ele acha, eu acredito que ele acha, que não pode mudar, mas pode...*(humrum)*... porque ele não é feliz. Ele usa isso, ele usa aquilo *((droga))* mas ele não é feliz. A gente vê no modo de conversar, no modo dele ser – tá entendendo? – o que falta seria assim, se ele tivesse uma família, meu irmão podia pegar... Pronto. Tem essa a namorada do meu irmão que meu irmão diz que não é a mulher dele, mas vive com ele. Ele que trouxe essa menina de Recife para cá. Então se tá dentro da casa dele, para mim é marido e mulher. **(Para ele não é?)** Porque meu irmão fica com ela, mas diz que não quer nada com ela. Frederico é muito estranho, mas aí ele tinha que fazer o que? (...) Andar com Joaquim, passear com ela e Joaquim, tentar formar uma família, para mostrar a Joaquim o que é uma família. Joaquim não sabe o que é uma família...

(E) – Humrum, você acha que ele não sabe o que é uma família?

(TA3) – Não, acredito que não – entendeu? – acredito que ele não sabe.

(E) – O que é que uma família?

(TA3) – Uma família é o que eu tive. Quer dizer, tive assim, o meu pai nunca saiu com a gente mas a minha família é a minha mãe...*(humrum)*... a gente pequenininho mãe ia para uma praia, levava a gente para um parque, levava a gente para um canto pra o outro... coisa que... Frederico não fez com Joaquim... a família tá unida ali. Eu passei uns problemas na minha vida, quem me ajudou? Minha mãe. Não foi ninguém de fora. Não foi ninguém de fora, entendeu? Foi minha mãe.

Diante do exposto, de modo resumido, entendemos que, embora o adolescente compreenda a família como lugar de proteção e promoção, como vimos no início da discussão, o apoio do seu grupo familiar não é cogitado como condição no cumprimento de sua medida sócio-educativa. Ao mesmo tempo, percebemos que, em nenhum momento, Joaquim nos deu a entender que estava em LA, de modo que não poderíamos esperar dele alguma noção sobre a participação da família, assim como as prerrogativas pertinentes à medida LA, como a inclusão escolar, além do tratamento ao uso de drogas. Somado a isto, a posição que a família assume em relação ao processo sócio-educativo, ou seja, a desmobilização da rede de apoio que esta constituía, mostrando-se mais sensível e responsiva às demandas de afeto e de cuidados importantes ao

desenvolvimento do adolescente, acaba exemplificando e, assim, reforçando a crença de que o seu esforço pessoal é condição suficiente para superar o envolvimento com drogas que, na sua percepção, justifica a manutenção do seu vínculo com a Pastoral. Assim sendo, com base nessa lógica, também não haveria lugar para expectativas de apoio junto aos seus.

4.1.3. Pedro

A) Família

De acordo com os primeiros segmentos descritos abaixo, notemos que, para Pedro, embora os membros de sua família façam parte de sua rede de parentesco, a configuração familiar não é determinada pelos laços de sangue, sendo esta antes definida pelos vínculos de afeto construídos entre ele e os seus. Vínculos esses selados pelo apoio que já ou ainda lhe conferem em sua vida, a exemplo dos avós que já faleceram ou das meia-irmãs que hoje se destacam a ponto de serem indicadas para participar da pesquisa, levando-nos a refletir sobre os limites da referência legal de família dada pelo Estatuto, segundo a qual se enfatiza o vínculo de filiação legal, embora esta seja considerada um avanço, dentre outras razões, por não eleger determinado arranjo como o nuclear como ideal em detrimento de tantos outros existentes (Costa, 1998).

Ex. 01

(E) – E o que a sua família representa pra você?

(A2) – Sei lá, homi...! São um... Não sei dizer também não...

(E) – O que ela é na tua vida?

(A2) – É, pra minha vida é muito boa – né? Porque minha família todinha... assim... da parte da minha mãe tudinho gosta de mim. Da parte do meu pai, só tem dois tios meus que não gostam de mim. O resto tudinho gosta de mim, tudinho. Porque, assim, porque família pra mim é, ali... você ter... gente ali todo tempo do seu lado. Lhe apoiando, dando conselho... Não deixando você pra trás, toda vida... lhe apoiando. Pra mim acho que família é isso.

Ex. 02

(E) – *Essas pessoas, você considera como parte da sua família? As pessoas que você disse: “por parte da minha mãe”...*

(A2) – Por parte da minha mãe, eu considero tudinho, agora, da parte do meu pai tem esses dois tios meus que eu não considero da família, não.

(E) – *Quem da parte da sua mãe, que você considera como família?*

(A2) – Tudinho... Do lado da minha mãe, tudinho. (...) Tio, primo... Tia... prima... Tudinho...

Ex. 03

(E) – (...) *o que é que era bom na infância?*

(A2) – Era bom que – né? – a pessoa quando é... menino... vixi é bom demais homi! A avó, é tudo ali em cima da pessoa – né? – “Cuidado para não acontecer isso meu filho” - né? – tudo. Aí pronto, então era bom demais homi.

(E) – *<risos> A atenção?*

(A2) – É. A atenção que era demais (...)

(E) – *E quem que te dava mais atenção nessa época?*

(A2) – Era... mais minha vó.

Ex. 04

E:(...) *seria uma pessoa indicada por você... quem você sugere ((para participar da pesquisa))?*

A2: Minha irmã. (...) A que mora lá na X ((*um bairro de Natal*)).

E: (...) *Lorena, que é a irmã de 19 anos...*

A2: É...(...) Porque é... ela é a minha irmã assim, eu quero falar alguma coisa a ela, sabe assim... e que tipo sei lá, tipo uma confiança – sabe? – que eu tenho nela...(humrum – humrum)... gosto mais dela e... mas ela vem homi!

E: (...) *uma segunda pessoa que você é... gostaria que participasse?*

A2: Minha outra irmã. (...) Mora lá no Y ((*outro bairro*)). (...) Pelo mesmo motivo. (...) Porque elas duas mesmo têm mais atenção assim em mim – sabe? – assim elas...(hum)... elas são as que... sempre tá ali – sabe? – do meu lado também me ajudando elas, aí eu...

Ao mesmo tempo, percebemos que a mãe se destaca entre os familiares citados, inclusive o pai, com base na idéia de que a figura materna é insubstituível, remonta-nos

à relevância dada socialmente ao papel da mulher de gestar, criar, educar os filhos, a partir da emergência da organização nuclear de família como padrão. Relevância essa que parece persistir, apesar da realidade atual demonstrar que o pai tem se revelado mais próximo efetivamente da vida dos mesmos, de acordo com Falcke (2002). O apego que o adolescente demonstra sentir em relação à mãe nos faz pensar, por sua vez, no papel desempenhado pelo próprio Pedro junto a ela e ao grupo familiar de origem, quando consideramos como pressuposto a interdependência dos papéis familiares. Bilac (1995), em suas considerações sobre famílias populares, mostra-nos que a relação mãe-filho tende a assumir maior centralidade diante da instabilidade conjugal, na medida em que responsabilidades parentais, como a provisão material, são partilhadas com os filhos, visando à manutenção do grupo.

Penso e Sudbrack (2004) puderam observar, inclusive, que o envolvimento com a prática infracional, além do uso de drogas entre adolescentes do sexo masculino reflete, ao mesmo tempo em que reproduz, o elo dos mesmos com suas famílias mediante a posição de filho parental que nelas ocupam. No caso em questão, parece que essas observações também ganham sentido, seja quando o adolescente nos sugere que as condições precárias de sua família também incidem enquanto motivos sobre infrações cometidos no passado, ou quando afirma que, atualmente, contribui sistematicamente para a sobrevivência da mãe e dos irmãos, com recursos próprios oriundos do seu trabalho, além de complementar a renda do grupo com quem partilha o mesmo espaço de moradia. Situações que, por um lado, demonstram um pouco a vulnerabilidade sócio-econômica das famílias com adolescentes em conflito com a lei, comumente apontada em outros estudos (Feijó & Assis, 2004; Rodrigues & Bosco, 2005). Por outro, denunciam a ausência da proteção social que lhe é devida dentro do princípio de co-

responsabilidades estabelecido entre família, sociedade e Estado em torno do direito à proteção integral da criança e do adolescente (Vicente, 1998; Volpi, 2001).

Ex. 05

(E) – *Você gosta dela?*

(A2) – Gosto. Minha mãe, ela é tudo pra mim...

Ex. 06

(E) – *De quem aí você se sente mais próximo? Tem alguém?*

(A2) – Do meu pai. Porque eu moro com ele – né? Mas assim, quem eu gosto mais, assim, dos dois, é minha mãe. Eu gosto mais do que meu pai.

(E) – *Tem alguma razão que você acha que influi?*

(A2) – Isso aí, desde pequeno que isso aí não sai da minha cabeça... Que... mãe você tem, agora pai você não encontra... Mãe, mãe, você... Eu dizendo tudo o contrário, ó! <risos>. Pai você encontra em qualquer canto, agora mãe... mãe é ruim pra encontrar, viu... (**É?**) É. Pai, em toda esquina que você vê, você passa com sua mãe, você encontra um pai pra você... Agora mãe, pra encontrar é difícil.

Ex. 07

(E) – (...) *você tá trabalhando com o seu pai, como mecânico, não é? Você ganha alguma coisa?*

(A2) – Ganha.

(E) – *O que você faz com esse dinheiro que você ganha?*

(A2) – Eu... compro as coisas pra mim, pra mulher e, assim, ajudo também dentro de casa... Tem meus irmãos, sabe? Meus irmãos, também dou as coisas a eles. Porque mãe trabalha – sabe? - , mas... Mãe ganha muito pouco... pra conviver com quatro pessoas que ela tem... Eu acho que é muito pouco, trezentos... É só um salário que ela ganha. Eu acho que é muito pouco – né? - e assim toda semana eu compro as coisas, eu levo pra eles, ajudo a eles...

Ex. 08

(E) – *E é essa vontade de fazer ((novos atos infracionais)) ou que ainda dá de vez em quando foi a mesma que você teve quando cometeu o primeiro ato que levou você a LA? (Foi) O que foi que realmente aconteceu?*

(A2) – Porque assim... quando eu chegava dentro de casa, não via nada dentro de casa, sabe? Ai ficava preocupado assim... ai onde eu morava era um beco, sabe? Os cara que vivia nesse mundo tava toda vida ali. Ai eu via eles chegando com dinheiro, ai achava assim fácil, né?

Ai fiz primeira vez eu se dei mal. Foi quando eu vim pra cá ((*Pastoral*)) de novo, sabe? Ai comecei a trabalhar com meu padrasto, botando o gesso.

Além de uma maior aproximação afetiva com a mãe, parece que o desempenho de papéis parentais também lhe rende situações de atrito na família, como Hines (2001) prevê. No entanto, tal fato não se constitui motivo de desconsiderar o vínculo afetivo existente ou como membro a pessoa com que não está se entendendo, no caso, uma de suas irmãs, permitindo-nos inferir que o adolescente não comunga da visão idealizada das relações familiares, que ainda se configura como referencial em intervenções junto às famílias, em função da qual estas acabam sendo estigmatizadas como problemáticas, segundo afirmam Sarti (1999) e Souza e Peres (2002). Decerto que, no segundo trecho abaixo, Pedro parece nos sugerir o contrário, quando descreve com certa nostalgia um episódio de sua história familiar em que o clima das relações era de união, de confraternização. Todavia, devemos lembrar também da apreciação positiva que ele faz de sua família (Ex. 1), em que pese o fato de não poder contar com o afeto e o apoio de alguns tios.

Ex. 09

(E) – E com que você tem mais “arranca rabo”?

(A2) – Tem a minha irmã...

(E) – Qual é?

(A2) – É a que eu disse que... é porque ela tem ciúme de mim – sabe? A de treze anos. Ela tem ciúme de mim... Toda vida quando eu chego lá ela fica brigando e aí eu fico aperriado - sabe? Aí pronto, aí às vezes eu começo a brigar com ela, e ela fica “*É, é isso mesmo, né, você arrumou num sei quem agora aí não quer mais eu não, não quer... não quer saber mais de mim, não*”, num sei o quê... “*Antigamente você me dava as coisas, agora não quer dar não. Quando vem dar, é uma vez perdida...*”. Ela tem ciúmes de mim – sabe? - ela. Às vezes quando eu chego lá ela caninga tanto, chega eu fico.... em tempo de explodir, homi! Às vezes até eu passo dos limites, dou nela às vezes... É, homi...

Ex. 10

(E) – (...) tem um momento assim... que foi marcante para você... nessa tua caminhada?

(A2) – Tem. Foi no ano novo de 99 para 2000. tinha todo mundo da minha família, tudinho, tudinho, até gente... até o meu tio de X ((*outra cidade do país*)) foi lá para casa. Era minha vó, minhas vó, meus avôs, tudinho lá em casa. Chega eu olhei assim, meu Deus do céu. Tinha gente que nem falava um com o outro que nessa virada do ano todo mundo se agarrando...(*ahan*)... porque... mais nunca eu vi isso na vida. Até hoje eu me digo ‘meu Deus do céu’, todo ano novo eu me lembro, todo ano novo eu me lembro disso, todo ano novo...

(E) – Quería que acontecesse isso de novo? Foi bom?

(A2) – Foi...doido, homi! Era um com raiva do outro, que não falava com o outro por causa de mulher, por causa de briga... nesse dia, meu amigo era todo mundo se agarrando, chorando um com o outro... Homi, todo ano novo agora eu me lembro disso... todo ano novo eu me lembro...

(E) – Você já tava na casa da sua vó?

(A2) – É, foi lá na vila na casa dela.

Como contrapartida ao desempenho de papéis parentais, o adolescente também enfrentaria dificuldade junto ao seu processo de individuação, uma vez que estaria enredado à família de origem, quando tal processo envolveria a sua separação gradual em relação à própria na medida em que se prepararia para assumir a vida adulta (Fulmer, 2001; Penso & Sudbrack, 2004). De fato, ao dirigirmos nossa atenção para as suas projeções futuras, percebemos que, embora chegue a mencionar o retorno à escola, cujo vínculo é visto como requisito básico a uma inserção mais adequada ao mercado de trabalho, *a posteriori*, Pedro confirma sua preocupação atual (Ex. 7) com o seu próprio sustento e o de sua família, além de expressar a necessidade também de ver sua moral frente à sociedade restabelecida, o que, na sua perspectiva, se daria através do trabalho, em consonância com a associação existente em nosso imaginário social entre trabalho e dignidade (Campos & Alverga, 2001).

Por último, se confrontarmos esse contexto com a percepção atual que Pedro tem de sua família (Ex. 1), notaremos que, apesar de ter assumido prematuramente

responsabilidades do mundo adulto, a família, ainda assim, constitui-se como fonte de apoio e de afeto, demonstrando-nos a importância desse suporte para a construção identitária na adolescência, na qual o sentimento de pertença é tão importante quanto a necessidade crescente por autonomia (Preto, 2001; Sarti, 1999), além de nos sugerir que as famílias pobres não podem ser resumidas aos limites que as condições concretas de existência acarretam ao desenvolvimento dos seus membros, como afirmam Minuchin et al. (1999).

Ex. 11

(E) – (...) *Você pretende voltar a estudar?*

(A2) – Pretendo.

Ex. 12

(E) – *E o que você pode fazer, daqui por diante, que vai lhe trazer bem?*

(A2) – Trabalhar e... que trabalhando, ganhando meu dinheiro suado eu tô vendo que eu tô andando com a minha cabeça erguida pra onde eu quero, num tem ninguém me procurando... Quero andar de cabeça erguida pra todo canto, não tá nem aí...

(E) – (...) *você trabalhando é o bastante pra você, pra manter você olhando pra frente.*

(A2) – Me manter assim...manter o que eu quero assim de –nê? de vestir, de roupa, essas coisas... e da minha mulher – nê? O resto, pra dentro de casa, e lá dos meus irmãos..., e lá até hoje eu ajudo.

B) Medida

Inicialmente, lembremos que a Liberdade Assistida, no caso de Pedro, corresponde a uma progressão de uma medida anterior, a saber, a semiliberdade, que lhe fora aplicada mediante sua reincidência na prática infracional, ainda quando estava submetido, pela primeira vez a uma LA, como o próprio adolescente nos sinaliza (Ex. 13). De acordo com Liberati (2006), no sistema sócio-educativo é possível e até recomendável que uma medida mais gravosa seja substituída por uma mais branda, em

consonância com a disposição do Estatuto em limitar a segregação da liberdade do adolescente em conflito com a lei em respeito a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Para tanto, devem ser considerados os méritos do sócio-educando, além do caráter pedagógico que deve prevalecer na aplicação das medidas tanto no início, quanto no transcorrer de sua execução.

Ex. 13

(E) – Ai do CIAD você foi pro CEDUC. O CEDUC que fica em privação de liberdade?

(A2) – O CEDUC Esperança.

(E) – Ai passou lá...

(A2) – Um ano e dois meses.

(E) – Era regime fechado ou você...

(A2) – Não, eu saia nos domingo pra casa.

(E) – Ah então é no semiliberdade. E aí do CIAD você foi direto pro CEDUC.

(A2) – Foi.

(E) – E na sua opinião o que aconteceu pra que você fosse do CIAD pro CEDUC?

(A2) – Foi porque eu já tinha cumprido essa medida, eu tava cumprindo essa medida..

(E) – A LA?

(A2) – Sim, esse LA. E não tinha cumprido ainda. Aí fico como quebra de medida. Ai botaram eu pra lá... pra o CEDUC Esperança.

Todavia, na percepção do adolescente, parece que essa substituição não faz sentido algum, tendo em vista o tempo excedente que permaneceu em Semiliberdade (Ex. 14), tomando como referência o prazo estabelecido. Importa notar que o tempo também se constitui critério de avaliação em relação à atual LA, em função do qual já deveria ter sido extinta (Ex. 15), quando sabemos que, ao contrário da pena reservada aos infratores adultos, as medidas aplicadas ao adolescente, a quem é imputada autoria de ato infracional, não seguem o princípio da reparação equivalente entre tempo a ser “pago” e a gravidade da infração cometida, como vimos no primeiro capítulo, mesmo quando se trata de medidas privativas de liberdade. Em regra, todas são adotadas por

prazo indeterminado, podendo sofrer alterações a qualquer tempo em função das avaliações periódicas às quais são submetidas, ao longo de sua execução, visando o êxito do processo sócio-educativo junto ao adolescente.

Quanto à LA, especificamente, o Estatuto faz referência ao período de seis meses, mas como tempo mínimo, que ainda está sujeito a mudanças, dada a possibilidade da Medida ser prorrogada, revogada ou substituída por outra (Brasil, 1990, art. 118, § 2º). No entanto, devemos lembrar do princípio de brevidade que pesa sobre todas as medidas aplicadas em consideração também à fase de desenvolvimento em que se encontra o seu público-alvo, como reafirma o recente documento sobre o SINASE (Brasil/SEDH, 2006a). De acordo com este, o atendimento ao adolescente deve ser capaz de abreviar o tempo da submissão deste à Medida, haja vista que, a despeito do seu caráter protetivo, elas também são restritivas de direitos. Desse modo, torna-se compreensível o incômodo expresso pelo adolescente quando se refere à Semiliberdade e à atual LA, assim como a ênfase dada à variável tempo na avaliação que faz das mesmas.

Ex. 14

(E) – (...) e porque que você foi do semiliberdade pra LA? Porque você não ficou já sem nada... assim livre?

(A2) – Eu acho que eu era pra ter saído livre sabe por que? Porque meu tempo no semiliberdade era seis mês só. Eu passei nove mês e nada de papel chegar. O papel só chegou porque o diretor e a vice-diretora foi correr atrás. Porque se não num tinha nem chegado ainda. *(O papel da...)* do semiliberdade, porque no papel chegou com seis mês, num podia passar mais de seis mês. Se chegasse com tempo indeterminado, aí... eu ficava calado, mas chegou com seis mês só. Passou seis mês, sete mês, oito mês e nada. Deu nove mês... aí pronto, o diretor e a vice-diretora gostava de mim qui só lá ela! Eles foram atrás mermo, procurar saber. Ai foi quando chegou.

Ex. 15

(E) – Na tua opinião, quando é que você acha que a medida LA vai ser extinta, vai acabar, e você vai poder ficar.. assim. cumpriu o LA?

(A2) – <risos> Eu acho que era pra ter acabado já, porque já faz um bocado de tempo, já. *(Uhrum)* E, assim, eu também não acho ruim, porque quando eu não tenho o que fazer, tem alguém que converse comigo, quem nem vocês – né? -, assim, conversa com a gente, fica... conversando assim... Trazendo coisas de bem pra gente.

(E) – (...) O que é que tá faltando?

(A2) – Isso aí eu também não sei explicar...

Ex. 16

(E) – (...)Se você fizesse um balanço da LA, desse tempo... (...) que idéia, uma opinião geral sobre esse período, sobre a própria medida, a LA? O que significa pra você?

(A2) – Significa pra mim é... que ali sempre tem alguém ali querendo me ajudar e não botar pra trás – entendeu? – tem alguém ali querendo que eu seja alguém na vida, e não querendo me botar pra trás, que nem tem muito – né? - que diz que é amigo mas não é... Tem gente que bota... quer levar você pro mal caminho... E na LA, não. Na LA a gente tá cumprindo, e mesmo assim a gente tá... tão incentivando a levar a gente pro lado do bem, e não pro lado do mal.

Ex. 17

(E) – O que você acha que faz com que um juiz, por exemplo, nas audiências que tem com o jovem, mude a... (a decisão) decisão ou, no caso, a extinção. O que, pra você, faz com que o juiz diga, chegue à conclusão de que aquele adolescente cumpriu a medida LA? O que faz ele pensar isso?

(A2) – O que faz ele pensar é a gente – né? – cumprir e ele saber o que é que a gente tá... como é que a gente tá vivendo, né? Como é que tá se passando a vida da gente, como é que não tá... *(Hum-hum)*. Aí isso aí ele entende – né? -, ele sabe como é que faz...

(E) – E o que é “cumprir”, na verdade, o LA?

(A2) – É... prestar atenção no que se passa... Botar a cabeça pra frente... Assim, não voltar nada do que a gente fez – né? -, não olhar pra trás, sempre olhar pra frente. Entendeu?

Ademais, parece-nos que a medida LA é desconhecida pelo adolescente também em sua dimensão protetiva, ou seja, que além (ou apesar) de responsabilizá-lo pela infração cometida, sendo-lhe, portanto, obrigatório o seu cumprimento, ela se propõe como um direito que implica, necessariamente, esforço de todo um conjunto de forças a

favor da efetivação dos seus direitos. Como podemos observar no terceiro segmento, citado acima, embora reconheça o apoio da Pastoral, mesmo que limitado, se considerarmos o rol de atividades que caracteriza a medida, o adolescente não o associa à Medida, ao cumprimento da mesma. A atenção em termos de orientação e de incentivo são consideradas mais como uma prática de benevolência e não como uma ilustração do respeito da assistência que lhe é devida no exercício de sua liberdade, com vistas o seu desenvolvimento, como se refere Carranza (1995).

Nessa direção, importa notar também que a retomada de sua vida escolar, assim como o desempenho de uma atividade remunerada, colocados anteriormente como metas futuras (Exs. 12 e 13), não são considerados como prerrogativas da Medida, no momento em que o adolescente afirma não ter idéia dos motivos da manutenção do seu vínculo à Pastoral (Ex. 15). Como nos sugere o último trecho descrito, além do aspecto do tempo, apontado em outros momentos, a não reincidência da prática infracional seria o objetivo maior, quiçá o único, da LA, ao contrário do que pensam Veronese et al. (2001) sobre as Medidas em geral. Para essas autoras, a proteção do restante da sociedade seria um efeito acessório do cumprimento das mesmas, do processo educativo e socializante realizado junto ao adolescente em conflito com a lei.

Diante do exposto, não poderíamos esperar que ele concebesse também o apoio da família como algo inerente à medida em questão, em que pese o fato de reconhecer que, a exemplo dos seus pais, a sua família pode ajudá-lo a dispor da condição de sua não reincidência, a sua inserção no mercado de trabalho, como observamos, enquanto discutíamos a categoria família (Ex. 12).

Ex. 18

(E) – (...) Então eu fiquei pensando, a tua família ou a família, no caso, pode ajudar você a ter uma “vida para a frente”?

(A2) – Poode!

(E) – *Como?*

(A2) – Também me apoiando, né?

(E) – *De que forma?*

(A2) – Me dando ajuda. Me ajudando assim – né? – que nem tem dia, que nem tem dia que eu tô sem fazer nada... aí mãe me chama para ir para lá, mãe mesmo sai assim, mãe mesmo sai às vezes, quando eu to desempregado, mãe mesmo sai procurando emprego para mim...(Hum)... Ela tá me ajudando, né?...(*humrum – humrum*)... <risos>

(E) – <risos>. *É... tem alguém mais além da tua mãe? Que faz... você citou sua mãe, né?*

(A2) – Meu pai, pai também.

(E) – *Seu pai, né? E de que forma seu pai ajuda?*

(A2) – Mesmo jeito.

C) Família e Medida

Muito embora seus familiares tenham reprovado a sua conduta em relação à lei, podemos perceber que, no curso da medida LA, estes vêm demonstrando preocupação e interesse efetivo quanto à mudança de vida do adolescente, fazendo jus, dessa forma, a leitura atual que tem sobre a instituição família enquanto fonte segura de apoio, expressa anteriormente (Ex. 1). Esse apoio se revelou, inclusive, antes mesmo da aplicação da LA como progressão, na medida em que se fez presente na DEA e nas audiências das quais adveio sua submissão à Semiliberdade (Ex. 19). No CIAD, então, importa registrarmos as visitas que se sucederam a despeito do sofrimento que os familiares sentiram diante da situação de detenção em que Pedro se encontrava (Ex. 20) para o qual concorria, de acordo com o adolescente, o modo humilhante como foram tratados dentro da própria instituição, demonstrando-nos algumas das incongruências existentes entre o que se deve e o que se dispõe concretamente em termos de atendimento ao adolescente em conflito com a lei (Bastos, 2002; Bazilio, 2003a; Volpi, 2001).

Ex. 19

(E) – Sim... ... você foi apreendido não foi? (Foi) Quando foi apreendido ficou lá no...

(A2) – Eu fui pra DEA primeiro. Depois da DEA, passou três dias, fui transferido lá pro CIAD.

(E) – E quem foi na DEA? Alguém foi de sua família?

(A2) – Foi mãe... mãe e meu tio... e minhas irmã.

(E) – Aí da DEA você foi pro CIAD. (Foi) Aí o pessoal já sabia que você ia pro CIAD, a sua família? (Já.) Aí do CIAD...

(A2) – Passei dois mese... aí teve três audiência... aí das três audiência eu esperei o papel aí chegou o papel pra eu ir pro semiliberdade. Aí eu fui pra lá...

(E) – E dessas audiências você participou, a família participou?

(A2) – Participou eu, da família, minha mãe... meus irmão, umas pessoas perto lá de casa da comunidade mermo – sabe?- que me conhecia foram também.

Ex. 20

(E) – Sei... e como foi pra tua família isso. Assim... você tava no LA, aí cometeu outro ato infracional aí foi pra delegacia... enfim como foi, como tua família reagiu, tua mãe...

(A2) – Reagiu do jeito que ela podia, né? Do jeito que ela podia ela reagiu, mas eu mermo via que num era bem não, porque... homi, a pessoa vendo sua mãe, seus irmão sendo humilhado por polícia, por policial por toda pessoa lá de dentro pra me visitar - sabe? - altas humilhação... eu mermo via mãe sendo humilhado pra entrar pra me visitar...

(E) – Na DEA?

(A2) – Não, no CIAD.

(E) – Humilhação que você fala é em que sentido assim?

(A2) – Assim, quando chegava pra me visitar ficava assim ignorando “Num tem visita pra caba de peia, não!... num sei o que...” eles, sabe? (hum rum) “Se ele quisesse ter visita ele ficava em casa!”

De acordo com o discurso da irmã, descrito abaixo, o desejo de que o adolescente se desvincule efetivamente da prática infracional mobilizou, desde o início, os seus co-responsáveis por sua proteção a mantê-lo afastado das amizades, pois, assim como Pedro já nos afirmou (Ex. 16), eles também acreditam que os amigos contribuem de modo negativo para esse envolvimento. Ademais, observamos que, em virtude dos riscos que as inimizades também oferecem a sua vida, a sua mãe, além de ter se mudado do bairro onde morava, proíbe, com o respaldo da irmã, que Pedro por lá transite.

Somado a esses interditos verbais e à distância geográfica entre ele e os amigos e/ou inimigos, como esse mesmo segmento já nos sugere, a prevenção à reincidência ganharia maior eficácia caso o adolescente pudesse estar ocupado com “alguma coisa”, remetendo-nos a histórica associação entre ócio e criminalidade (Rizzini, 1997).

Ex. 21

(E) – *E... e... quando... o pai ficou sabendo...*

(IA2) – Até hoje ele reclama... por isso que ele não quer um... ele aqui... **(hum)** Por ele diz... ele ê... ele tava... ele errô... mas ele num quer que ele erre... **(hum-hum)** Toda vida ele diz isso... até hoje ele diz... **(hum-hum)** “*Então, eu num quero você cum sua mãe não... porque você pode ter uma recaída... você pode... você sabe como é seus amigo...*” **(hum-hum)** Num sei o que... ele diz até a mim também... **(hum-hum)** que num quer a gente morando aqui... (...) até eu acho também... que ele... por mim ele num morava por aqui não... **(hum-hum)** Mas eu acho que se ele tivesse alguma coisa pra tá se... se ocupando eu acho que ele também num vinha pras banda daqui não... só vinha assim vê mãe, né? **(hum)** Passar um... dois dia e ir embora... como ele tava fazendo... **(hum)** quando tava morando com o pai dele... **(hum-hum)** passava a semana... a semana todinha... aí no final de semana ele vinha... tinha dia que ele num passava nem dois dias... **(hum-hum)** passava um domingo ao dia... aí ia... simbora pra casa... **(hum-hum)** Ele tava até se acostumando lá... ficando lá... num queria tá vindo mais pra mãe... **(hum-hum)** Aí pronto! Mãe começô cum chororô dela... que ela... quando começa a chorar a gente tem pena dela... <risos> aí pronto... tem que voltar...

(E) – *E o dia-a-dia de Pedro... aqui... depois que... como é que é?*

(IA2) – Mãe sai de manhã pra trabalhar e eles fica em casa mais minha irmã... **(hum-hum)** já que minha outra irmã foi embora né? **(hum-hum)** Aí ele fica em casa... com P... aí faz as coisa... porque mãe... Ave Maria! É inxigente... quando ela chega do trabalho... ela quer tudo feito... louça lavada... banheiro... vixe... Tudo! **(hum-hum)** Aí pronto! Quando ela chega... aí ele já tem feito as coisa e tá cum P... aí **(hum-hum)** pronto... ela fica em casa e ele fica lá na frente... **(hum-hum)** ou então vai na casa da namorada... pegar ela... **(hum-hum)** e traz pra cá... (...) Aí ele fica ali na frente... o dia todin... **(hum-hum)** Ou então quando um... o povo manda ele fazer alguma coisa... aí na rua **(hum-hum)**, o povo - sabe? - chama ele pá ir... algum canto... fazer algum favor... **(hum-hum)** fazer mudança... ele já fez mudança cum povo aí... **(hum-hum)** [...] mas fora isso ele fica... aí o dia todinho... **(hum-hum)** Vai pra frente... **(almoça...)** conversa cuns menino... **(come na casa da sua mãe?)** Né! **(hum-hum)** Ele... antes ele era assim... ele saia que só menina... ele ia no X (*refere-se a um bairro da cidade*) onde arrente morava... **(hum-hum)** aí vinha... aí almoçava e ia e vinha... ficava nesse vem e vai... **(hum-hum)** Aí pronto! Agora ele num vai mais não... que

mãe (**antes...**) disse que se ele fosse... Antes... logo nos primeiro dia que ele vêi... (...) aí mãe disse que se fosse pra tá assim... num queria ele lá não... aí pronto... ele se aquetô... (**hum-hum**) E eu disse a ele também ‘Olhe se você ficar assim... eu nê... eu ó... num vô dá mais nenhum real...’ (**hum-hum**) Aí ele ‘*Tá bom... tá bom...*’ (**e... a...**) “*Eu só queria trabalhar*” Tudo ele passa na cara da gente... “*Só porque vocês trabalha... cês quere mandar...*” <risos> <**risos**> ‘Não! Né questão da gente querer mandar não... agente só quer o seu bem... (**hum-hum**) porque você sabe que lá você tem inimigo também...’

Dentro dessa lógica, na percepção da mãe e da irmã, o acompanhamento individual em si e as atividades, em que o adolescente poderia participar em função de sua submissão à medida LA, são vistos simplesmente como possibilidades de distrair sua atenção, de ocupar seu tempo ocioso. Em outras palavras, a Medida, em consonância com o discurso do adolescente, restringir-se-ia à finalidade da não reincidência e sem perpassar pela inclusão escolar ou pela formação profissionalizante com vistas a uma inserção adequada no mercado de trabalho, dentre outros direitos cujo exercício são considerados importantes ao seu desenvolvimento. Todavia, além de nos sugerir certo desconhecimento em termos de concepção do que seja a medida, somos levados também a pensar na complexidade que envolve a sua efetivação, quando a família não dispõe das condições necessárias para a provisão material dos seus membros, de maneira que a solução para o grupo familiar e para o adolescente constituiria no desempenho de uma ocupação pelo adolescente que gerasse renda, como enfatiza a irmã em vários momentos na entrevista, a exemplo do último segmento citado abaixo.

Ex. 22

(E) – (...) *E como é que tua família ficou diante do fato de saber que você saiu do semi aí foi pro LA?*

(A2) – Ficou - né? – ficou... mãe mermo ficou alegre porque ela dizia “*Pelo menos alguma coisa você vai se ocupar*” ...porque quando eu sai ((*da semiliberdade*)) aí meu padrasto tinha

acabado de fazer o que ele tava trabalhando. Ai pronto. Eu tava só em casa. Ai ele disse “Pelo menos você tem alguma coisa você vai se ocupar, tem alguém pra lhe distrair” (...)

Ex. 23

(E) – (...) *o que você sabe da Pastoral?*

(IA2) – Hum... num sei muita coisa não... **(hum-hum)** Eu só sei que ele vai... o povo fica conversano... **(hum-hum)** ai não... parece que ele faz algu... ai eu num sei explicar... <risos> ele num explica direito... Eu escuto ele conversano com povo... que vai... **(hum)** fazer curso...fazer alguma coisa pra tá intertino ele... **(que povo?)** conversando... é o povo da Pastoral... (...)

Ex. 24

(E) – (...) *Teria alguma importância esse acompanhamento na vida de Pedro?* (o da Pastoral?)

Hum... porque você acha que é... pra acompanhar... pra ver os... os passos dele né? (é!)

E...pra arranjar alguma coisa também pra que ele... é..

(IA2) – Eu acho que é isso... é pra ser assim... mas eu não vi mais ele indo... **(hum-hum)** Num vi mais ninguém procurando ele... **(hum-hum)** Mas ê... deveria ser assim... no meu caso... era bom que fosse assim... que fosse tipo **(hum-hum)** um trabalho... chamasse eles pra passar... **(hum)** Um exemplo... Pedro tem que ir de sete horas... aí vem de uma hora da tarde... **(hum-hum)** pra casa e vai no outro dia... montar alguma coisa assim pra eles fazer... um trabalho... **(hum-hum)** Mas também pagar eles, né? Pra num ter **(sim!)** o pé deles num ficar sem dinheiro e querer aprontar no meio da rua... porque o problema é esse... **(hum-hum)** de vários adolescentes... não é que eles tenha preguiça de fazer... **(hum-hum)** é que eles querem fazer, mas querem receber também, né? (...)

(E) – *Então cêe acha que...* (devia!) *É...*

(IA2) – Deveria ser assim... agora... num sei como é... **(hum-hum)** Uma vez eu... seu soube de outro menino que... foi... que eles iam pra lá... conversar... lanchavam... **(hum-hum)** Pronto... tinha curso às vezes... **(hum-hum)** São essas coisa... mas não era de trabalhar não... **(hum-hum)** Agora onde eu estudava tinha um menino que foi preso...agora foi preso mermo né? Porque ele aprontava muita coisa ruin... e ele limpava as coisa lá no colégio... **(hum-hum)** Pronto! Era pra ser tipo assim... mas num era obrigado o povo saber que ele tava fazendo aquilo porque foi preso... eu tinha... eu queria muito assim que... <ininteligível> trabalhar numa escola de ajudar... pronto! Minha mãe num trabalhava num colégio? **(hum)** Devia levar ele... agora de que jeito? Com condições dele fazer as coisa dele bem direitinho... mas também nem ninguém saber porque que ele tá ali... **(hum)** E também ele receber né? **(hum)** Pra num ter o pé de tá... querendo arranjar dinheiro no meio do mundo... Porque... quando tem uma festa Pedro quer dinheiro... **(hum)** - né?... num é nem tanto na semana, sabe? Ele às vezes fica assim... porque às vezes mainha às vezes também tá sem dinheiro... Ele fica doido no meio da rua... Ele... **(hum)** ave Maria!... mãe

dizer que tá faltando isso... dentro de casa ele fica doido... **(hum-hum)** aí... às vezes muita gente dá uma recaída né? **(É! Acha que isso é...)** Ele eu acho que num...ainda num deu não... **(hum-hum)** Que... a... situação tá ruin visse? **(hum-hum)** Se num fosse eu trabalhano... eu num sei não.. ou ele já tinha feito besteira ou mãe já tinha... <risos> **(hum-hum)** Já tava doida por aí...

(E) – *Então um trabalho com o dinheiro (É!) né? Recebendo...* (Ah! Ia ser maravilhoso eu acho...) *Você acha que... evitava?* (Evitava muita...) *essas recaídas?*

(IA2) – Evitava. Eu acho não dele... acho que como de vários... **(hum-hum)** Eu acho... **(hum-hum)** Quando a pessoa quer alguma coisa... porque tem uns que num quer mermo não... **(hum)** Tem gente, né? Tem condições e ainda faz... Fez o que fez... Porque eu acho que... **(hum-hum)** se um dia Pedro fez essas coisa... te garanto... foi muita coisa que a gente passou em falta... Porque num podia ver a gente sem faltar nada... **(hum)** Que me... a... depois que o pai dele... separou da... de mãe... ai pronto! Sempre faltava alguma coisa... tinha dia que a gente num tinha nem o que comer... ele ficava doido... **(hum)** no meio da rua... pedinho dinheiro os outros emprestado... olhe... o mal dele era esse... até hoje ele tem... ele tem esse costume e eu já disse a ele que eu não quero... (...)

Como podemos notar, embora afirme que as condições econômicas em alguns casos não se constituem o único fator que determina o comportamento infracional, no caso do seu irmão, acredita que o envolvimento está intimamente relacionado a esta questão, além da influência dos amigos expressa anteriormente. Nesse sentido, torna-se compreensível aos nossos olhos a afirmação da irmã, nos trechos a seguir, de que a família pouco pode fazer a favor de Pedro (Ex. 25). Entre os familiares mais próximos, ou seja, co-responsáveis diretos por ele, embora trabalhem, os recursos são escassos, restando-lhes o esforço de conseguir algum serviço para ele, como o adolescente nos sugeriu (Ex. 18). E mesmo aqueles parentes que teriam possibilidade de empregá-lo, como os tios, não o fazem porque priorizam os seus filhos na tentativa de prevenir problemas futuros com a justiça. Na versão de Pedro (Ex. 26), no entanto, a razão para não ajudá-lo, oferecendo trabalho, seria o preconceito que estes demonstram ter em relação a sua condição de adolescente em conflito com a lei, sendo compreendido por

ele como um sinal de desafeto, motivo pelo qual são desconsiderados como membros da família, como observamos nos segmentos 01 e 02.

Ex. 25

(E) – (...) *Assim... você acha que... a família... de Pedro no caso... pode ajudar ele em alguma coisa... de alguma forma... é... pra não fazer as coisas erradas... que ele diz né? (...)*

(IA2) – A família dele? (**hum... é que**) Pode! (**hum-hum**) Mas num liga... só quiere... ah.... poder pode... acho que num é questão de ligar... É porque ele também tem os filho dele... é tudo chei de menino... chei de filho...

(E) – *Você tá se referinho à quem, quando diz...?*

(IA2) – Ao tio... tem uns tio dele... um tem um depósito (**Ah!**) de construção... aí pronto.. já num paga a gu... a ninguém... aí tem duas carroça veia... três filho... dois ou é três... (**hum-hum**) Prefere os que já fazem as entrega... (**hum-hum**) faz os negócio... que quem ajuda é até o meu outro irmão pequenininho lá... (**hum**) agora que a gente veio morar pra cá ê... ele num ajuda mais não... (**hum-hum**) Mas ele ajuda pra lá... E eu às vezes conheço o povo assim... aí o povo pergunta se eu não conheço ninguém que limpe um quintal... um negócio... aí eu já mando o meu irmão pequeno limpar... (**hum-hum**) às vezes eu chamo Pedro... mas é porque... (**hum-hum**) Pedro agora num... num tá indo...

(E) – *Então esse... esses... esses tios podiam ajudar mas... (É!) Não ajuda porque já tem (os filhos deles...) outros filhos, né?*

(IA2) – Já pra num ter o pé de acontecer essas coisa... (**sim!**) Que eles também vai... eles conhece muita gente... também onde é que eles mora... onde a gente morava ali num tem como você num conhecer vagabundo, não... (**hum**) Porque só o que tem no mei da rua... (**hum-hum**) (...)

(E) – *E quando você falô assim... eu perguntei se a família dele.. podia ajudar... aí você se referiu ao tio. E... você... sua mãe...?*

(IA2) – Eu ajudo o pôco que eu ajudo...O pôco que eu a... o poço <risos> que eu ganho num dá pá mim... só ajudar assim... (**hum-hum**) Mãe coitada! O dinheiro (**hum-hum**) que ela ganha... só dá pra pagar aluguel... (...) O meu padrasto... trabalhava... aju... assim.. ele passa um mês trabalhando... (**hum-hum**) Aí ele... um pá... o pai dele só tava recebendo em cheque... cheque... passano... mês... passano mês... e Pedro sem receber dinheiro... já ficando com raiva porque... ele queria comprar as coisa... a namorada dele também que ele tinha era muito exigente... queria andar chique... queria ter as coisa, sabe? Aí pronto... ele pêgo e parô de trabalhar com ele... foi essa.... foi num dia... nuns tempo desse agora... (**hum-hum**) acho que faz um mês que ele num tá indo...

(E) – *Ele não pagava... porque não tinha dinheiro?*

(IA2) – Não! tinha o dinheiro assim... (**hum**) era só cheque... aí quando tinha... pagava o aluguel... dizia ((o pai)) “Pedro... eu vô lhe dar a tanto... quando eu... puder lhe dar...” (...)

Ele deu domingo cento e cinqüenta reais, mas... antes disso ele num tava dando... **(hum-hum)** mas ele deu cento de cinqüenta... domingo... **(hum-hum)** mas também depois das... de uns quatro meses... que Pedro <risos> trabalhô... **(que ele tava trabalhando... ele não recebia nada...)** não recebia... Recebia assim... dez, vinte real... porque... Ped... Pedro... recebia... mas o quê? O dinheiro que ele recebia é.. Pedro comprava as coisa pra dentro de casa que morava os três, né? **(sim!)** Morava... na época morava... tava... ele tava no pai dele... aí pronto! O pai... ele tinha que comprar as coisa pra namorada... comer bom né? (...) Aí pronto... o dinheiro que ele dava só dava pra comprar passagem quando vinha pra cá... e dela e dele e... **(hum-hum)** ir pra casa e comprar as bagana da namorada dele e dele que ele gosta de comer bagana... **(hum-hum)** Pronto! Só dava pra isso mais... um dinheiro certo assim... é... num tinha um dinheiro certo...

(E) – E ele tava trabalhando com o pai?

(IA2) – É! **(hum-hum)** De vez em quando ele volta pra lá... quando ele tá precisando de dinheiro mermo que ele tá doido... aí ele corre pra lá... **(pra casa do pai...)** aí ajuda... ajuda... é... ajuda, ajuda, ajuda... aí quando o pai... dele tem dinheiro aí ajuda ele também...**(hum-hum)**

Ex. 26

(E) – Que situação seu pai tava?

(A2) – Pai não tava no Alcaçus ((o *presídio de Alcaçus*)) também.

(E) – Sim. Ai saiu agora também quase no mesmo tempo que você ((da semiliberdade)).

(A2) – Não faz cinco mês. Mas ele trabalhava lá, sabe? Vivia mais fora do que dentro. Ai saiu agora, botou uma oficina, trabalha como... sendo pra lá, sabe, pra Alcaçus, pros carros de lá, trabalha pra.. tipo pro governo, sabe? (...) Ai pronto. Agora tô trabalhando com ele. Como eu não tenho assim... família assim que me ajude, eu não tenho, porque... tem tio meu que não gosta de mim, sabe? Porque me <incompreensível> uma vez, mas só que pensa que não tem jeito, sabe? Ai me ver assim no canto... nem fala comigo. Passa... não tá nem ai, não. Um dia eu amostrô a ele, né?

(E) – Que você é capaz..

(A2) – É.

Decerto que a inclusão escolar também faz parte das preocupações dos familiares para com Pedro, como nos sinalizam a irmã e o adolescente, nos próximos segmentos descritos. Todavia, notamos que o trabalho remunerado, assim como a distância geográfica dos amigos, sobressaem-se por serem consideradas medidas mais urgentes. No caso, a própria inconstância atual do seu local de moradia, como nos sugere o final dos trechos 25 e 27, em função dos limites econômicos da família, parece

retardar o seu retorno aos estudos e, provavelmente, dificultar a sua permanência em uma instituição educativa, ilustrando-nos, com isso, as particularidades da experiência da adolescência em famílias de baixa renda, como nos apontam Losacco (2005) e Preto (2001).

Ex. 27

(E) – *Alguma coisa que você gostaria de dizer a mais sobre... é..*

(IA2) – Aí eu queria aí esse negócio... de emprego de Pedro... Porque... Ah meu Deus.. Aí eu queria que [...] inventasse alguma coisa... **(hum-hum)** pra levar ele... pra ele se ocupar em alguma coisa... **(hum-hum)** (...) também queria que ele estudasse... que ele **(hum)** num sabe ler... já cum dezesseis anos ele não sabe ler ainda... **(hum)** Queria assim que de dia ele se movimentasse em alguma coisa... um trabalho... **(hum-hum)** uma coisa que ele também recebesse pra num ter que -né? - tá atrás ô... que sempre a gente dependendo...

(E) – *Que que tá faltando pra ele estudar?*

(IA2) – Não agora num tá faltando nada... **(hum-hum)** Eu acho que não... só <ininteligível> escola... só quem sabe é mãe... depois que ele tá maiorzinho só ela que vai... **(hum-hum)** eu fui só uma vez... porque eu tenho uma madrasta viveu com meu pai sabe? Que ela dirê..... ela é professora lá da escola... ela sempre arranja vaga pra gente... **(hum-hum)** Eu vou até que falar com ela... num sei nem se mãe já matriculô Pedro... **(hum-hum)** eu acho que ainda num matriculô ou se já matriculô eu num sei... Se ela num matriculô eu acho que ela tá decidindo ainda como é que vai ficar... **(sim!)** Porque se ele vai ficar na casa do pai ou se vai ficar aqui. Porque se for ficar aqui... aí ele vai ter que estudar aqui né? **(hum-hum)** Se for lá **(fica mais perto né?)** É! **(hum-hum)**

Ex. 28

(E) – *(..)Você tá estudando?*

(A2) – Tô não, porque... eu tava estudando em X (*bairro do município do RN*), mas pai saiu agora, e eu fui morar com ele em Y (*outro bairro do mesmo município*) Aí ele trancou a matrícula lá, porque lá tem muita convivência com as mesmas pessoas que eu cometi esse ato – sabe? Aí pronto. Aí quando ele soube, aí pronto, ele tirou eu de lá onde eu tava, na casa de mãe, e levou eu pra morar com ele. Aí trancou a matrícula lá e procurou um canto ali, mas não tinha, porque foi final de ano...

Por último, importa tomarmos nota da posição da família quanto à temática da drogadição, em torno da qual geralmente são feitas intervenções por parte do programa,

visando o desenvolvimento pleno do adolescente. Neste caso em específico, o uso de drogas não consta no discurso dos familiares como fonte de preocupação. Aliás, referência alguma é feita durante as entrevistas nesse sentido. Entretanto, indiretamente e de modo controverso, observamos que a família contribuiu para com a decisão do adolescente de não se envolver, sendo, inclusive, assertivo junto a terceiros que lhe ofereciam drogas, ao perceber os prejuízos que o uso acarretou à vida de um dos seus familiares, demonstrando-nos, dessa forma, o quanto o grupo familiar se constitui referência estruturante em nossa constituição identitária, como nos aponta Sarti (1999).

Ex. 29

(E) – (...) E.. durante esse tempo em relação a questão da... você fez uso de droga?

(A2) – Não, porque uso de droga assim... eu via que não dava futuro a ninguém. Porque meu tio tinha tudo, sabe? Esse que eu tô dizendo não, outro. Ele tinha tudo, tinha carro, tinha casa de praia. Ai ele foi pro mundo das drogas, ai vendeu tudo que tinha, tudo, tudo, tudo. Roubava até dentro de casa pra... fumar droga. Ai eu via aquilo, via que não leva futuro a ninguém, só botava pra trás. Mas graças a Deus eu nunca quis.

(E) – Então você nunca usou.

(A2) – Não. E já tinha gente que me oferecia mesmo, mas eu sempre dizia que não queria não, porque eu via o que o meu tio passava. Ainda ele é aviciado, ele. Acabou com tudo de dentro de casa.

4.1.4. Mateus

A) Família

Com base nos primeiros trechos abaixo, temos que a configuração familiar para Mateus é determinada mais pelos vínculos afetivos do que simplesmente pelos laços consangüíneos, em que pese o fato de que, para Carter & McDoldrick (2001), os

relacionamentos familiares não são opcionais, isto é, nós não podemos alterar a condição de sermos relacionados a quem somos na rede de parentesco. As pessoas selecionadas pelo adolescente como sendo membros de sua família são valiosas aos seus olhos como “ouro” ao corresponderem ao seu afeto, além de lhe fornecerem apoio, assim como ele mesmo se dispõe a fazer junto à família, numa relação de mútua ajuda, anunciando-nos a importância dessa instituição na sua vida.

De acordo com essa perspectiva, seu pai, por exemplo, é uma das pessoas que ele considera mais ou menos na condição de membro. Embora por ele demonstre sentir afeto, a julgar pela saudade que afirma ter do mesmo (Ex. 04), Mateus se revolta pelo fato de, além de não ter sido criado pelo pai, não receber dele também a pensão que lhe é devida por direito, como assim se refere, na qualidade de filho (Ex. 05), mostrando-se consoante às responsabilidades atribuídas aos pais, a saber, de sustento, guarda e educação e ao direito de reconhecimento legal do estado de filiação que o Estatuto também preconiza (Brasil, 1990, art. 22 e 27).

Ex. 01

(E) – (...) você se lembra quando eu perguntei assim... quem você considerava como família...

(A1) – Foi eu falei, né? Só minha mãe, meu pai assim... meio mais ou menos e minha vô... e meus irmãos, e uns da minha tia, só. Só um tio meu, porque o resto... eu não dô valor, não.

Ex. 02

(E) – É... durante esse tempo da Casa de Passagem alguém foi lhe visitar? Da sua família?

(A1) – Ninguém. Acho que diz é assim: foi uma <incompreensível>

(E) – Você acha que foi um alívio pra eles.

(A1) – É. Pro meus tios é.

(E) – Pro seus tios.

(A1) – Ó, tem tio, tia pra mim... vale assim... não vale uma bolinha de ouro, não, vale uma bolinha de prata. Mas só que pra eles, pra mim assim, não faz falta pra eles não. Matou... só o que diz “Ah, faz um buraco no quintal ali e enterra.” Pra eles é assim.

(E) – E pra você?

(A1) – Pra mim,...<risos> mata, joga no fogo. Eles né? Agora minha vô, ai é outro sistema já.

Ex. 03

(E) – *É. Porque que sua família é uma bola de ouro pra você?*

(A1) – Porque tem vez que me apóia assim, sabe? Ai... acho bom assim. Não é porque me apóia, não, porque me apóia, é.. eu gosto também, eles gostam de mim assim, eu ajudo assim, quando eu posso ajudar assim eu ajudo, quando podem me ajudar, me ajudam também. Ai pra mim assim minha família é um grau de ouro, mas pra mim é só minha vô, minha mãe só que me colocou no mundo e gosta de mim e eu dô valor assim.... Mas tio e tia pra mim não é grau de ouro, não. Pra mim é um grão de estrumo.

(E) – *Então, sua avó e sua mãe é uma bola de ouro.*

(A1) – É.. e minhas irmãs também.

Ex. 04

(E) – *Mateus, quem entre essas pessoas, seu pai, sua avó, sua mãe e seus irmãos, você se sente mais afastado?*

(A1) – É de meu pai que ele mora em X ((*um bairro de Natal/RN*)). E de minha mãe também que distante, os dois - né?- que sinto mais falta.

Ex. 05

(E) – *Porque que seu pai “mais ou menos”?*

(A1) – Porque... sei lá. Porque dá raiva em mim, porque era pra tá me criando, era pra tá dando minha pensão que ele não me dá... e ela tá pensando que... minha vô e minha mãe, que é boca mole assim... ai minha vô disse que ia dá uns impressão nele pra ele me dá minha pensão. Mas minha vô só faz dizer também, abrir a boca demais. Não diz não. Se tivesse um canto pra eu ir atrás dos meus direito eu ia, mas eu não sei nenhum canto pra eu reclamar meus direito, né? (*uhrum-uhrum*) Eu fico com quinze anos, com dezesseis, dezessete, fazer meus dezoito e não vem nada pra mim! Ai... como chama? Minha vô diz - sabe? – e minhas tias, que é boca mole assim... diz “*Não, mais ele não é registrado no seu nome, não*” ‘Meu amigo, não é saber registrar em meu nome, não, mas tenho sangue pra comprovar que é dele’. Mas ela fica... “*Não, mas tem isso também?*” ‘É... tem que ir atrás, procurar lá.’

(E) – *Você queria que seu pai assumisse você...*

(A1) – É, assumisse e... desse minha pensão no mês, né? De quinze e quinze dias que ele recebe e....

Ao mesmo tempo, somos levados a reconhecer entre os outros membros adultos, a exemplo da avó e tias, além da mãe, a dificuldade de lhe oferecerem a proteção

necessária, como o adolescente mesmo já nos sugere acima nos trechos 03 e 05 e confirma em outros momentos, permitindo-nos compreender porque sua família não é digna de sua confiança (Ex. 06), apesar dos sentimentos afetivos existentes. Assim posto, tal percepção contraria a idealização das relações familiares que ainda persiste no imaginário social (Sarti, 2005; Vicente, 1998), reiterando, por sua vez, a importância da atenção do Estado e da sociedade junto às famílias, através de políticas sociais básicas e programas de apoio sócio-familiar, especialmente quando se encontram em situação de vulnerabilidade, a fim de que possam atender as demandas dos seus, especialmente, seus membros menores, como defende o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Brasil/SEDH, 2006b).

Como pudemos ver no segmento acima, embora a avó e a mãe tenham se comprometido verbalmente a favor da garantia do seu direito à assistência financeira por parte do pai, concretamente não foi dado nenhum passo nesse sentido, conforme aponta o adolescente, devendo ainda registrar o desconhecimento maior da tia a respeito do direito que estava sendo violado. Enquanto que, no segundo segmento a seguir, deparamo-nos com a impotência da avó frente ao tratamento preconceituoso do seu filho em relação ao Mateus em função do envolvimento deste com a prática infracional, reproduzindo, assim, a visão estigmatizante que a sociedade nutre sobre os que infringem a lei (Volpi, 2001). Ademais, é válido mencionar a dificuldade da avó em reajustar seu padrão de autoridade junto ao adolescente diante da demanda expressa por maior liberdade, concorrendo, então, com a saída de sua casa que para ele, até então, parecia ser sua referência de moradia, e sua inserção no contexto de rua, no qual se tende ampliar as situações de vulnerabilidade, como aponta Preto (2001).

Ex. 06

(E) – *É... Mateus, tem alguém aí nesse meio de campo que você confiaria? Você confia mais nessa pessoa, você...*

(A1) – Rapaz, eu hoje não confio nem nos meus calção <risos> Bote fé!

(E) – *Nem nos seus calção.*

(A1) – Confio não, porque eu tenho medo até de ter um escorpião, de beliscar

(E) – *Nem na sua vó, nem...*

(A1) – Ninguém, só em Deus e olhe lá... digo logo assim... Minha vó diz que eu tenho que acreditar em Deus. Eu nunca acreditei, que eu nunca vi.

Ex. 07

(E) – *Você disse que foi criado com sua avó até os 12. (Foi) Aí disse que depois dos 12 você ficou um período na casa de sua avó e de seu pai. O que fez você ir pra casa de seu pai também?*

(A1) – Fiquei gostando. Que é diferente. Ia passear, ficava lá um tempo. Dois, três dias lá aí vinha pra casa de novo. Só andar mermo e lá é bom também... o São João assim é bom demais. Um bocado de bagunça lá. A pessoa vai na bagunça também. O cara ficar só trancado veio em casa direto. Só sai pra vim pra cá ((*o quintal da casa da tia*)). Eu vou fazer o que aqui. Ficar olhando pro pé de pau, igual uma casa. Eu vou é sair por aí. “Não volte pra cá!” ((*avó diz*)) Não, volto não. Vou ficar na rua aí mermo. Tá bom. Eu nasci pra ser jogado mermo. Deixa eu assim... jogado.

(E) – *Você não iria pra casa de sua vó porque lá ficaria se sentido preso.*

(A1) – Vou nada. E tem um fresco de um tio dentro de casa que só fica acusando o cara também, dizendo que... porque... eu passei dois aí, fui pra Lagoa X, passei o dia lá. Fui pra casa de um amigo meu, aí passei dois lá também. Aí fica dizendo “*Não, eu tenho prova e a senhora só apóia ele... - porque minha vó gosta de mim, né?- aí ... “só apóia ele num sei o que mais lá” ‘Vou fazer o seguinte. Vou vazar agora.’ “Não, vá não.” ((a avó lhe disse)) ‘Não quero saber não, eu vou mermo. E se me botar pra lá eu fujo. Eu pulo o muro aí e fico na rua mermo’.*

(E) – *Então sua vó proíbe você de sair de casa se você for pra lá.*

(A1) – Proíbe, homi. Se for pro cara sair é pra ir pro mercado, fazer mandado pros povo de lá de dentro ((*da casa da avó*)) e vim pra cá. Ficar fazendo o que aqui? Eu num sei nem como é que eu tô aqui, homi. Eu tô aqui pra terminar esse negócio aí ((*ele se referia à entrevista*)). Se num fosse isso eu tava em casa ((*casa da irmã onde estava se acomodando*)). Em casa ou na Lagoa Y. Em qualquer canto.

Entretanto, apesar de experimentar um sentimento de rejeição de sua família para com ele, quando afirma “eu nasci pra ser jogado”, para o qual, inclusive, pode

corroborar também o apoio da mãe à atitude de evitação do padrasto em relação a ele (Ex. 08), e de projetar, no futuro, uma vida independente, com base na própria experiência negativa de viver em “casa de família” (Ex. 09), podemos observar que, em outros momentos, a exemplo dos dois últimos trechos descritos abaixo, Mateus expressa o desejo de reunir em uma mesma casa as pessoas que ele considera como membros de seu grupo familiar, antecipando para o presente o seu anseio de ter uma casa própria, visto como condição que lhe confere autoridade para manter afastados os parentes indesejados.

Ex. 08

(E) – *Ai nessa casa ((onde a mãe mora)) se não fosse por seu padrasto...*

(A1) – Homem, se eu fosse minha mãe, eu chegava na moral, entrava lá dentro, se ele viesse falar bosta ia pro cacete e ia feio mermo ...matava ele logo.

(E) – *E sua mãe, o que você acha que sua mãe pensa disso? Assim.. ela sabe que seu padrasto não quer você lá? Ela diz alguma coisa em relação a isso a você?*

(A1) – Diz assim pra mim “Vá embora, porque tá frescando...” não sei o que mais lá. Ai me dá três reais assim... eu gasto de uma vez assim... “Vá embora, depois você vem quando ele não tiver aqui”. Ai quando ele não ta lá, sempre eu apareço lá. Mas faz sete meses que não vou lá mais.

Ex. 09

(E) – *Ô Mateus, um projeto como esse ((referindo-se a um projeto X)) que você gostaria de participar, você acha que ele ajudaria você a ser um homem de bem?*

(A1) – Rapaz, ai eu num sei. Acho que nenhum projeto vai ajudar ser um homi de bem. Porque assim... é trabalhar e estudar e... como aquele ditado “ser um homem na vida”. Ai vai arrumar uma mulher, juntar um dinheiro pra quando ela parir com uns vinte, trinta ano lá, eu comprar uma casinha pra ficar morando. Ter minha casa própria. Porque pensa em coisa ruim é você morar em tal de casa de família. (...)

Ex. 10

(E) – *Entre a sua mãe, seu pai, seus irmãos, sua avó? Com quem você tem mais atrito, mais arranca-rabo?*

(A1) – Homi, é com tudinho! Tudinho me dá estresse ali dentro. Principalmente minha vô, que é uma pessoa assim... que <ininteligível> dos filhos dela que é um santinho, os poderoso, ai

fica <ininteligível> a pessoa... “*Cadê o martelo, essa buceta...*”, não sei o que mais lá. Só não chama nome santo. É só que ela chama por enquanto, né? “*Essa pinguela,*” não sei o que mais lá. Eu não dô valor não. Tem vez que eu tô mingé, <ininteligível> que eu fico mangando também, porque ela fica irada, né? É um negócio que me dá raiva, casa de família... homi, <risos> por mim eu tocava fogo naquela casa! Botava abaixo! Agora se eu tivesse condições, de ter... qualquer coisa, eu tirava minha mãe de meu padastro, tirava mermo! Se ele viesse frescar, eu mandava matar logo. Ia ser assim comigo.

(E) – *Mesmo sem ela querer?*

(A1) – Mesmo sem ela querer ou ela não querer. E carregava minha vó. E se ela não queresse ela, deixava pra lá mesmo, pra se lascar pra lá. É minha mãe, mas deixava se lascar. E tirava minha vó dali. Ela não diz que é o sonho dela, né? Se pegasse dinheiro assim.. ia pro interior ia comprar casa, a casa que tiver um terreno que tiver grande assim... muito grande não. Colocava ovelha, colocava até o escambal, porco, galinha, tudo. Ia morar só eu e minha vó também, pra ela tirar - ela disse que sabe tirar leite de vaca- tirar leite de vaca, comer um cuscuzinho com leite, isso aquilo, outro. Comprava mil conto de feira logo. Comprava um bocado de negócio. Ia morar normal. Ela ficava num quarto, eu arrumava uma boyzinha pra mim, ficava no meu quarto, na moral. Ia viver minha vida, sabe? Ter dinheiro, cheque pra gastar assim.. e tal. Se tivesse condições ia fazer isso. De ter assim...sei lá...dá um troço em mim assim... e eu ter aquilo, né?

(E) – *Você ia morar com sua vó?*

(A1) – É o sonho dela – né?- e meu sonho também viver... deixar de banda, porque não dá certo, não.

Ex. 11

(E) – *Você levaria também sua mãe...*

(A1) – Eu levava minha mãe, meus irmãos tudinho, só a família. Agora tio, tia... oia... de lado! Eu queria assim... ir lá.. tudo bem- né?- fazer um almocinho assim - né?- da família.

(E) – *Só de visita...*

(A1) – É, de visita. Mas pra chegar, ficar lá morando lá, querer beber, galinhar, ficar batendo na porta pra querer entrar... Ah, vai pra bala na hora, não sei nem quem é. (...)

Dessa forma, parece-nos que o adolescente, para ter sua necessidade de pertencimento e de afeto correspondidas que, nessa fase de desenvolvimento em que se encontra, são tão importantes quanto é o apoio da família para a diferenciação e o afastamento gradativo em relação aos seus (Carter & McDoldrick, 2001), deve ele mesmo proteger seu direito à convivência familiar, embora reconheça, ao mesmo

tempo, que não tem condições concretas para isso, como pressupõe o Estatuto, segundo Costa (1994), em virtude de sua própria condição peculiar de desenvolvimento. Caso tivesse meios para tanto, paradoxalmente, seria assumindo o papel de um homem adulto, chefe de sua família de origem, dotado de autoridade moral para garantir o respeito, e se responsabilizando ainda pela provisão material. Ocupar este lugar, por sua vez, manter-lhe-ia atrelado a sua família de modo que seu processo de individuação seria prejudicado, segundo afirma Sarti (2005), reiterando em nós a idéia de que a preparação do adolescente pela instituição família para o mundo adulto perpassa, todavia, pela qualidade da atenção que a sociedade lhe garante. Como afirma Mioto (2001), é preciso que a própria família realmente seja tratada como um espaço a ser cuidado e não apenas de cuidados.

B) Medida

Embora reconheça o caráter de contingência ao ato infracional cometido e a obrigatoriedade que caracteriza todas as outras medidas sócio-educativas, de acordo com Veronese et al. (2001), Mateus parece não compreender o que seja cumprir Liberdade Assistida, além do compromisso de ter que comparecer à sede do programa. Como podemos observar (Ex. 13), nem ao menos soube nos dizer o que significava as iniciais LA, chegando a confundir a entidade responsável pela execução do programa com a medida.

Se compararmos os dois primeiros segmentos abaixo, apesar de nos dar a entender que a medida a ser cumprida seria em meio aberto, podemos perceber que, em suas expectativas iniciais, haveria a possibilidade imediata de ser privado de sua liberdade, sem o devido processo legal, fazendo-nos, assim, reportar à atuação arbitrária

da justiça de outrora, quando crianças e adolescentes pobres eram objetos de tutela do Estado (Rizzini, 1995; Volpi, 2001) e, por conseguinte, reconhecer o peso que tal prática ostenta a ponto de sustentar certas percepções como essa acerca da figura do juiz, cujos poderes hoje são limitados e seu exercício deve se dar em estreita observância à condição de sujeitos de direitos da qual se revestiu a população infanto-juvenil, desde já algum tempo.

Somado a isto, observemos, ainda, no segmento 13, que o termo usado pelo adolescente para se referir ao possível lugar onde ficaria recluso, isto é, “presídio”, faz alusão ao sistema prisional, sinalizando-nos seu desconhecimento acerca da diferença entre as Medidas e as sanções aplicadas aos infratores adultos. Queremos dizer, que, para além da sanção em si, as primeiras são definidas por sua natureza sócio-educativa, sendo considerada um direito que lhe assiste, dada a fase de desenvolvimento em que se encontra (Costa 1994), de forma que as instalações físicas, na qual os adolescentes em conflito com a lei podem responder ao ato infracional, também recebem denominações diferentes, consoante com o atendimento previsto, como “estabelecimento educacional” (Brasil, 1990, art. 112, inciso VI).

Ex. 12

(E) – E você se lembra o que fez com que você passasse a fazer parte da Pastoral, do Programa?

(A1) – Eu sei que eu... cometi um roubo. Ai... tem Olívia ((*orientadora*)), eu conversei com ela, me chamaram pro juiz, o juiz me chamou pra eu vir ai. Ai chega lá ele queria saber se eu queria ficar preso ou se queria cumprir esse LA, como diz os cara lá. Ai eu fui e disse ‘Rapaz, não vou ficar engaiolado não, eu vou ficar vindo aqui.’ Ai, pronto. Até hoje eu tô vindo (...)

Ex. 13

(E) – Que idéia você tem do que é LA? O que é LA pra você?

(A1) – Rapaz, LA eu nem sei, sabe? Mas só que.. pra mim é Pastoral, eu chamo Pastoral, porque no abrigo lá onde eu tava lá tem uns menino lá que fazia LA - sabe? – ai tem.. aqui tem um negócio que tem um L e um A... num sei nem onde... *((ficou um tempo procurando as letras no cartão-agenda do Programa a cada sócio-educando))* Não tem. Tinha no outro.

(E) – *Mais independente de saber o que é LA, o que você esperava que ia acontecer quando chegasse na Pastoral?*

(A1) – Eu num tava nem esperando, visse. Eu fui assim... naquela, né? Pensando que ia e ia ficar de vez. Que era assim um presídio, uma coisa pra eu ficar. (...)

Estas impressões iniciais parecem se confirmar ao longo do seu discurso no que se refere, especificamente, à medida LA. Em alguns momentos, a exemplo dos segmentos a seguir, o adolescente chega a fazer referência a sua participação em um curso profissionalizante oferecido pelo programa da Pastoral, assim como nos aponta o interesse de orientadores por sua inclusão escolar, além da associação que o próprio Mateus faz da educação escolar e profissionalizante com a inserção no mercado de trabalho, o que o faria estar de acordo com alguns dos objetivos previstos pelo programa, como bem já pontuamos neste texto. Desse modo, as prerrogativas que envolvem o cumprimento da medida, ao nosso ver, poderiam ter sido mencionadas como parte de sua percepção sobre a LA, embora reconheçamos que sua preparação nesse sentido não estava saindo a contento, conforme a descrição que ele faz dos fatos.

Ex. 14

(E) – (...) *Mateus... você disse que quando tava na casa de passagem não tava trabalhando ... e hoje...*

(A1) – Eu tava vindo ai de vez em quando, vim umas três vezes pra fazer esse negócio ai, sabe, de marcenaria *((olhou apontando para as marcas de tinta na parede da área de serviço, vizinha a sala, feitas por ocasião do curso de pintura))*

(E) – *Sim, você participou do curso de...*

(A1) – Mas eu tava vindo como ouvinte, mas eu queria vim pra.. fazer mesmo pra ver se eu passava no teste pra eu fazer a pintura, sabe?

(E) – *Ah, você não fez o curso não, tava só ouvindo...*

(A1) – Assim, tipo ouvendo, só pra olhar, aprender como é...

(E) – *Porque não participou?*

(A1) – Porque ninguém me avisou - né?- daqui da catedral. Eu tava interessado, porque a pessoa vem como ouvinte, mas eu queria vim pra me interessar mesmo pra eu passar no teste pra eu ficar trabalhando, né? Porque eu quero trabalhar ou estudar, um dos dois. Porque se eu não poder trabalhar, eu também vou ficar estudando, eu vou arrumar um emprego pra mim, também, porque eu não rua assim, não tem futurão pra mim, não. (...)

Ex. 15

(E) – (...) *Você tava falando da X ((refere-se a uma escola)) porque é... você disse que queria que sua vó fosse pegar o documento lá pra poder fazer matrícula...*

(A1) – X, X ((*repete o nome da escola*))... Olívia ou Everaldo ((*orientadores*)) tava querendo uma escola pra mim. E a mulher lá disse “*Aqui um ano você faz duas série*”. Ai eu fiquei doido. ‘Vixi, irmão, quer dizer que um ano eu já tenho duas série!’ Com duas série em cima, aí quando for outro ano mais duas, quando for no outro, já era... tô no primeiro grau já, eu já arrumo um emprego pra mim, né? Aí pense que não... eu fiquei sabendo. É um projeto! Ai eu falei, ‘Vixi, meu amigo. Quer dizer que eu vou ficar naquele projeto lá, ia ficar um bom tempo naquele projeto pra pense que não... não ia contar tempo não’ Acho que era só o tempo que eu ficava por aqui ((*na Pastoral*)) mesmo.

Quando atentamos para os motivos atribuídos pelo adolescente para que sua medida tivesse sido mantida, podemos compreender melhor o fato de não associar a LA a sua formação educacional e profissional, ou seja, ao exercício desses direitos, dentre outros. Na sua leitura, parece-nos que o objetivo de sua vinculação ao programa seria tão somente a não reincidência da prática infracional e não, essencialmente, o seu desenvolvimento pleno, como bem afirma Carranza (2005), em virtude do qual a medida deve ser uma via especial de acesso do adolescente ao seu estatuto de sujeito de direitos. Ao contrário desse propósito, Mateus nos dá a entender que a medida funciona para ele bem mais como uma estratégia de controle de sua conduta e menos como um instrumento de apoio ou assistência ao seu desenvolvimento, fazendo com que a LA de nossos tempos se aproxime da LA que existiu durante a vigência do Código de Menores de 1979, quando o interesse pela proteção da sociedade justificava o olhar vigilante

sobre as crianças e adolescentes que lhe representavam perigo (Bastos, 2002; Carranza, 2005).

Ex. 16

(E) – Antes de ir pra Casa de Passagem você já tava em LA, né? Ai assim...

(A1) – Foi, peguei seis mese. Ai quando eu tava na Casa de Passagem ainda, aí eu tive que vim pra conversar lá... aí coisinha falô que eu peguei mais seis mese agora.

(E) – Porque você acha que pegou mais seis meses?

(A1) – Num sei...(Não tem idéia?) Num tem idéia não. Num tem como eu calcular não porque... na minha cabeça vem um bocado de coisa que nem sei...

(E) – E Olívia ((orientadora)) não falou nada assim... porque que o juiz colocou mais seis meses pra você?

(A1) – Acho que é pra o cara num ficar de... brincar, né porque ficar na casa de minha vô ali só pensa em besteira. A pessoa não sai. Se sai tem inimigo lá fora. Se eu for sair pro lado de fora eu vou viver com vagabundo, vou fazer besteira porque lá... lá tem canto lá que é assim... chega mermo assim a pessoa, um negócio... “Vai... pega. Vai roubar agora?” (...)

Ex. 17

(E) – Ai Mateus, você acha que o juiz ter ampliado sua medida por mais tempo...

(A1) – Rapaz, eu acho até bom ficar vindo aqui porque é um canto que assim que eu venho passear e que eu desocupo da cabeça, sabe? E eu tando lá também eu só penso em besteira, fazer uma coisa pra num ficar parado. Eu pego peso direto, direto. Já peguei foi peso de manhã e aquele negócio chato na cabeça tipo assim um diabo chamando, sabe? Vamo roubar, vamo matar, vamo traficar, esses negócio, vamo botar pra fuder, vamo.. sei lá, homi. Eu não sei nem o que dizer, homi.

Assim sendo, não reconhecendo a medida em sua dimensão protetiva, de maneira que a inclusão escolar, a formação e iniciação profissional seriam vistas como algo pertinente, torna-se previsível para nós e, portanto, compreensível, o fato de sua família não ser implicada no cumprimento da medida, como, de fato, ocorre no caso de Mateus. Mas, interessa-nos observar também que outras razões relacionadas à própria convivência familiar parecem concorrer para esse fato. Para tanto, devemos considerar

suas expectativas em relação ao futuro, mesmo estando elas não associadas à LA, na visão do adolescente.

Desse modo, podemos perceber que, em relação ao seu desejo de “ser alguém na vida”, cuja realização perpassa por seu retorno à escola, inicialmente, seguida de sua inserção no mercado de trabalho, a família também não é requisitada por ele como fonte de apoio. Como o último segmento nos sugere, tal apoio parece dispensável, seja em virtude de sua experiência em situação de rua, tendo desenvolvido estratégias de sobrevivência que não prescindem fundamentalmente de um suporte familiar, seja porque a ausência ou a qualidade desse suporte não corresponde às suas expectativas. Considerando que dentre os vários fatores que contribuem para a situação de rua, um deles diz respeito aos conflitos familiares, conforme dados recentes do estudo promovido pela Secretaria Nacional Antidrogas (2004), as duas possibilidades supracitas nos remontam às relações intra-familiares, mas, precisamente, leva-nos a perguntar sobre a participação concreta dos seus na medida, considerando também o discurso dos que participaram de nossa pesquisa. Eis o que pretendemos fazer, a partir de agora, na discussão da última categoria.

Ex. 18

(E) – Alguém estuda nessas duas casas?

(A1) – (...) meu sonho é estudar. Meu sonho não, eu vou.... porque Everaldo (*(orientador da Pastoral)*) disse que esse mês não dá pra pegar, porque..

(E) – ...tá terminando o ano..

(A1) – É, no outro vou ver se eu consigo pegar.

(E) – Você quer estudar?

(A1) – Quero.. ser alguém na vida - né? - porque sem estudar é osso.

Ex. 19

(E) – Ai... isso tudo que você veio falando porque eu perguntei assim... “de que forma sua família poderia lhe ajudar a ser alguém na vida”. Ai você disse que sua família não

ligava pra você - né? Ai eu perguntei “o que era ligar”? “O que ela faria pra que você visse ou percebesse que ela liga pra você?”

(A1) – Não, esse negócio aí eu não quero tocar não. Porque esse negócio pra mim não vale não, não é.. de tá ligando pra mim.. é... não adianta não ligar pra mim, não, porra, minha família ligar pra mim, não. E eu também não quero, não. Eu quero assim... do jeito que tá, né? Eu só quero assim...arrumar um emprego pra tudo... o que eu pensei, eu tô planejando pra eu fazer, pra eu dizer ‘Oh,...

(E) – Você acha que não pode contar com sua família pra isso, Mateus?

(A1) – Contar eu conto assim...vou na casa de cada um, converso, do jeito que é do meu dia-a-dia. Agora, deu tá assim...deles ligar pra mim... ligar, eles vai ligar sempre, mas no é do jeito que eu quero e também eu não quero do jeito que eu quero também não. É uma resenha! <risos>

(E) – É. Eles nem ligam e você também não quer que eles liguem. É isso?

(A1) – É. Eu quero assim.. eu sei lá, homi. Eu só quero assim... estudar, quando eu tiver assim com... eu acho que vou repetir essa quarta, porque eu num tô indo mais - né? - mesmo que seja no mesmo canto. Mesmo que eu termine por ali, eu quero estudar e arrumar... fazer minha vida. Estudar e pronto. Já era! Mesmo quando eu andava em qualquer canto assim.. lavo o meu rosto e tal, lavo meu pé, boto uma roupa assim.. se sujar, eu vou na casa de minha mãe e tal, eu lavo. E vai ser assim. Eu digo isso assim porque eu já passei por muitas coisas, já! Tô com quatorze anos... de dois anos pra cá eu fiquei na rua por um bocado de tempo com os boy aí, eu sei como é.

C) Família e Medida

Ao contrário da LA, que confere importância à participação da família no processo sócio-educativo do adolescente, a avó, que parece se constituir uma das figuras mais significativas na vida de Mateus, afirma que tal instituição não pode ajudá-lo nesse sentido. O que nos parece é que a inclusão no mercado de trabalho, assim como a escolar, como o juiz no momento da audiência ao aplicar a medida LA “prometeu”, segundo a avó descreve (Ex. 20), seriam atribuições exclusivas da Pastoral, demonstrando-nos com essa situação a grande responsabilidade dos que fazem o sistema sócio-educativo, sendo capaz de, contraditoriamente, comprometer o cumprimento efetivo das medidas, quando não se tem delas conhecimento adequado,

conforme nos coloca Bazílio (2003a), contribuindo com a produção de percepções distorcidas sobre as mesmas.

Além disso, nesse mesmo trecho, percebemos também que, ao contrário de promover socialmente a família para que esta venha atender as necessidades do adolescente, como aponta o artigo 119, inciso I, do Estatuto (Brasil, 1990), uma das atribuições que recai sobre os programas que executam a LA, a avó defende que, ao adolescente, sejam dadas condições financeiras através de sua submissão ao trabalho, mediante a associação que faz entre pobreza e prática infracional. O que, de acordo com Volpi (2001), tem procedência, quando se nota que a maioria dos atos infracionais cometidos por adolescentes são contra o patrimônio e estes são pertencentes a famílias de baixa renda, a exemplo dos sócio-educandos atendidos no programa, como pudemos ver no primeiro capítulo.

Acrescentemos que essa inserção antecipada no mercado de trabalho, além de lhe auferir alguma renda, constituiria um meio de manter seu tempo ocupado, fazendo-nos lembrar do valor que já se conferiu ao trabalho na prevenção e recuperação das crianças pobres quanto à criminalidade, quando esta era vista como produto principalmente da ociosidade (Rizinni, 1997). Desta compreensão, a partir da qual o combate ao ócio se torna uma necessidade emergente, parece que a irmã também compartilha, ao mencionar que atividades como um esporte ou um curso, seriam importantes em função do tempo e atenção que o exercício das mesmas requer do sujeito, embora nos sugira que o envolvimento de Mateus com a prática infracional está mais relacionado às suas condições materiais (Ex. 21).

Ex. 20

(AA1) – (...) É minha fia... da Pastoral eu gosto, mas só tem uma coisa da pastoral que eu não gosto.

(E) – Fale. O que é?.

(AA1) – Porque a pastoral vem lá pelo juiz. É mandado por ele que eu sei que ele falou tudinho lá. É só sobre que eu digo... o trabalho e os estudos do colégio dos meninos que é muito devagar... muito devagar, porque ele prometeu lá e eu não tô vendo nada ... de colégio e de trabalho pra esse povo trabalhar pra ele - como é que diz? ...- para ele ocupar essas mente suja deles, botar uma mente limpa, uma coisa boa.

(E) – Hurum . O trabalho e a escola ajudar a eles.

(AA1) – É isso. Minha fia, pelo amor de Deus, o estudo é o principal do mundo, não é não, pra gente? Principalmente para eles.

(E) – Hurum. E Dona Helena, a senhora acha que a família pode ajudar... (A minha família?) A sua família ou... (Ajudar como assim?) A sua família ou as famílias podem ajudar um adolescente como Mateus a deixar de usar droga ou então a deixar de fazer..? (...)

(AA1) – Não. Eu acho assim ... que se trabalhasse... se tivesse um trabalho assim e tivesse o colégio dele eu tenho certeza que Mateus não sai de casa para fazer roubo com ninguém do mundo. Tenho certeza absoluta, porque ele tinha o dinheiro dele todo mês. Ai... depois eu disse que o pai dele desse a pensão dele... Deus o livre e guarde de pensar nisso. Ai o cara liso... o outro chega um cochicha no ouvido do menino ai ele atrás do dinheiro ai vai... ai ele vai cair na cilada do outro. Você tá pensando que esse pessoal de menor.. não é comandado pelos de maior para roubar? E ele ainda fica com a metade e dar o que quer pra o de menor.

Ex. 21

(E) – E... e... você sabe que Mateus faz parte da Pastoral?

(IA1) – Sei. Ele disse que tá fazendo até curso lá pra pintura, pra um bocado de coisa lá. Pronto, ele quer continuar nesse negócio aí. O negócio dele é lutar, quer fazer um negócio de esporte. Mas ninguém quer botar. Vocês de lá mesmo, vocês que trabalham para lá deviam botar ele em alguma coisa, coisa assim que não pense em fazer coisa errada. Se ele tivesse sempre fazendo alguma coisa, acho que não precisava fazer... ou roubar. O negócio dele é dinheiro, o negócio dele é quer dinheiro, quer dinheiro.

Conforme nos mostram os trechos abaixo descritos, esses familiares chegam a cogitar a participação da família, mas essa se resumiria a uma contribuição financeira. No caso da irmã, a contribuição seria para a realização dos cursos dos quais ele poderia participar ao longo da medida, enquanto que a avó se vê mobilizada pelo desejo de ver o neto “livre” das drogas, com base na esperança que tem em sua mudança, dispondo-se a ajudar no seu tratamento em uma clínica, apesar dos seus limites econômicos.

Se dirigirmos nossa atenção ao discurso da avó, poderemos compreender um pouco essa participação limitada da família. Observemos, então, que a avó sugere a construção de uma clínica pela Pastoral, denunciando-nos, por um lado, a situação de violação que atinge os adolescentes, em nossa cidade, no que diz respeito ao direito ao tratamento ao uso de drogas, uma vez que sua efetivação depende da oferta de serviços públicos na rede de atendimento, inclusive, para determinados quadros que demandam internação. Todavia, a avó também nos demonstra desconhecimento acerca da maneira de atuação dos programas de execução de medida sócio-educativa, especialmente o da LA, que se dá em meio aberto, reforçando em nós a impressão de que a concepção da família sobre a medida influi sobre a sua posição em relação ao adolescente.

Embora as medidas sejam um meio especial de proteção, como afirmam Veronese et al (2001), não há a pretensão, muito menos quando se trata de LA, de substituir a rede de atendimento, mas a preocupação de mediar o acesso dos adolescentes aos serviços disponíveis, obedecendo ao princípio da incompletude institucional, em função do qual se ordena a utilização máxima dos serviços na comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento ao adolescente em conflito com a lei, de acordo com o documento recém-aprovado do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (Brasil/SEDH, 2006a). Em consonância, ainda, com esse princípio, além desse trabalho de mediação, diante da inexistência de programas e serviços nessa rede, é dever das entidades que executam as medidas se mobilizar e se articular com outras instituições da sociedade civil e do governo, em diversas instâncias, como os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, no esforço para que as demais políticas públicas correspondam ao direito de todos os adolescentes à proteção integral, a exemplo do que a Pastoral faz, como vimos, quando procedemos à sua caracterização.

Ex. 22

(E) – O conselheiro não falou porque foi não?

(AA1) – Não, foi assim: ele pediu muito a Olívia “Olívia, eu queria uma internação mode de eu sair das droga”. Aí... eles nunca fizeram isso pra ele. Ele pediu, pediu...

(E) – Ele pediu a pastoral?

(AA1) – Sim. Pediu sim. Sim... e porque que a pastoral também não ajuda a esses meninos que vive nas drogas ... botar numa clínica ... porque eles não constroem... esse pessoal que... com esse trabalho num constroem uma clínica pra internar esses meninos, com alguma ajuda da família? Não é obrigado ser só deles não. Eles escalassem uma ajudinha pra a família dar todo mês. Todo mês dar aquela ajuda. Não que fosse o dinheiro do mundo todo. Você numa achava que era decente?

(E) – Hum rum. A senhora não conhece nenhuma não?

(AA1) – Não. Não conheço nenhuma clínica não.

(E) – Nenhum local que trata ... no Estado ... aqui em Natal.

(AA1) – Eu só sei que tinha uma pro lado de Macaíba que era tipo um fazenda ... dizem que botava as crianças para lá ... os adolescentes que fosse... ai ficava dando um sacolão por mês e trezentos reais em dinheiro. Se a pessoa ganhasse só esse dinheiro quase ... e eu não tô nem ganhando mais isso... Como era que eu ia botar esse menino lá?... Queria eu ter posse que eu procurava logo uma clínica e botava Mateus e queria ver ele livre disso. *(A senhora colocaria.)* Colocaria.

(E) – E ele iria?

(AA1) – Ia ... se ele não quisesse ir por bem ele ia por mal. Eu botava numa camisa de força e mandava ele. Ficava nem que fosse amarrado. Mas eu tirava ele do meio das drogas com a ajuda de Deus primeiramente. Pode acreditar que eu faria isso. Se eu tivesse condições... fazia... porque ele ainda tá muito pequeno, tem tempo de mudar ainda.

Ex. 23

(E) – E a família pode ajudar alguma coisa... em alguma coisa?

(IA1) – Pra fazer as coisas? ...*(hanran)*... não. Pagar um curso pra ele fazer?

(E) – Não, como é que você acha que a família pode contribuir?

(IA1) – Depende, se vocês arrumar lá.. e você... falando com a minha vó...

(E) – Quem pode ajudar é sua vó?

(IA1) – Minha vó...ou senão o pai dele também. O pai dele não dá nem um palito de fósforo para acender o cigarro dele.

(E) – Quando você tá falando assim... você tá se referindo a questão de dinheiro, é?

(IA1) – É...

Mas, a despeito do possível desconhecimento sobre a responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e Estado que perpassa o cumprimento da Medida, parece-nos que o envolvimento efetivo dos familiares de Mateus se vê comprometido pelo sentimento de impotência que os invade diante das tentativas frustradas de mudança junto ao mesmo quanto ao seu consumo de drogas e/ou seu envolvimento com a prática infracional, levando-os a crer na institucionalização como solução, como nos sugere a avó, no segmento acima, ou mesmo a transferir responsabilidades para outros membros da rede familiar, a exemplo do pai, no próximo segmento, segundo o próprio adolescente, ou da mãe, de acordo com a avó (Ex. 26), de modo que o afastamento de Mateus do convívio familiar se configura como uma estratégia de proteção também para os próprios familiares, como nos sugere Lima e Alves (2005).

Ex. 24

(E) – E como é que você foi parar lá ((na Casa de Passagem))?

(A1) – Eu fui parar lá, porque eu tava na casa de meu pai, eu tinha saído lá de casa, porque lá ((no bairro da avó)) tava perigoso pra mim, sabe? Tinha um sistema lá. Ai eu fui pra casa do meu pai, ai cheguei lá - meu pai não sabia que tinha esse LA aqui, que chama de LA - né?- o pessoal da Casa de Passagem? Ai pronto. Ele ficou sabendo e ficou com raiva e ficou na dele. Ai disse pra mim que <incompreensível> porque só tem gente que não presta. Ai eu fui entrando, entrando.. e ele me avisando. Avisou uns cinco vez mais ou menos. Cinco vez é demais, né? Ai foi e me mandô embora. Ai pra eu vim pra casa também... ele me deu dez conto e dois saco pra eu vim pra casa ((da avó)).

Ex. 25

(E) – (...) eu queria saber um pouco... que você falasse, o que foi que aconteceu pra que seu pai não quisesse mais você na casa dele?

(A1) – Porque eu tava usando droga e pra ele assim não tinha como assim morar com ele. Tinha medo de eu me aviciar na pedra que é um negócio perigoso e roubar as coisas dele. Tinha medo porque a filha da mulher dele é uma noiada, sabe? Ela rouba panela, até os leite do menino lá, leite Ninho, Nescau, esses negócio assim... vendia. Sacolão, assim... ela

desmanchava, quebrava no meio, vendia açúcar, feijão, tudo lá. Distribuía pros povo lá. Tudo baratinho. Preço na metade. E dela também, sabe? Essa mulher é do tipo que não tem jeito, já foi internada bem umas vintes vez já e não tem jeito. Ai ele tinha medo assim... de eu ficar assim no estado dela, tá entendendo? Porque eu tava naquele estado dela. Eu não tava passando pelo que ela tava passando, assim pedra. Eu tava na maconha assim, mas eu tinha medo, porque da maconha... porque eu tava no cigarro, do cigarro vem a maconha. Ai da maconha, eu queria fumar outra coisa, ai não tinha. Eu não sabia comprar não tinha em outros cantos. Ai veio loló, ai veio cola, exprementei mesclado. Ai eu tava me aviciando, ai eu sai. (...)

Ex. 26

(E) – E... como é que... o que aconteceu... pra que Mateus... a partir dos sete anos passasse a morar com... senhora... ..

(AA1) – Porque... eu vi que ele tava muito desobediente... a mãe... que não obidicia mais a mãe... e fazendo coisas... erradas... saindo no mei do mundo... que... o galego ((*o padrasto*)) num queria mais ele lá... tombém... - o galego que ela se ajuntou-se com esse galego... (**Han...**) depois disso... - sabe? - (**Ahran...**) Ai... ontonce... o galego num queria mais... nem vê ele chega lá... porque ele...um fuscareco que o miserave tinha... ele quebrô aquelas lanterna... aquelas traserá... num sabe? (**sei...**) Cê sabe... (**Ahm - ham...**) que é lanterna...? (**Ahn...**) E... só prometia... de... matar... pegava os alimento de Odete ... e carregava tudinho... .. pegava tudinho e amassava... quando a póbi... tinha que sair mermo... era pra... ir pro médico com os minino, porque... carregava... a ... os alimento de... Odete tudinho... da própria mãe... e... amassava tudinho e vindia. Eu acho que era pra fumar droga... que já tava já...- né?- ... (**Hum...**) nem sei...

Sobre esta preocupação de sua família, é importante registrar o problema que isso representa para o adolescente, paradoxalmente, fazendo-nos entender um pouco a sua sensação, expressa anteriormente em relação a sua família, de que esta não “liga” da maneira que ele deseja (Ex. 19) e, ao mesmo tempo, a frustração dos seus em relação a ele, como mencionamos acima. Logo no primeiro trecho, o adolescente nos mostra que tem vivenciado um impasse entre corresponder à expectativa da família e a necessidade de fazer uso de drogas, quando afirma que embora não queira deixar de usar, porque gosta, tenta fazê-lo em razão da família. No caso, parece-nos que é da maconha que esta

quer que ele se desvincule, com base no pressuposto de que, atualmente, seria a substância que prejudicaria sua saúde tanto quanto o impulsionaria à prática infracional.

Este impasse no qual ele se encontra ganha uma maior dimensão, conforme o segundo segmento nos sugere, porque além do prazer que ele deixaria de sentir, ele teria que, se seguir orientação de sua família, abdicar também da companhia de todos os seus amigos, uma vez que todos usam. Assim sendo, seus familiares parecem reconhecer a influência que estes exercem, mas desconhecem, ao mesmo tempo, a importância que o grupo de pares passa a ter, geralmente, para os adolescentes, constituindo-se tão importantes quanto o grupo familiar, segundo Sarti (1999). Essa situação conflitante com o que Mateus se depara nos faz pensar, por sua vez, dentre outras questões, na importância que teria o seu acesso a novas redes de relações no meio juvenil, no caso, mais saudáveis e construtivas, como sugere Sudbrack e Pereira (2003), a fim de lhe dispor condições reais de escolha, o que tornaria a vivência no grupo atual uma entre outras possibilidades e não na única com que se pode contar como anteparo ao processo de construção de sua identidade. Uma tarefa, a nosso ver, intimamente ligada ao seu processo sócio-educativo, uma vez que a medida LA visa propiciar condições mais favoráveis ao desenvolvimento do adolescente mediante o fortalecimento e/ou construção de novos vínculos.

Ex. 27

(E) – E o que você faz quando sente falta ((da droga))?

(A1) – Quando faz falta, eu tento me controlar, não consigo, porque assim... pra mim eu não quero deixar de usar droga, eu gosto. Minha família é que quer que eu pare. Eu já tentei, tentei, porque maconha é o quê? Um real, não é pedra que faz a pessoa roubar, que deixa a pessoa seco, o pó que é capaz de dar um derrame cerebral, cola que diz que cola por dentro, que a pessoa morre, num sei o que mais lá. (...) E o cigarro tá me matando mais que a maconha, porque o cigarro eu fumo três, o brejeiro. Minha vó comprou um pacote de fumo lá. (...) Não tem dinheiro pra comprar cigarro. (...)

Ex. 28

(E) – No final de semana assim o que você geralmente faz?

(A1) – (...) Vixi! É tanta coisa que você nem sabe. Vou pra praia, vou pra lagoa X, de Y ((*uma cidade do RN*))...que é pertinho de lá assim... no máximo 2 km.

(E) – Você vai com alguém?

(A1) – Vou com meus amigo. Não sei porque eu queria ter um que não fumasse. Todos meus amigo fuma. Ai na hora...é por isso que minha vô num quer, pra não se drogar com eles, sabe? Mas não adianta não, porque do jeito que eu do valor a eles, eles me dá valor também. Ai não tem como separar não, sabe? Ai no dia que um de nós morrer, ai separa, né? Ai a gente ainda se vê no céu, né? Se for pro céu, se for pra terra, não sei. Agora pessoalmente o que minha família não quer que eu fume é a tal da maconha. Maconha pra mim não é assim perigosão não. Maconha pra mim é mesmo que cigarro. Eu fumo como cigarro. Se eu tivesse um kilo de maconha não passava de três mês não.

(E) – Você fumaria até dá conta do que tem.

(A1) – Homi, cada vez que eu visse ali eu queria mais, até dá uma overdose em mim, dá um treco e morrer, porque sei lá... é um negócio assim da natureza, um verdinho, um prensadinho bom.

No caso da sua avó, especialmente, observamos que, além dessa frustração e da falta de apoio dos pais de Mateus, ocasionando-lhe uma possível sobrecarga, a julgar pelo cansaço de que se queixa, além dos problemas de saúde, outros fatores parecem concorrer para sua desmobilização em relação ao adolescente, como exemplifica o segmento abaixo (Ex. 29) e, por conseguinte, a perceber ou reforçar a idéia de que a família não pode colaborar no cumprimento da Medida em conjunto com a Pastoral. Um dos que chama a nossa atenção é a experiência de intenso sofrimento pela qual passou, quando da ocorrência do ato infracional, mediante o tratamento desrespeitoso dispensado por agentes da polícia a ela e a seus netos (Exs. 30 e 31), de modo que, desde então, condicionou seu apoio, seus cuidados a não ocorrência de novos atos, como afirma em outros momentos (Ex. 32), ignorando que o apoio familiar é condição para tanto, assim como para desenvolvimento do adolescente, sendo, portanto, um direito que lhe assiste.

Somado a esse episódio que ainda lhe atinge emocionalmente, notamos a relação de permanente conflito entre o tio e Mateus em relação à qual a avó nos demonstra também impotência, contribuindo com o estado de desgaste que parece se encontrar (Ex. 32), sem mencionar a inflexibilidade no exercício de autoridade que a própria mantém junto ao neto, tendo resultado em sua mais recente saída de casa até aquele momento, como vimos na discussão da primeira categoria. No caso, a avó não só confirma o que o adolescente nos descreveu a respeito, mas também anuncia uma nova solução. A conclusão a que chega é que o melhor para Mateus seria viver sozinho, em um espaço próprio, que ela mesma iria providenciar, assim como o ajudaria na sua sobrevivência, caso pudesse. Mas, para além dessas expectativas que não se concretizam e parecem ignorar, por outro lado, a necessidade do jovem também por proteção, segurança, afeto, ela também nos sugere que não ter condições de responder ao menos à demanda do adolescente relativa a sua inserção escolar, na medida em que transfere para outros familiares uma responsabilidade que, até então, era assumida por ela, quando não, pela mãe, demonstrando-nos que seu apoio junto ao adolescente se encontra realmente comprometido.

Ex. 29

(E) – E o contato de Mateus com o pai? Como é? Ele tem algum contato?

(AA1) – Tem nada... Ele não quer nem ver o menino! Quando o menino ia pra lá ele mandava imediatamente ir simhora, com pena de de... eu acho de dar comida ao menino. Nunca deu uma camisa a esse menino. Nunca deu nem um chinelo velho. Eu queria... Num tem leis? **(Tem)** E ele num tem esse direito? ... esse menino. **(Creio que sim...)**

(AA1) – Minha fia, todos nós tem direito... assim procure ... porque que já tô cansada, já tenho muito problema ... nas pernas não tô bem de saúde, mas se eu tivesse eu mesma é que ia lutar. Ia arranjar um advogado e ia fazer ele ...

Ex. 30

(E) – *Aliás, quando a senhora foi lá... é... soltar F... e lá na audiência... quando aconteceu isso... esse roubo né... essa... é... como a senhora sentiu...?*

(AA1) – Sim... quando apareceu esse roubo.../ **(Hum..)** aqui...aí... aqui na minha rua...

(E) – *Foi na sua rua?*

(AA1) – Foi... eu... quase que eu morria... .. minina... quando eu soube... - a danação de carro de polícia saía... pra... investigando... pra vê quê que tinha sido... (...) Aí... um negócio sobe na minha cabeça... minha filha... que... quando descobri que tinha sido eles dois (**Mateus e outro neto de maior**)... afff!! Maria cheia de graça... quase que eu morri... pode acreditar... .. quase que eu morria... eu não gosto nem de me lembrar... .. **(Hum – hum...)** Aí... mandaram ele pra acolá... deram tanto nele... aquilo no meio da rua... .. a polícia... .. Não era pra ele fazer aquilo não... era pra ele pegar e prender... deixar eles preso pra pagar... o que tava devendo ... e fazer eles dá ... peça por peça... a dona... **(Hum – hum...)** Isso aí eu achava importante... .. mas... o que eles fizeram... **(bater neles?)** mas o que eles fizeram... não se faz nem com cachorro... o que eles fizeram... porque era vagabundo... por que roubou?... Mas.. desse o castigo... preso...

Ex. 31

(E) – *Aí por que que o galego, o padrasto dele, não quis mais ele quando soube que ele não tava mais aqui?*

(AA1) – Porque ele tem medo de ele tá fazendo coisa feia... e a poliça chegar na casa dele... que ele tem medo de poliça como o cão tem da cruz!

(E) – *Se ele tivesse aqui ele deixava...*

(AA1) – É porque ele sabia que ele tava quieto! Ta entendendo? **(Sim)** Tava dormindo aqui em casa, ele tava quietinho, num ofendia ele lá...na mente dele, ele achava que... de fato, que é mesmo! Olhe, eu já disse a Mateus, no dia que chegar... ‘Olhe, Deus permita que seja isso que você tá dizendo Mateus, porque se você ainda passar o pé <ininteligível> dessas coisas horrorosa que você fez... porque você nunca viu essas coisas na casa de sua vó, nunca viu entrar um grão de arroz roubado, você nunca ouviu falar nem... você nunca nem ouviu essa palavra de roubo na casa da gente!’ Que ele nunca escutou isso mermo, de verdade. Hoje em dia a gente já fala por conta deles. ‘Olhe, eu vou lavar as mãos, eu num vou nem le visitar... ainda de menor, porque eu sou responsável que eu fui, eu de besta fui dar meu nome pra ser responsável por você pra ser humilhada, humilhada’ Pode acreditar, Ave Maria cheia de graça, meu Deus do céu! Nunca! Eu tô dessa idade, eu nunca fui desconsiderada, nunca fui humilhada, meu Deus do céu, num sei não, nunca na minha vida por ninguém do mundo, por ninguém do mundo!!!

(E) – *O que aconteceu pra a senhora ter se sentido humilhada?*

(AA1) – Mulher, você ainda pergunta?!

(E) – Porque eu num entendendo, assim... já é a segunda vez que a senhora diz que se sentiu muito humilhada...

(AA1) – Eu já disse isso a você que eu fui bater na corregedoria ((*ela de fato falou no encontro em que apresentamos a pesquisa*)) porque.. eu me arrependi porque eu não lasquei aqueles ((*policiais*)) infeliz pra eles pra eu ser indenizada por danos morais, viu?! Porque o que eles disseram e o que fizeram comigo nem com um cachorro num se faz com um cachorro sarnento.

(E) – O que foi que fizeram?

(AA1) – Primeiramente, chegou na minha casa aqui com o revolver na mão como se fosse um bocado de criminosa, um bocado de ladrão... ele num tinha esse direito, ele num tinha mandado na mão, mandado de busca, que aqui num tem nenhum ladrão! O menino que tinha aqui era Mateus, mas já tinha ido resolver as porqueira dele e entonce ele num podia fazer aquilo. Ninguém minha filha, poliça nenhuma pode fazer isso na casa de ninguém, não! Eu sei dos direito também. Chegou e invadiu minha casa, (...) foi inté no meu quintal... eu digo ‘Vocês tem mandado pra fazer uma coisa dessa?’ ‘Se cale!!! Que você vive comendo de roubo aqui de seus neto e...’ E você ainda acha que a pessoas não é humilhado?! (*É*) E na delegacia foi do mermo jeito, só fez dizer ‘Se cale!’ ‘Eu num me calo não que eu sei dos meu direito. (...) Me escolhabaram, me escolhabaram lá dentro da delegacia e disse “*Se cale logo se não vou botar você presa pra você ver o sol quadrado!*” Isso é coisa que ele dissesse comigo! Num era não senhora, que eu num tinha desacatado... pra ele eu tava dizendo minha razão!

Ex. 32

(E) – E com o tio... como é que ele... se dá?

(AA1) – Não... ele não diz nada com o tio não... o ti é quem... ..“*seu vagabundo safado...*” o tio é quem diz *né?*... assim... (*Hum – hum...*) “*Você ande de escutá as palavra que mamãe diz a você... e você num escuta rapaz...você só quer escuta os que os ôtro vagabundo lá de fora le diz... lê chama (Hum – hum...) e pra... convida você pra... ir fazê isso... e aquilo... ..*” Ele ((*Mateus*)) disse... aí ele disse.. “*É::... quando eu tava robando... todo mundo me queria... hoje em dia eu num to robando mais... num tô fumando droga ... e... agora todo mundo quer me espraguejar...*” *Ele diz... – né?*... mais num é todo mundo não... é::... só foi só... o tio mermo...

(E) – Que é... o seu/filho... que mora aqui? (É...) Mas aí... ele voltou atrás... e...

(AA1) – É...ele voltou atrás... e... (*disse que se a senhora quisesse...*) é... disse que eu podia trazer... mas ele num quer mais vim... de jeito nenhum...

(E) – E... o que faz a senhora pensar que ele não quer... mais vim... pra cá?

(AA1) – É... o que ele diz... – *né?*- palavra que ele diz que num quer mais se dominá por ninguém... num quer que... ele diz mermo... que aqui vai ficar preso!!... só... sai quando for... pra fazer uma compra... quando for pro colégio... ele num quer vivê nessa vida ...

(E) – Era assim... quando ele tava aqui?

(AA1) – Não...!! Era assim... (*Ahm - ham...*) ele vivia preso!!... Eu ia solta ele pra quê? num ia...

(E) – E ele obedecia... a senhora?

(AA1) – Obedecia... <risos> com raiva...E obedecia... assim... uns tempo... e quando fugia? ...
(*Sei*) só Deus sabe... pra vim pra casa... eu passava era luta!!...

(E) – E quando ele voltava... a senhora deixava ele entrar?...

(AA1) – Claro!!... deixava... e tratava bem.: era por modo de ver se ele tomava gosto e ficava... Mas eu dei muito... dei muito nele sobre essas coisas errada.

(E) – Ele fugia muito?

(AA1) – Fugia... criatura... fugia demais.. passava... (..) você acredita que ele pedia irmola... pra comê? ... pedia irmola... pra num vim pra casa?... Olhe... se eu tivesse condições... eu ia... comprar... um cantinho... e entregava... pra ele... ter o canto certo dele... pra ele dormi... Agora... ele fizesse por onde... pra vive... bem... direito... porque já que ele quer viver essa vida... um cara novo... com quatorze anos... num quer <ininteligível> de ninguém... eu fazia... eu faria isso... se eu pudesse... tivesse condições... eu comprava nem que fosse um pedacim de terra... desse tamanho... e fazia um vão pra ele ... um vãozinho... (*Hum - hum...*) bem fechadinho.. bem aqui cobertinho... ‘tá aqui... meu filho... isso aqui é seu... se você quiser maior... você vá trabalha... e vá... aumentando... aos pouco... no dia que você pensar em querer uma mulhé... (*Hum - hum...*) Que ele vai pensa nisso – né? - daqui passado uns anos?

(...)

(E) – (...) A senhora prefere de repente, se pudesse, construir um...

(AA1) – Sim. Se eu pudesse, eu faria isso pra Mateus. E ele diz assim “*Oia minha vó, a senhora nunca vai ter raiva de mim mais por conta de roubo, porque eu num vou fazer isso mais nunca.*” ... Ai eu ia ajudar ele, porque... deixasse ele andar, passear... passear direitinho, só conversa com seus amigo e conversar as porqueira dele do jeito que eles quiserem - né não? – porque eu acho que eles num tem coisa boa pra conversar... E ele tá exigindo é estudar, viu? (*Ele tá querendo estudar*) Tá! Tá exigindo estudar... Ele diz “*Minha vó, e vai ficar assim eu num vou estudar não!?*” Eu digo ‘Eu vou falar aí com as meninas’ (*as suas filhas*)

Diante do exposto, podemos entender, então, um pouco a imobilidade da avó diante da violação ao direito do neto de reconhecimento de filiação (Ex. 29), a responsabilização de outros familiares ou da Pastoral pela inserção escolar do mesmo (Ex. 32), a adesão à idéia de internação para tratamento de droga (Ex. 22) dentre outras

atitudes e percepções expressas por ela. Assim como compreender os sentimentos de frustração e de revolta expressos pelo adolescente, quando se referia à participação da família no seu projeto de “ser alguém na vida”, acompanhados por uma dose de auto-suficiência. O que nos leva a indagar, por outro lado, sobre os limites de atuação da Pastoral quanto ao suporte que deve favorecer ao adolescente e a sua família ao longo da Medida.

Uma vez analisado o *corpus* desta pesquisa, tomando como referência os discursos dos principais sujeitos isoladamente, como prevíamos no início deste capítulo, podemos, a partir desse momento, tecer alguns apontamentos gerais em torno de aspectos convergentes que mais se destacaram, considerando, então, os dados dos quatro adolescentes de modo simultâneo e por unidade temática. Para tanto, as duas unidades *Medida* e *Família e Medida* serão abordadas conjuntamente, haja vista a relação intrínseca que exibem entre si no que se refere à participação da família na medida LA.

No que se refere à unidade Família, um dos aspectos que merece nossa atenção diz respeito à composição familiar. Em que pese o fato das pessoas consideradas pelos adolescentes como membros de sua família fazerem parte da rede de parentesco, notamos que os laços de sangue não definem necessariamente sua pertença ao grupo, assim como a coabitação não delimita os seus contornos, contribuindo para desmistificar a associação comumente feita entre família e casa.

Na percepção dos sujeitos, são os vínculos afetivos existentes que mais caracterizam as relações familiares, sendo estes, por sinal, a razão da apreciação positiva que fazem em relação a sua própria família, a despeito dos conflitos internos que nela emergem, reconhecendo, assim, a ambivalência das relações afetivas em

contraposição às instituições que geralmente tendem a desqualificá-las ao ignorar tal fato. Nesse sentido, a inclusão da mãe como membro, apesar da relação de amor-ódio que Luciano nutre em relação à própria, aparece como uma ilustração bastante pertinente.

Além dos grupos familiares não se configurarem como núcleos individualizados, mas como uma rede de relações, dentre as pessoas mencionadas como componentes, também percebemos que, em detrimento de seus pais biológicos, outras figuras como irmãos, tias e avós se sobressaem enquanto referência familiar, tendo sido, inclusive, pelos adolescentes, os indicados para participar da pesquisa. Recordemos, especificamente, de Pedro que, embora nos tenha demonstrado sentir maior apego em relação à mãe, preferiu as irmãs por gozar de maior intimidade junto às mesmas, sem mencionar a disponibilidade permanente em apoiá-lo, como ele afirma.

Considerando, pois, as justificativas dessas indicações, assim como da composição familiar, podemos entender a importância desses vínculos, isto é, da família para os adolescentes. No caso, vemos que as pessoas mencionadas são significativamente importantes por terem geralmente participado de sua criação e educação e/ou por ainda se fazerem presentes em sua vida, demonstrando a afeição que sentem na medida em que se preocupam com o seu bem-estar atual e futuro.

Apesar de manifestarem também o anseio de maior liberdade quanto à família ou já mesmo tenham assumido responsabilidades do mundo adulto diante das condições econômicas da mesma, as expectativas ou as percepções expressas a respeito dos papéis desempenhados pelos familiares também confirmam as necessidades de apoio emocional, de segurança, de pertencimento, de orientação, de afeto, remetendo-nos à importância que sócio-historicamente à família passou a ser atribuída enquanto lugar de proteção e promoção dos seus, especialmente dos que ainda estão em condição peculiar

de desenvolvimento. Quanto a essa questão, merece destaque o discurso de Mateus, quando aspira ter uma casa própria e condições financeiras, desde já, para poder nela conviver com sua família, embora, em outros momentos, tenha declarado que se sente desprotegido, rejeitado pela mesma, levando o adolescente a pensar que do afeto e do apoio da família ele pode prescindir.

No tocante aos outros dois eixos temáticos, podemos perceber que a participação da família não é cogitada pelos adolescentes como fonte de apoio no cumprimento da medida LA. Dentre as razões que contribuem para tanto, temos em comum a própria concepção que têm da LA. Em que pese o fato de reconhecerem o caráter de contingência entre o ato infracional cometido e a aplicação da medida, com exceção de Joaquim, para o qual a razão do seu ingresso no programa da Pastoral é o uso que faz de drogas, os adolescentes desconhecem o caráter protetivo que norteia, especialmente, a Liberdade Assistida, frente às outras medidas e que impele, necessariamente, a co-participação da família que, por sua vez, tem o direito de dispor das condições necessárias para garantir o seu desenvolvimento pleno.

Ao contrário disso, a sua responsabilização pela infração e a inibição da reincidência seriam os únicos objetivos de sua submissão à LA, na perspectiva de nossos sujeitos. Inclusão escolar, formação profissionalizante e a própria convivência familiar, dentre outros direitos, cujo acesso deve ser promovido, constituindo-se como indicadores de avaliação, assim como a participação da família com essa finalidade, não são vistos como parte inerente ao cumprimento da Medida. Mesmo quando consideramos suas projeções futuras ou as condições que julgam importantes para não reincidirem ou abandonar o uso de drogas, em geral, o apoio familiar não é mencionado, com exceção apenas de Pedro, como vimos.

Outros fatores que concorreram para a ausência de expectativas de apoio junto à família, quanto à Medida, estão relacionados à posição desta em relação ao adolescente no curso do processo sócio-educativo. Atualmente, podemos perceber que figuras centrais nas famílias dos adolescentes se encontram em um processo de desmobilização frente às demandas de proteção e promoção, cuja provisão se faz importante ao seu desenvolvimento, objetivo maior da Medida. A falta de apoio de outros membros que comungam do olhar estigmatizante que a sociedade alimenta em torno dos adolescentes em conflito com a lei contribuíram para o desgaste emocional que experimentam, somada ao sentimento de impotência que os atravessam diante das tentativas frustradas de mudar a vida do sócio-educando, seja quanto ao envolvimento com a prática infracional, com drogas e/ou com a postura diante dos estudos e do trabalho.

O interesse pela internação do adolescente para tratamento do uso de drogas, a adoção de outros comportamentos evitativos, limitando a sua convivência com a família, a transferência de responsabilidades quanto à sua inclusão escolar para terceiros, parentes próximos ou exclusivamente para a Pastoral, dentre outras atitudes adotadas, ilustram o comprometimento do suporte familiar que até então se mostrava disponível.

Ademais, a proteção dos adolescentes ainda se encontra em risco com a vulnerabilidade sócio-econômica das famílias, de modo que o apoio, em termos materiais, que podem oferecer, de acordo com a maior parte dos familiares, também é limitado. Diante desse quadro, no discurso destes, comumente, era transferida ao sócio-educando a responsabilidade por sua própria provisão material, delegando ainda à Pastoral a tarefa de lhe oferecer oportunidades de trabalho para essa finalidade, quando as famílias é que devem ser assistidas socialmente para assegurarem as necessidades básicas dos seus membros.

Aliás, dentre as expectativas manifestas junto ao programa com relação ao adolescente, notamos que a inserção no mercado de trabalho se destaca em detrimento da inclusão escolar, semelhante ao que vimos entre os adolescentes. Além de auferir uma fonte estável e legal de renda, o trabalho também contribuiria para prevenir a reincidência na prática infracional, na medida em que ele tende a ocupar o tempo e a atenção das pessoas, diminuindo, no caso, as possibilidades de convívio do adolescente com o grupo de pares atual, cuja influência os familiares julgam ser negativa por se encontrarem envolvidos com drogas e atos infracionais.

Capítulo V

Considerações Finais

De acordo com Esteban (2003), quando pretendemos aprofundar a compreensão da realidade junto a sujeitos concebidos e tratados na tessitura social e na ciência como insignificantes com o compromisso de se produzir modos mais coerentes e eficazes de intervenção, a própria pesquisa deve constituir objeto de nossa reflexão, tendo em vista que a tradução do discurso do outro pode ocultar as lacunas e vozes que apontam a parcialidade do trabalho e lançar luzes no que confirma o percurso traçado.

Goldenberg (2001), referindo-se às pesquisas qualitativas de um modo geral, também nos convida a fazer algo semelhante quando afirma a necessidade de assumirmos e explicitarmos os limites das escolhas feitas, as dificuldades no caminho percorrido pelo pesquisador desde a seleção e definição do problema até aos resultados finais alcançados, como parte do esforço pela objetivação do conhecimento, dada a concepção do pesquisador como um sujeito social, movido por interesses, valores e crenças. Assim sendo, pontuemos alguns desafios e dificuldades que se fizeram presentes em nosso processo de pesquisa, assim como algumas de suas contribuições.

Além do desafio inicial, exposto na Introdução, de definir o objeto e objetivo deste estudo, qual seja, compreender, principalmente, como adolescentes em LA percebem a instituição família, no desenvolvimento da pesquisa, enfrentamos outras situações conflitantes, algumas das quais já pontuamos antes. Na incursão pela literatura, por exemplo, procurando uma maior aproximação com o nosso objeto família, deparamo-nos com a multiplicidade de dimensões que a constituem, as quais

podiam, por sua vez, ser abordadas a partir de diferentes perspectivas teóricas. Como podemos atestar no segundo capítulo, concebemos a instituição familiar como uma unidade de interação, afetada pelo ciclo vital de desenvolvimento dos seus membros e pelo contexto sócio-histórico em que se encontra inserida.

Todavia, as dificuldades vivenciadas no trabalho de campo, assim como no processo de análise se sobressaem. Mesmo contando com o apoio constante dos orientadores da Pastoral e com a adesão voluntária dos sujeitos, a realização das atividades com os adolescentes demandavam, frente aos seus atrasos e às faltas, uma atenção, um cuidado redobrado, quando procurávamos saber os motivos junto aos próprios, certificando-nos de seu real desejo de participar sem, no entanto, deixá-los coagidos para tanto. No curso da própria entrevista, dado o conteúdo emocional emergente nos discursos, em função mesmo da natureza do tema da pesquisa, éramos desafiados em nossa disposição e capacidade de lhes oferecer continência, ou antes disso, de respeitar o seu direito de se reservar quanto a alguns aspectos sobre sua vida familiar, aceitando sua recusa e reconduzindo a entrevista em torno de outras questões.

Acrescentemos, ainda, a dificuldade de elaborar a angústia diante do desejo, de um lado, e a impossibilidade, de outro, de nos implicar concretamente frente aos questionamentos, às demandas, às expectativas expressas pelos sujeitos durante as entrevistas. Paradoxalmente, estávamos tendo a possibilidade de conhecer com profundidade a realidade familiar dos adolescentes que no exercício profissional não oportunizamos. Todavia, não tinha, enquanto pesquisadora, o direito de me co-responsabilizar, ao mesmo tempo, ou logo em seguida, com o processo sócio-educativo. O vínculo profissional com a Pastoral havia sido desfeito, a adesão à pesquisa foi selada mediante o acordo de que a participação neste trabalho não promoveria ou prejudicaria a condição atual do adolescente em relação à Medida. Ademais, entendíamos que a

simples emissão de algum juízo de valor a respeito de suas opiniões ou de suas práticas em torno dos aspectos abordados era capaz de modular o discurso do outro, considerando o processo dialógico que subjaz a entrevista na pesquisa qualitativa de cunho sócio-histórico (Freitas, 2002).

Em relação à análise do *corpus*, vimos quão complexo é o exercício de compreender de forma contextualizada e aprofundada os fenômenos, considerando as diferentes fontes de dados e instrumentos sem, no entanto, perder o foco do estudo. A abundância de dados disponíveis, por sua vez, contribuiu por constatar a complexidade da própria realidade familiar, em virtude da qual se faziam necessários, a todo tempo, recortes, visando o seu acesso, sendo importante no momento dizer que, neste texto, trabalhamos apenas alguns dos múltiplos aspectos que emergiram, isto é, os mais pertinentes ao objetivo de nosso estudo. Como podemos ver no terceiro capítulo, o nosso *corpus* se configurou em torno de três unidades temáticas: Família, Medida Sócio-educativa e Família e Medida Sócio-educativa, cada qual abrigando várias subcategorias.

Com base nas conclusões a que chegamos, podemos perceber que as contribuições desse estudo, como previsto em sua concepção, estão mais circunscritas ao campo prático do que ao teórico. Uma das mais importantes foi a possibilidade de constatar a importância de nos distanciarmos epistemologicamente da realidade com que interagimos no cotidiano para nos desfazermos de nossos preconceitos, quando pudemos perceber que, a despeito das vulnerabilidades em que se encontravam as suas famílias, sendo estas apontadas, por sinal, em outras pesquisas, como mencionamos anteriormente, os grupos familiares se destacam positivamente em suas vidas pelos vínculos afetivos constituídos entre os adolescentes e os seus outros membros. Nesse sentido, pontuemos igualmente a necessidade de considerarmos a percepção dos

próprios adolescentes sobre a instituição família para melhor mapear e, por conseguinte, potencializar a sua rede familiar de apoio, ao verificarmos que a sua composição não se restringe aos limites da casa nem tampouco à unidade pais/filhos.

Ressaltemos também a importância de uma melhor capacitação para os operadores do sistema sócio-educativo, especialmente daqueles que lidam diretamente com o adolescente e suas famílias, diante da visão distorcida que nossos sujeitos demonstraram ter sobre LA, de modo que as práticas e os discursos estejam mais sintonizados com o ECA e, assim, contribuam com a efetivação da Medida em questão. Por último, é válido pontuar que, embora entre os discursos encontremos convergências, as singularidades de suas experiências familiares nos fazem atestar a importância do acompanhamento personalizado como preconiza a Medida LA.

Referências

- Alencastro, L. F. (1997). Vida privada e ordem privada no império. In L. F. Alencastro. (Org.), *História da vida privada no Brasil, vol. 02: Império: a corte e a modernidade nacional* (pp. 11-93). São Paulo: Companhia das Letras.
- Alencar, M. M. T. (2004). Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In M. A. Sales, M.C. de Matos, & M.C. Leal (Orgs.), *Política social, família e juventude: uma questão de direitos* (pp. 61-78). São Paulo: Cortez.
- Algranti, L. M. (1997). Famílias e vida doméstica. In F. A. Moraes (Org.), *História da vida privada no Brasil, vol.1: O período colonial: cotidiano e vida privada na América Portuguesa* (pp. 84-154). São Paulo: Companhia das Letras.
- Almeida, A. M. (1987). Notas sobre a família no Brasil. In Â. M. Almeida et al. *Pensando a família no Brasil: da colônia a modernidade* (pp. 53-66). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ.
- Alves, A. J. (1991). Meninos de rua e meninos da rua: estrutura e dinâmica familiar. In Fausto, A & Cerveni, R. (Orgs.), *O Trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80* (pp. 118-132). São Paulo: Cortez.
- Alves-Massotti, A. J. & Gewandsznajder, F. (1998). *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira.
- Arantes, E. M. de M. (1995). Rostos de Crianças no Brasil. In F. Pilloti & I. Rizzini. (Orgs.), *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (pp. 172- 220). Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino/Editora Universitária Santa Ursula /Amais Livraria e Editora.
- Áries, P. (1978). *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A.
- Áries, P. (1991). Por uma história da vida privada. In P. Ariès & R. Chartier. (Orgs.), *História da vida privada, vol. 3: Da renascença ao século das luzes* (pp. 7-20). São Paulo: Companhia das Letras.

- Bakhtin, M. (2004). *Marxismo e filosofia da linguagem*. (11 ed.). São Paulo: Hucitec. (Trabalho original publicado em 1929)
- Bastos, A. D. (2002). Algumas notas sobre medidas sócio-educativas aplicadas a adolescentes. *Revista Psicologia Política*, 2(3), 55-82.
- Bazílio, L.C. (2003a). Avaliando a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente. In L.C. Basílio & S. Kramer. (Orgs), *Infância, educação e direitos humanos* (pp. 19-28). São Paulo: Cortez.
- Bazílio, L.C. (2003b). O Estatuto da Criança e do Adolescente está em risco? Os conselhos tutelares e as medidas socioeducativas. In L.C. Basílio & S. Kramer. (Orgs.), *Infância, educação e direitos humanos* (pp. 29-50). São Paulo: Cortez.
- Becken, M. J. (1998). A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. In S. M. Kaloustian (Org.), *Família Brasileira: a base de tudo* (pp. 60-76). (3ª ed.). São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF.
- Bilac, E. D. (1995). Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil. Notas muito preliminares. In I. Ribeiro & A. C. T. Ribeiro (Orgs.), *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira* (pp. 43-64). São Paulo: Loyola.
- Black, E. I. (2001). Transições idiossincráticas de ciclo de vida e rituais terapêuticos. In B. Carter. & M. McGoldrick (Orgs.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (pp.131-143). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília.
- Brasil (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília.
- Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos.(2004). *Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo* (versão preliminar). Brasília.
- Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (2006a). *Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo*. Brasília.

- Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (2006b). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília.
- Brasil. Secretaria Nacional Antidrogas. (2004). *Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas entre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua nas 27 Capitais Brasileiras, 2003*. São Paulo: CEBRID/UNIFESP.
- Camargo, M. L. & Valente, M. L. L. C. Valente (2005). Modernidade, sujeito e família: paradigmas em transformação. In M. L. L. C. Valente, W. Castro & M. Castro (Orgs.), *E a família como vai?* Assis: FCL- UNESP- Publicações.
- Campos, H. R. & Alverga, A. R. (2001). Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença na dignidade do trabalho. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 6(2), 227-233.
- Campos, H. R. & Francischini, R. (2003). Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano. *Psicologia em Estudo*, 8(1), 119-129.
- Campos, H. & Francischini, R. (2005). Adolescente em conflito com a lei e medidas socioeducativas: limites e (im)possibilidades. *Revista Psico*, 36(3), 267-273.
- Campos, H. R.; Souza, D. P. B. A., & Souza, N. D. D. (2004). O adolescente em conflito com a lei no Brasil. In M. F. Armenta & V. C. Verdugo (Orgs.), *Delicuencia Juvenil: aspectos sociales, jurídicos y psicológicos* (pp. 85-89). Sonora/México: Conacyt, Unison.
- Carranza, E. (2005). Da Liberdade Assistida. In M. Cury (Org.), *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais* (pp. 403- 404). (7ª ed.). São Paulo: Malheiros.
- Carvalho, P. C. (2005). Da apuração de ato infracional atribuído a adolescente. In M. Cury (Org.), *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais* (pp. 536-537). (7ª ed.). São Paulo: Malheiros.
- Carter, B., & McGoldrick, M. (2001). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Chartier, R. (1991). As práticas da escrita. In P. Ariès & R. Chartier. (Orgs.), *História da vida privada, 3: Da renascença ao século das luzes* (pp. 113-162). São Paulo: Companhia das Letras.
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. (1987). *Quem acolhe o menor a mim acolhe*. Texto Base da Campanha da Fraternidade. Brasília: Fórmula Gráfica e Editora.
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Pastoral do Menor. (1999). *Princípios, Diretrizes e Organização*.
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Pastoral do Menor. (2002). *Projeto Liberdade Assisitida*.
- Conselho Episcopal Latino-Americano. (2004a). Documentos do CELAM: Conclusões das Conferências do Rio de Janeiro, de Medellín, Puebla e Santo Domingo. São Paulo: Paulus.
- Conselho Episcopal Latino-Americano. (2004b). Conclusões da Conferência de PUEBLA: evangelização no presente e no futuro da América Latina. (13ª ed.) São Paulo: Paulinas.
- Costa, A. C. G. (1994). *O Estatuto da Criança e do Adolescente e o trabalho infantil no Brasil: trajetórias, situação atual e perspectivas*. São Paulo: LTr.
- Costa, A. C. G. (1998). A família como questão social no Brasil. In S. M. Kaloustian (Org.), *Família Brasileira: a base de tudo* (pp. 19-25). (3ª ed.). São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF.
- Costa, A. C. G. (1999). *O novo direito da infância e da juventude do Brasil. Avaliando conquistas e projetando metas*. Brasília: UNICEF.
- Costa, A. C. G. (2006). Natureza e essência ação sócio-educativa. In ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (Orgs.) *Justiça, Adolescente e Ato infracional: sócio-educação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD.
- Costa, J. F. (2004). *Ordem médica e norma familiar*. (5ª ed.). Rio de Janeiro: Graal.

- Cruz, A. P. M. & Landeira-Fernandez, J. (2003). Interação entre fatores farmacológicos e psicológicos envolvidos na adicção a drogas. In M. F. O. Sudbrack, M. I. G. Conceição, E. M. F. Seidl & M. T. Silva (Orgs.), *Adolescentes e drogas no contexto da Justiça* (pp.121- 141) Brasília: Plano.
- Cupolillo, M. V., Costa, A. O. B., & Paula, J. T. S. (2001). Os avós como suporte na criação dos netos. In S. M. G. Souza & I. Rizzini. (Orgs.), *Desenhos de família: criando os filhos: a família goianense e os elos parentais* (pp.117-136). Goiânia: Cànone.
- Dantas, J. (1989). *História do Brasil: das origens aos dias atuais*. São Paulo: Moderna.
- De Antoni, C., & Koller, S. H. (2000). A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 5(2), 347-381.
- Donzelot, J. (1986). *A polícia das famílias*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- Duarte, L. F. D. (1995). Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In I. Ribeiro & A. C. T. Ribeiro. (Orgs.), *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira* (pp. 27-42). São Paulo: Loyola.
- Engels, F. (1995). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. (13ª ed.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Texto original publicado em 1884)
- Escorel, S. (1999). *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Esteban, M. T. (2003). Sujeitos singulares e tramas complexas – desafios cotidianos ao estudo e à pesquisa. In R. L. Garcia (Org.), *Método; métodos; contramétodo* (pp. 125-145). São Paulo: Cortez.
- Faleiros, V. P. (1995). Infância e processo político no Brasil. In F. Pilloti & I. Rizzini (Orgs.), *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (pp. 47-98). Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino/Editora Universitária Santa Ursula/Anais Livraria e Editora.

- Falcke, D. (2002). Mães e madrastas: quem são estas personagens? In A. Wagner (Org.), *Família em cena: tramas, dramas e transformações* (pp. 77-92). Petrópolis: Vozes.
- Faraco, C. A. (2003). *Linguagem & Diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar.
- Faria, C. A. P. (2001). Fundamentos para a formulação e análise de políticas e programas de atenção à família. In M. C. G. Castro & M. E. Marques (Orgs.), *Políticas públicas de apoio sociofamiliar/Curso de Capacitação de Conselheiros Tutelares e Municipais* (pp.43-70). Belo Horizonte: PUC.
- Feijó, M. C. C. (2001). *Raízes da violência: a importância da família na formação da percepção, da motivação e da atribuição de causalidade de adolescentes infratores e de seus irmãos não infratores*. Tese de doutorado, Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.
- Feijó, M. C. & Assis, S. G. (2004). O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9(1), 157-166.
- Ferrari, M., & Kaloustian, S. M. (1998). Introdução. In S. M. Kauloustian (Org.), *Família brasileira: a base de tudo* (pp.11-18). São Paulo: Cortez.
- Fonseca, C. (1995). Amor e Família: vacas sagradas de nossa época. In I. Ribeiro & A. C. T. Ribeiro. (Orgs.), *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira* (pp. 69-90). São Paulo: Loyola.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (1995). *Microfísica do poder*. (11 ed.). Rio de Janeiro: Graal. (Texto original publicado em 1979)
- Freire, G. (1987). *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. (24ª ed.). São Paulo: Paz e Terra.

- Freitas, A. M. G. (2005). In M. Cury (Coord.), *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais* (pp. 404- 406) (7ª ed.). São Paulo: Malheiros.
- Freitas, M. T. A. (2002). A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, 116, 21-39.
- Fucks, M. (1999). O novo paradigma e o desafio dos direitos no cotidiano do atendimento. In S. Mione (Org.), *Adolescência, ato infracional & cidadania* (pp.45-52). Brasília: Fórum DCA / São Paulo: ABONG.
- Fulmer, R. H. (2001). Famílias de baixa renda e famílias com formação profissional: uma comparação da estrutura e do processo de ciclo de vida. In B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (pp.469-496). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gatti, B. A. (2005). *Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas*. Brasília: Líber Livro.
- Goffman, E. (1987). *Manicômios, prisões e conventos*. (2ª ed.). São Paulo: Perspectiva. (Texto original publicado em 1961)
- Goldenberg, M. (2001). *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record.
- Guareschi, P. A. (1999). Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp.141-156). Petrópolis: Vozes.
- Hines, P. M. (2001). O ciclo de vida familiar nas famílias negras pobres. In B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (pp. 440-465). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Hunt, L. (1991). Revolução Francesa e vida privada. In M. Perrot. (Org.), *História da Vida Privada, vol. 4: Da revolução francesa à Primeira Guerra* (pp.21-52). São Paulo: Companhia das Letras.

- Koller, S. H. & Brito, R. C. (1999). Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In A. M. Carvalho (Org.), *O Mundo Social da Criança: natureza e cultura em ação* (pp.115-126). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lasch, C. (1991). *Refúgio num mundo sem coração. A família santuário ou instituição sitiada?* Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Liberati, W. D. (2006). Execução de medidas em meio aberto – prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida. In ILANUD; ABMP; SEDH;UNFPA (Orgs.), *Justiça, Adolescente e Ato infracional: sócio-educação e responsabilização* (pp. 367-396). São Paulo: ILANUD.
- Liebmann, M. (1994). *Exercícios de arte para grupos: manual de temas, jogos e exercícios.* São Paulo: Summus.
- Lima, I. M. S. O., & Alves, V. S. (2005). Retratos de Exclusão social: a família e o adolescente em conflito com a lei na periferia de Salvador, Bahia. In João, C. P., & Vanessa, R. S. C. (Orgs.), *Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar* (pp. 111-131). Petrópolis: Vozes.
- Losacco, S. (2005). O jovem e o contexto familiar. In Ana, R. A., & Maria, A. F. V. (Orgs.), *Família: redes, laços e políticas públicas* (pp. 63-78). São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais.
- Marcílio, M. L. (1998). *História Social da Criança Abandonada.* São Paulo: HUCITEC.
- Marcílio, M. L. (2003). A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil.1726-1950. In M. C. Freitas (Org.), *História Social da Infância no Brasil* (pp. 53-79). São Paulo: Cortez.
- Marques, W. E. U. (2003). Exclusão social e inclusão marginal no mundo da drogadição. In M. F. O. Sudbrack, M. I. G. Conceição, E. M. F. Seidl & M. T. Silva (Orgs), *Adolescentes e drogas no contexto da Justiça* (pp. 98-102). Brasília: Plano.
- Melo, S. L. (1999). Estatuto da Criança e do Adolescente: é possível torná-lo uma realidade psicológica? *Psicologia USP*, 10 (2),139-151.
- Minayo, M. C. S. (1998). *O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* (5ª ed.) São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco.

- Minuchin, P., Colapinto, J. & Minuchin, S. (1999). *Trabalhando com famílias pobres*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Mioto, R. C. T. (2001). Famílias e adolescentes autores de atos infracionais : subsídios para uma discussão. In J. R. P. Veronese, M., P. Souza & R. C. C. Mioto. (Orgs.), *Infância e adolescência, o conflito com a lei: algumas discussões* (pp. 91-120). Florianópolis: Fundação Boiteux.
- Mioto, R. C. T. (2004). Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In M. A. Sales, M. C. Matos & M. C. Leal. (Orgs.), *Política social, família e juventude: uma questão de direitos* (pp. 43-60). São Paulo: Cortez.
- Napoli, C. S. B. (2003). Liberdade Assistida: A construção de um novo espaço. In F. O. Barros (Org.), *Tô fora: o adolescente fora da lei. O retorno da segregação* (pp. 25-39). Belo Horizonte: Del Rey.
- Neder, G. (1998). Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In S. M. Kaloustian (Org.), *Família Brasileira: a base de tudo* (pp. 26-46). (3ª ed.) São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF.
- Neiva-Silva, L., & Koller, S. H. (2002). A rua como contexto de desenvolvimento. In E. R. Lordelo; A. M. A. Carvalho & S. H. Koller (Orgs.), *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento* (pp. 203-228). São Paulo: Casa do Psicólogo; Salvador, BA: Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Novais, F. A. (1997). Condições da privacidade na colônia. In F. A. Moraes. (Org.), *História da vida privada no Brasil, vol. 1: cotidiano e vida privada na América Portuguesa* (pp. 13-39). São Paulo: Companhia das Letras.
- Nunes, D. G. (2005). Reconhecimento social da infância no Brasil. In V. M. R. Vasconcelos (Org.), *Educação da infância: história e política* (pp. 73-97). Rio de Janeiro: DP&A.
- Oliveira, A. L. (2006). Família e irmãos. In C. M. O. Cerveny (Org.). *Família e...* (pp. 63-82). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Oliveira, E. R. (2000). Dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: observações sobre a política de atendimento a jovens em conflito com a lei do Estado do Rio de

- Janeiro. In L. M. T. Brito (Org.), *Jovens em conflito com a lei: a contribuição da universidade ao sistema sócio-educativo* (pp.11-26). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Oliveira, M. C. S. L. (2003). Inserção escolar no contexto das medidas socioeducativas: “sem escola a gente não é nada”. In M. F. O. Sudbrack, M. I. G. Conceição, E. M. F. Seidl & M. T. Silva (Orgs), *Adolescentes e drogas no contexto da Justiça* (pp. 293-307). Brasília: Plano.
- Osório, L. C. (2002). *Casais e famílias: uma visão contemporânea*. Porto Alegre: Artmed.
- Penso, M. A. & Sudbrack, M. F. (2004). Envolvimento em atos infracionais e com drogas como possibilidades para lidar com o papel de filho parental. *Psicologia USP*, 15(3), 29-54.
- Pereira, P. A. P., & Stein, R. H. (2003). Assistência social no contexto das políticas públicas: focalização vs universalização na integração de programas e projetos sociais. In ABONG, Marista & Fórum DCA (Orgs). *Pacto pela paz: uma construção possível. Subsídios a V Conferencia Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente* (pp.79-91). São Paulo: Peirópolis.
- Pereira-Pereira, P. A. (2004). Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In M. A. Sales, M.C. de Matos, & M.C. Leal (Orgs.). *Política Social, família e juventude: uma questão de direitos* (pp.25-42). São Paulo: Cortez.
- Peres, V. L. A. (2001). Desenhos de família. In S. M. G. Souza & I. Rizzini (Coord.), *Desenhos de família: criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais* (pp.73-94). Goiânia: Cânone.
- Perez, A. F. (2002). O filho primogênito: suas características e seus relacionamentos no contexto familiar. In A. Wagner (Coord.), *Família em cena: tramas, dramas e transformações* (pp.113-132). Petrópolis: Vozes.
- Perrot, M. (1991). Funções da família. In M. Perrot. (Org.), *História da Vida Privada, vol. 4: da revolução francesa à Primeira Guerra* (pp.93-104). São Paulo: Companhia das Letras.
- Petrini, J. C. (2003). *Pós-modernidade e família: um itinerário de compreensão*. Bauru, SP: EDUSC.

- Pilotti, F. (2005). Crise e Perspectivas da Assistência à Infância na América Latina. In F. Pilloti & I. Rizzini (Orgs.) *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (pp.13-45). Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño/Editora Universitária Santa Ursula /Amais Livraria e Editora.
- Pilotti, F., & Rizzini, I. (Orgs.). (1995). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño/Editora Universitária Santa Ursula/Anais Livraria e Editora.
- Pinheiro, A. de A. A., Luz, I. de F., Lima, L. F., & Mota, N. B. de M. (2004). Adolescentes em conflito com a lei: estudo de práticas sociais efetivada pela Liberdade Assistida. In F. Vasconcelos & R. Barros (Orgs.), *Diversidade Cultural e Desigualdade: dinâmicas identitárias em jogo* (pp. 309-322). Fortaleza: Editora Universidade Federal do Ceará.
- Pinheiro, A. de A. A. (2001). A criança e o adolescente como sujeitos de direitos: emergência e consolidação de uma representação social no Brasil. In L. R. Castro (Org.), *Crianças e jovens na construção da cultura* (pp. 47-68). Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ.
- Pinheiro, S. P. & Yopez, M. A. T. (2002). Adolescência, saúde e contexto social: esclarecendo práticas. *Revista Psicologia & Sociedade*, 14(2), 133-147.
- Poster, M. (1979). *Teoria Crítica da Família*. Rio de Janeiro: Zahar
- Prado, D. (1989). *O que é família*. São Paulo: Brasiliense.
- Preto, N. G. (2001). Transformação do sistema familiar na adolescência In B. Carter & M. McGoldrink (Orgs.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (pp. 222-247). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Queiroz, L. A. de, & Falqueto, V. (2003). A doutrina da proteção integral à luz do Pacto pela Paz. In ABONG, Marista & Fórum DCA. (Orgs), *Pacto pela Paz: uma construção possível. Subsídios a V Conferencia Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente* (pp. 53-61). São Paulo: Peirópolis.

- Reis, J. R. T. (1994). Família, emoção e ideologia. In S. T. M. Lane, W. Codo. (Orgs.), *Psicologia Social: o homem em movimento* (pp. 99-124). (13ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Rizzini, I. (1995). Crianças e Menores do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. In F. Pilloti & I. Rizzini (Orgs.) *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (pp. 99-168). Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino/Editora Universitária Santa Ursula /Amais Livraria e Editora.
- Rizzini, I. (1997). *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR: Ministério da Cultura: Editora Universitária Santa Ursula /Amais Livraria e Editora.
- Rizzini, I. (2001). Cidades violentas: sua relação com a infância no caso brasileiro. In S. M. G. Sousa (Org.), *Infância, adolescência e família* (pp. 103-132). Goiânia: Cânone.
- Rizzini, I. (2001). Crianças e adolescentes e suas bases familiares: tendências e preocupações globais. In S. M. G. Sousa & I. Rizzini (Coord.), *Desenhos de família: criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais* (p.23-44). Goiânia: Cânone.
- Rizzini, I. (1993). *Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula.
- Rizzini, I., Castro, M. R., & Sartor, C. S. D. (1999). *Pesquisando... Guia de metodologias de pesquisa para programas sociais*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária.
- Rizzini, I., & Vogel, A. (1995). O menor filho do Estado: pontos de partida para uma história da assistência pública à infância no Brasil. In F. Pilloti & I. Rizzini (Orgs.), *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (pp. 237-345). Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño/Editora Universitária Santa Ursula/Anais Livraria e Editora.
- Rocha, C. V. (2001). Idéias dispersas sobre o significado de políticas sociais. In M. C. G. Castro & M. E. Marques (Orgs.), *Políticas públicas de apoio sociofamiliar. Curso de Capacitação de conselheiros Tutelares e Municipais* (pp. 7-42). Belo Horizonte: PUC.

- Rocha, M. L. (2002). Contexto do adolescente. In S. H. Koller. (Org.), *Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas* (pp. 25-32). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia.
- Rodrigues, J. C. R., & Bosco, S. M. de S. (Orgs.). (2005). *Redescobrimo o adolescente na comunidade: uma outra visão da periferia*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF.
- Rosa, E. T. S. (2001). Adolescente com prática de ato infracional: a questão da inimputabilidade penal. *Revista Serviço Social & Sociedade: Temas sócio-jurídicos*, 67, XXII, 183-205.
- Rosseti-Ferreira, M. C., & Silva, A. P. S. (2002). Continuidade/descontinuidade no envolvimento com o crime: uma discussão crítica da literatura na psicologia do desenvolvimento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(3), 573-585.
- Sâmara, E. de M. (1987). Tendências atuais da história da família no Brasil. In Â. M. Almeida; M. J. Carneiro & S. G. Paula (Orgs.), *Pensando a família no Brasil: da colônia a modernidade* (p.25-36). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ.
- Santos, B. R. (2001). Da virtude à violação de direitos: o agendamento contra trabalho infantil no Brasil – uma perspectiva histórico-analítica. In S. M. G. Sousa (Org.), *Infância, Adolescência e Família* (pp. 69-101). Goiânia: Cãnone Editorial.
- Sarmiento, M. J. (2002). Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. *Educação & Sociedade*, 23(78), 265-283.
- Sarti, C. A. (1995). O valor das famílias para os pobres. In I. R. & A. C. T. Ribeiro (Orgs.), *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira* (pp. 131-150). São Paulo: Loyola
- Sarti, C. A. (1999). Família e jovens: no horizonte das ações. *Revista Brasileira de Educação*, 11, 99-109.
- Sarti, C. A. (2005). Famílias enredadas. In A. R. Acosta & M. A. F. Vitale (Orgs.), *Família: redes, laços e políticas públicas* (pp.21-38). São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais.

- Sartor, C. D., Martins, A. C., & Silva, N. C. R. da. (2002). Seletividade e focalização versus universalização: dilemas presentes nas políticas e programas para a infância e juventude. *O Social em Questão*, 7(7), 139-156.
- Sawaia, B. B. (2005). Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In A. R. Acosta & M. A. F. Vitale (Orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas* (pp.39-52). São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais.
- Sevcenko, N. (1998). Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In N. Sevcenko (Org.), *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio* (pp.7-48). São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, C. A. V. (2001). Idade penal e co-responsabilidade social, *Cadernos ABONG*, 29, 11-29.
- Silva, R. (1998). *50 anos do pensamento jurídico-assistencial brasileiro 1927-1997*. Acesso em 15 de janeiro de 2006, de <http://www.facom.ufba.br/pretextos/silva1.html>
- Silva, M. L. O. (2005). O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores: descontinuidades e continuidades. *Revista Serviço Social & Sociedade: Criança e Adolescente*, 83, XXVII, 30-48.
- Silveira, L. (2002). O relacionamento fraterno e suas características ao longo do ciclo vital da família. In A. Wagner (Coord.), *Família em cena: tramas, dramas e transformações* (pp.93-112). Petrópolis: Vozes.
- Silveira, S. C. (2002). Família é para todos? A perspectiva de meninos institucionalizados. In A. Wagner (Coord.), *Família em cena: tramas, dramas e transformações* (pp.54-74). Petrópolis: Vozes.
- Sluski, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Solari, U. C. (2002). In M. Cury, A. F. A. Silva & E. G. Mendez (Orgs.), *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais* (pp.14-15). (5ª ed.). São Paulo: Malheiros.

- Souza, C. V., & Botelho, T. R. (2001). Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 414-432. Acessado em 08 de junho de 2006 do World Wide Web: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2001000200006&Ing=pt&nrm=iso
- Souza, M. G. S., & Rizzini, I. (Orgs.). (2001). *Desenhos de família. Criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais*. Goiânia: Cãnone.
- Souza, G. A. A. (1995). A formação de proles e a criação de filhos na Bahia. In I. Ribeiro & A. C. T. Ribeiro (Orgs), *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira* (pp. 191- 215). São Paulo: Loyola.
- Souza, S. M. G., & Peres, V. L. A. (2002). Famílias de camadas populares: um lugar legítimo para a educação/formação dos filhos. *O Social em Questão*, 7(7), 63-74.
- Sudbrack, M. F. O., & Pereira, S. E. F. N. (2003). Avaliação das redes sociais de adolescentes em situação de risco. In M. F. O. Sudbrack, M. I. G. Conceição, E. M. F. Seidl & M. T. Silva (Orgs), *Adolescentes e drogas no contexto da Justiça* (pp. 167-190). Brasília: Plano.
- Sudbrack, M. F. O., & Povia, M. L. S. (2003). Reuniões multifamiliares: acolhendo o adolescente usuário de drogas e sua família no contexto da Justiça. In M. F. O. Sudbrack, M. I. G. Conceição, E. M. F. Seidl & M. T. Silva (Orgs), *Adolescentes e drogas no contexto da Justiça* (pp.147- 166) Brasília: Plano.
- Szymanski, H. (1997). Teorias e “teorias” de famílias. In M. C. B. Carvalho (Org.), *A família contemporânea em debate* (pp.23-28). São Paulo: EDUC/Cortez.
- Szymanski, H. (2000). A família como *locus* educacional: perspectivas para um trabalho psicoeducacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 81(197),14-25.
- Szymanski, H. & Martins, E. (2004). Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. *Estudos de Psicologia* 9(1), 177-187.
- Takashima, G. M. K. (1998). O desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis - uma questão de postura. In M. K. Sílvia (Org.), *Família Brasileira: a base de tudo* (pp. 77-92). São Paulo: Cortez, Brasília: UNICEF.

- Terra, S. H. (1999). Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a inimputabilidade penal. In M. Sales (Org.), *Adolescência, ato infracional & cidadania* (pp. 15-21). Brasília: Fórum DCA / São Paulo: ABONG.
- Vasconcelos, M. J. E. (2002). *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas, SP: Papyrus.
- Veronese, J. R. P., Quandt, G. de O., & Oliveira, L. de C. P. (2001). O ato infracional e a aplicação das medidas sócio-educativas: algumas considerações pedagógicas. In J. R. P. Veronese, M. P. Souza & R. C. C. Mioto (Orgs.), *Infância e Adolescência, o conflito com a lei: algumas discussões* (pp. 39-90). Florianópolis: Fundação Boiteux.
- Vicente, C. M. (1998). O direito a convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In S. M. Kaloustian (Org.), *Família Brasileira: a base de tudo* (pp. 47-59). (3ª ed.) São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF.
- Vitale, M. A. F. (2005). Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. In A. R. Acosta & M. A. F. Vitale (Orgs.), *Família: redes, laços e políticas públicas* (pp.93-105). São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais.
- Volpi, M. (Org.). (1997). *Adolescentes privados de liberdade. A normativa nacional e internacional & Reflexões sobre a responsabilidade penal dos adolescentes*. São Paulo: Cortez.
- Volpi, M. (1999). ECA, delitos e adolescência. In M. Sales (Org.), *Adolescência, ato infracional & cidadania* (pp.53-59). Brasília: Fórum DCA / São Paulo: ABONG.
- Volpi, M. (2001). *Sem liberdade, sem direitos: a experiência de privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei*. São Paulo: Cortez.
- Volpi, M. (Org.). (2002). *O adolescente e o ato infracional*. São Paulo: Cortez.
- Wagner, A. (2001). A comunicação em famílias com filhos adolescentes: o relato de uma experiência. In T. I. Carneiro (Org.), *Casamento e família: do social à clínica* (pp. 38- 66). Rio de Janeiro: NAU.

Wagner, A., Falcke, D., Silveira, L. M. B. O., & Mosmann, C. P. (2002). A comunicação em famílias com filhos adolescentes. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 7(1), 75-80.

Wertsch, J. V. & Stone, C. A. (1985). The concept of internalization in Vygotsky's account of the genesis of higher mental functions. In J. V. Wertsch (Org.), *Culture, communication, and cognition: Vygotskian perspectives* (pp.162-179). New York: Cambridge University Press.

Wissenbach, M. C. C. (1998). Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In N. Sevcenko (Org.), *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio* (pp.49-130). São Paulo: Companhia das Letras.

Apêndice 01 - Roteiro de Entrevista com Adolescente

I- Identificação geral

- 1) Idade
- 2) Em que cidade você nasceu? Se não em Natal, desde quando mora na cidade?
- 3) Qual é o seu estado civil?
- 4) Se tem filhos, quantos? E com que idade?
- 5) Em que bairro mora atualmente?

II- Perfil socioeconômico do núcleo familiar doméstico

- 6) Local onde mora? (tipo de domicílio: casa, apartamento, barraco, um quarto)
- 7) Há quanto tempo você mora nele?
- 8) De que é feita sua moradia? (alvenaria, madeira, sucata, papelão...)
- 9) Quantos cômodos têm esse local? Como ele está dividido?
- 10) Qual a condição atual dele? (próprio, alugado, emprestado, financiado, ocupado...)
- 11) Com quem mora atualmente?
- 12) O que essas pessoas são de você?
- 13) Qual é a idade delas?
- 14) Quem delas estuda? Que série faz?
- 15) E quem dentre elas trabalha? Em que?
- 16) Quem na sua opinião é a pessoa responsável pelo local onde você mora? Porque? Se não for alguém das pessoas citadas acima: O que ela é sua?
- 17) Quanto mais ou menos de dinheiro você e essas pessoas com quem você mora tem contado para passar o mês? (renda mensal)
- 18) Quem contribui com essa manutenção mensal? (se tem alguém fora da residência que ajuda, saber a origem da renda)

III- Rotina de vida

- 19) Como tem sido o seu dia-a-dia nesses últimos seis meses?

20) Que atividades você vem fazendo? Com quem? Com que frequência? Desde quando? O que mais gosta de fazer? (ver situação escolar, de trabalho, prática de esportes, atividades de lazer, uso de drogas, participação em cursos...)

IV- Ato infracional/Medida LA

21) Porque você veio para a Pastoral? *(se sabe qual foi e como considera a infração cometida)*

22) Na sua opinião, o que naquele tempo fez com que você tivesse agido dessa forma? *(motivos/razões para o conflito com a lei)*

23) Você se lembra como se sentiu com tudo isso no início? Como as pessoas com quem você se relaciona reagiram/ficaram diante dessa situação? Na sua opinião, porque reagiram assim? *(sondar a repercussão geral de sua condição de adolescente em conflito com a lei em sua vida, procurando ver sua reação e a dos outros com quem convive: colegas de trabalho, grupo de amigos, familiares, namorada/esposa)*

24) Como era tua vida antes de você vir para Pastoral? O que fazia no seu dia-a-dia? Quem fazia parte do teu convívio? Como você estava com essas pessoas?

25) No início de sua medida, o que você esperava do programa? *(percepção e expectativas iniciais da medida)*

26) Na sua visão, quando você acha que sua medida LA será extinta? O que é preciso para que isso aconteça? *(ver se houve reincidência e conhecer sua visão e sua posição atual sobre a medida em suas prerrogativas – sua co-responsabilidade e de sua família no processo- e objetivos)*

27) Do período de sua chegada na Pastoral até hoje, você participou de outros programas para adolescentes em conflito com a lei? Se sim, qual foi, porque, por quanto tempo, o que aconteceu ou deixou de acontecer para você voltar, o que achou? *(ver se houve reincidência/motivos e caracterizar sua participação em outros programas)*

IV- Composição e dinâmica familiar

Hoje ou nesse momento gostaria de conversar um pouco mais sobre sua família. Para ajudar nossa conversa, gostaria que você fizesse um desenho de sua família. Você gosta de desenhar? Se não: Mesmo não gostando, seria um incômodo fazer? Em caso de recusa: Poderíamos, então, falar sem o desenho?

- 28) Como é a sua família?
- 29) Como é o dia-a-dia de sua família?
- 30) Quem você considera como parte de sua família? Porque?
- 31) Como é a relação entre essas pessoas? E você, como se dá com sua família?
- 32) Para você, o que significa família?

V- História de vida

Questões de partida:

- 33) Quais foram os momentos que mais marcaram sua vida?
- 34) Em relação a sua família, que momentos você destaca em sua trajetória de vida?

VI - Familiares indicados para a pesquisa

- 35) Que pessoas de sua família você indica para participar dessa pesquisa? Porque?

Apêndice 02 - Roteiro de Entrevista com Familiar

✓ Dados de identificação

1. Idade
2. Escolaridade
3. Estado civil
4. Bairro
5. Situação atual de trabalho

✓ Percepção sobre a indicação de sua pessoa pelo adolescente

1. Porque acha que foi indicado pelo adolescente para participar da pesquisa?
2. Na sua opinião, porque o adolescente sugeriu também a outra pessoa?

✓ História de vida do adolescente

1. História dos pais
 - a) Como se conheceram?
 - b) E hoje, como estão?
2. Gestação/nascimento
 - c) Como foi o período da gestação?
 - d) E o nascimento?
3. Infância:
 - e) Como era a vida dele na infância?
4. Adolescência
 - f) E sobre a sua adolescência o que poderia dizer? (escola, uso de drogas, amigos, trabalho, convivência familiar)
5. Sobre o ato infracional e a Medida LA
 - g) Porque na sua opinião que ele passou a ser atendido pela Pastoral?
 - h) Que motivos ele teria pra agir dessa forma?
 - i) Como foi pra você/família saber que ele tinha feito isso e saber que ele ia participar do programa?
 - j) Com que objetivo ele passou a participar?
 - k) Sabe como funciona o programa? O que é preciso acontecer, ou se fazer pra que se consiga isso? (ver a participação da família nisso)

1) Porque acha que ele ainda está no programa? O que falta pra ele sair?
(como estão as coisas hoje na vida dele: família - principalmente, drogas, escola,
trabalho)

Apêndice 03 - Termo de consentimento livre e esclarecido do responsável pelo adolescente



Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Psicologia
Programa de Pós-graduação em Psicologia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO RESPONSÁVEL PELO ADOLESCENTE

Reconhecendo a importância da família para o desenvolvimento dos adolescentes, a execução da medida sócio-educativa Liberdade Assistida deve envolver ações de orientação e apoio sócio-familiar, a fim de fortalecer os vínculos entre os adolescentes e suas famílias. Por sua vez, para essas ações alcançarem esse objetivo, devem ser consideradas as particularidades da realidade social e familiar dos próprios adolescentes.

É, portanto, com o intuito geral de ampliar o conhecimento dessa realidade, que esta pesquisa se propõe a compreender como a instituição família é percebida pelos adolescentes que estão em cumprimento dessa medida.

Nesse sentido, o adolescente estará participando de entrevistas e de grupo focal a serem desenvolvidos em dias e horários definidos pelas possibilidades do adolescente, de modo a não prejudicarem suas atividades cotidianas, inclusive, aquelas relativas ao cumprimento da medida Liberdade Assistida. Da mesma forma, um membro familiar de cada adolescente e de sua escolha prévia também participará de entrevistas em dias e horários que forem convenientes a essa pessoa.

Todas as entrevistas e os encontros de grupo focal serão gravados em gravador e transcritos posteriormente. Mas, todas as informações dadas pelo adolescente e pelo familiar serão utilizadas somente pela pesquisadora e pelos pesquisadores colaboradores, para fins específicos de desenvolvimento da pesquisa. A publicação e/ou divulgação por outros meios, desses resultados, respeitará o direito ao sigilo, à não

identificação dos participantes. Assim, os dados produzidos por esses não serão identificados pelo nome ou qualquer outro critério que possibilite a quebra do sigilo e o anonimato. As informações colhidas ficarão sob os cuidados da pesquisadora, em local devidamente cuidado.

A desistência de fazer parte da pesquisa, em qualquer momento do estudo, será aceita, de modo que os participantes não sofrerão nenhuma penalização ou prejuízo por essa decisão. Acrescenta-se, inclusive, que dada à natureza do tema da pesquisa, qual seja, as relações entre ato infracional/medida sócio-educativa e família, o sujeito poderá se recusar a abordar determinadas questões propostas na entrevista. Nessas condições, mesmo que a própria realização da pesquisa possa contribuir para o entendimento e a prevenção de eventuais problemas que se relacionem à participação da família durante o período de cumprimento da medida sócio-educativa, a decisão do sujeito será respeitada, uma vez que tal postura pode representar para si mesmo uma forma de proteção a sua integridade.

Registramos, ainda, que os riscos que esta pesquisa pode oferecer ao participante são mínimos, assim como são pequenas as possibilidades de produzir situações desconfortantes. Por outro lado, declaramos que sua participação pode lhe proporcionar, como benefício direto, a possibilidade de refletir, enquanto se expressa, sobre sua própria realidade familiar e social. E de modo indireto, esperamos que a pesquisa, através dos seus resultados, possa contribuir com a melhoria dessa realidade.

Todas as despesas dos participantes assim como eventuais gastos para além do previsto serão assumidos pelo pesquisador responsável. As despesas, no caso, previstas junto aos participantes dizem respeito ao deslocamento de suas residências ao espaço da Sociedade São Vicente de Paulo e ao lanche necessário dado o intervalo entre deslocamento, participação e retorno ser superior a duas horas. Da mesma forma, será de responsabilidade do pesquisador responsável os eventuais danos sofridos pelos participantes.

Diante do exposto acima, Eu,.....
....., responsável por,
declaro que conheço os objetivos e os procedimentos da pesquisa e autorizo o referido adolescente a participar da mesma como voluntário.

Natal/RN, ____/____/____.

Assinatura ou impressão datiloscópica do adolescente

Assinatura ou impressão datiloscópica do
responsável pelo adolescente

Emilia de Rodat Peixoto de Araújo.
Responsável pela pesquisa

Apêndice 04 - Termo de consentimento livre e esclarecido do membro familiar – sujeito da pesquisa



Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Departamento de Psicologia
Programa de Pós-graduação em Psicologia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO MEMBRO FAMILIAR – SUJEITO DA PESQUISA¹⁹

Reconhecendo a importância da família para o desenvolvimento dos adolescentes, a execução da medida sócio-educativa Liberdade Assistida deve envolver ações de orientação e apoio sócio-familiar, a fim de fortalecer os vínculos entre os adolescentes e suas famílias. Por sua vez, para essas ações alcançarem esse objetivo, devem ser consideradas as particularidades da realidade social e familiar dos próprios adolescentes.

É, portanto, com o intuito geral de ampliar o conhecimento dessa realidade, que esta pesquisa se propõe a compreender como a instituição família é percebida pelos adolescentes que estão em cumprimento dessa medida.

Nesse sentido, o adolescente estará participando de entrevistas e de grupo focal a serem desenvolvidos em dias e horários definidos pelas possibilidades do adolescente, de modo a não prejudicarem suas atividades cotidianas, inclusive, aquelas relativas ao cumprimento da medida Liberdade Assistida. Da mesma forma, um membro familiar de cada adolescente e de sua escolha prévia também participará de entrevistas em dias e horários que forem convenientes a essa pessoa.

Todas as entrevistas e os encontros de grupo focal serão gravados em gravador e transcritos posteriormente. Mas, todas as informações dadas pelo adolescente e pelo familiar serão utilizadas somente pela pesquisadora e pelos pesquisadores

¹⁹ Tendo em vista que o membro da família indicado pelo adolescente para participar da pesquisa pode ser diferente da pessoa que responde pelo próprio, prevemos esse documento para obtermos em separado a anuência e o consentimento desse familiar a fim de sua inclusão como sujeito da pesquisa.

colaboradores, para fins específicos de desenvolvimento da pesquisa. A publicação e/ou divulgação por outros meios, desses resultados, respeitará o direito ao sigilo, à não identificação dos participantes. Assim, os dados produzidos por esses não serão identificados pelo nome ou qualquer outro critério que possibilite a quebra do sigilo e o anonimato. As informações colhidas ficarão sob os cuidados da pesquisadora, em local devidamente cuidado.

A desistência de fazer parte da pesquisa, em qualquer momento do estudo, será aceita, de modo que os sujeitos não sofrerão nenhuma penalização ou prejuízo por essa decisão. Acrescenta-se, inclusive, que dada à natureza do tema da pesquisa, qual seja, as relações entre ato infracional/medida sócio-educativa e família, o sujeito poderá se recusar a abordar determinadas questões propostas na entrevista. Nessas condições, mesmo que a própria realização da pesquisa possa contribuir para o entendimento e a prevenção de eventuais problemas que se relacionem à participação da família durante o período de cumprimento da medida sócio-educativa, a decisão do sujeito será respeitada, uma vez que tal postura pode representar para si mesmo uma forma de proteção a sua integridade.

Registramos, ainda, que os riscos que esta pesquisa pode oferecer ao participante são mínimos, assim como são pequenas as possibilidades de produzir situações desconfortantes. Por outro lado, declaramos que sua participação pode lhe proporcionar, como benefício direto, a possibilidade de refletir, enquanto se expressa, sobre sua própria realidade familiar e social. E de modo indireto, esperamos que a pesquisa, através dos seus resultados, possa contribuir com a melhoria dessa realidade.

Todas as despesas dos participantes assim como eventuais gastos para além do previsto serão assumidos pelo pesquisador responsável. As despesas, no caso, previstas junto aos participantes dizem respeito ao deslocamento de suas residências ao espaço da Sociedade São Vicente de Paulo e ao lanche necessário dado o intervalo entre deslocamento, participação e retorno ser superior a duas horas. Da mesma forma, será de responsabilidade do pesquisador responsável os eventuais danos sofridos pelos participantes.

Diante do exposto acima, eu, _____, por me considerar devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre o conteúdo deste termo e da pesquisa a ser desenvolvida, livremente expressei meu consentimento para inclusão, como sujeito de pesquisa.

Natal/RN, ____ / ____ / ____.

Assinatura ou impressão datiloscópica do participante

Emília de Rodat Peixoto de Araújo
Pesquisadora Responsável

Apêndice 05 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da Instituição



Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Departamento de Psicologia
Programa de Pós-graduação em Psicologia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA INSTITUIÇÃO

Reconhecendo a importância da família para o desenvolvimento dos adolescentes, a execução da medida sócio-educativa Liberdade Assistida deve envolver ações de orientação e apoio sócio-familiar, a fim de fortalecer os vínculos entre os adolescentes e suas famílias. Por sua vez, para essas ações alcançarem esse objetivo, devem ser consideradas as particularidades da realidade social e familiar dos próprios adolescentes.

É, portanto, com o intuito geral de ampliar o conhecimento dessa realidade, que esta pesquisa se propõe a compreender como a instituição família é percebida pelos adolescentes que estão em cumprimento dessa medida.

Nesse sentido, o adolescente estará participando de entrevistas e de grupos focais a serem desenvolvidos em dias e horários definidos pelas possibilidades do adolescente, de modo a não prejudicarem suas atividades cotidianas, inclusive, aquelas relativas ao cumprimento da medida Liberdade Assistida. Da mesma forma, um membro familiar de cada adolescente e de sua escolha prévia também participará de entrevistas em dias e horários que forem convenientes a essa pessoa.

Todas as entrevistas e os grupos focais serão gravados em gravador e transcritos posteriormente. Mas, todas as informações dadas pelo adolescente e pelo familiar serão utilizadas somente pela pesquisadora e pelos pesquisadores colaboradores, para fins específicos de desenvolvimento da pesquisa. A publicação e/ou divulgação por outros meios, desses resultados, respeitará o direito ao sigilo, à não identificação dos

participantes. Assim, os dados produzidos por esses não serão identificados pelo nome ou qualquer outro critério que possibilite a quebra do sigilo e o anonimato. As informações colhidas ficarão sob os cuidados da pesquisadora, em local devidamente cuidado.

A desistência de fazer parte da pesquisa, em qualquer momento do estudo, será aceita, de modo que os sujeitos não sofrerão nenhuma penalização ou prejuízo por essa decisão. Acrescenta-se, inclusive, que dada à natureza do tema da pesquisa, qual seja, as relações entre ato infracional/medida sócio-educativa e família, o sujeito poderá se recusar a abordar determinadas questões propostas na entrevista. Nessas condições, mesmo que a própria realização da pesquisa possa contribuir para o entendimento e a prevenção de eventuais problemas que se relacionem à participação da família durante o período de cumprimento da medida sócio-educativa, a decisão do sujeito será respeitada, uma vez que tal postura pode representar para si mesmo uma forma de proteção a sua integridade.

Registramos, ainda, que os riscos que esta pesquisa pode oferecer ao participante são mínimos, assim como são pequenas as possibilidades de produzir situações desconfortantes. Por outro lado, declaramos que sua participação pode lhe proporcionar, como benefício direto, a possibilidade de refletir, enquanto se expressa, sobre sua própria realidade familiar e social. E de modo indireto, esperamos que a pesquisa, através dos seus resultados, possa contribuir com a melhoria dessa realidade.

Todas as despesas dos participantes assim como eventuais gastos para além do previsto serão assumidos pelo pesquisador responsável. As despesas, no caso, previstas junto aos participantes dizem respeito ao deslocamento de suas residências ao espaço da Sociedade São Vicente de Paulo e ao lanche necessário dado o intervalo entre deslocamento, participação e retorno ser superior a duas horas. Da mesma forma, será de responsabilidade do pesquisador responsável os eventuais danos sofridos pelos participantes.

Diante do exposto acima, eu, _____, por me considerar devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre o conteúdo deste termo e da pesquisa a ser desenvolvida, livremente expressei meu consentimento para sua realização junto aos adolescentes e familiares atendidos pelo Programa Liberdade Assistida da Pastoral do Menor de Natal, da qual sou o(a) atual coordenador(a).

Natal/RN, ____/____/____.

Coordenador(a) da
Pastoral do Menor de Natal

Emilia de Rodat Peixoto de Araújo
Pesquisadora Responsável

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)